

Supremo Tribunal Federal

Nº



VOLUME 02
COM 02 VOLUMES
COM 04
APENSOS
APENSO 01-AC 4315
APENSO 02-AC 4316
APENSO 03-AC 4324
APENSO 04-AC 4326

INQUÉRITO

INQUÉRITO 4483

PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM. : Inq-4483-SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

DISTRIBUIÇÃO EM 24/04/2017

RELATOR(A) : MIN. EDSON FACHIN

AUTOR (A/S) (ES)	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC. (A/S) (ES)	PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST. (A/S)	MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
ADV. (A/S)	ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
INVEST. (A/S)	AECIO NEVES DA CUNHA
ADV. (A/S)	ALBERTO ZACHARIAS TORON E OUTRO(A/S)
INVEST. (A/S)	RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES
ADV. (A/S)	JOSÉ LUIS MENDES DE OLIVEIRA LIMA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

INQUÉRITO POLICIAL
(ENTORPECENTE)

Supremo Tribunal Federal
Inq 0004483 - 24/04/2017 16:43
0004077-70.2017.1.00.0000



SEDE DA POLÍCIA FEDERAL
GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF (GINQ/STF/DICOR)

RE Nº 0091/2017-1

TOMBO 2017



VOLUME II

ETIQUETA JUSTIÇA

ETIQUETA JUSTIÇA



PF / MJC
Fl: 259
Rub: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJC - POLÍCIA FEDERAL - SEDE

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Ao(s) 24 dia(s) do mês de maio de 2017, nesta POLÍCIA FEDERAL em Brasília/DF, em consonância com o disposto no item 36 da IN 011/2001-DG/DPF e em cumprimento ao despacho exarado à fl. 257 destes autos, procedo a ABERTURA do **VOLUME II** dos autos do RE 91/2017-1, o qual se inicia com a folha nº 259. Eu
....., CRISTIANE RODRIGUES DOS SANTOS, Escrivã de Polícia Federal, que o lavrei.

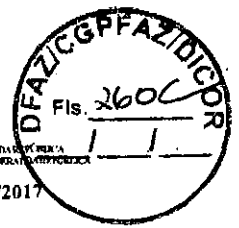
Impresso por: 053.432.539/16/12/2017-16:23:20
Em: 20/06/2017 - 16:23:20 4483



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

PGR PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
QUANTIDADE DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PGR-00154055/2017



OFÍCIO Nº 136/GTLJ/PGR

Brasília, 23 de maio de 2017.

Senhor Delegado,

Em complemento ao Ofício nº 129/GTLJ/PGR, datado de 22 de maio de 2017, encaminho a Vossa Excelência o segundo dispositivo de gravação, semelhante a um pendrive, da cor preta, sem marca aparente, entregue na data de hoje pelo advogado Fernando de Moraes Pousada, OAB/SP 211087, e inserido em um envelope da cor parda com brasão do Ministério Público Federal, o qual foi lacrado diante do advogado.

Ressalto, por oportuno, que segundo informação do próprio colaborador Joesley Mendonça Batista foram utilizados alternadamente dois dispositivos idênticos para realizar as gravações em situações distintas, não sabendo precisar qual deles foi utilizado para cada gravação específica.

Atenciosamente,

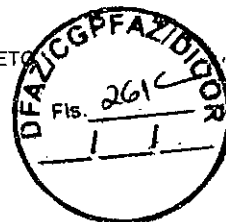
Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Procurador-Geral da República

Ao Senhor

JOSÉLIO AZEVEDO DE SOUZA

Delegado de Polícia Federal coordenador do GT Lava Jato no âmbito do STF
SAS Quadra 06, lotes 09/10, Edifício-Sede do Departamento de Polícia Federal
CEP 70037-900 – Brasília – DF

GTLJ/PGR



Expediente	Dt. Movimentação (Horário de Brasília)	Destino	Volume	Guia
PGR-00154055/2017 - OFÍCIO - 136 / 2017 - GTLJ/PGR - Eletrônico	23/05/2017 - 16:46:38	DPF		375947

Partes

REMETENTE	RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
DESTINATÁRIO	JOSÉLIO AZEVEDO DE SOUZA

Recebi em 23/05/2017 às 19:00

Assinatura _____

Matrícula ou Carimbo _____

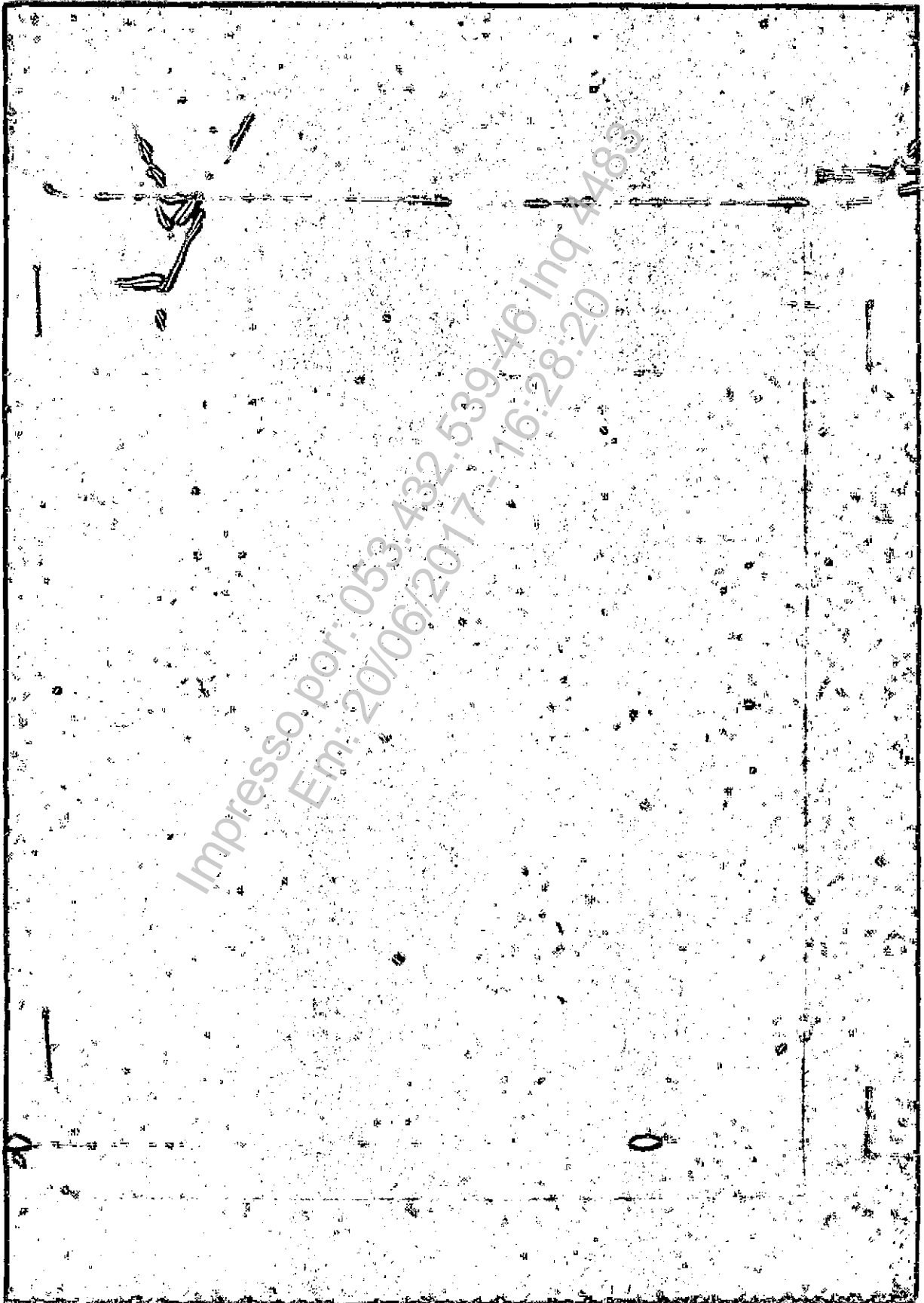
Eugenio Moreira Filho
Agente Administrativo
Matrícula 5.735

Impresso por: 053.432.539-46 Ino: 4433
Em: 20/06/2017 - 16:28:27



DPF/MJ
Fl: 262
Rub: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJC - POLÍCIA FEDERAL - SEDE

TERMO DE APREENSÃO
45/2017

Ao(s) 24 dia(s) do mês de maio de 2017, neste(a) POLÍCIA FEDERAL, em Brasília/DF, presente o(a) Delegado(a) de Polícia Federal JOSÉLIO AZEVEDO DE SOUSA, comigo Escrivão de Polícia Federal, ao final declarado, na presença das testemunhas abaixo declaradas e assinadas, a Autoridade determino a apreensão do material abaixo discriminado:

Apreensão nº: 45/2017

Item	Descrição	Quant.	Observação
1	Aparelhos Eletrônicos Diversos	1	aparelho eletrônico envolto em borracha preta, sem identificação aparente

Referido material foi encaminhado a este Grupo de Inquéritos pela Procuradoria-Geral da República, Ofício 136/GTJJ/PGR, em que informa ter sido este apresentado pelo advogado Fernando Moraes pausada, OAB/SP 211087, com sendo um dos dispositivos utilizados para efetuar o registro dos áudios que constam do Inquérito 4483. Nada mais havendo, a Autoridade determinou que fosse encerrado o presente termo que, lido e achado conforme vai por todos assinado, inclusive por mim, _____, CRISTIANE RODRIGUES DOS SANTOS, Escrivã(o) de Polícia Federal, que o lavrei.

.....
JOSÉLIO AZEVEDO DE SOUSA

.....
ANDRE LUIS ACOSTA DOS SANTOS, mat. 8676

.....
EUGÊNIO MOREIRA FILHO, mat. 5735



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

TERMO DE DESENTRANHAMENTO

Inquérito n.º 4483 - STF (RE 0091/2017-1 - GINQ/STF/DICOR)

Ao(s) 24 dia(s) do mês de maio de 2017, nesta Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DICOR/PF, em Brasília/DF, em cumprimento ao item 3 do despacho de fl(s) 257, **DESENTRANHEI** dos autos os equipamentos eletrônicos de fl(s) 255 e 262 deste **RE 0091/2017-1 - GINQ/STF/DICOR (INQ. n.º 4483 - STF)** e os encaminhei ao INC/DITEC conforme Memorando 456/2017, do que, para constar, eu, , **CRISTIANE RODRIGUES DOS SANTOS**, Escrivã de Polícia Federal, Classe Especial, Matrícula n.º 10.946, lavro este termo.

Impresso por: 053023339@ginq 4483
Em: 20/06/2017 10:20:07



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

Memorando n.º 0456/2017 - RE 0091/2017-1 - PF/MJC - GINQ/STF/DICOR/PF.

Em, 24 de maio de 2017.

URGENTE - STF

Ao Senhor MAURO MENDONCA MAGLIANO
Diretor do Instituto Nacional de Criminalística - INC/DITEC/DPF.

Assunto: Encaminha equipamentos eletrônicos.

Em reposta ao requerimento formulado na Informação Técnica 83/2017 INC/DITEC/DPF, encaminho a Vossa Senhoria dois equipamento eletrônicos, semelhantes a pendrives, ambos de cor preta, sem marcas aparentes, entregues pelo advogados Francisco de Assis e Silva, OAB/PR 16.615 e Fernando de Moraes Pousada, OAB/SP 211087 à Procuradoria Geral da República e encaminhados a este Grupo de Inquéritos pelos Ofícios 129/GTJJ/PGR e 136/GTLJ/PGR, como sendo os equipamentos utilizados para a gravação das conversas que foram objeto da solicitação de perícia constante do Memorando Coordenação PATMOS 01/2017 GINQ/STF/DICOR.

Atenciosamente,

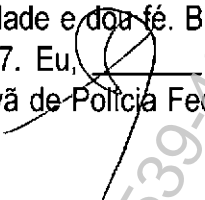
JOSÉLIO AZEVEDO DE SOUSA
Delegado de Polícia Federal
Coordenador GINQ/STF/DICOR/PF

Recebido em
24/05/2017 às 15:00.
MARCENNO REIS
Criminal Federal
Matrícula nº 14.882



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, por determinação verbal da Autoridade que preside o feito, deixo de cumprir o item 04 do despacho de fls. 257. O referido é verdade e dou fé. Brasília/DF, aos 24 dia(s) do mês de maio de 2017. Eu,  CRISTIANE RODRIGUES DOS SANTOS, Escrivã de Polícia Federal, Classe Especial, que a lavrei.

Impresso por: 053.432.539-1
Em: 20/06/2017 - 16:28:44
4483



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

CONCLUSÃO

Ao(s) 25 dia(s) do mês de maio de 2017, faço os autos conclusos ao Delegado de Polícia Federal JOSÉLIO AZEVEDO DE SOUSA. Eu, CRISTIANE RODRIGUES DOS SANTOS, Escrivã de Polícia Federal, que o lavrei.

DESPACHO

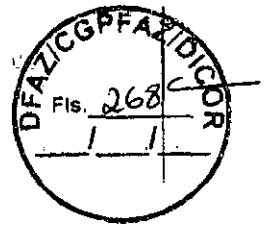
1. Junte-se aos autos a Decisão proferida pelo Ministro Edson Fachin, datada de 24/05/2017;
2. Em face da prefalada decisão, tornem-se sem efeitos os atos instrutórios realizados com base no art. 230-C do Regimento Interno do STF e lançados no item 4 da fl. 257 dos autos;
3. Em cumprimento à decisão ora juntada, encaminhem-se os autos ao Supremo Tribunal Federal.

Brasília/DF, 25 de maio de 2017.

JOSÉLIO AZEVEDO DE SOUSA
Delegado de Polícia Federal
Coordenador do GINQ/STF/DICOR

DATA

Ao(s) 25/05/2017, **recebi** estes autos com o despacho do Delegado. Eu, CRISTIANE RODRIGUES DOS SANTOS, Escrivã de Polícia Federal, que o lavrei.



Supremo Tribunal Federal

INQUÉRITO 4.483 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
 AUTOR(A/S)(ES) : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
 PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR GERAL DA REPUBLICA
 INVEST.(A/S) : MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULLIA
 ADV.(A/S) : ANTONIO CLAUDIO MARIZ DE OLIVEIRA E
 OUTRO(A/S)
 INVEST.(A/S) : AELIO NEVES DA CUNHA
 ADV.(A/S) : CARLOS MARIO DA SILVA VILLOSO E
 OUTRO(A/S)
 INVEST.(A/S) : RODRIGO SANTOS DA ROCHA LEURES

DESPACHO: 1. Proceda-se a juntada das petições em anexo quando do retorno dos autos do inquerito

2. Por meio da Petição 0026150/2017, Rodrigo Santos da Rocha Leures comunica a entrega de "uma mala contendo valores em espécie" à Superintendência da Polícia Federal em São Paulo/SP, nada havendo a deliberar.

3. Rubens Pereira e Silva Júnior, por intermédio da Petição 0026480/2017, requer informações "no sentido de saber se sou investigado no curso deste inquerito ou de qualquer outro no excelso Supremo Tribunal Federal, tendo por objeto desta ou de qualquer outra notícia criminal".

Considerando que os autos respectivos não mais tramitam sob o sigilo processual, nada impede que o requerente requiera o que entender de direito diretamente a Seção de Processos Originários deste Tribunal

4. Michel Miguel Elias Temor Lullia, pelas Petições 0026509/2017 e 0026517/2017, requer "que se o Presidente da República for ouvido deverei se-lo em ato presidido por Vossa Excelência ou responder por escrito quesitos adrelemente elaborados", apresentando, ainda, novo laudo e outros quesitos que entenda pertinentes.

5. Como possibilitar a outro interessado a formulação de quesitos, entendendo que o prazo anteriormente determinado não tinha caráter peremptório, determino a tomesa de cópia da petição 0026517/2017, com os documentos anexados, a autoridade policial para consideração

6. Requisite-se o inquerito à autoridade policial para outras



Supremo Tribunal Federal

INQ 4483 / DF

deliberações.

7. Única diligência por ora deferida, mantenha-se a continuidade, exclusivamente, da perícia em curso.

Oficie-se, com urgência.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 24 de maio de 2017.

Ministro EDSON FACHIN

Relator

Documento assinado digitalmente


*Impresso por: 053.432.533/46 Inq 4483
Em: 20/06/2017 - 16:28:20*



PF / MJC
Fl: 270
Rub: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

REMESSA

Ao(s) 25/05/2017, em atenção ao disposto no item 3 do Despacho de fl(s) 267, faço a **REMESSA** dos autos deste **RE 0091/2017-1 - GINQ/STF/DICOR (INQ. n.º 4483 - STF)**, compostos por 02 Volumes, ao **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**. Eu,  **CRISTIANE RODRIGUES DOS SANTOS**, Escrivã de Polícia Federal, Classe Especial, que o lavrei.

Impresso por: 053.432.539.41101783
Em: 20/06/2017 - 16:28:20

Supremo Tribunal Federal
INA 4483

271
mf

TERMO DE RECEBIMENTO

Certifico que, nesta data, recebi os autos do(a)

Delegado de polícia
Com 02 volume(s), — apenso(s) e — juntada(s) por linha.

Brasília, 25/05 / 2017.

max

Dielson silva Alves
Seção de Atendimento Presencial

STF/STJ
Em 25/05/2017 às 18h50
recebi os autos 02 vols — apensos
e — juntadas (por linha) com o(a)
_____ que segue.
de g fow
Servidor/Estagiário-Matricula
SOMENTE OS
02 VOLUMES.

Impresso por: 0582422576 Inq 4483
Em: 20/06/2017 14:20

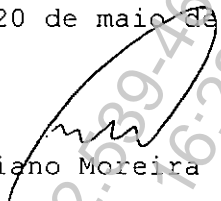
2821

Supremo Tribunal Federal

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao despacho proferido nesta data, entreguei, em mãos, o volume principal do Inquérito nº4483 ao **Dr. Josélio de Azevedo Souza**, Delegado de Polícia Federal, o qual firmou recebimento na guia de deslocamento que segue.

Brasília, 20 de maio de 2017.


Fabiano Moreira
Matrícula 2535

TERMO DE JUNTADA
Junto a estes autos o protocolado de nº 25614297 que segue.
Brasília, 26 de maio de 2017

DENIS MARTINS FERREIRA
Matrícula 2190

Ingresso por: 053.432.539-46 Inq 4483
Em: 20/06/2017 16:28:20

2737

Excelentíssimo Senhor Ministro EDSON FACHIN – Supremo Tribunal Federal

Supremo Tribunal Federal

20/05/2017 15:16 0025612



MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA, já devidamente qualificado no Inquérito autorizado por Vossa Excelência, em trâmite perante esta E. Corte, sob nº 4483, vem, respeitosamente, requerer a juntada do instrumento de procuração, bem como, ato contínuo, requerer acesso integral ao procedimento, incluídos todos seus anexos, de modo a proporcionar-lhe o direito ao contraditório e ampla defesa.

Nestes termos,

Pede deferimento.

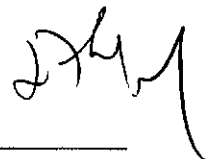
Brasília, 19 de Maio de 2017.

ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA

OAB/SP 23.183

GUSTAVO BONINI GUEDES

OAB/PR 41.756



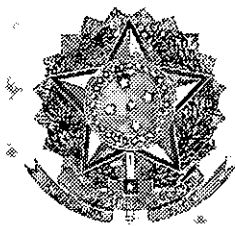
PROCURAÇÃO

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 2586876 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 069.319.878-87, com endereço profissional no Palácio do Planalto, Anexo II, térreo, Brasília/DF, pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA, SÉRGIO EDUARDO MENDONÇA DE ALVARENGA, PAOLA ZANELATO, RODRIGO SENZI RIBEIRO DE MENDONÇA, RENATA CASTELLO BRANCO MARIZ DE OLIVEIRA, FAUSTO LATUF SILVEIRA, FABIO CASTELLO BRANCO MARIZ DE OLIVEIRA, JORGE URBANI SALOMÃO, REGINA MARIA BUENO DE GODOY, GEORGE VICTOR RIBEIRO DA SILVA, FELIPE SALUM ZAK ZAK, LAURA SOARES DE GODOY e MARIANA SANTORO DI SESSA MACHADO**, brasileiros, com escritório no endereço impresso abaixo, inscritos na O.A.B. Seção de São Paulo, sob nº 23.183, 125.822, 123.013, 162.093, 154.097, 199.379, 314.266, 274.322, 183.207, 321.633, 377.835, 654.595 e 351.734, respectivamente, e **GUSTAVO BONINI GUEDES**, inscrito na O.A.B Seção do Paraná, sob nº 41.756, outorgando-lhes os poderes da cláusula "ad judicium" e "ad extra" e os especiais para transigir, desistir, firmar acordo, compromisso, receber e dar quitação, podendo substabelecer representando o outorgante nos autos do Inquérito sob nº 4483, em trâmite perante o Egrégio Supremo Tribunal Federal.

São Paulo, 19 de maio de 2017.



MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA



Poder Judiciário
Supremo Tribunal Federal

275
M

Recibo de Petição Eletrônica

Petição	25612/2017
Processo	Inq 4483
Tipo de pedido	Procuração/Substabelecimento
Relação de Peças	1 - Documento comprobatório Assinado por: GUSTAVO BONINI GUEDES 2 - Procuração e substabelecimentos Assinado por: GUSTAVO BONINI GUEDES
Data/Hora do Envio	20/05/2017 às 15:16:39
Enviado por	GUSTAVO BONINI GUEDES (CPF: 030.915.309-30)

Impresso por: 053.424.259-16 Inq 4483
Em: 20/06/2017 16:22:20



296
1

Certidão de Retificação de Autuação

Inquérito n. 4483

AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S) : MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
ADV.(A/S) : ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA (0123013/SP)
INVEST.(A/S) : AECIO NEVES DA CUNHA
ADV.(A/S) : CARLOS MARIO DA SILVA VELLOSO (24750/DF) E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES

(Seção de Processos Originários Criminais)

Certifico que retifiquei a autuação destes autos para incluir como advogado do investigado Michel Miguel Elias Temer Lulia, o dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira.

Brasília, 22 de maio de 2017.

Denis Martins Ferreira
Matrícula 2190

Impresso por: 053.492.539-45 19/05/2017 16:28:20
Em: 20/05/2017 16:28:20

TERMO DE JUNTADA
Junto a estes autos o protocolado de nº 2594/dat que segue.
Brasília, 20 de maio de 2017

DENIS MARTINS FERREIRA
Matrícula 2190

2771

† PROF. WALDEMAR MARIZ DE OLIVEIRA JÚNIOR
ÂNGELA CASTELLO BRANCO MARIZ DE OLIVEIRA
SÉRGIO EDUARDO MENDONÇA DE ALVARENGA
RENATA C. B. MARIZ DE OLIVEIRA
FAUSTO LATUF SILVEIRA
FÁBIO CASTELLO BRANCO MARIZ DE OLIVEIRA
REGINA MARIA BUENO DE GODOY

ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA
PAOLA ZANELATO
RODRIGO SENZI RIBEIRO DE MENDONÇA
JORGE URBANI SALOMÃO
GEORGE VICTOR ROBERTO DA SILVA
FELIPE SALUM ZAK ZAK
LAURA SOARES DE GODOY

EXMO. SR. DR. MINISTRO EDSON FACHIN – M. D. RELATOR DO
INQUÉRITO 4483, EM TRÂMITE PERANTE O COLENDO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL.

Supremo Tribunal Federal

22/05/2017 12:24 0025742



MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA, por

seu advogado infra-assinado, nos autos do INQUÉRITO em epígrafe, em trâmite perante esta Egrégia Suprema Corte, vem, à presença de V. Excelência, requerer a juntada de instrumento de SUBSTABELECIMENTO.

Termos em que,

P. Deferimento.

De São Paulo para Brasília, 22 de maio de 2017.

ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA

(ASSINADO DIGITALMENTE)

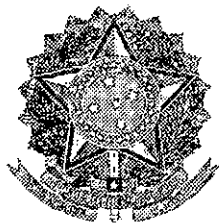
SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reserva de iguais, aos advogados **FREDERICO DONATI BARBOSA** e **BRIAN ALVES PRADO**, brasileiros, com escritório no SHS Quadra 06, Conjunto A, Bloco C, salas 1505/1506, Complexo Empresarial Brasil 21, CEP 70.316-000, Asa Sul, Brasília/DF, inscritos na O.A.B., Secção do Distrito Federal, sob nº 17.825 e 46.474, respectivamente, os poderes que me foram conferidos por **MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA**, nos autos do Inquérito 4483, em trâmite perante o Colendo Supremo Tribunal Federal.

De São Paulo para Brasília, 22 de maio de 2017.

ANTÔNIO CLAUDIO MARIZ DE OLIVEIRA

(ASSINADO ELETRONICAMENTE)



Poder Judiciário
Supremo Tribunal Federal

279
M

Recibo de Petição Eletrônica

Petição	25742/2017
Processo	Inq 4483
Tipo de pedido	Procuração/Substabelecimento
Relação de Peças	1 - Documento comprobatório Assinado por: ANTONIO CLAUDIO MARIZ DE OLIVEIRA 2 - Procuração e substabelecimentos Assinado por: ANTONIO CLAUDIO MARIZ DE OLIVEIRA
Data/Hora do Envio	22/05/2017 às 12:24:56
Enviado por	ANTONIO CLAUDIO MARIZ DE OLIVEIRA (CPF: 410.712.208-53)

TERMO DE JUNTADA

Junto a estes autos o protocolado de nº 25806/2017 que segue.

Brasília, 26 de maio de 2017.

DENIS MARTINS FERREIRA
Maticula 2190

Impresso por: 053...
Em: 20/06/2017 16:20:19 4483



OLIVEIRA LIMA, HUNGRIA, DALL'ACQUA & FURRIER
A D V O G A D O S

JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA | JAQUELINE FURRIER
CAMILA HUNGRIA | RODRIGO DALL'ACQUA | GIOVANNA GAZOLA
ANA CAROLINA DE OLIVEIRA PIOVESANA | CAMILA TORRES CESAR
FABIANA SCHEFER SABATINI | VERÓNICA RAHAL | DANIEL KIGNEL
KATIELLE CARDOSO RAMOS | ROSSANA BRUM LEQUES

280
M

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MINISTRO DO EGRÉGIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – DR. EDSON FACHIN.**

Supremo Tribunal Federal


22/05/2017 15:03 0025806




RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES, por seus advogados, nos autos do inquérito policial nº **4483**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer a juntada aos autos da petição enviada na data de ontem, 21 de maio de 2017, via *e-mail*, em atendimento à intimação recepcionada, também via *e-mail*, pela Defesa, em 20 de maio de 2017.

Termos em que,
pede deferimento.

De São Paulo para Brasília,
em 22 de maio de 2017.


RODRIGO DALL'ACQUA
OAB/SP 174.378


VERÓNICA RAHAL
OAB/SP 316.334

Verônica Carvalho Rahal

De: Verônica Carvalho Rahal
Enviado em: domingo, 21 de maio de 2017 17:54
Para: 'comunicacao sej@stf.jus.br'
Assunto: RES: Intimação despacho INQ 4483
Anexos: 20170521163113881.pdf

Prioridade: Alta

Destinatário	Entrega	Ler
'comunicacao sej@stf.jus.br'		
Rodrigo Dall'Acqua		Lida: 21/05/2017 18:05
José Luis Oliveira Lima	Entregue: 21/05/2017 17:55	Lida: 22/05/2017 06:40
rodrigo@olimahungria.adv.br	Entregue: 21/05/2017 17:56	

Prezados, boa tarde.

Segue, em arquivo anexo, petição apresentada em nome do Dep. Fed. Rodrigo Santos da Rocha Loures, no Inquérito nº 4483, referente à decisão cuja cópia nos foi encaminhada na data de ontem, na mensagem abaixo.

Peço a gentileza de confirmarem o recebimento e realizarem o protocolo da mesma.

Atenciosamente,

Verônica Rahal



OLIVEIRA LIMA, HUNGRIA, DALL'ACQUA & FURRIER
Tel: 55 11 3138-6272
Fax: 55 11 3138-6270
Oliveira Lima, Hungria, Dall'Acqua e Furrier Advogados
Av. São Luis, 50, 32º andar, conj. 322, Ed. Itália
01046-926 - São Paulo-SP

De: "comunicacao sej" <comunicacao sej@stf.jus.br>
Para: "Giovanna Cardoso Gazola" <giovanna@olimahungria.adv.br>
Assunto: Intimação despacho INQ 4483

Ao Senhor
JOSÉ LUIS DE OLIVEIRA LIMA

De ordem de Sua Excelência o Senhor Ministro Edson Fachin, e conforme contato telefônico, encaminho a decisão proferida no INQ 4483.

Favor confirmar o recebimento deste e-mail.

Respeitosamente,

Gabinete da Secretaria Judiciária
Supremo Tribunal Federal
3217-3612



Impresso por: 053.432.539-46 Inq 4483
Em: 20/06/2017 - 16:28:20



OLIVEIRA LIMA, HUNGRIA, DALL'ACQUA & FURRIER
ADVOCADOS

JOSE LUIS OLIVEIRA LIMA | JAQUELINE FURRIER
CAMILIA HUNGRIA | RODRIGO DALL'ACQUA | GIOVANNA GAZOLA
ANA CAROLINA DE OLIVEIRA PIOVESANA | CAMILA TORRES CESAR
FABIANA SCHEFER/SABATINI | VERONICA RYHAL | DANIEL KIGNEL
KATIELLE CAARDOSO RAMOS | ROSSANA BRUM LEQUES

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MINISTRO DO EGRÉGIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DR. EDSON FACHIN.

RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES, por seus advogados, nos autos do inquérito policial nº **4483**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o que segue.

1. A Defesa do Peticionário recebeu na data de ontem, 20 de maio de 2017, por meio de mensagem eletrônica, às 20h30min, em seu endereço de e-mail institucional, cópia de decisão proferida nestes autos, na qual Vossa Excelência determinou "*a entrega dos autos à autoridade policial, a fim de que o Instituto Nacional de Criminística (INC), realize, no menor prazo possível, perícia técnica nas mídias contendo gravações feitas pelo colaborador Joesley Mendonça Batista com Michel Miguel Elias Temer Lulia, Aécio Neves da Cunha e Rodrigo Santos da Rocha Loures*".

No referido *decisum*, determinou-se, ainda, a intimação dos defensores "*por meio eletrônico, fax ou telefônico, deferindo-lhes o prazo até as 19h30min do dia 21 de maio de 2017 para apresentação de quesitos, os quais deverão ser entregues diretamente à autoridade policial*".



OLIVEIRA BIMA, HUNGRIA, DALL'ACQUA & FURRIER
A D O S

JOSÉ LUIS OLIVEIRA BIMA | JAQUELINE FURRIER
CAMILA HUNGRIA | RODRIGO DALL'ACQUA | GIOVANNA GAZOLA
ANA CAROLINA DE OLIVEIRA PIOVESANA | CAMILA TORRES CESAR
FÁBIANA SCHERER SABATINI | VERÔNICA RAHAL | DANIEL KIGHEL
KATHÉLL CARDOSO LAMOS | ROSSANA DRUM LEQUES

2

2801

Solicitou-se, por fim, *“tão logo se dê cumprimento integral ao que aqui consta, pauta para levar o pedido de suspensão do inquérito formulado por Michel Miguel Elias Temer Lulia como questão de ordem respectiva ao colegiado do Tribunal Pleno na sessão mais imediata possível”*.

2. Pois bem. Inicialmente, cumpre a esta Defesa consignar que a concessão de prazo de 24 (vinte e quatro) horas, iniciando-se no período noturno do sábado e se encerrando no dia seguinte, domingo, contraria o disposto na legislação processual pátria. Conforme prescreve o art. 224, § 1º, do Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente ao processo penal, por força do art. 3º do Código de Processo Penal, *“A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação”*. O art. 798, § 3º, do Código de Processo Penal, por sua vez, dispõe que *“O prazo que terminar em domingo ou dia feriado considerará-se prorrogado até o dia útil imediato”*.

Tratando-se de matéria expressamente regulamentada pela legislação processual, o rito em questão deve ser sempre seguido. Os procedimentos previstos em lei não são meras formalidades; são fixados pelo legislador, à luz do princípio do devido processo legal (art. 5º, inciso LIV, CF), visando garantir de que todos os direitos dos investigados e réus sejam exercidos de maneira efetiva. Dentre estes direitos está, logicamente, o da ampla defesa, previsto em nossa Carta Magna, em seu artigo 5º, inciso LV.

Assim, a comunicação de uma decisão no período noturno de um sábado, na qual está determinado que as Defesas constituídas nos autos se manifestem, até às 19h30min do dia seguinte, ou seja, domingo, apresentando quesitos para a realização de perícia em gravações diretamente relacionadas ao objeto da investigação, como ocorreu no caso em testilha, mostra-se contrária à lei e ao direito do Peticionário à ampla defesa.



OLIVEIRA LIMA, HUNGRIA, DALL'ACQUA & FURRIER
ADVOCADOS

JOSÉ LUIS OLIVEIRA EIMA | JAQUELINE FURRIER
CAMILA HUNGRIA | RODRIGO DALL'ACQUA | GIOVANNA GAZOLA
ANA CAROLINA DE OLIVEIRA EIOVESANA | CAMILA TORRES CESAR
FABIANA SCHERER SABATINI | VERÔNICA RAHÁL | DANIEL KIGNEL
KATIELLE CARDOSO RAMOS | ROSSANA BRUM LÉQUES

3

É importante consignar que esta Defesa somente obteve acesso a estes autos na última sexta-feira, 19 de maio de 2017, no período da tarde. Ou seja, sequer teve tempo hábil para tomar conhecimento do conteúdo integral da investigação.

A perícia é um ato de absoluta relevância e prejudicialidade, no tocante ao objeto das investigações, e não deve, portanto, ser produzida às pressas, sem que as partes tenham condições mínimas de dela participar, sob pena de restar comprometida a própria idoneidade de seus resultados.

É importante ressaltar, igualmente, que o Código de Processo Penal prevê, no art. 159, uma série de providências que poderão ser requeridas pelas partes no que toca a análise pericial, dentre as quais está a apresentação de quesitos e indicação de assistente técnico, o que evidencia a complexidade deste ato e a impossibilidade de que seja realizado no prazo exíguo de 24 (vinte e quatro) horas. A Defesa está materialmente impossibilitada de contratar um assistente técnico e elaborar quesitos no exíguo prazo entre sábado e domingo.

Deve-se registrar, ainda, no tocante às gravações que serão objeto de perícia, que a própria Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF) afirmou publicamente que *"ao se ouvir o áudio, percebe-se a presença de eventos acústicos que precisam passar por análise técnica, especializada e aprofundada, sem a qual não é possível emitir qualquer conclusão acerca da autenticidade da gravação"*¹, o que torna ainda mais evidente a importância da perícia e a inadequação do prazo concedido à Defesa para se manifestar.

¹Anexar áudio de Temer sem perícia foi inaceitável, dizem peritos da PF, texto publicado em 20/05/2017, no site da Folha de São Paulo. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1885875-anexar-audio-de-temer-sem-pericia-foi-inaceitavel-dizem-peritos-da-pf.shtml>.



OLIVEIRA LIMA, HUNGRIA, DALL'ACQUA & FURRIER
A D V O G A D O S

JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA | JAQUELINE EUBRIER
CAMILA HUNGRIA | RODRIGO DALL'ACQUA | GIOVANNA GAZOLA
ANA CAROLINA DE OLIVEIRA PIOVESANA | CAMILA TORRES CÉSAR
FABIANA SCHEFER SABATINI | VERÔNICA RAHAL | DANIEL KIGUEL
KATIELLE CARDOSO RAMOS | ROSSANA BRUM LEQUES

4

283

3. Portanto, pelas razões aqui expostas, requer-se seja concedido à Defesa o prazo de 5 (cinco) dias para a apresentação de quesitos², bem como indicação de assistente técnico, nos termos do art. 159, § 3º, do Código de Processo Penal.

Termos em que, pede deferimento.

De São Paulo para Brasília,

em 21 de maio de 2017.

JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA

OAB/SP 107.106

RODRIGO DALL'ACQUA

OAB/SP 174.378

VERÔNICA RAHAL

OAB/SP 316.334

Impresso por: 08-432-539-46 Im: 4483
Em: 20/05/2017 - 16:28:20

² Tendo em vista que o art. 159, § 3º, não fixa prazo específico para a apresentação de quesitos, deve ser aplicado o disposto no art. 218, § 5º, do Código de Processo Civil, que prevê um prazo mínimo de 5 (cinco) dias para a prática de ato processual a cargo da parte. O referido dispositivo legal é aplicável ao processo penal por força do art. 3º do Código de Processo Penal.

2841

-- PRO5922FD1D1368

14:57 22/05/2017 Registro de transmissão

Recebido da ID remota ""

ID exclusiva: "PRO5922FD1D1368"

Tempo decorrido: 3 minutos, 12 segundos.

Canal utilizado 28 no servidor "FAXSERVER".

ANI: "anonymous"

AOC: 0, 0, 0

Código de status resultante (0/352; 0/0): Sucesso

Páginas enviadas: 1 - 7

Delegate ID: ""

15:01 22/05/2017

15:01 22/05/2017 Registro de impressão

Impresso na impressora GDI PRNTR em 0 minutos, 1 segundos.

Successfully printed 7 pages (1 copy) for user MIGUELINA on printer

\\IMPRESSORAS\IMP074272-Duplex

Impresso por: 053.432.539-46 Inq 1483
Em: 20/06/2017 - 16:28:20

285
M

INQUÉRITO 4.483 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S) : MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
ADV.(A/S) : ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA E
OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : AECIO NEVES DA CUNHA
ADV.(A/S) : CARLOS MARIO DA SILVA VELLOSO E
OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES

DESPACHO: Considerando que os autos se encontram com a autoridade policial, aguarde-se na secretaria para posterior juntada da Petição 0025839/2017.

Brasília, 23 de maio de 2017.

Ministro EDSON FACHIN

Relator

Documento assinado digitalmente

Impresso por: 053.432.539/46 mg 4483
Em: 20/06/2017 - 16:28:20

Supremo Tribunal Federal

INA 4483

286
7

TERMO DE JUNTADA

Junto a estes autos o protocolado de nº 29839/2017 que segue.

Brasília, 26 de março de 2017

DMM
DENIS MARTINS FERREIRA
Matrícula 2190

Impresso por: 053.432.539-46 Inq 4483
Em: 20/06/2017 - 16:28:20

MARIZ DE OLIVEIRA

† PROF. WALDEMAR MARIZ DE OLIVEIRA JÚNIOR
 ÂNGELA CASTELLO BRANCO MARIZ DE OLIVEIRA
 SÉRGIO EDUARDO MENDONÇA DE ALVARENGA
 RENATA CASTELLO BRANCO MARIZ DE OLIVEIRA
 FÁBIO CASTELLO BRANCO MARIZ DE OLIVEIRA
 JORGE URBANI SALOMÃO
 FELIPE SALUM ZAK ZAK

ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA
 PAOLA ZANELATO
 RODRIGO SENZI RIBEIRO DE MENDONÇA
 FAUSTO LATUF SILVEIRA
 REGINA MARIA BUENO DE GODOY
 GEORGE VICTOR ROBERTO DA SILVA
 LAURA SOARES DE GODOY

EXMO. SR. DR. EDSON FACHIN, M. D. MINISTRO DO EXCELSO SUPREMO
 TRIBUNAL FEDERAL (STF)

Supremo Tribunal Federal

22/05/2017 16:01 0025839



INQUÉRITO Nº 4483

O Presidente da República, **MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA**, por seus advogados infra-assinados, nos autos do INQUÉRITO em epígrafe, vem, à presença de Vossa Excelência, expor o que segue.

Em petição de 20 de maio, foi requerida a realização de perícia no áudio da gravação feita pelo empresário Joesley Batista e, reflexamente, a suspensão do Inquérito instaurado por determinação de Vossa Excelência.

Após anuência do Procurador Geral da República, Vossa Excelência determinou "*a entrega dos autos à autoridade policial, a fim de que*

3

o Instituto Nacional de Criminalística realize, no menor prazo possível, perícia técnica nas mídias contendo as gravações” feitas pelo empresário.

À luz dessa determinação e do novo contexto fático por ela criado, a defesa avalia estar satisfatoriamente atendido seu pleito. A suspensão requerida dizia respeito apenas à necessidade de se priorizar a perícia.

De fato, Nobre Ministro, como vem repetindo publicamente, o Presidente da República é o maior interessado na rápida e cabal elucidação dos fatos.

Por outro lado, não há dúvidas de que a perícia nos áudios é questão preliminar, prejudicial em relação a quaisquer outras diligências. Tanto que foi correta, imediata e urgentemente deferida por Vossa Excelência, para que ela seja realizada prioritariamente. E, também, já foi determinado prazo para as partes se manifestarem sob o futuro das investigações, tão logo concluído o trabalho pericial.

Na prática, pois, a defesa logrou êxito na sua intenção inicial.

Desta forma, a necessidade de apreciação do pedido de suspensão do Inquérito, s.m.j., acha-se prejudicado, por falta de interesse processual.

Termos em que,
p. deferimento.

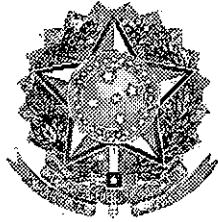
Impresso por: 0538-321339-46 1904488
Em: 20/06/2017 16:28:20

De São Paulo para Brasília, 22 de maio de 2017.


ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA


SÉRGIO EDUARDO MENDONÇA DE ALVARENGA

Impresso por: 053.432.539-46 Inq 4183
Em: 20/06/2017 - 16:28:20



28/11

Poder Judiciário
Supremo Tribunal Federal

Recibo de Petição Eletrônica

Petição	25839/2017
Processo	Inq 4483
Tipo de pedido	Esclarecimentos
Relação de Peças	1 - Prestação de esclarecimentos Assinado por: ANTONIO CLAUDIO MARIZ DE OLIVEIRA
Data/Hora do Envio	22/05/2017 às 16:01:37
Enviado por	ANTONIO CLAUDIO MARIZ DE OLIVEIRA (CPF: 410.712.208-53)

TERMO DE JUNTADA
Junto a estes autos o protocolado de nº 25839/2017 que segue.
Brasília, 20 de maio de 2017

DENIS MARTINS FERREIRA
Matrícula 2190



OLIVEIRA LIMA, HUNGRIA, DALL'ACQUA & FURJER

ADVOCADOS

JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA | JAQUELINE FURJER
CAMILA HUNGRIA | RODRIGO DALL'ACQUA | GIOVANNA GAZOLA
ANA CAROLINA DE OLIVEIRA FIOVESANA | CAMILA TORRES CESAR
FABIANA SCHEFER SABATINI | VERÓNICA RAHAR | DANIEL KIGNEL
KATIELE CARDOSO RAMOS | ROSSANA BRUM LEQUES

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MINISTRO DO EGRÉGIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – DR. EDSON FACHIN.

Supremo Tribunal Federal

22/05/2017 16:37 0025867



RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES, por seus advogados, nos autos do inquérito policial nº 4483, vem perante Vossa Excelência informar que, na data de amanhã, irá proceder à entrega física de seu passaporte oficial, o qual não estava em sua posse quando de seu desembarque em São Paulo/SP no último dia 19 de maio.

Termos em que, pede deferimento.

De São Paulo para Brasília,

Em 22 de maio de 2017.


JOSE LUIS OLIVEIRA LIMA

OAB/SP 107.106

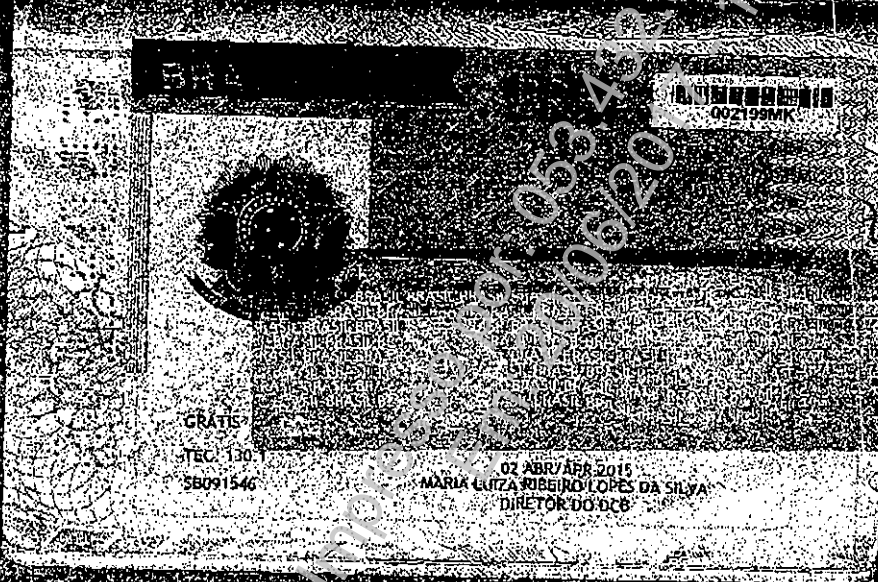

RODRIGO DALL'ACQUA

OAB/SP 174.378


DANIEL KIGNEL

OAB/SP 329.966

Impresso por 0533
Em: 20/06/2017 - 16:28:20 In: 4483
432.539-46 In: 4483



GRATIS

TEC. 130

5B091546

02 ABR/ABR 2015

MARIA LUIZA RIBEIRO LOPES DA SILVA
DIRETOR DO DCE

2921

-- PRO59231330136A

16:19 22/05/2017 Registro de transmissão
Recebido da ID remota ""
ID exclusiva: "PRO59231330136A"
Tempo decorrido: 15 minutos, 22 segundos.
Canal utilizado 1 no servidor "FAXSERVER".
ANI: "anonymous"
AOC: 0, 0, 0
Código de status resultante (0/352; 0/0): Sucesso
Páginas enviadas: 1 - 4
Delegate ID: ""
16:36 22/05/2017
16:36 22/05/2017 Registro de impressão
Impresso na impressora GDI PRNTR em 0 minutos, 0 segundos.
Successfully printed 4 pages (1 copy) for user MIGUELINA on printer
\\IMPRESSORAS\IMP074272-Duplex

Impresso por: 053.432.539-46 Inq 483
Em: 20/06/2017 - 16:28:20

INQUÉRITO 4.483 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : **MIN. EDSON FACHIN**
AUTOR(A/S)(ES) : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
PROC.(A/S)(ES) : **PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA**
INVEST.(A/S) : **MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA**
ADV.(A/S) : **ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA E**
OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : **AECIO NEVES DA CUNHA**
ADV.(A/S) : **CARLOS MARIO DA SILVA VELLOSO E**
OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : **RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES**

DESPACHO: Considerando que os autos se encontram com a autoridade policial, aguarde-se na secretaria para posterior juntada do expediente protocolado sob o nº 0026053/2017.

Desde logo, dê-se ciência à Presidência do Supremo Tribunal Federal, ao Procurador-Geral da República e à defesa, quanto à referida informação apresentada pela autoridade policial.

Intime-se.

Brasília, 23 de maio de 2017.

Ministro **EDSON FACHIN**

Relator

Documento assinado digitalmente

Supremo Tribunal Federal



Supremo Tribunal Federal

2944

Ofício nº 10439/2017

Brasília, 23 de maio de 2017.

A Sua Excelência a Senhora
Ministra CÁRMEN LÚCIA
Presidente do Supremo Tribunal Federal

Inquérito n. 4483

AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S) : MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
ADV.(A/S) : ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA (0123013/SP) E
OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : AECIO NEVES DA CUNHA
ADV.(A/S) : CARLOS MARIO DA SILVA VELLOSO (24750/DF) E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES

Senhora Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do Ofício nº 0715/2017-RE0094/2017-1-PF/MJC-GINQ/STF/DICOR/PF (Petição/STF nº 0026053/2017), mediante o qual a autoridade policial presta informações sobre a estimativa de conclusão das perícias requeridas.

Atenciosamente

Ministro Edson Fachin

Relator

Documento assinado digitalmente

Supremo Tribunal Federal



Supremo Tribunal Federal

295 M

Ofício nº 10444/2017

Brasília, 23 de maio de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Procurador-Geral da República

Inquérito n. 4483

AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S) : MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
ADV.(A/S) : ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA (0123013/SP) E
OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : AECIO NEVES DA CUNHA
ADV.(A/S) : CARLOS MARIO DA SILVA VELLOSO (24750/DF) E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES

Senhor Procurador-Geral da República,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do Ofício nº 0715/2017-RE0091/2017-1-PF/MJC-GING/STF/DICOR/PF (Petição/STF nº 0026053/2017), mediante o qual a autoridade policial presta informações sobre a estimativa de conclusão das perícias requeridas.

Atenciosamente,

Ministro Edson Fachin
Relator

Documento assinado digitalmente

Supremo Tribunal Federal



Supremo Tribunal Federal

2961

CARTA DE INTIMAÇÃO Nº 2250/2017

Inquérito nº 4483

AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S) : MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
ADV.(A/S) : ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA (0123013/SP) E
OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : AECIO NEVES DA CUNHA
ADV.(A/S) : CARLOS MARIO DA SILVA VELLOSO (24750/DF) E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES

(Seção de Processos Originários Criminais)

O **Ministro Edson Fachin**, do Supremo Tribunal Federal, Relator do processo em epígrafe, **INTIMA** o advogado CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO, com endereço no SAS Ed. Belverde, 8º andar, Brasília/DF, sobre o inteiro teor do despacho proferido nos autos em referência, cuja reprodução segue anexa.

Acompanha este expediente cópia da Petição/STF 0026053/2017.

Secretaria Judiciária do Supremo Tribunal Federal, em 23 de maio de 2017.

Ministro Edson Fachin

Relator

Documento assinado digitalmente

Impresso por: 95322-53916 Inq 4483
Em: 20/06/2017 16:28:30

Supremo Tribunal Federal



Supremo Tribunal Federal

297/1

CARTA DE INTIMAÇÃO Nº 2249/2017

Inquérito nº 4483

AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S) : MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
ADV.(A/S) : ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA (0123013/SP) E
OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : AECIO NEVES DA CUNHA
ADV.(A/S) : CARLOS MARIO DA SILVA VELLOSO (24750/DF) E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES

(Seção de Processos Originários Criminais)

O **Ministro Edson Fachin**, do Supremo Tribunal Federal, Relator do processo em epígrafe, **INTIMA** o advogado ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA, com endereço na Avenida Paulista, 1048, 4º andar, CEP 01310-200, São Paulo/SP, sobre o inteiro teor do despacho proferido nos autos em referência, cuja reprodução segue anexa.

Acompanha este expediente cópia da Petição/STF 0026053/2017.

Secretaria Judiciária do Supremo Tribunal Federal, em 23 de maio de 2017.

Ministro Edson Fachin
Relator
Documento assinado digitalmente

Impresso por: 95332-53916 Inq 4483
Em: 22/06/2017 16:20:30

Supremo Tribunal Federal



Supremo Tribunal Federal

298
M

CARTA DE INTIMAÇÃO Nº 2251/2017

Inquérito nº 4483

AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S) : MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
ADV.(A/S) : ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA (0123013/SP) E
OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : AECIO NEVES DA CUNHA
ADV.(A/S) : CARLOS MARIO DA SILVA VELLOSO (24750/DF) E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES

(Seção de Processos Originários Criminais)

O **Ministro Edson Fachin**, do Supremo Tribunal Federal, Relator do processo em epígrafe, **INTIMA JOSE LUIS MENDES DE OLIVEIRA LIMA**, com endereço no(a) na Av. São Luis, 50, 32º andar, cj. 322, CEP: 01046-926, São Paulo/SP, sobre o inteiro teor do despacho proferido nos autos em referência, cuja reprodução segue anexa.

Acompanha este expediente cópia da Petição/STF 0026053/2017.

Secretaria Judiciária do Supremo Tribunal Federal, em 23 de maio de 2017.

Ministro Edson Fachin

Relator

Documento assinado digitalmente

Impresso por: 20170523 16:28:30
Em: 20170523 16:28:30
Inq 4483

Supremo Tribunal Federal

JAD 4483

299

TERMO DE JUNTADA

Junto a estes autos o protocolado de nº 06053/2017 que segue.

Brasília, 26 de maio de 2017.

DENIS MARTINS FERREIRA
Matrícula 2190

Impresso por: 053.432.539-46 Inq 4483
Em: 20/06/2017 - 16:28:20



PF / MJC
Fl: _____
Rub: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

300
M

Ofício n.º 0715/2017 - RE 0091/2017-1 - PF/MJC - GINQ/STF/DICOR/PF.

Brasília/DF, 22 de maio de 2017.

Supremo Tribunal Federal

23/05/2017 10:23 0026053



A Sua Excelência o Senhor
EDISON FACHIN
Ministro Relator
Supremo Tribunal Federal
Brasília/DF

Assunto: **Inquérito n.º 4483 - STF (RE 0091/2017-1 - GINQ/STF/DICOR).**

Senhor Ministro,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do memorando n.º 053/2017-SEPAEL/DPER/INC/DITEC/PF, o qual apresenta as estimativas de prazo para finalização dos trabalhos periciais sobre os áudios constantes da mídia acostada à fl. 59 dos autos.

Atenciosamente,

JOSÉLIO AZEVEDO DE SOUSA
Delegado de Polícia Federal
Classe Especial - Matrícula n.º 9.518
Coordenador GINQ/STF/DICOR/PF



30M

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
DITEC – INSTITUTO NACIONAL DE CRIMINALÍSTICA
Memorando n.º 053/2017-SEPAEL/DPER/INC/DITEC/PF

Em 22 de maio de 2017.

Ao Senhor Chefe do GINQ/STF/DICOR/PF

Assunto: **Presta esclarecimentos.**

Referências: **Informação Técnica nº 083/2017-INC/DITEC/PF**
Memorando Coordenação PATMOS 01/2017-GINQ/STF/DICOR/PF

1. Considerando a quantidade e complexidade dos quesitos apresentados e a natureza minuciosa dos exames periciais criminais, informa-se:

- a) Há a necessidade de realização dos exames de Análise de Conteúdo, Verificação de Edições e Comparação de Locutor;
- b) Os áudios questionados estão sendo analisados conjuntamente, sendo priorizado os exames de Análise de Conteúdo e Verificação de Edições no áudio relacionado ao interlocutor Michel Miguel Elias Temer Lulia. Estima-se, inicialmente, a conclusão em até 30 (trinta) dias a partir da definição sobre a apresentação aos Peritos Criminais Federais do suposto equipamento gravador, conforme requerimento constante da Informação Técnica nº 083/2017-INC/DITEC/PF;
- c) Com relação aos áudios relacionados aos demais interlocutores, estima-se a conclusão dos exames de Análise de Conteúdo e Verificação de Edições em até 60 (sessenta dias), a partir da definição sobre a apresentação do suposto equipamento gravador;
- d) Acerca dos exames de Comparação de Locutor, demandados a partir dos três quesitos de letra “L” dos itens I, II e III, do anexo 1, encaminhados pelo Ofício nº 127/GTLJ/PGR, de 21/05/2017, o material encontra-se em análise quanto a sua adequabilidade para confronto, sendo que o prazo de atendimento será informado oportunamente.

Atenciosamente,


GETÚLIO MENEZES BENTO
Perito Criminal Federal

Chefe do Serviço de Perícias em Audiovisual e Eletrônicos



Supremo Tribunal Federal

JNJ 4483

300f

TERMO DE JUNTADA

Junto a estes autos o protocolado de nº 16066/2017 que segue.

Brasília, 16 de maio de 2017

DENIS MARTINS FERREIRA
Matrícula 2190

Impresso por: 053.432.539-46 Inq 4483
Em: 20/06/2017 - 16:28:20



OLIVEIRA LIMA, HUNGRIA, DALL'ACQUA & FURRIER
A D V O G A D O S

JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA | JAQUELINE FURRIER
CAMILA HUNGRIA | RODRIGO DALL'ACQUA | GIOVANNA GAZOLA
ANA CAROLINA DE OLIVEIRA PIOVESANA | CAMILA TORRES CESAR
FABIANA SCHEFER SABATINI | VERÔNICA RAHAL | DANIEL KIGNEL
KATIELLE CARDOSO RAMOS | ROSSANA BRUM LEQUES

3031

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MINISTRO DO EGRÉGIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – DR. EDSON FACHIN.**

Supremo Tribunal Federal


23/05/2017 11:07 0026066




RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES, por seus advogados, nos autos do inquérito policial nº **4483**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer a juntada aos autos da petição enviada na data de ontem, 21 de maio de 2017, via *e-mail*, em atendimento à intimação recepcionada, também via *e-mail*, pela Defesa, em 20 de maio de 2017.

Termos em que,
pede deferimento.

De São Paulo para Brasília,
em 22 de maio de 2017.


RODRIGO DALL'ACQUA
OAB/SP 174.378


VERÔNICA RAHAL
OAB/SP 316.334

Verônica Carvalho Rahal

De: Verônica Carvalho Rahal
Enviado em: domingo, 21 de maio de 2017 17:54
Para: 'comunicacao sej@stf.jus.br'
Assunto: RES: Intimação despacho INQ 4483
Anexos: 20170521163113881.pdf

3241

Prioridade: Alta

Controle:	Destinatário	Entrega	Ler
	'comunicacao sej@stf.jus.br'		
	Rodrigo Dall'Acqua		Lida: 21/05/2017 18:05
	José Luis Oliveira Lima	Entregue: 21/05/2017 17:55	Lida: 22/05/2017 06:40
	rodrigo@olimahungria.adv.br	Entregue: 21/05/2017 17:56	

Prezados, boa tarde.

Segue, em arquivo anexo, petição apresentada em nome do Dep. Fed. Rodrigo Santos da Rocha Loures, no Inquérito nº 4483, referente à decisão cuja cópia nos foi encaminhada na data de ontem, na mensagem abaixo.

Peço a gentileza de confirmarem o recebimento e realizarem o protocolo da mesma.

Atenciosamente,

Verônica Rahal



OLIVEIRA LIMA HUNGRIA DALL'ACQUA & FURRIER

Tel: 55 11 3138-6272

Fax: 55 11 3138-6270

Oliveira Lima, Hungria, Dall'Acqua e Furrier Advogados

Av. São Luis, 50, 32º andar, conj. 322, Ed. Itália

01046-926 - São Paulo-SP

De: "comunicacao sej" <comunicacao sej@stf.jus.br>
Para: "Giovanna Cardoso Gazola" <giovanna@olimahungria.adv.br>
Assunto: Intimação despacho INQ 4483

Ao Senhor
JOSÉ LUIS DE OLIVEIRA LIMA

De ordem de Sua Excelência o Senhor Ministro Edson Fachin, e conforme contato telefônico, encaminho a decisão proferida no INQ 4483.

Favor confirmar o recebimento deste e-mail.

Respeitosamente,

Gabinete da Secretaria Judiciária
Supremo Tribunal Federal
3217-3612

305M

Impresso por: 053.432.539-46 Inq 4483
Em: 20/06/2017 - 16:28:20



OLIVEIRA LIMA, HUNGRIA, DALL'ACQUA & FURRIER
A D V O G A D O S

JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA | JAQUELINE FURRIER
CAMILA HUNGRIA | RODRIGO DALL'ACQUA | GIOVANNA GAZOLA
ANA CAROLINA DE OLIVEIRA PIOVESANA | CAMILA TORRES CESAR
FABIANA SCHEFER SABATINI | VERÔNICA RAHAL | DANIEL KIGNEL
KATIELLE CARDOSO RAMOS | ROSSANA BRUM LEQUES

306
M

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MINISTRO DO EGRÉGIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – DR. EDSON FACHIN.**

RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES, por seus advogados, nos autos do inquérito policial nº **4483**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o que segue.

1. A Defesa do Peticionário recebeu na data de ontem, 20 de maio de 2017, por meio de mensagem eletrônica, às 20h30min, em seu endereço de e-mail institucional, cópia de decisão proferida nestes autos, na qual Vossa Excelência determinou “a entrega dos autos à autoridade policial, a fim de que o Instituto Nacional de Criminalística (INC), realize, no menor prazo possível, perícia técnica nas mídias contendo gravações feitas pelo colaborador Joesley Mendonça Batista com Michel Miguel Elias Temer Lulia, Aécio Neves da Cunha e Rodrigo Santos da Rocha Loures”.

No referido *decisum*, determinou-se, ainda, a intimação dos defensores “por meio eletrônico, fax ou telefônico, deferindo-lhes o prazo até as 19h30min do dia 21 de maio de 2017 para apresentação de quesitos, os quais deverão ser entregues diretamente à autoridade policial”.

g
C
A



OLIVEIRA LIMA. HUNGRIA. DALL'ACQUA & FURRIER
A D V O C A D O S

JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA | JAQUELINE FURRIER
CAMILA HUNGRIA | RODRIGO DALL'ACQUA | GIOVANNA GAZOLA
ANA CAROLINA DE OLIVEIRA PIOVESANA | CAMILA TORRES CESAR
FABIANA SCHEFER SABATINI | VERÔNICA RAHAL | DANIEL KIGNEL
KATIELLE CARDOSO RAMOS | ROSSANA BRUM LEQUES

2

3071

Solicitou-se, por fim, *“tão logo se dê cumprimento integral ao que aqui consta, pauta para levar o pedido de suspensão do inquérito formulado por Michel Miguel Elias Temer Lulia como questão de ordem respectiva ao colegiado do Tribunal Pleno na sessão mais imediata possível”*.

2. Pois bem. Inicialmente, cumpre a esta Defesa consignar que a concessão de prazo de 24 (vinte e quatro) horas, iniciando-se no período noturno do sábado e se encerrando no dia seguinte, domingo, contraria o disposto na legislação processual pátria. Conforme prescreve o art. 224, § 1º, do Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente ao processo penal, por força do art. 3º do Código de Processo Penal, *“A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação”*. O art. 798, § 3º, do Código de Processo Penal, por sua vez, dispõe que *“O prazo que terminar em domingo ou dia feriado considerar-se-á prorrogado até o dia útil imediato”*.

Tratando-se de matéria expressamente regulamentada pela legislação processual, o rito em questão deve ser sempre seguido. Os procedimentos previstos em lei não são meras formalidades; são fixados pelo legislador, à luz do princípio do devido processo legal (art. 5º, inciso LIV, CF), visando garantir de que todos os direitos dos investigados e réus sejam exercidos de maneira efetiva. Dentre estes direitos está, logicamente, o da ampla defesa, previsto em nossa Carta Magna, em seu artigo 5º, inciso LV.

Assim, a comunicação de uma decisão no período noturno de um sábado, na qual está determinado que as Defesas constituídas nos autos se manifestem, até às 19h30min do dia seguinte, ou seja, domingo, apresentando quesitos para a realização de perícia em gravações diretamente relacionadas ao objeto da investigação, como ocorreu no caso em testilha, mostra-se contrária à lei e ao direito do Peticionário à ampla defesa.

W

W

W



OLIVEIRA LIMA. HUNGRIA. DALL'ACQUA & FURRIER
A D V O G A D O S

JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA | JAQUELINE FURRIER
CAMILA HUNGRIA | RODRIGO DALL'ACQUA | GIOVANNA GAZOLA
ANA CAROLINA DE OLIVEIRA PIOVESANA | CAMILA TORRES CESAR
FABIANA SCHEFER SABATINI | VERÔNICA RAHAL | DANIEL KIGNEL
KATIELLE CAIDOSO RAMOS | ROSSANA BRUM LEQUES

3 M

É importante consignar que esta Defesa somente obteve acesso a estes autos na última sexta-feira, 19 de maio de 2017, no período da tarde. Ou seja, sequer teve tempo hábil para tomar conhecimento do conteúdo integral da investigação.

A perícia é um ato de absoluta relevância e prejudicialidade, no tocante ao objeto das investigações, e não deve, portanto, ser produzida às pressas, sem que as partes tenham condições mínimas de dela participar, sob pena de restar comprometida a própria idoneidade de seus resultados.

É importante ressaltar, igualmente, que o Código de Processo Penal prevê, no art. 159, uma série de providências que poderão ser requeridas pelas partes no que toca a análise pericial, dentre as quais está a apresentação de quesitos e indicação de assistente técnico, o que evidencia a complexidade deste ato e a impossibilidade de que seja realizado no prazo exíguo de 24 (vinte e quatro) horas. A Defesa está materialmente impossibilitada de contratar um assistente técnico e elaborar quesitos no exíguo prazo entre sábado e domingo.

Deve-se registrar, ainda, no tocante às gravações que serão objeto de perícia, que a própria Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF) afirmou publicamente que *“ao se ouvir o áudio, percebe-se a presença de eventos acústicos que precisam passar por análise técnica, especializada e aprofundada, sem a qual não é possível emitir qualquer conclusão acerca da autenticidade da gravação”*¹, o que torna ainda mais evidente a importância da perícia e a inadequação do prazo concedido à Defesa para se manifestar.

¹Anexar áudio de Temer sem perícia foi inaceitável, dizem peritos da PF, texto publicado em 20/05/2017, no site da Folha de São Paulo. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1885875-anexar-audio-de-temer-sem-pericia-foi-inaceitavel-dizem-peritos-da-pf.shtml>.



OLIVEIRA LIMA, HUNGRIA, DALL'ACQUA & FURRIER
A D V O G A D O S

JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA | JAQUELINE FURRIER
CAMILA HUNGRIA | RODRIGO DALL'ACQUA | GIOVANNA GAZOLA
ANA CAROLINA DE OLIVEIRA PIOVESANA | CAMILA TORRES CESAR
FABIANA SCHEFER SABATINI | VERÔNICA RAHAL | DANIEL KIGNEL
KATIELLE CARDOSO RAMOS | ROSSANA BRUM LEQUES

309
4

3. Portanto, pelas razões aqui expostas, requer-se seja concedido à Defesa o prazo de 5 (cinco) dias para a apresentação de quesitos², bem como indicação de assistente técnico, nos termos do art. 159, § 3º, do Código de Processo Penal.

Termos em que, pede deferimento.

De São Paulo para Brasília,

em 21 de maio de 2017.

JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA

OAB/SP 107.106

RODRIGO DALL'ACQUA

OAB/SP 174.378

VERÔNICA RAHAL

OAB/SP 316.334

Impresso por: 09/05/2017 - 16:28:20
Em: 20/05/2017 - 16:28:20
483

² Tendo em vista que o art. 159, § 3º, não fixa prazo específico para a apresentação de quesitos, deve ser aplicado o disposto no art. 218, § 3º, do Código de Processo Civil, que prevê um prazo mínimo de 5 (cinco) dias para a prática de ato processual à cargo da parte. O referido dispositivo legal é aplicável ao processo penal por força do art. 3º do Código de Processo Penal.

310 ✓

INQUÉRITO 4.483 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S) : MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
ADV.(A/S) : ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA E
OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : AECIO NEVES DA CUNHA
ADV.(A/S) : CARLOS MARIO DA SILVA VELLOSO E
OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES

DESPACHO: Rodrigo Santos da Rocha Loures, por intermédio da petição 0026100/2017, postula "seja concedido à Defesa o prazo de 5 (cinco) dias para apresentação de quesitos, bem como indicação de assistente técnico, nos termos do art. 159, § 3º, do Código de Processo Penal", alegando, em suma, que sua intimação via telefone e no fim de semana não encontra respaldo em lei, tanto que não obteve êxito, nesse curto lapso, em atender a determinação judicial.

Sem adentrar no debate acerca da validade do ato intimatório, na verdade, com a informação de que o exame pericial terá, a princípio, duração de trinta (30) dias, possível se considerar como prazo não peremptório aquele registrado na decisão de 20.5.2017.

Assim, defiro, em parte, a pretensão aqui formulada, determinando a intimação do peticionário para que, já que decorrido vários dias da deliberação anterior, no prazo de 3 (três) dias apresente seus quesitos diretamente no INC (Instituto Nacional de Criminalística). A questão relativa ao assistente técnico será resolvida posteriormente, após o laudo, tanto que não houve indicação por qualquer dos demais envolvidos.

Publique-se. Intime-se.

Após, como os autos se encontram com a autoridade policial, aguarde-se na secretaria para posterior juntada.

Brasília, 23 de maio de 2017.

Ministro EDSON FACHIN -Relator

Documento assinado digitalmente

314

JNA 44 23

TERMO DE JUNTADA

Junto a estes autos o protocolado de nº 200/2017 que segue.

Brasília de maio de 2017.

DENIS MARTINS FERREIRA
Matrícula 2190

Impresso por: 053.432.539-46 Inq 4485
Em: 20/06/2017 - 16:28:20



OLIVEIRA LIMA, HUNGRIA, DALL'ACQUA & FURRIER
A D V O G A D O S

JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA | JAQUELINE FURRIER
CAMILA HUNGRIA | RODRIGO DALL'ACQUA | GIOVANNA GAZOLA
ANA CAROLINA DE OLIVEIRA PIOVESANA | CAMILA TORRES CESAR
FABIANA SCHEFER SABATINI | VERÔNICA RAHAL | DANIEL KIGNEL
KATIELLE CARDOSO RAMOS | ROSSANA BRUM LEQUES

3121
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MINISTRO DO EGRÉGIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – DR. EDSON FACHIN.

Supremo Tribunal Federal

23/05/2017 12:36 0026100



RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES, por seus advogados, nos autos do inquérito policial nº **4483**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o que segue.

1. A Defesa do Peticionário recebeu na data de ontem, 20 de maio de 2017, por meio de mensagem eletrônica, às 20h30min, em seu endereço de e-mail institucional, cópia de decisão proferida nestes autos, na qual Vossa Excelência determinou “a entrega dos autos à autoridade policial, a fim de que o Instituto Nacional de Criminalística (INC), realize, no menor prazo possível, perícia técnica nas mídias contendo gravações feitas pelo colaborador Joesley Mendonça Batista com Michel Miguel Elias Temer Lulia, Aécio Neves da Cunha e Rodrigo Santos da Rocha Loures”.

No referido *decisum*, determinou-se, ainda, a intimação dos defensores “por meio eletrônico, fax ou telefônico, deferindo-lhes o prazo até as 19h30min do dia 21 de maio de 2017 para apresentação de quesitos, os quais deverão ser entregues diretamente à autoridade policial”.

313-1

Solicitou-se, por fim, *“tão logo se dê cumprimento integral ao que aqui consta, pauta para levar o pedido de suspensão do inquérito formulado por Michel Miguel Elias Temer Lulia como questão de ordem respectiva ao colegiado do Tribunal Pleno na sessão mais imediata possível”*.

2. Pois bem. Inicialmente, cumpre a esta Defesa consignar que a concessão de prazo de 24 (vinte e quatro) horas, iniciando-se no período noturno do sábado e se encerrando no dia seguinte, domingo, contraria o disposto na legislação processual pátria. Conforme prescreve o art. 224, § 1º, do Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente ao processo penal, por força do art. 3º do Código de Processo Penal, *“A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação”*. O art. 798, § 3º, do Código de Processo Penal, por sua vez, dispõe que *“O prazo que terminar em domingo ou dia feriado considerar-se-á prorrogado até o dia útil imediato”*.

Tratando-se de matéria expressamente regulamentada pela legislação processual, o rito em questão deve ser sempre seguido. Os procedimentos previstos em lei não são meras formalidades; são fixados pelo legislador, à luz do princípio do devido processo legal (art. 5º, inciso LIV, CF), visando garantir de que todos os direitos dos investigados e réus sejam exercidos de maneira efetiva. Dentre estes direitos está, logicamente, o da ampla defesa, previsto em nossa Carta Magna, em seu artigo 5º, inciso LV.

Assim, a comunicação de uma decisão no período noturno de um sábado, na qual está determinado que as Defesas constituídas nos autos se manifestem, até às 19h30min do dia seguinte, ou seja, domingo, apresentando quesitos para a realização de perícia em gravações diretamente relacionadas ao objeto da investigação, como ocorreu no caso em testilha, mostra-se contrária à lei e ao direito do Peticionário à ampla defesa.

A

a

a

3141

É importante consignar que esta Defesa somente obteve acesso a estes autos na última sexta-feira, 19 de maio de 2017, no período da tarde. Ou seja, sequer teve tempo hábil para tomar conhecimento do conteúdo integral da investigação.

A perícia é um ato de absoluta relevância e prejudicialidade, no tocante ao objeto das investigações, e não deve, portanto, ser produzida às pressas, sem que as partes tenham condições mínimas de dela participar, sob pena de restar comprometida a própria idoneidade de seus resultados.

É importante ressaltar, igualmente, que o Código de Processo Penal prevê, no art. 159, uma série de providências que poderão ser requeridas pelas partes no que toca a análise pericial, dentre as quais está a apresentação de quesitos e indicação de assistente técnico, o que evidencia a complexidade deste ato e a impossibilidade de que seja realizado no prazo exíguo de 24 (vinte e quatro) horas. A Defesa está materialmente impossibilitada de contratar um assistente técnico e elaborar quesitos no exíguo prazo entre sábado e domingo.

Deve-se registrar, ainda, no tocante às gravações que serão objeto de perícia, que a própria Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF) afirmou publicamente que *“ao se ouvir o áudio, percebe-se a presença de eventos acústicos que precisam passar por análise técnica, especializada e aprofundada, sem a qual não é possível emitir qualquer conclusão acerca da autenticidade da gravação”*¹, o que torna ainda mais evidente a importância da perícia e a inadequação do prazo concedido à Defesa para se manifestar.

¹Anexar áudio de Temer sem perícia foi inaceitável, dizem peritos da PF, texto publicado em 20/05/2017, no site da Folha de São Paulo. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1885875-anexar-audio-de-temer-sem-pericia-foi-inaceitavel-dizem-peritos-da-pf.shtml>.

315M

3. Portanto, pelas razões aqui expostas, requer-se seja concedido à Defesa o prazo de 5 (cinco) dias para a apresentação de quesitos², bem como indicação de assistente técnico, nos termos do art. 159, § 3º, do Código de Processo Penal.

Termos em que, pede deferimento.

De São Paulo para Brasília,

em 21 de maio de 2017.



JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA

OAB/SP 107.106



RODRIGO DALL'ACQUA

OAB/SP 174.378



VERÔNICA RAHAL

OAB/SP 316.334

Impresso por: 053422539-46 199 4483
Em: 20/06/2017 10:28:20

² Tendo em vista que o art. 159, § 3º, não fixa prazo específico para a apresentação de quesitos, deve ser aplicado o disposto no art. 218, § 3º, do Código de Processo Civil, que prevê um prazo mínimo de 5 (cinco) dias para a prática de ato processual à cargo da parte. O referido dispositivo legal é aplicável ao processo penal por força do art. 3º do Código de Processo Penal.

316 J

INQUÉRITO 4.483 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S) : MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
ADV.(A/S) : ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA E
OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : AECIO NEVES DA CUNHA
ADV.(A/S) : CARLOS MARIO DA SILVA VELLOSO E
OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES

DESPACHO: 1. Proceda-se a juntada das petições em anexo quando do retorno dos autos do inquérito.

2. Por meio da Petição 0026150/2017, Rodrigo Santos da Rocha Loures comunica a entrega de *"uma mala contendo valores em espécie"* à Superintendência da Polícia Federal em São Paulo/SP, nada havendo a deliberar.

3. Rubens Pereira e Silva Júnior, por intermédio da Petição 0026480/2017, requer informações *"no sentido de saber se sou investigado no curso deste inquérito ou de qualquer outro no excelso Supremo Tribunal Federal, tendo por objeto desta ou de qualquer outra notitia criminis"*.

Considerando que os autos respectivos não mais tramitam sob o sigilo processual, nada impede que o requerente requeira o que entender de direito diretamente à Seção de Processos Originários deste Tribunal.

4. Michel Miguel Elias Temer Lulia, pelas Petições 0026509/2017 e 0026517/2017, requer *"que se o Presidente da República for ouvido deverá sê-lo em ato presidido por Vossa Excelência ou responder por escrito quesitos adredemente elaborados"*, apresentando, ainda, novo laudo e outros quesitos que entende pertinentes.

5. Como possibilitei a outro interessado a formulação de quesitos, entendendo que o prazo anteriormente determinado não tinha caráter peremptório, determino a remessa de cópia da petição 0026517/2017, com os documentos anexados, à autoridade policial para consideração.

6. Requisite-se o inquérito à autoridade policial para outras

3171

INQ 4483 / DF

deliberações.

7. Única diligência por ora deferida, mantenha-se a continuidade, exclusivamente, da perícia em curso.

Oficie-se, com urgência.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 24 de maio de 2017.

Ministro **EDSON FACHIN**

Relator

Documento assinado digitalmente

*Impresso por: 053.432.53946 Inq 4483
Em: 20/06/2017 - 16:28:20*

Supremo Tribunal Federal



Supremo Tribunal Federal

319

URGENTE

Ofício nº 10590/2017

Brasília, 24 de maio de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal

Inquérito nº 4483

AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S) : MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
ADV.(A/S) : ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA (0123013/SP) E
OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : AECIO NEVES DA CUNHA
ADV.(A/S) : CARLOS MARIO DA SILVA VELLOSO (24750/DF) E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES

Senhor Diretor-Geral,

De ordem, encaminho os termos do despacho de cópia anexa, para adoção das providências necessárias ao seu cumprimento.

Acompanha este expediente cópia da Petição/STF 0026517/2017 e dos documentos que a acompanham, conforme determinado no item 5 do referido despacho.

No ensejo, apresento votos de elevada estima e consideração.

Patrícia Pereira de Moura Martins
Secretária Judiciária
Documento assinado digitalmente

Supremo Tribunal Federal

JNA 2483

300

TERMO DE JUNTADA

Junto a estes autos o protocolado de nº 2019/2017 que segue.

Brasília de maio de 2017

DENIS MARTINS FERREIRA
Matrícula 2190

Impresso por: 053.432.539-46 Inq 4483
Em: 20/06/2017 - 16:28:20



OLIVEIRA LIMA, HUNGRIA, DALL'ACQUA & FURRIER
ADVOCADOS

JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA | FACELINE FURRIER
CAMILIA HUNGRIA | RODRIGO DALL'ACQUA | GIOYANNA CAZOLA
ANA CAROLINA DE OLIVEIRA FERREIRA | CAMILA TORES CESAR
FABIANA SCHEPER SABATINI | VERÔNICA RAHAL | DANIEL KIGNEL
KATHALE CARDOZO RAMOS | ROSSANA BRUM LEQUES

1 324

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MINISTRO DO EGRÉGIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – DR. EDSON FACHIN.**

Supremo Tribunal Federal
23/05/2017 14:40 0026150



RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES, por seus advogados, nos autos do inquérito policial nº **4483**, vem perante Vossa Excelência informar que, na data de ontem, entregou à Autoridade Policial lotada na Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo/SP uma mala contendo valores em espécie diretamente relacionados à presente investigação, bem como seu passaporte oficial, conforme consta dos autos de apreensão em anexo (Docs. 1 e 2).

Termos em que, pede deferimento.

De São Paulo para Brasília,

Em 23 de maio de 2017.


JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA

OAB/SP 107.106


RODRIGO DALL'ACQUA

OAB/SP 174.378


DANIEL KIGNEL

OAB/SP 329.966



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MJ - POLÍCIA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO
 /SR/PF/SP

SR/PF/SP
 Fl: _____
 Rub: _____

Doc. 1

3201

AUTO DE APREENSÃO

s/n Inquérito 4483 STF

Ao(s) 22 dia(s) do mês de maio de 2017, nesta SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM SÃO PAULO, em São Paulo/SP, onde se encontrava FERNANDO ANTONIO BONHSACK, Delegado de Polícia Federal, Classe Especial, Matrícula nº 9.634, na presença das testemunhas APF JOÃO AUGUSTO MOREIRA, mat. 6394; e ATE JORDÃO HENRIQUE SOARES NEGRI, mat. 13281, lotados nesta Superintendência Regional de São Paulo, pelo mesmo foi determinado que se tornasse efetiva a apreensão, na forma da Lei, do material abaixo discriminado:

Apreensão: s/n Inquérito 4483 STF.

Item	Tipo	quantidade	Descrição
01	cédulas de R\$50,00	9300	Valor total R\$ 465.000,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil reais) acondicionadas em uma mala cor predominante preta. Lacre nº 0888271

Referida apreensão foi efetuada às 21h e 20 min. de 22/05/2017, nesta Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo, em poder de DANIEL KIGNEL, OAB/SP nº 329966, Endereço Comercial Avenida São Luís, nº 50, Conj. 322, República, São Paulo/SP, Fone Com. 11 31386272, Celular [REDACTED], email: daniel.kignel@olimahunria.adv.br; e RODRIGO NASCIMENTO DALL'ACQUA, OAB/SP nº 174378, Endereço Comercial Avenida São Luís, nº 50, Conj. 322, República, São Paulo/SP, Fone Com. 11 31386272, Celular [REDACTED] email: rodrigo@olimahunria.adv.br. Os detentores se encontram na qualidade de advogados do DEPUTADO FEDERAL RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES. Nada mais havendo, determinou a autoridade o encerramento do presente, que, lido e achado conforme, assina com as testemunhas, os detentores, e comigo, Rodrigo Morande Becker, Escrivão de Polícia Federal, 3ª Classe, Matrícula nº 19.594, que o lavrei.

AUTORIDADE: _____

TESTEMUNHA: _____
 APF JOÃO AUGUSTO MOREIRA, mat. 6394

TESTEMUNHA: _____
 ATE JORDÃO HENRIQUE NEGRI, mat. 13281

DETENTOR: _____
 DANIEL KIGNEL, OAB/SP nº 329966

DETENTOR: _____
 RODRIGO NASCIMENTO DALL'ACQUA, OAB/SP nº 174378

ESCRIVÃO: _____



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MJ - POLÍCIA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO
 /SR/PF/SP

SR/PF/SP
 Fl: _____
 Rub: _____

Doc. 2

AUTO DE APREENSÃO

s/n Inquérito 4483 STF

Ao(s) 22 dia(s) do mês de maio de 2017, nesta SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM SÃO PAULO, em São Paulo/SP, onde se encontrava FERNANDO ANTONIO BONHSACK, Delegado de Polícia Federal, Classe Especial, Matrícula nº 9.634, na presença das testemunhas APF JOÃO AUGUSTO MOREIRA, mat. 6394; e ATE JORDÃO HENRIQUE SOARES NEGRI, mat. 13281, lotados nesta Superintendência Regional de São Paulo, pelo mesmo foi determinado que se tornasse efetiva a apreensão, na forma da Lei, do material abaixo discriminado:
 Apreensão: s/n Inquérito 4483 STF.

Item	Tipo	quantidade	Descrição
01	Passaporte	01(um)	Passaporte Oficial da República Federativa do Brasil, Tipo P, Passaporte nº SB091546, em nome de Rodrigo Santos da Rocha Loures, data de nascimento 13/11/1966. Lacre nº 0009574

Referida apreensão foi efetuada às 21h e 20 min. de 22/05/2017, - nesta Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo, em poder de DANIEL KIGNEL, OAB/SP nº 329966, Endereço Comercial Avenida São Luís, nº 50, Conj. 322, República, São Paulo/SP, Fone Com. 11 31386272, Celular [REDACTED] email: daniel.kignel@olimahungria.adv.br, e RODRIGO NASCIMENTO DALL'ACQUA, OAB/SP nº 174378, Endereço Comercial Avenida São Luís, nº 50, Conj. 322, República, São Paulo/SP, Fone Com. 11. 31386272, Celular [REDACTED] email: rodrigo@olimahungria.adv.br. Os detentores se encontram na qualidade de advogados do DEPUTADO FEDERAL RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES. Nada mais havendo, determinou a autoridade o encerramento do presente que, lido e achado conforme, assina com as testemunhas, os detentores, e comigo, Rodrigo Morande Becker, Escrivão de Polícia Federal, 3ª Classe, Matrícula nº 19.594, que o lavrei.

AUTORIDADE: _____

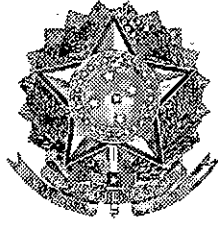
TESTEMUNHA: _____
 APF JOÃO AUGUSTO MOREIRA, mat. 6394

TESTEMUNHA: _____
 ATE JORDÃO HENRIQUE NEGRI, mat. 13281

DETENTOR: _____
 DANIEL KIGNEL, OAB/SP nº 329966

DETENTOR: _____
 RODRIGO NASCIMENTO DALL'ACQUA, OAB/SP nº 174378

ESCRIVÃO: _____



Poder Judiciário
Supremo Tribunal Federal

2041

Recibo de Petição Eletrônica

Petição	26150/2017
Processo	Inq 4483
Tipo de pedido	Juntada de documentos
Relação de Peças	1 - Petição de juntada de documentos Assinado por: DANIEL KIGNEL 2 - Documentos comprobatórios Assinado por: DANIEL KIGNEL 3 - Documentos comprobatórios Assinado por: DANIEL KIGNEL
Data/Hora do Envio	23/05/2017 às 14:40:39
Enviado por	DANIEL KIGNEL (CPF: 401.973.128-45)

Impresso por: 055...33946 Inq 4483
Em: 20/06/2017 16:28:20

257

INQUÉRITO 4.483 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S) : MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
ADV.(A/S) : ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA E
OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : AECIO NEVES DA CUNHA
ADV.(A/S) : CARLOS MARIO DA SILVA VELLOSO E
OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES

DESPACHO (Petições 25.698/2017 e 25.900/2017): 1. Trata-se de petições eletrônicas protocolizadas em 22.5.2017, pelas Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil dos Estados do Mato Grosso do Sul e do Rio Grande do Sul, por meio das quais pretendem vista integral dos autos em que firmado o acordo de colaboração premiada entre os executivos do Grupo Empresarial JBS e o Ministério Público Federal.

2. Cumpre, preliminarmente, corrigir o vínculo apontado nos petitórios, visto que os documentos pretendidos encontram-se nos autos de Pet 7.003, e não no Inq 4.483, ressaltando que não há anotação de sigilo também sobre este último. Assim, junte-se à Pet 7.003.

3. Considerando que a colaboração premiada em questão já foi homologada e o seu sigilo levantado, encontra-se facultado o acesso integral pelos peticionantes, mediante a pronta disponibilização de cópias do procedimento e das mídias anexadas, a serem obtidas diretamente junto à Seção de Processos Originários Criminais deste Supremo Tribunal Federal.

Oficie-se aos subscritores, comunicando o teor dessa decisão.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de maio de 2017.

Ministro EDSON FACHIN

Relator

Documento assinado digitalmente

Supremo Tribunal Federal



Supremo Tribunal Federal

3261

Certidão

Inquérito n. 4483

AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S) : MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
ADV.(A/S) : ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA (0123013/SP) E
OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : AECIO NEVES DA CUNHA
ADV.(A/S) : CARLOS MARIO DA SILVA VELLOSO (24750/DF) E OUTRO(A/
S)
INVEST.(A/S) : RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES

(Seção de Processos Originários Criminais)

Certifico que, em cumprimento ao despacho proferido em 23 de maio de 2017, vinculei os protocolados de números 25698/2017 e 25900/2017 à Pet 7.003.
Brasília, 24 de maio de 2017.

Denis Martins Ferreira
Matricula nº 2190

Impresso por: 053:32:53946/Inq:4483
Em: 20/05/2017 - 16:20:29

Supremo Tribunal Federal



Supremo Tribunal Federal

327

CARTA DE INTIMAÇÃO Nº 2282/2017

Inquérito nº 4483

AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S) : MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
ADV.(A/S) : ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA (0123013/SP) E
OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : AECIO NEVES DA CUNHA
ADV.(A/S) : CARLOS MARIO DA SILVA VELLOSO (24750/DF) E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES

(Seção de Processos Originários Criminais)

De ordem, o (a) Secretária Judiciária do Supremo Tribunal Federal **INTIMA** ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SECCIONAL DE MATO GROSSO DO SUL, na pessoa de seu advogado TIAGO KOUTCHIN OVELAR ROSA VITORIANO, com endereço no(a) Avenida Mato Grosso, nº 4.700, Carandá Bosque, Campo Grande/MS sobre o inteiro teor do(a) despacho/decisão proferido(a) nos autos em referência, cuja cópia segue anexa.

Secretaria Judiciária do Supremo Tribunal Federal, em 24 de maio de 2017.

Patricia Pereira de Moura Martins
Secretária Judiciária
Documento assinado digitalmente

Supremo Tribunal Federal



Supremo Tribunal Federal

2281

CARTA DE INTIMAÇÃO Nº 2281/2017

Inquérito nº 4483

AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S) : MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
ADV.(A/S) : ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA (0123013/SP) E
OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : AECIO NEVES DA CUNHA
ADV.(A/S) : CARLOS MARIO DA SILVA VELLOSO (24750/DF) E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES

(Seção de Processos Originários Criminais)

De ordem, o (a) Secretária Judiciária do Supremo Tribunal Federal **INTIMA** a ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SECCIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, na pessoa do seu advogado RODRIGO JOSÉ MACHADO, com endereço no(a) Rua Washington Luiz, 1110 - 9º andar - Porto Alegre/RS - CEP 90010-460 sobre o inteiro teor do(a) despacho/decisão proferido(a) nos autos em referência, cuja cópia segue anexa.

Secretaria Judiciária do Supremo Tribunal Federal, em 24 de maio de 2017.

Patrícia Pereira de Moura Martins

Secretária Judiciária

Documento assinado digitalmente

Impresso por: 03142-539-16 Inq 4483
Em: 20/06/2017 16:28:20

Supremo Tribunal Federal

JNA 4483

DM

TERMO DE JUNTADA
Junto a estes autos o protocolado de nº 0509/2017 que segue.

Brasília, 8 de maio de 2017

DENIS MARTINS FERREIRA
Matrícula 2190

Impresso por: 053.432.539-46 Inq 4483
Em: 20/06/2017 - 16:28:20

MARIZ DE OLIVEIRA

330-1

† PROF. WALDEMAR MARIZ DE OLIVEIRA JÚNIOR
ÂNGELA CASTELLO BRANCO MARIZ DE OLIVEIRA
SÉRGIO EDUARDO MENDONÇA DE ALVARENGA
RENATA CASTELLO BRANCO MARIZ DE OLIVEIRA
FÁBIO CASTELLO BRANCO MARIZ DE OLIVEIRA
REGINA MARIA BUENO DE GODOY
FELIPE SALUM ZAK ZAK

ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA
PAOLA ZANELATO
RODRIGO SENZI RIBEIRO DE MENDONÇA
FAUSTO LATUF SILVEIRA
JORGE URBANI SALOMÃO
GEORGE VICTOR ROBERTO DA SILVA
LAURA SOARES DE GODOY

EXMO. SR. DR. EDSON FACHIN, M. D. MINISTRO DO COLENDO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL.

Supremo Tribunal Federal

24/05/2017 13:41 0026509



INQUÉRITO Nº 4483

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA, por
seus advogados infra-assinados, nos autos do INQUÉRITO supraepigrafado, em
trâmite perante essa C. Suprema Corte, vem, à presença de Vossa Excelência, expor
e requerer o seguinte.

Nesta data, há poucos minutos, por meio de uma
ligação ao primeiro advogado signatário, escritã da Polícia Federal identificada como

Cristiane apresentou questionamento sobre “a data em que o Presidente poderia ser inquirido” pela autoridade policial.

Não obstante, com o devido respeito, entende-se como providência inadequada e precipitada, conquanto ainda pendente de conclusão a perícia no áudio gravado por um dos delatores, diligência extremamente necessária diante das dúvidas gravíssimas levantadas – até o momento – por três perícias divulgadas¹.

Inclusive, houve reconhecimento da importância da prova pericial nos despachos de Vossa Excelência e da Ministra-Presidente, na medida em que determinaram a ulitimação no menor prazo possível, com a apresentação de quesitos ainda no final de semana e prazo para as partes se manifestarem na sequência de sua conclusão.

Por fim, sobreleva notar que a indicação do Delegado da Polícia Federal para presidir o inquérito é providência inusitada, uma vez que a instituição policial tem chefia e goza de independência funcional, devendo a indicação de delegados seguir seus trâmites regulares.

Assim, pretende-se, primeiramente, a suspensão do ato de oitiva do Senhor Presidente da República, até a ulitimação das providências periciais.

¹ Jornais Folha de São Paulo, Estado de São Paulo e perito Dr. Ricardo Molina

331 M

Pede-se vênia, ainda, para reiterar que se o Presidente da República for ouvido deverá sê-lo em ato presidido por Vossa Excelência ou responder por escrito quesitos adremente elaborados.

Nessas condições requer-se o atendimento das postulações acima apresentadas.

Termos em que,

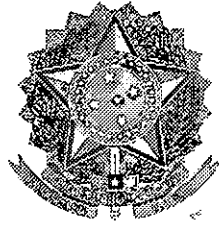
P. deferimento.

Brasília, 24 de maio de 2017.

ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA
assinado digitalmente

GUSTAVO BONINI GUEDES
assinado digitalmente

Impresso por: 053.432.539-46 Inq 4483
Em: 20/06/2017 16:28:20



340 1

Poder Judiciário
Supremo Tribunal Federal

Recibo de Petição Eletrônica

Petição	26509/2017
Processo	Inq 4483
Tipo de pedido	Manifestação
Relação de Peças	1 - Petição de apresentação de manifestação Assinado por: GUSTAVO BONINI GUEDES
Data/Hora do Envio	24/05/2017 às 13:41:42
Enviado por	GUSTAVO BONINI GUEDES (CPF: 030.915.309-30)

Impresso por: 053.432.339/16 Inq 4483
Em: 20/06/2017 - 15:28:22

TERMO DE JUNTADA
Junto a estes autos o protocolado de nº 0657/2017 que
segue.
Brasília, 26 de maio de 2017.
DENIS MARPINS FERREIRA
Matrícula 2190

333' M

† PROF. WALDEMAR MARIZ DE OLIVEIRA JÚNIOR
ÂNGELA CASTELLO BRANCO MARIZ DE OLIVEIRA
SÉRGIO EDUARDO MENDONÇA DE ALVARENGA
RENATA CASTELLO BRANCO MARIZ DE OLIVEIRA
FÁBIO CASTELLO BRANCO MARIZ DE OLIVEIRA
REGINA MARIA BUENO DE GODOY
FELIPE SALUM ZAK ZAK

ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA
PAOLA ZANELATO
RODRIGO SENZI RIBEIRO DE MENDONÇA
FAUSTO LATUF SILVEIRA
JORGE URBANI SALOMÃO
GEORGE VICTOR ROBERTO DA SILVA
LAURA SOARES DE GODOY

EXMO. SR. DR. EDSON FACHIN, M. D. MINISTRO DO COLENDO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL.

Supremo Tribunal Federal

24/05/2017 14:20 0026517



INQUÉRITO Nº 4483

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA, por seus advogados infra-assinados, nos autos do INQUÉRITO supraepigrafado, em trâmite perante essa C. Suprema Corte, vem, à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o seguinte:

Conforme amplamente divulgado pela imprensa, na última segunda-feira o perito criminal Ricardo Molina apresentou parecer indicando a imprestabilidade da prova, diante dos inúmeros indícios de adulteração do conteúdo original da gravação – conclusão certamente coincidente com aquela a ser apresentada pelo Instituto Nacional de Criminalística.

MARIZ DE OLIVEIRA

Sendo assim, além de requerer neste momento a juntada do laudo pericial, para reforçar ainda mais sua conclusão, **segue análise complementar do mesmo perito, a partir de informação da imprensa¹, que demonstra terem sido fraudulentamente apagados da gravação 6 minutos e 21 segundos.**

Por fim, considerada a entrega do último aparelho gravador apenas ontem à noite², requer-se a juntada e consequente envio ao Instituto Nacional de Criminalística dos quesitos apresentados anexos, evitando assim providências solicitadas após sua conclusão, o que atrasaria avaliação definitiva do laudo pericial.

Nessas condições requer-se o atendimento das postulações acima apresentadas.

Termos em que,

P. deferimento.

Brasília, 24 de maio de 2017.

ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA

assinado digitalmente

GUSTAVO BONINI GUEDES

assinado digitalmente

¹ <http://g1.globo.com/politica/noticia/audio-gravado-por-delator-e-transmissao-original-da-cbn-tem-6-minutos-de-diferenca.ghtml>

² <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/pf-informa-que-recebeu-segundo-gravador-utilizado-por-joesley-batista.ghtml>

3341

01) Queira o perito realizar a transcrição integral da gravação.

02) Na referida transcrição deverão ser adotados os seguintes critérios:

a) todos os trechos ininteligíveis deverão ser indicados, marcando-se o início e fim (no formato "minutos: segundos", sendo os segundos obrigatoriamente com três casas decimais) de cada trecho ininteligível e a qual interlocutor se refere o trecho ininteligível.

b) se houver palavras, frases ou qualquer enunciado cuja transcrição seja apenas tentativa, isto deve ser explicitamente indicado na transcrição (colocando-se a palavra, frase ou enunciado dentro de parênteses, colchetes ou qualquer outro indicador)

c) durante toda a transcrição a cada troca de interlocutor deverá ser indicado o momento no qual aquele interlocutor inicia sua fala; caso haja sobreposição de vozes, tal sobreposição deve ser indicada na transcrição mantendo-se o critério de marcar temporalmente o início de cada fala de cada interlocutor

03) Queira o perito indicar cada ponto no qual ocorre qualquer perda de material fonético original, não importando a extensão dessa perda fonética e nem o contexto semântico no qual a perda fonética ocorre. As indicações devem ser listadas no formato "minutos:segundos" (sendo os segundos obrigatoriamente com três casas decimais) em formato EXCEL ou apresentadas, preferencialmente, como arquivo formato SFL, compatível com o programa SOUND FORGE

04) Caso existam as discontinuidades (ou qualquer outro nome que o perito queira dar para a perda real de material fonético original) definidas no quesito anterior, queira o perito responder se em todas as ocorrências dessas discontinuidades é possível verificar se trata-se de um efeito sistêmico ou se a discontinuidade resultou de ato voluntário realizado por meio de processamento digital. Queira o perito fundamentar tecnicamente e com detalhes sua resposta. Observe-se que a fundamentação técnica deve se basear exclusivamente no sinal de áudio e em pistas acústicas inerentes ao sinal de áudio e não em aspectos circunstanciais, tais como gravações de emissoras de rádio supostamente captadas ao início e fim da gravação ou questões semânticas não diretamente relacionadas com o sinal de áudio em sua forma física.

05) As discontinuidades (ou qualquer outro nome que o perito queira dar para a perda real de material fonético original), definidas no quesito 03 podem ser artificialmente criadas em programas editores de áudio como o Sound Forge ou similar? Queira o perito explicar como tal procedimento poderia ser realizado.

06) As discontinuidades (ou qualquer outro nome que o perito queira dar para a perda real de material fonético original), definidas no quesito 03 podem ser diferenciadas de discontinuidades artificialmente criadas? Queira o perito fundamentar tecnicamente sua resposta, sendo que tal fundamentação técnica deve se basear exclusivamente no sinal de áudio e em pistas acústicas inerentes ao sinal de áudio e não em aspectos circunstanciais, tais como gravações de emissoras de rádio supostamente captadas ao início e fim da gravação ou questões semânticas não diretamente relacionadas com o sinal de áudio em sua forma física.

07) Quais as características técnicas da gravação (metadados), extraídas pelo programa mediainfo ou similar?

08) Considerando apenas os metadados do arquivo apresentado (a partir do mediainfo, por exemplo), é possível verificar qual o aparelho que realizou a gravação? Observe o perito que o quesito não busca averiguar se tais metadados são compatíveis ou não com algum aparelho eventualmente apresentado, mas sim se a partir única e exclusivamente dos metadados seria possível verificar qual foi exatamente o equipamento usado na captação.

09) Ao longo da gravação quantos trechos existem nos quais algum ruído mascara totalmente a gravação de interesse, seja por saturação ou por encobrimento do sinal de interesse de tal forma que não seja possível ouvir qualquer vestígio do sinal de interesse, mais especialmente alguma fala de algum interlocutor? Queira o perito indicar todas as ocorrências desse tipo de evento acústico. As indicações devem ser listadas no formato "minutos:segundos" (sendo os segundos obrigatoriamente com três casas decimais) em formato EXCEL ou apresentadas, preferencialmente, como arquivo formato SFL, compatível com o programa SOUND FORGE. Deve ser indicada também a duração de cada um desses eventos constituídos exclusivamente de ruído interferente.

10) Caso existam, queira o perito indicar cada uma das ocorrências de *clipping* na gravação periciada. As indicações devem ser do momento em que se inicia o fenômeno de *clipping* devem ser listadas no formato "minutos:segundos" (sendo os segundos obrigatoriamente com três casas decimais) em formato EXCEL ou apresentadas, preferencialmente, como arquivo formato SFL, compatível com o programa SOUND FORGE. Deve ser indicada também a duração de cada um desse de *clipping*.

11) Considerando-se que existem pontos da gravação nos quais ocorrem eventos como

(a) perda de material fonético;

(b) ruídos que mascaram/encobrem totalmente o sinal de interesse e

(c) *clipping* (saturação),

queira o perito responder se tais pontos não poderiam ser empregados como disfarce para esconder uma edição. Observe-se que o quesito não admite que todos os pontos com as características acima descritas (a, b e c) sejam pontos de edição, mas antes pretende esclarecer se a mera existência de pontos com tais características não facilitaria enormemente uma eventual edição. Queira o perito fundamentar tecnicamente sua resposta, sendo que tal fundamentação técnica deve se basear exclusivamente no sinal de áudio e em pistas acústicas inerentes ao sinal de áudio e não em aspectos circunstanciais, tais como gravações de emissoras de rádio supostamente captadas ao início e fim da gravação ou questões semânticas não diretamente relacionadas com o sinal de áudio em sua forma física.

12) O nome do arquivo apresentado "PR1 14032017" foi atribuído pelo aparelho que teria realizado a gravação? Se negativo, como tal nome teria sido criado?

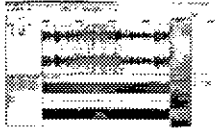


SOLICITANTE: ANTONIO MARIZ DE OLIVEIRA, ADVOGADO

Em função do surgimento de uma nova informação, à qual não havíamos tido acesso na data de emissão de nosso laudo, fez-se necessária a inclusão de um breve mas importante adendo.

Ocorre que a Rádio CBN divulgou notícia em seu *site* na qual afirma que haveria uma diferença de 6m:21s entre a duração da transmissão original da programação da CBN e o período que, a princípio, deveria ser equivalente, da gravação questionada (ou seja a contida no arquivo "PR1 14032017.wav" (ver figura abaixo).

SEGUNDA, 22/05/2017, 17:27



Política

Áudio de Joesley e transmissão original da CBN têm seis minutos e 21 segundos de diferença

A gravação da conversa entre o empresário Joesley Batista, dono da JBS, e do presidente Michel Temer é alvo de perícia por parte da Polícia Federal. Nas perguntas enviadas pela defesa do presidente ao Supremo Tribunal Federal, os advogados alegam que no início e no final do grampo é possível ouvir uma transmissão de rádio e perguntam se dá para identificar os horários e o tempo que durou esta transmissão. Já a Procuradoria Geral da República quer saber se há elementos que possam aferir ou estimar a data e a hora do diálogo entre o empresário e o presidente e, caso existam estes elementos, se eles são compatíveis com a linha do tempo do diálogo gravado. A rádio que era ouvida por Joesley Batista é a CBN. Na reportagem que apresentamos agora, fazemos a comparação da gravação do empresário com a programação original da CBN.

.Considerando que esta informação, se de fato confirmada, provaria de forma inequívoca que a gravação original foi mesmo editada, tal como suspeitávamos, realizamos o mesmo exame já efetuado pela CBN, mas usando nosso próprio equipamento.



A transmissão da programação da CBN do dia 07/03/2017, no intervalo 22:31:04 - 23:16:03, foi baixada via internet diretamente do site da CBN, como um arquivo formato mp3. Com a utilização do *software* Sony VegasPro 13.0 as duas gravações foram sincronizadas em um primeiro ponto de referência, no momento em que a apresentadora Tania Morales diz "dez e trinta e dois" (ponto 01 na figura abaixo), exatamente na plosiva /d/. Procurou-se então, ao final de cada uma das gravações, o mesmo ponto, a saber a plosiva /p/ na frase "Palmeiras é um dos favoritos da competição", dita pelo apresentador Marcelo Gomes. Observou-se que, na gravação da transmissão da CBN, este ponto ocorre 06 minutos e 21 segundos depois do mesmo ponto na gravação questionada, ou seja, tais pontos ocorrem nos momentos 36:33,150 (gravação questionada) e 42:54,130 (gravação da CBN). Essa diferença está indicada na figura abaixo pelos pontos 03 e 04.

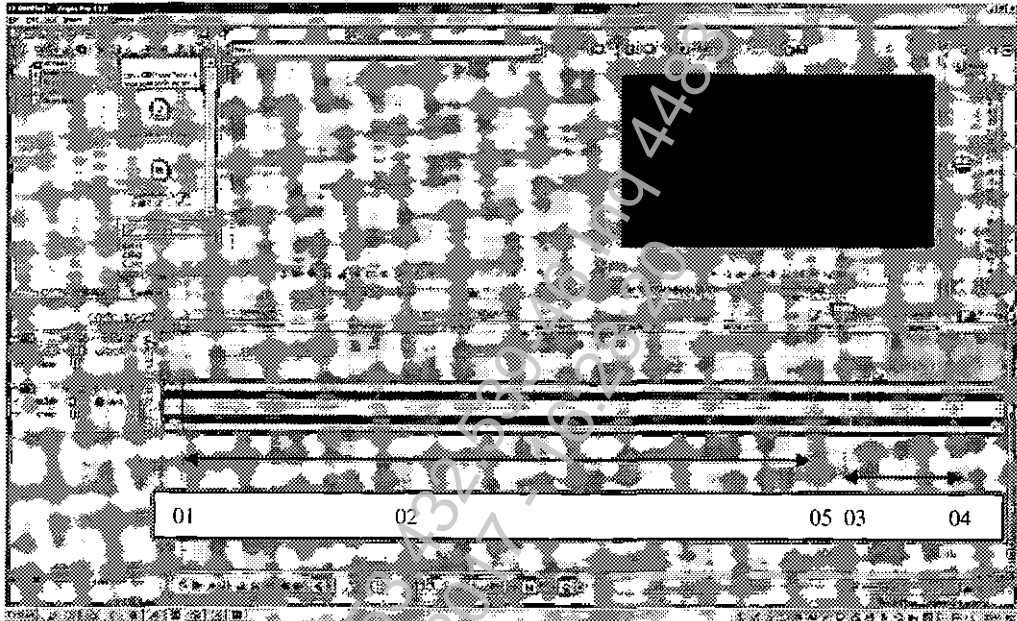
Ora, por óbvio, se não tivesse havido edição, os pontos ao final das duas gravações durante a transmissão da CBN, deveriam estar perfeitamente sincronizados (ou com uma diferença muito pequena eventualmente relacionada com perdas locais nos pontos de edição). A diferença de 06m:21s, no entanto, é grande demais e só pode ser resultado, como já havíamos indicado, de edição fraudulenta relacionada com apagamento de trechos do material original.

Verificamos também a consistência interna dos horários da transmissão da CBN em relação ao tempo real no arquivo. Para isto mediu-se a diferença de tempo entre os momentos em que a apresentadora Tania Morales informa o horário. Isto ocorre ao início, quando diz "10:32" e mais adiante, quando diz "11:05". Os pontos 01 e 05 na figura abaixo indicam esses dois momentos. A diferença de tempo entre esses dois pontos da gravação da transmissão da CBN é 33 minutos, ou seja, exatamente a mesma diferença se considerarmos os informes da apresentadora. A gravação da transmissão, portanto, está em sua velocidade normal e os tempos para sincronização são absolutamente confiáveis.

3361
3 / 03



Vale ressaltar que a grande diferença de tempo observada de modo algum poderia estar relacionada a efeitos de eventual dispositivo de acionamento por voz integrado ao gravador, visto que 06m:21s equivalem a cerca de 16% do total da gravação questionada.



Diante dessa evidência segura e inequívoca, comprova-se agora o que já havíamos indicado em nosso laudo, ou seja, que a gravação realizada e entregue pelo delator Joesley foi submetida a processamento digital *a posteriori* e fraudulentamente editada, tendo sido trecho(s) totalizando 06m:21s apagado(s) da gravação original.

Brasília, 24 de maio de 2017


Prof. Dr. Ricardo Molina de Figueiredo


Eng.º Maurício Raymundo de Cunto



SOLICITANTE: ANTONIO MARIZ DE OLIVEIRA, ADVOGADO

I) MATERIAL QUESTIONADO

Ao perito signatário foi apresentado um arquivo de áudio intitulado "PR1 14032017", cujas características, verificadas por meio do programa *MediaInfo* encontram-se abaixo listadas.

General	
Complete name	: C:\PR1_14032017.WAV
Format	: Wave
File size	: 35.7 MiB
Duration	: 38mn 56s
Overall bit rate mode	: Constant
Overall bit rate	: 128 Kbps
Audio	
ID	: 0
Format	: ADPCM
Format settings, Endianness	: Little
Codec ID	: 11
Codec ID/Hint	: Intel
Duration	: 38mn 56s
Bit rate mode	: Constant
Bit rate	: 128 Kbps
Channel(s)	: 2 channels
Sampling rate	: 16.0 KHz
Bit depth	: 4 bits
Stream size	: 35.7 MiB (100%)

II) OBJETIVOS PERICIAIS

Ao perito signatário foram apresentados quesitos específicos, os quais serão respondidos na seção V.

Considerando a complexidade do caso em tela, entendeu o perito signatário ser necessária uma discussão prévia, a qual será desenvolvida na seção IV.



III) INSTRUMENTAL UTILIZADO

- programa *PRAAT*
- programa *MultiSpeech*
- programa SPG 16.0
- programa *SoundForge*

IV) DISCUSSÃO

Em todo caso de grande repercussão e de potenciais desdobramentos políticos perde-se facilmente a objetividade e as paixões costumam falar mais alto do que a razão. Não raramente, procedimentos e protocolos técnicos consagrados e universalmente aceitos são distorcidos ou interpretados de forma "flexível", de modo a atender interesses muito pouco nobres.

No caso em tela temos um exemplo típico dessa situação. Uma gravação inteiramente contaminada por inúmeras descontinuidades, mascaramentos por ruído, longos trechos ininteligíveis ou de inteligibilidade duvidosa e várias outras incertezas não poderia ser considerada como uma prova material válida.

Não existe prova "mais ou menos" boa. **A prova, tecnicamente, é boa ou não é. E a gravação questionada, no estrito sentido técnico-pericial, deveria ter sido considerada imprestável desde o primeiro momento.** Nenhum perito judicial, no bojo de um processo corriqueiro, consideraria esta gravação como válida, pelo simples fato de ser impossível garantir sua integridade e de ser impossível garantir que não houve trechos extirpados por edição *a posteriori*, de ser inclusive impossível garantir que alguns sons não pudessem ter sido inseridos em pós processamento digital.



Ressalte-se que não falamos de um ponto isolado, de uma descontinuidade cuja raridade permitiria, com alguma liberalidade, que fosse desprezada. Não, pelo contrário, falamos aqui de uma gravação eivada de cortes, ataques abruptos, ruídos interferentes, largos trechos ininteligíveis etc., vícios que foram, sem auxílio de qualquer aparelhagem sofisticada, perceptualmente detectadas por milhares de pessoas.

A pergunta que se considera importante é porque a PGR se apressou em publicizar uma gravação tão nitidamente corrompida antes de submetê-la a uma perícia técnica rigorosa. Com efeito, a própria ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PERITOS CRIMINAIS manifestou-se veementemente a esse respeito:

"A Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais esclarece que, ao se ouvir o áudio divulgado pela imprensa, percebe-se a presença de eventos acústicos que precisam passar por análise técnica, especializada e aprofundada, sem a qual não é possível emitir qualquer conclusão acerca da autenticidade da gravação. Ademais, sempre que houver vestígios materiais, é temerária a homologação de delações sem a devida análise pericial

[<http://apcf.org.br/Noticias/AgenciaAPCF/abid/341/post/nota---per-cia-da-pf-recomenda-an-lise-de-udio-que-envolve-o-planalto/Default.aspx>]

Não vai aqui qualquer concordância prévia com eventuais conclusões a serem emitidas no futuro pelo INC. Mas não há como negar que a observação da APCF é pertinente. O fato é que a gravação, apesar de seus vícios gritantes, foi divulgada com inusitado afoamento, tendo como (pseudo) fundamento pericial uma simples impressão subjetiva de não especialistas, os quais emitiram a Informação 030/2017, em 07/004/2017 (ver figura 01), na qual apresentam uma descrição confusa e reconhecidamente superficial (visto que "meramente perfunctória", como afirmado explicitamente na referida informação), referindo-se vagamente a "características iniciais de confiabilidade" (eufemismo bastante inadequado para substituir "autenticidade tecnicamente comprovada").



O mais grave, no entanto, na referida Informação do MPF, não é o uso de terminologia ambigua, mas antes conter afirmações tecnicamente insustentáveis e que, na verdade, conflitam frontalmente com a realidade revelada pela gravação. É, para dizer pouco, imprudente e equivocada a conclusão de que a gravação "encontra-se audível, apresentando sequência lógica". Há tantos equívocos nessa afirmação que é preciso analisá-la por partes. Em primeiro lugar, confundiu-se os conceitos de *audibilidade* e *inteligibilidade*.

A figura 02 ilustra esse aspecto. A razão sinal/ruído em diversos pontos da gravação, em especial em trechos com a fala do presidente Michel Temer, o qual se encontrava afastado, no mínimo, alguns metros do gravador, é muito baixa. No espectrograma mostrado na figura 02 é analisado o trecho a seguir (um dos trechos "polêmicos"):

JOESLEY: tô no meio [e não "todo mês", como equivocadamente divulgado pela PGR] - setas amarelas

PRESIDENTE TEMER: ininteligível - setas verdes

JOESLEY: também... - setas vermelhas

Fica claro, na análise espectrográfica, que a intervenção do presidente Michel Temer tem uma razão sinal/ruído extremamente desfavorável. Praticamente inexistente informação acima de 500 Hz (região abaixo da linha vermelha horizontal). Observe-se que há uma diferença acústica muito grande entre a intervenção do presidente Temer e as falas de Joesley, sendo que estas apresentam harmônicos ainda com alguma definição na faixa de 2.5 kHz.

Apesar de se saber que tal trecho (entre as setas verdes) contém fala do presidente, o trecho é totalmente ininteligível, nada havendo em termos de filtragem que pudesse sanar essa deficiência, visto que, supostamente, se trata de um problema na captação do áudio, durante a qual, seja pela distância e/ou direcionamento da fonte sonora (posição relativa microfone/locutor) ou mesmo características intrínsecas do aparelho, o trecho se tornou



ininteligível. Em muitos casos irremediavelmente ininteligível. O trecho é, entretanto "audível", qualidade que, na prática, pouca importância tem.

Não foi possível aferir exatamente qual a razão sinal ruído exata no trecho comentado, mas certamente temos uma razão negativa, ou seja, o nível do ruído suplanta em muito o nível da fala, como fica evidente no espectrograma da figura 02. É interessante consultar o estudo de Miller *et. al.* (1951¹), o qual continua atual. O gráfico abaixo demonstra a queda muito significativa de inteligibilidade de palavras em frases. De zero (ou seja, nível do ruído igual ao do sinal de fala) para -12 dB a inteligibilidade cai de cerca de 60% para praticamente zero.

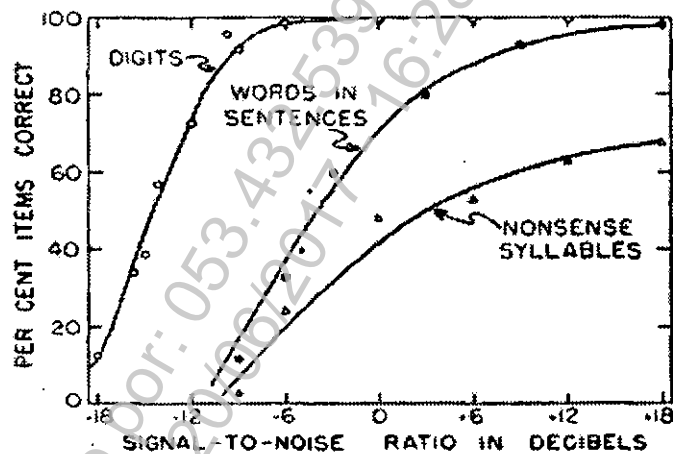


FIG. 1. Relative intelligibility of different test materials

No caso em tela uma razão sinal/ruído de -12dB seria até otimista, no trecho analisado na figura 02. Não causa qualquer surpresa, portanto, que tal trecho, assim como inúmeros outros com as mesmas características ao longo da gravação, seja

¹ The intelligibility of speech as a function of the context of the test materials. Miller, George A.; Heise, George A.; Lichten, William, Journal of Experimental Psychology, Vol 41(5), May 1951, 329-335



ininteligível em toda a sua extensão e que assim permaneça - ininteligível - independentemente de qualquer tipo de filtragem que se queira aplicar.

Como fica claro no espectrograma da figura 02, o ruído interferente se estende ao longo de uma larga faixa espectral, o que impede a aplicação de filtros do tipo *noise reduction* ou *noise gate*, pois se tal procedimento for eventualmente empregado, não haverá qualquer ganho de inteligibilidade.

A afirmação, portanto, contida na Informação 030/2017 do MPF, de que algumas falas "tornam-se incompreensíveis sem a utilização de equipamentos especializados" remete a um otimismo bastante ingênuo e que não se ajusta à realidade do áudio questionado. Alguns trechos são "incompreensíveis" e assim permanecerão.

É importante, pois, se fazer a distinção entre os conceitos de *audibilidade* e *inteligibilidade*, para não incorreremos no mesmo erro dos técnicos do MPF. Em outras palavras: uma fala pode ser *audível* (inclusive sendo possível saber quem a produziu) mas ao mesmo tempo ser *ininteligível*. Tal distinção, entretanto, não foi devidamente esclarecida na Informação 030/2017 do MPF, na qual se afirma que a gravação "encontra-se audível, apresentando sequência lógica".

Ora, como vimos, ser "audível" não é sinônimo de ser "inteligível". Aparentemente a "analista" e o "técnico" que emitiram a referida Informação não conhecem a distinção entre os dois conceitos. É mais: causa uma enorme estranheza que os emitentes da referida informação possam afirmar tão categoricamente que a gravação apresenta "sequência lógica" se existem tantos trechos ininteligíveis, ruídos interferentes *etc.* Em especial nas falas do presidente Michel Temer, em função de seu maior afastamento em relação ao gravador e de eventuais mudanças de direcionalidade em relação ao microfone captador, a razão sinal/ruído frequentemente se torna crítica, destruindo totalmente a inteligibilidade. Nessa situação é preciso cautela para usar critérios vagos como "sequência lógica", certamente muito dependentes de avaliações subjetivas. Por



óbvio não é possível garantir o encadeamento discursivo lógico se um dos interlocutores tem a maior parte de suas falas ininteligível. Além disso vale notar que em conversações coloquiais, pode haver mudanças rápidas de tópico conversacional, o que permite que se extraiam trechos originais sem que o efeito final, no domínio daquela interação, possa resultar anômalo quanto à uma impressão subjetiva em termos de coesão e coerência.

Mas a baixa inteligibilidade não é o único nem o mais grave problema que macula a gravação questionada. **Existem inúmeros pontos ao longo da gravação nos quais se poderia efetuar, sem deixar qualquer vestígio, uma edição envolvendo corte de material original.** Trata-se de descontinuidades com perda de material fonético, regiões com mascaramento total do sinal de interesse por ruído sobreposto e regiões com *clipping*. **Em qualquer uma dessas situações seria possível criar um ponto de edição, retirar material original e finalmente recompor a forma de onda, aproveitando a região do ruído, clipping ou perda de material fonético para encobrir o ato fraudulento.**

Não tivemos oportunidade de examinar diretamente o gravador que realizou a captação dessa conversação descontinuidade. Pode ser que alguns dos efeitos de edição tenham sido gerados pelo gravador, aparentemente um equipamento de muito baixa qualidade (tanto assim que teria registrado o sinal com uma profundidade de 4 bits, algo raro de se encontrar, mesmo em equipamentos de baixo custo). O que é importante frisar é que o fato de o gravador possuir alguma falha sistêmica eventualmente associada aos eventos de descontinuidade não justificaria todos os pontos suspeitos que encontramos.

Na verdade, **as descontinuidades não ocorrem de modo previsível.** Não há, por exemplo, uma associação direta entre a amplitude do sinal e a presença da descontinuidade. Os eventos ocorrem tanto em plosivas quanto em vogais, e nos dois casos de modo não previsível. Há pontos com plosivas de grande intensidade e que, ainda assim, não criaram descontinuidades. A figura 06 ilustra este aspecto.



No caso das vogais ocorre o mesmo. Algumas vogais aparecem truncadas enquanto outras, com a mesma intensidade no ataque revelam um aumento gradual de intensidade, tal como esperado em qualquer gravação (ver figura 05).

O comportamento caótico e sem um padrão discernível no aparecimento das discontinuidades aumenta a suspeição sobre a gravação questionada. Outro aspecto a considerar é a não homogeneidade na distribuição dos eventos de discontinuidade. Apenas entre os momentos 11:36 e 11:53, cerca de 17 segundos, por exemplo, foram detectados cinco pontos de possível edição, sendo essa região a de maior concentração desse tipo de evento acústico. Curiosamente, o mesmo trecho contém as falas mais divulgadas e exploradas pela mídia.

Assim, temos uma série de características, na gravação questionada, que não permitem que se garanta sua autenticidade: **(a) discontinuidades não justificadas; (b) ruídos muito intensos mascarando totalmente o sinal de interesse; (c) clipping (saturação) e (d) longos trechos ininteligíveis.**

A prova é tecnicamente ruim. A prova é imprestável, visto que não se pode garantir sua autenticidade. O recurso a horários de programação de rádio como base para garantir autenticidade é inaceitável. Uma simples edição ao final da gravação permitiria tal ajuste. Com efeito, aos 35:25,663, perto do final da gravação e antes da entrada da programação da CBN, ocorre uma discontinuidade com vários pontos de *clipping*, região na qual se poderia efetuar um corte indetectável de modo a "ajustar" a gravação ao horário da rádio (ver figura 07). Como não há contexto conversacional no trecho, a ação poderia ser realizada sem qualquer dificuldade.

A presença de muitos pontos com saturação permitiria também que, caso se retirasse material original, o tempo total pudesse ser ajustado aumentando artificialmente a duração de regiões de ruído. Outro artifício que levaria ao mesmo resultado seria o alongamento artificial de trechos constituídos exclusivamente de ruído de fundo de baixa



Handwritten signature

amplitude, um procedimento simples e também indetectável (ressalte-se que há muitos trechos com tais características ao longo da gravação).

As figuras 08 e 09 reúnem diversos detalhes de oscilograma em pontos nos quais uma edição pode ter sido praticada. As duas figuras estão longe de ser exaustivas, visto haver muitos outros pontos com as mesmas características.

V) RESPOSTAS AOS QUESITOS

01) *Queira o perito descrever o material questionado.*

Resposta: Ver item I.

02) *A gravação apresentada pelo delator é original?*

Resposta: Não. De acordo com a Informação 0230/2017 do MPF, o delator Joesley entregou um *pendrive* com quatro arquivos de áudio intitulados "AEunique.WAV", "PR1 14032017.WAV", "PR2 16032017.WAV" e "PR2 A 13032017.WAV". Reproduzimos abaixo o trecho da Informação 030/2017 no qual são descritos os arquivos, tal como entregues ao MPF.

Esta Secretaria recebeu para exame uma mídia removível *pen drive* contendo uma (1) pasta e 4 (quatro) arquivos, conforme figura apresentado no *Windows Explorer*.

- 1) AEunique.WAV
- 2) PR1 14032017.WAV
- 3) PR2 16032017.WAV
- 4) PR2 A 13032017.WAV

Os arquivos entregues não podem ser os originais, visto que, por óbvio, tiveram seus nomes alterados. Nenhum dispositivo gravador gera nomes nesses formatos. Os nomes devem ter sido atribuídos pelo próprio delator. É estranho que o MPF não tenha tido o cuidado de solicitar os arquivos originais.



03) Há indícios de edição na gravação?

Resposta: Existem dezenas de pontos de descontinuidade ao longo de toda a gravação. Cada um desses pontos é, potencialmente, um ponto de edição. Sabe-se que nem todas as descontinuidades existentes na gravação são pontos de edição, visto que são muito numerosas. É possível, pois, que algumas dessas descontinuidades seja decorrente de alguma falha sistêmica do aparelho gravador. A questão pericialmente relevante, no entanto, não é se o aparelho gravador eventualmente produz tais falhas, **mas sim que tais falhas abrem a porta para que sejam realizadas edições cuja detecção seria impossível, visto que uma edição feita com algum cuidado poderia reproduzir exatamente as características de uma falha sistêmica real.** Vale notar que critérios baseados em continuidade discursiva não são aplicáveis em muitos pontos onde ocorrem descontinuidades, até porque grande parte das falas do presidente Michel Temer é ininteligível. Seria temerário valer-se de um critério baseado em "sequência lógica", como fez o MPF, em uma conversação, na qual, na maior parte do tempo, entende-se apenas a voz de um dos interlocutores (Joesley).

Ressalte-se que não são apenas as descontinuidades evidenciadas por perdas fonéticas que poderiam ser considerados potenciais pontos de edição. A gravação está repleta de ruídos muito intensos que praticamente ocupam toda a faixa do espectro, mascarando completamente o sinal de interesse. Existem também diversos pontos de *clipping* (saturação), também candidatos a ocultar cortes fraudulentos de forma indetectável.

04) A gravação pode ser considerada autêntica?

Resposta: Não. Do ponto de vista técnico-pericial, a gravação apresenta demasiados vícios para que possa ser considerada autêntica. Não faz qualquer sentido acatar como autêntica uma gravação que contém dezenas de descontinuidades, pontos de clipping, ruídos de mascaramento e longos trechos ininteligíveis. Em qualquer processo corriqueiro



esse tipo de gravação é descartada por possuir demasiados indícios de possível edição. Não cabe ao perito especular, admitindo hipóteses pouco ortodoxas: **uma descontinuidade é sempre um potencial ponto de edição e nada pode mudar esse fato, ainda que se descubra que falhas sistêmicas possam provocar eventuais descontinuidades.** Vivemos um mundo digital e manipulações envolvendo trechos ruidosos do sinal são bastante simples com os recursos de processamento digital hoje disponíveis. Assim, qualquer indicio de edição deve ser assim tratado, salvo existir prova sólida que contradiga tal hipótese. No caso em tela, algumas descontinuidades podem ser descartadas em função da continuidade discursiva, mas restam muitas para as quais tal critério não seria aplicável.

05) A gravação, do ponto de vista jurídico, poderia ser usada como prova?

Resposta: Não. Como já esclarecido no quesito anterior, não se pode, por nenhum meio, garantir a autenticidade da gravação, sendo, portanto, a prova imprestável para fins judiciais. Para além dos indícios muito consistentes de edição vale lembrar que grande parte da gravação, mais especialmente no que diz respeito às falas do presidente Temer, é ininteligível, dificultando, quando não impossibilitando, a definição inequívoca dos contextos em que cada fragmento inteligível ocorre.

Goiânia, 22 de maio de 2017


Prof. Dr. Ricardo Molina de Figueiredo


Mauricio Raymundo de Cunto
CREA. 060.154.048-7



MPF
Ministério Público Federal

Procuradoria-Geral da República
Gabinete do Procurador-Geral da República
Secretaria de Pesquisa e Análise – SPEA/PGR

SIGILOSO

Informação nº 030/2017 - SPEA/PGR

07 de abril de 2017.

Para a verificação do arquivo, utilizou-se a ferramenta *Audacity*, software de áudio livre e código aberto com suporte ao formato de áudio wav.

2 ANÁLISE DE COERÊNCIA PERCEPTIVA

O arquivo apresentado foi analisado de forma preliminar, submetido a oitiva sob a perspectiva exclusiva da percepção humana. Não houve auxílio de equipamentos especializados na avaliação sobre a integridade dos áudios.

Nesse contexto, o objetivo do trabalho foi verificar se os diálogos existentes nos áudios estão inteligíveis e, se numa análise meramente perfuncionária, os arquivos possuem ou não características iniciais de confiabilidade.

O diálogo constante do Áudio 02 (PR1 14032017.WAV) encontra-se audível, apresentando sequência lógica. O arquivo possui alguns ruídos e a voz de um dos interlocutores apresenta-se com maior intensidade em relação à voz do segundo interlocutor, e em alguns momentos, tornam-se incompreensíveis sem a utilização de equipamentos especializados.

Figura 01

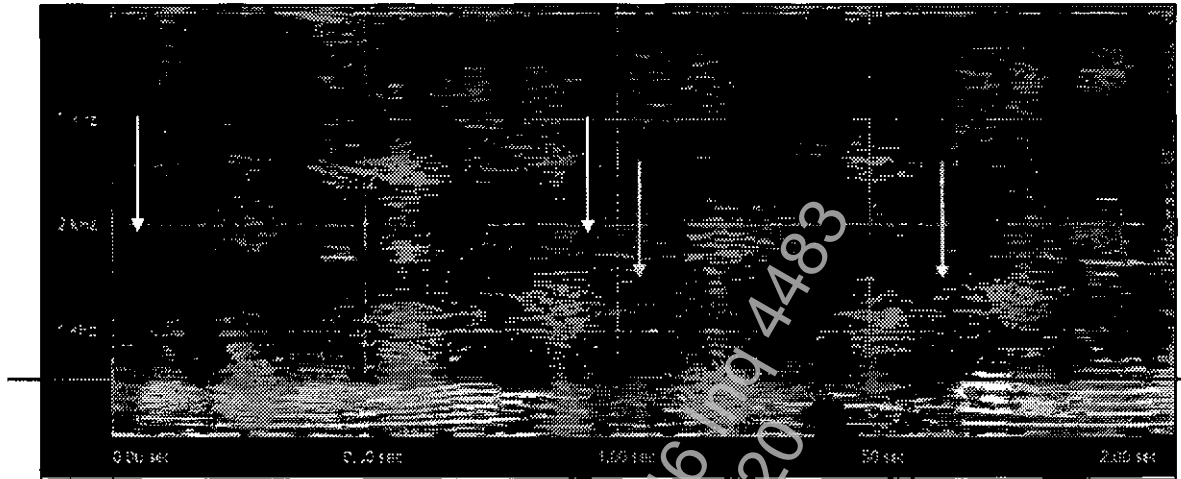
243
7

Figura 02. A razão sinal/ruído em diversos pontos da gravação, em especial em trechos com a fala do presidente Temer, o qual se encontrava afastado, no mínimo, alguns metros do gravador, é muito baixa. No espectrograma mostrado na figura acima é analisado o trecho a seguir:

JOESLEY: tô no meio [e não "todo mês", como equivocadamente divulgado pela PGR] - setas amarelas

PRESIDENTE TEMER: ininteligível - setas verdes

JOESLEY: também... - setas vermelhas

Fica claro que a intervenção do presidente Temer tem uma razão sinal/ruído extremamente desfavorável. Praticamente inexistente informação acima de 500 Hz (região abaixo da linha vermelha horizontal). Observe-se que há uma diferença acústica muito grande entre a intervenção do presidente Temer e as falas de Joesley, sendo que estas apresentam harmônicos ainda com alguma definição na faixa de 2.5 kHz.

Apesar de se saber que tal trecho (entre as setas verdes) contém fala do presidente, o trecho é ininteligível, nada havendo, em termos de filtragem que pudesse sanar essa deficiência, visto que, supostamente, se trata de um problema na captação do áudio, durante a qual, seja pela distância e/ou direcionamento da fonte sonora (posição relativa microfone/locutor) ou mesmo características intrínsecas do aparelho, o trecho se tornou ininteligível. Em muitos casos irremediavelmente ininteligível.

É importante, pois, se fazer a distinção entre os conceitos de *audibilidade* e *inteligibilidade*. Em outras palavras: uma fala pode ser *audível* (inclusive sendo possível saber quem a produziu) mas ao mesmo tempo ser *ininteligível*. Tal distinção, entretanto, não foi devidamente esclarecida na Informação 030/2017 do MPF, na qual se afirma que a gravação "encontra-se audível, apresentando sequência lógica".

Ora, como vimos, ser "audível" não é sinônimo de ser "inteligível". Aparentemente a "analista" e o "técnico" que emitiram a referida Informação não conhecem a distinção entre os dois conceitos. E mais: causa uma certa estranheza que os emitentes da referida Informação possam afirmar tão categoricamente que a gravação apresenta "sequência lógica" se existem tantos trechos ininteligíveis, ruídos interferentes etc.

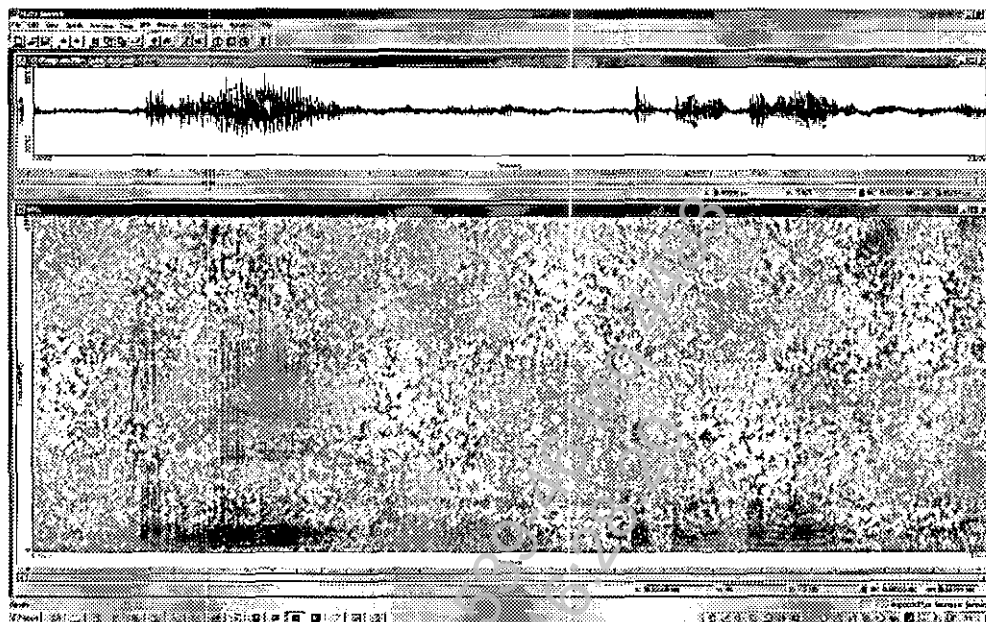


Figura 03. "tô no meio" vs. "50 mil por mês" (momentos 11:41, 296 e 15:38,612, respectivamente). Vê-se claramente que a expressão produzida no [primeiro caso foi "tô no meio" e não "todo mês", visto que inexistente vestígio da fricativa ao final, enquanto esta aparece claramente no segundo caso, mesmo que a amplitude em "mês" tenha sido menor.

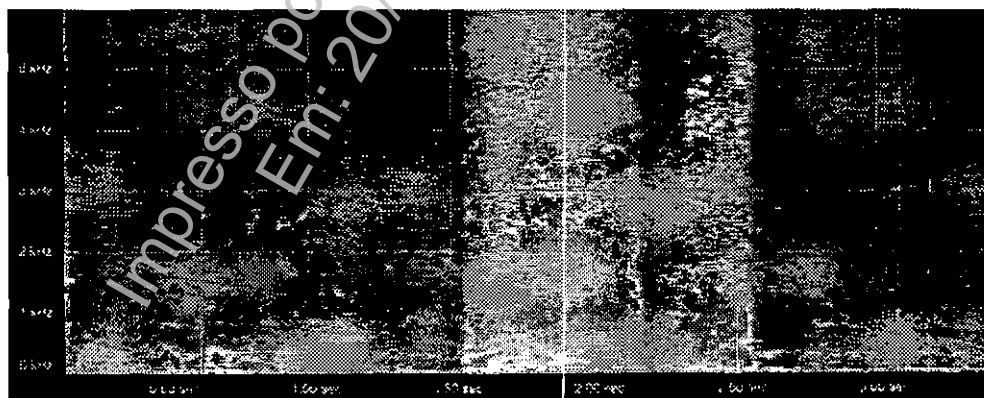


Figura 04. Em diversos pontos há a ocorrência de ruídos de tal intensidade, que chegam a cobrir praticamente toda a faixa do espectro, tal como ocorre no trecho analisado no espectrograma acima (aos 10:16,381).

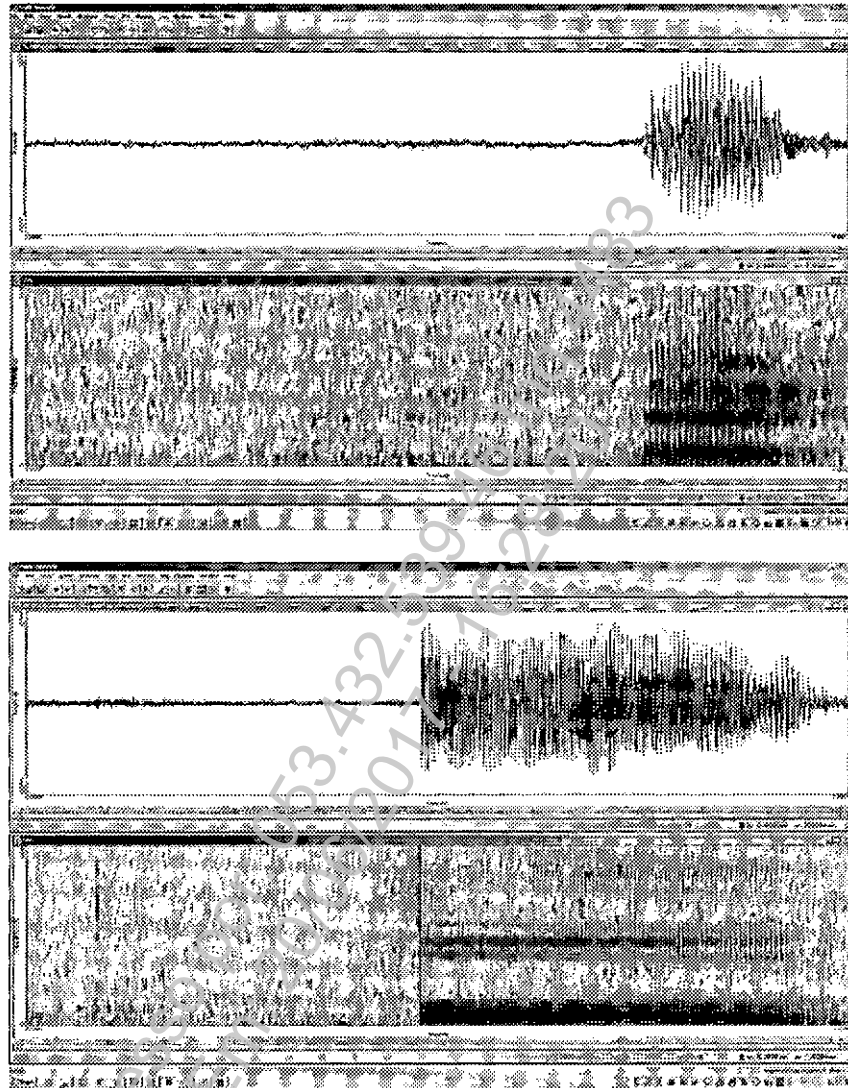


Figura 05. Os eventos de descontinuidade não ocorrem de forma regular nem são previsíveis em função do contexto fonético. Nos espectrogramas acima analisamos duas vogais de alta amplitude. No quadro superior trata-se da vogal /E/ (aos 07:30,252) e no inferior a vogal /o/ (aos 07:13,527). As duas atingem picos semelhantes de amplitude, sendo que o /E/ tem o ataque normal e a vogal /o/ revela ataque truncado com perda de material fonético original. A eventualidade de ser tal comportamento, em alguns casos, devido a eventual efeito sistêmico (algo a se conferir, é claro), de modo algum transformaria a gravação em uma prova autêntica e juridicamente aceitável. Qualquer descontinuidade é um virtual ponto de edição.

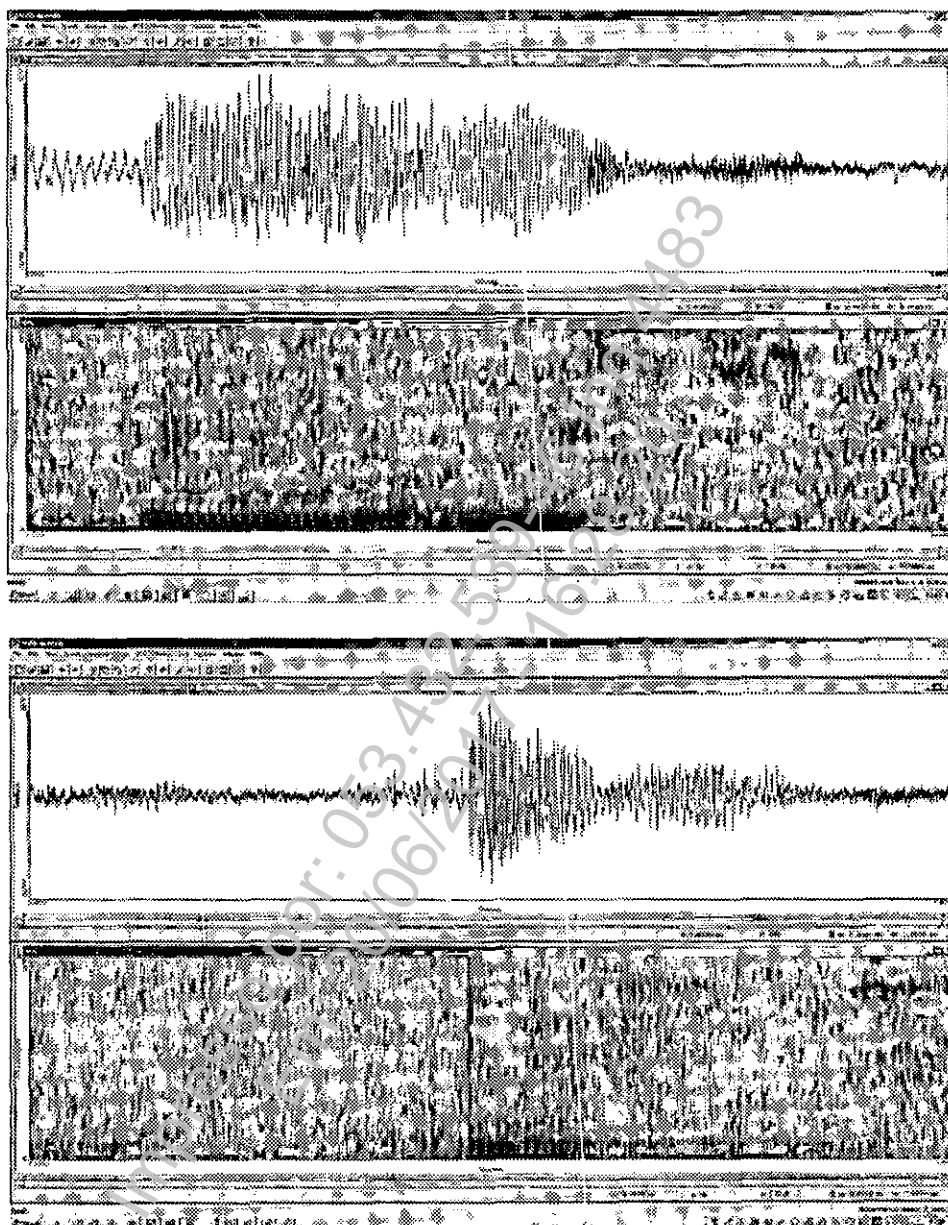


Figura 06. Assim como ocorre com as vogais, as discontinuidades associadas a perda de material fonético envolvendo plosivas também não apresenta um padrão regular. No espectrograma superior vemos a análise da palavra "dois" (aos 12:09,330), sem criação de descontinuidade e no inferior a da palavra "doze"(aos 07:27,615), com descontinuidade.

345M
17/19

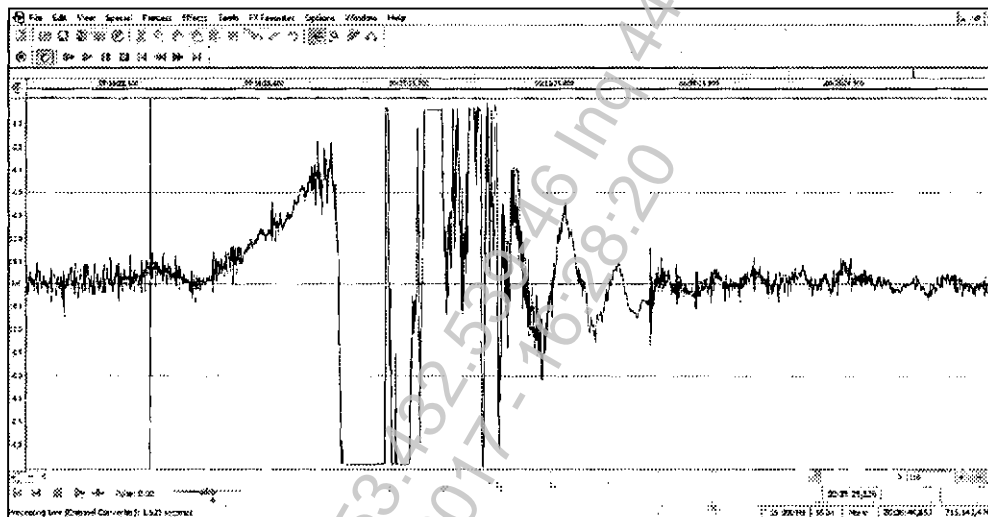


Figura 07. Região com clipping próxima ao final da gravação (em 35:35,663), pouco antes da entrada da gravação da CBN. Este é um potencial ponto de edição

Impresso por 053:462:5346 Inq 4483
Em: 20/08/2017 - 16:28:20

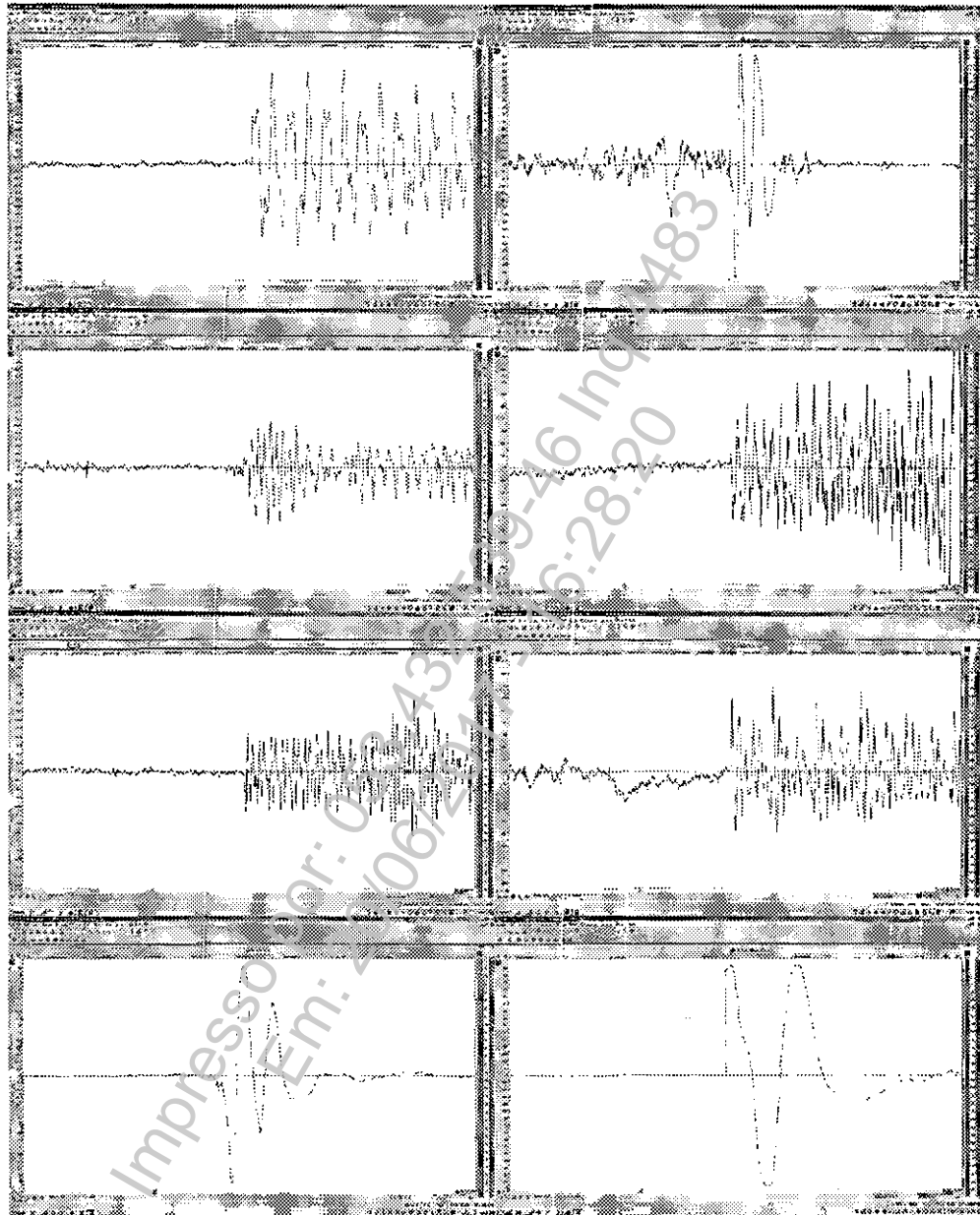


Figura 08.



346
19/119

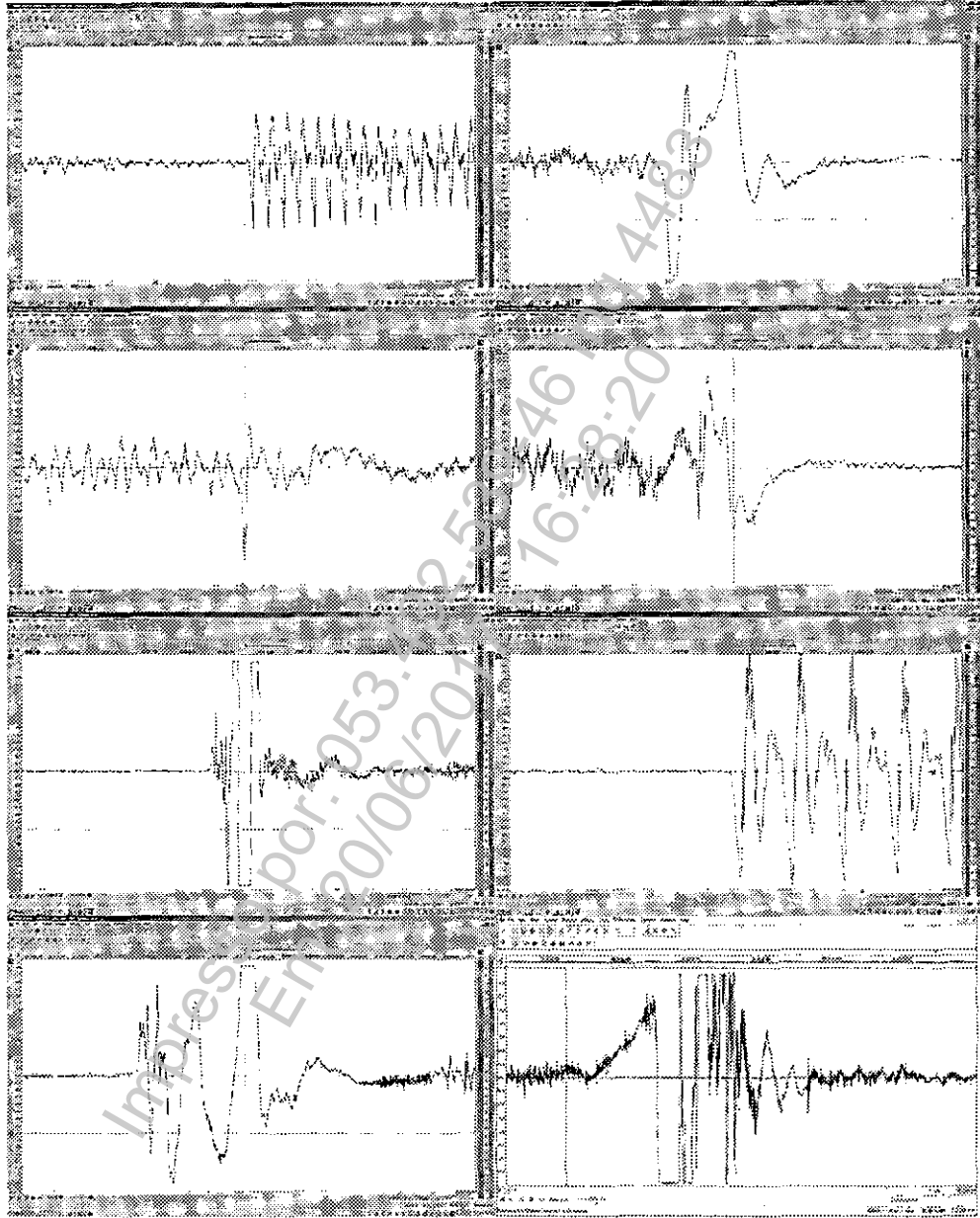
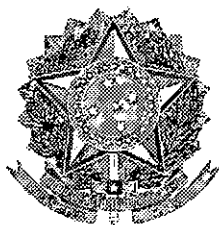


Figura 09



Poder Judiciário
Supremo Tribunal Federal

347
M

Recibo de Petição Eletrônica

Petição	26517/2017
Processo	Inq 4483
Tipo de pedido	Manifestação
Relação de Peças	1 - Petição de apresentação de manifestação Assinado por: GUSTAVO BONINI GUEDES 2 - Documentos comprobatórios Assinado por: GUSTAVO BONINI GUEDES 3 - Documentos comprobatórios Assinado por: GUSTAVO BONINI GUEDES 4 - Documentos comprobatórios Assinado por: GUSTAVO BONINI GUEDES
Data/Hora do Envio	24/05/2017 às 14:20:28
Enviado por	GUSTAVO BONINI GUEDES (CPF: 030.915.309-30)

TERMO DE JUNTADA

Junto a estes autos o protocolado de nº 26517/2017 que segue.
Brasília, 26 de maio de 2017

DENIS MARTINS FERREIRA
Matrícula 2190

EXCELENTÍSSIMO SENHOR EDSON FACHIN MINISTRO DO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Supremo Tribunal Federal

24/05/2017 12:33 0026480

Referente ao Inquérito 4483/2017

Relator: Ministro EDSON FACHIN



RUBENS PEREIRA E SILVA JUNIOR, Brasileiro, casado, Deputado Federal pelo Estado do Maranhão, Portador da CI 79675297-4, SSP/MA, e da Carteira Parlamentar 55081 - CD e do CPF 004.415.143-83, com domicílio na Câmara dos Deputados, Anexo III, Gabinete 574, em Brasília/DF, vem respeitosamente à inclita presença de Vossa Excelência, com fulcro no Art. 5º XXXIII C/C XXXV da Carta Magna, dizer e ao final requerer **INFORMAÇÕES**:

Trata-se de Inquérito instaurado a pedido do Ministério Público Federal, representado pelo Procurador Geral da República, e tendo como investigados os Senhores MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA, AÉCIO NEVES DA CUNHA e RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES;

Ressaltando-se a imensa repercussão que tomou o inquérito em comento, em face por óbvio, da importância institucional e representatividade dos investigados no feito;

CP

3491

Tendo em vista que as especulações, fomentadas junto aos órgãos de imprensa, bem como ao conjunto da população, no sentido de que toda e qualquer doação de campanha efetuada pela empresa JBS S/A, se constituir de plano em ilícito;

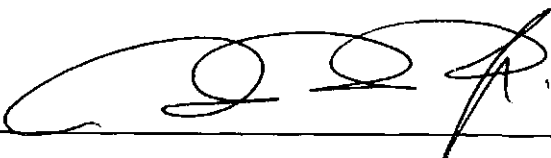
Tendo em vista ainda também que recebi doação para minha campanha eleitoral de 2014 do Partido Comunista do Brasil-PCdoB, ao qual sou filiado, cuja a origem eram valores repassados a supracitada agremiação partidária, pela empresa em comento, no valor de 150.000,00, conforme dados registrados na prestação de contas de minha campanha apresentadas ao Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.

Postos estes fatos, venho então requerer a Vossa Excelência, informações, que peço sejam expedidas por CERTIDÃO, no sentido de saber se sou investigado no curso deste inquérito ou de qualquer outro nesse excelso Supremo Tribunal Federal, tendo por objeto desta ou de qualquer outra notitia criminis.

N. Termos,

P. Deferimento

Brasília, 23 de maio de 2107



RUBENS PEREIRA E SILVA JÚNIOR

350
M

INQUÉRITO 4.483 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S) : MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
ADV.(A/S) : ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA E
OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : AECIO NEVES DA CUNHA
ADV.(A/S) : CARLOS MARIO DA SILVA VELLOSO E
OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES

DESPACHO: Com relação à Petição 26.659/2017, analisei o pedido nos autos da Ac 4316, em que formulado pretensão idêntica (Petição 26.654/2017).

Assim, por se encontrarem os autos ainda em carga com a autoridade policial, aguarde-se junto ao Setor de Processos Originários Criminais, para posterior juntada.

Brasília, 25 de maio de 2017.

Ministro EDSON FACHIN

Relator

Documento assinado digitalmente

Supremo Tribunal Federal

JW 4483

351 M

TERMO DE JUNTADA

Junto a estes autos o protocolado de nº 26659/2017 que segue.

Brasília, 26 de maio de 2017

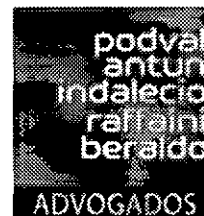
MM
DENIS MARTINS FERREIRA
Matrícula 2190

Impresso por: 053.432.539-46 Inq 4483
Em: 20/06/2017 - 16:28:20


ROBERTO PODVAL
MARCELO GASPAR GOMES RAFFAINI
VIVIANE S. JACOB RAFFAINI
LUIÁSA RUFFO MUCHON
MARIANA CALVELO GRAÇA
GISELA SILVA TELLES

ODEL M. J. ANTUN
LUIS FERNANDO BERALDO
CARLOS EDUARDO MITSUO NAKAHARADA
ANA CAROLINE MACHADO MEDEIROS
GIULIA DE FELIPPO MORETTI DORNELLAS

PAULA MOREIRA INDALECIO
DANIEL ROMEIRO
ALVARO AUGUSTO M. V. ORIGONE SOUZA
PAULO JOSÉ ARANHA
ISABELA PRADINES C. GUARITÁ SABINO



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, RELATOR DA
AÇÃO CAUTELAR 4316, DR. EDSON FACHIN.**

Supremo Tribunal Federal
24/05/2017 17:34 0026659


Ref.: **AÇÃO CAUTELAR 4316 e INQUÉRITO 4.483.**

A prerrogativa do jornalista de preservar o sigilo da fonte (e de não sofrer qualquer sanção, direta ou indireta, em razão da prática legítima dessa franquia outorgada pela própria Constituição da República), oponível, por isso mesmo, a qualquer pessoa, inclusive aos agentes, autoridades e órgãos do Estado, qualifica-se como verdadeira garantia institucional destinada a assegurar o exercício do direito fundamental de livremente buscar e transmitir informações. Doutrina. – O exercício da jurisdição cautelar por magistrados e Tribunais não pode converter-se em prática judicial inibitória, muito menos censória, da liberdade constitucional de expressão e de comunicação, sob pena de o poder geral de cautela atribuído ao Judiciário transformar-se, inconstitucionalmente, em inadmissível censura estatal (STF, Rcl 21504 AgR/SP, Rel. Min Celso de Mello j. 17.11.2015, grifos do original).

JOSÉ REINALDO AZEVEDO E SILVA, por seus advogados¹, com escritório nos endereços abaixo estampados, com fulcro no art. 9º. da Lei 9.296/96, na qualidade de **terceiro interessado**, vem à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o que segue.

Antes de iniciar, procuravam os subscritores os fundamentos constitucionais ou legais que amparassem o direito do peticionário em dirigir-se a Vossa Excelência nestes autos, já que não é parte no processo.

¹ Requer prazo suplementar para juntar o competente instrumento de mandato, nos termos do art. 5º, § 1º, da Lei nº 8.906/1994.

ROBERTO PODVAL

MARCELO GASPAR GOMES RAFFAINI

VIVIANE S. JACOB RAFFAINI

LUÍSA RUFFO MUCHON

MARIANA CALVELO GRAÇA

GISELA SILVA TELLES

ODEL M. J. ANTUN

LUIS FERNANDO BERHALDO

CARLOS EDUARDO MITSUO NAKAHARADA

ANA CAROLINE MACHADO MEDEIROS

GIULIA DE FELIPPO MORETTI DORNELLAS

PAULA MOREIRA INDALECIO

DANIEL ROMEIRO

ALVARO AUGUSTO M. V. ORIONE SOUZA

PAULO JOSÉ ARANHA

ISABELA PRADINES C. GUARITÁ SABINO



Embora a única relação do peticionário com a operação Lava Jato seja o fato de exercer um jornalismo que muitas vezes a critica, ele teve conversas suas interceptadas e divulgadas indevidamente, em franca violação à Constituição Federal.

REINALDO AZEVEDO não é parte nos autos, mas é jornalista. E seus direitos constitucionais foram violados nestes autos, razão pela qual pede permissão para, aqui, dirigir-se a Vossa Excelência.

Segundo veiculado pelo jornal O Globo, “Apesar de não conter indício de crime, segundo a PF, a conversa consta do conjunto de áudios **disponibilizado pela Procuradoria-Geral da República no inquérito que provocou o afastamento de Aécio do cargo e a prisão da irmã, o que gerou críticas de entidades de imprensa. Feinaldo não é investigado**”².

Ao que consta, os áudios de onde foram selecionadas conversas do peticionário para divulgação integram um lote de 2200 gravações, as quais, segundo a Folha de São Paulo, foram “entregues à imprensa na semana passada **pela assessoria do STF após o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato, decretar o fim do sigilo do caso, na semana passada, a pedido da Procuradoria.** Muitas delas não tratam da investigação”³.

De fato, os diálogos, divulgados inicialmente pelo site jornalístico BuzzFeed, não guardam qualquer relação com o objeto da investigação.

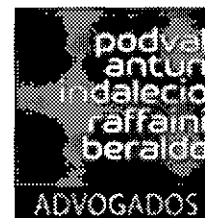
² (<https://oglobo.globo.com/brasil/reinaldo-azevedo-pede-demissao-da-veja-apos-divulgacao-de-grampo-com-irma-de-aecio-sem-indicio-de-crime-21383556#ixzz4hxJN8u23>, grifamos).

³ (<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1886754-stf-divulga-conversa-entre-jornalista-c-fonte-cm-pacotc-de-grampos-da-jbs.shtml>).

ROBERTO PODVAL
MARCELO GASPAR GOMES RAFFAINI
VIVIANE S. JACOB RAFFAINI
LÚISA RUFFO MUCHON
MARIANA CALVELO GRAÇA
GISELA SILVA TELLES

ODEL M. J. ANTUN
LUIS FERNANDO BERALDO
CARLOS EDUARDO MITSUO NAKAHARADA
ANA CAROLINE MACHADO MEDEIROS
GIULIA DE FELIPPO MORETTI DORNELLAS

PAULA MOREIRA INDALECIO
DANIEL ROMEIRO
ALVARO AUGUSTO M. V. ORIONE SOUZA
PAULO JOSÉ ARANHA
ISABELA PRADINES C. GUARITÁ SABINO



353M

Pululam dúvidas.

Se a Lei 9.296/96, que regula o uso de informações obtidas mediante interceptação telefônica prevê, em seu art. 9º., “*que a gravação que não interessar à prova será inutilizada por decisão judicial, durante o inquérito, a instrução processual ou após esta, em virtude de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada*”, pergunta-se:

- A) Por que os áudios que não interessam às investigações foram juntados aos autos?
- B) Por que os áudios que não interessam às investigações foram divulgados? Por ordem de quem? A pedido de quem?
- C) Por que áudios de um jornalista, que coincidentemente é um crítico da operação Lava Jato, e que tem o seu sigilo de fonte assegurado, foram divulgados?
- D) Quem selecionou as conversas a serem juntadas aos autos?
- E) Quem permitiu fossem juntadas?
- F) Qual o objetivo de tal providencia?

Mas o fato é um só: as conversas foram divulgadas talvez como uma provável forma de intimidar, retaliar o jornalista, e, ainda que assim não fosse, ainda que tivesse sido por um (oportuno) lapso, agora todos lavam as mãos, e as lavam a jato. Com o perdão do trocadilho.

De um lado há informações dando conta de que esta Corte divulgou as gravações. De outro lado, a Procuradoria-Geral da República correu para informar, em nota, que “*não anexou, não divulgou, não transcreveu, não utilizou como fundamento de nenhum pedido, nem juntou o referido diálogo aos autos*”.

ROBERTO PODVAL

MARCELO GASPAR GOMES RAFFAINI

VIVIANE S. JACOB RAFFAINI

LUÍSA RUFFO MUCHON

MARIANA CALVELO GRAÇA

GISELA SILVA TELLES

ODEL M. J. ANTUN

LUIS FERNANDO BERALDO

CARLOS EDUARDO MITSUO NAKAHARADA

ANA CAROLINE MACHADO MEDEIROS

GIULIA DE FELIPPO MORETTI DORNELLAS

PAULA MOREIRA INDALECIO

DANIEL ROMEIRO

ALVARO AUGUSTO M. V. ORIONE SOUZA

PAULO JOSÉ ARANHA

ISABELA PRADINES C. GUARITÁ SABINO



Curioso assistir que ferrenhos defensores de uma interpretação absolutamente ampla da “Teoria do Dominio do Fato Criminoso”; pessoas que afirmam que são criminalmente responsáveis os que têm “controle das decisões mais relevantes”, agora são os que se esquivam das suas responsabilidades como controladores de uma investigação de tamanha envergadura.

Ainda na data de ontem, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Gilmar Mendes divulgaram notas ressaltando a necessidade do respeito constitucional ao sigilo da fonte. Falou-se até mesmo em **vergonha**.

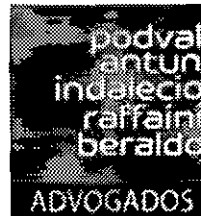
Sim, Excelência. O que aconteceu foi uma vergonha. Não é preciso muito para se ter em mente que o sigilo de uma fonte de um jornalista é um princípio básico da liberdade de expressão. Não há democracia sem garantia absoluta ao sigilo de fonte.

Enfim, uma vez espalhados os diálogos, nada será capaz de corrigir com eficácia os efeitos nefastos desta divulgação.

Mas ainda que por dever moral, se existe algum interesse em se respeitar minimamente o quanto disposto no art. 5º, inciso XIV, da Constituição Federal, devem ser tomadas providências mínimas. Assim, devem ser desentranhadas dos autos e destruídas todas as mídias que não interessam ao processo.

Ainda que tal providência hoje se mostre inócua ao menos no que se refere aos diálogos nos quais o peticionário figura como interlocutor – já que a imprensa toda os copiou e os reproduziu, estando, portanto, Inês morta e sepultada –, a prudência recomenda seja determinado o desentranhamento e destruição de **todo e qualquer** diálogo que não interesse ao

ROBERTO PODVAL	ODEL M. J. ANTUN	PAULA MOREIRA INDALECIO
MARCELO GASPAR GOMES RAFFAINI	LUIS FERNANDO BERALDO	DANIEL ROMEIRO
VIVIANE S. JACOB RAFFAINI	CARLOS EDUARDO MITSUO NAKAHARADA	ALVARO AUGUSTO M. V. ORIONE SOUZA
LUI SA RUFFO MUCHON	ANA CAROLINE MACHADO MEDEIROS	PAULO JOSÉ ARANHA
MARIANA CALVELO GRAÇA	GIULIA DE FELIPPO MORETTI DORNELLAS	ISABELA PRADINES C. GUARITÁ SABINO
GI SELA SILVA TELLES		



processo, **como determina a lei.**

Mais do que isso. Devem-se tomar as providências necessárias para se apurar os fatos. Não se pode simplesmente colocar panos quentes sobre este evidente problema.

Sem considerar os evidentes danos morais sofridos pelo peticionário, a serem eventualmente pleiteados em esfera própria, há de se reconhecer que houve, ao que parece, crimes previstos, em tese, no art. 10 da Lei 9.296/96 e no art. 325 e parágrafos do Código Penal.

É, pois, absolutamente necessário que **sejam tomadas todas as medidas cabíveis, a fim de que tais fatos sejam cabalmente apurados.**

Só o que aguarda o peticionário é que a mesma atitude ferrenha com que se apuram os crimes da Lava Jato seja adotada para apurar outros fatos, ao menos em tese, criminosos. E o faz na esperança de que esta Corte não fechará os olhos para o abuso de poder, para o desrespeito sorrateiro à Constituição Federal, aos princípios internacionais que regem a liberdade de expressão e, principalmente ao próprio Estado Democrático de Direito.

Brasília, 24 de maio de 2017.

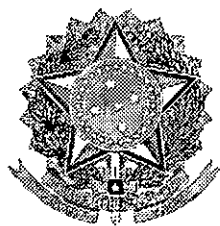
ROBERTO PODVAL
OAB/SP 101.458

PAULA M. INDALECIO
OAB/SP 195.105

CARLOS E. M. NAKAHARADA
OAB/SP 310.808

CARLOS
EDUARDO
MITSUO
NAKAHARADA

Anexo de forma digital por LEP/05
ESTABELECEMOS NAKAHARADA
EDUARDOS MITSUO, por autenticação por
AR e cert que DNEM, para assinatura E po
43, que 000015696, com 42000000.
que 1114753, com CARLOS EDUARDO
MITSUO NAKAHARADA.
emais: carlos@podval.adv.br
Dado: 2017.05.24 17:27:29 -0300



Poder Judiciário
Supremo Tribunal Federal

355
M

Recibo de Petição Eletrônica

Petição	26659/2017
Processo	Inq 4483
Tipo de pedido	Interessado
Relação de Peças	1 - Pedido de ingresso como interessado Assinado por: CARLOS EDUARDO MITSUO NAKAHARADA
Data/Hora do Envio	24/05/2017 às 17:34:17
Enviado por	CARLOS EDUARDO MITSUO NAKAHARADA (CPF: 365.783.458-33)

TERMO DE JUNTADA

Junto a estes autos o protocolado de nº 6103/dol que segue.

Brasília, 26 de maio de 2017

DENIS MARTINS FERREIRA
Matrícula 2190

Impresso por: 053.432.3946 Inq 4483
Em: 26/06/2017 - 17:28:29



Supremo Tribunal Federal

24/05/2017 19:32 0026703



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

3561

Nº 128264 /2017 – GTLJ/PGR

Inquérito nº 4.483/DF

Relator: Ministro Edson Fachin

Autor: Ministério Público Federal

Investigados: MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA,
AÉCIO NEVES DA CUNHA E RODRIGO
SANTOS ROCHA LOURES, dentre outros.

PROCESSO PENAL. INQUÉRITO. INVESTIGADOS PRESOS. DILIGÊNCIAS.

1. Inquérito instaurado em face de autoridades com foro por prerrogativa em função para investigar a prática de diversos crimes.
2. Alguns investigados foram presos em 18.05.2017, momento a partir do qual é contado o prazo de 10 (dez) dias para as diligências da autoridade policial e 5 (cinco) dias para análise do Ministério Público. Inteligência do art. 10º do CPP c/c art. 231, §5º, do RI-STF.
3. Pela realização das diligências apontadas e remessa dos autos para análise da Procuradoria-Geral da República.

O Procurador-Geral da República vem, perante Vossa Excelência, manifestar-se nos autos do Inquérito em epígrafe nos seguintes termos.

I - Da contextualização dos fatos

O Procurador Geral da Republica celebrou, com fulcro nos artigos 4º e seguintes da Lei nº 12.850/2013, acordos de

colaboração premiada com **JOESLEY MENDONÇA BATISTA, WESLEY MENDONÇA BATISTA, RICARDO SAUD, FRANCISCO DE ASSIS E SILVA, FLORISVALDO CAETANO DE OLIVEIRA, VALDIR APARECIDO BONI e DEMILTON ANTONIO DE CASTRO** em 03 de maio de 2017, tendo sido homologado no dia 11/05/2017 pelo Ministro Edson Fachin.

A partir do vasto conteúdo probatório oferecido pelos colaboradores, o Procurador-Geral requereu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a instauração do presente inquérito para investigar, dentre outros, **MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA**, atual Presidente da República, **RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES**, Deputado Federal, e **AÉCIO NEVES DA CUNHA**, Senador da república, estes últimos suspensos do exercício das funções parlamentares públicas ou de qualquer outra função pública por decisão do Relator Ministro Fachin do dia 17/05/2017.

Para instruir o inquérito, foram anexadas 4 (quatro) gravações em áudio entregues pelo colaborador **JOESLEY MENDONÇA BATISTA**, quais sejam: a) gravação de conversa com o presidente da República **MICHEL TEMER**; b) gravação de conversa com o Deputado Federal **RODRIGO LOURES** ocorrida em 13/03/17 na residência de **JOESLEY**; c) gravação de conversa com o Deputado Federal **RODRIGO LOURES**, na residência deste, efetuada em 16/03/17; d) gravação de conversa com o Senador da República **AÉCIO NEVES**.

258
M

A colaboração dos representantes da J&F foi singular, pois, diferente de outros casos de colaboração, a negociação do acordo revelou crimes cuja prática ou seu exaurimento ainda estavam ocorrendo ou por ocorrer durante as tratativas do Ministério Público Federal e os colaboradores, o que demandou intervenção imediata para propiciar a cessação das condutas e sua rigorosa apuração.

O Procurador-Geral da República mencionou os principais fatos praticados pelas autoridades detentoras de foro a justificar a instauração de inquérito perante o Supremo Tribunal Federal.

Em relação a MICHEL TEMER, foi narrado que o presidente da República recebeu JOESLEY BATISTA no dia 07/03/2017, por volta de 22h40min, no Palácio do Jaburu, residência oficial daquela autoridade, tendo a conversa durado cerca de 30(trinta) minutos. De acordo com o áudio, foi possível perceber que o colaborador afirmou que pagava propina ao ex-deputado federal EDUARDO CUNHA, havendo anuência do Presidente quanto a esse diálogo. Ademais, no mesmo diálogo, o Presidente indicou o Deputado Federal RODRIGO LOURES como pessoa de sua mais alta confiança para tratar dos assuntos do interesse de JOESLEY.

No decorrer do diálogo, o Presidente da República também escuta do interlocutor informações de que este teria acertado sua situação com Juízes e/ou Procuradores, dentre outros fatos.

Em relação a RODRIGO LOURES, dando continuidade ao diálogo travado com o presidente MICHEL TEMER, JOESLEY



351

BATISTA, menciona que existiam algumas "posições-chave" no CADE, na Comissão de Valores Mobiliários, na Receita Federal, no Banco Central e na Procuradoria da Fazenda Nacional e que precisava de pessoas que fossem capazes de resolver seus "problemas" nesses órgãos.

Sobre um problema específico que envolvia o CADE, o qual foi melhor detalhado na reunião seguinte na casa de RODRIGO, JOESLEY BATISTA explica que a sua EPE (Empresa Produtora de Energia) de Cuiabá estaria perdendo muito dinheiro por conta da uma possível prática anticompetitiva da PETROBRAS, motivo pelo qual requereu uma decisão liminar do CADE que poderia representar um ganho diário de um milhão de reais e um ganho anual de cerca de R\$ 300 milhões de reais.

JOESLEY informa ainda que, caso o negócio desse certo, isso poderia garantir uma propina de 5% ao grupo do presidente MICHEL TEMER. Sobre as indicações para esses órgãos públicos, RODRIGO LOURES oferta a JOESLEY BATISTA a possibilidade de levar algum nome indicado por ele para o conhecimento do Presidente da República.

Em relação a AÉCIO NEVES, elementos de prova indicaram que, por solicitação de sua irmã, ANDREA NEVES, foi acertado o pagamento de propina no montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) a ser realizado entre RICARDO SAUD, executivo do grupo J & F, e o primo do AÉCIO NEVES, FREDERICO DE MEDEIROS PACHECO. Foram acertados quatro pagamentos

3607

semanais de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) cada, durante o mês de abril.

Em decisão datada de 10/04/2017, o Ministro Edson Fachin, nos termos do art. 21, XV, do RISTF, acatou o requerimento de instauração de Inquérito em relação aos investigados AÉCIO NEVES DA CUNHA e RODRIGO ROCHA LOURES.

Ademais, registrou que a Corte Suprema, no âmbito de Repercussão Geral, deliberou que *“é lícita a prova consistente em gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem conhecimento do outro”* (RE 583.937 QO-RG, Rel. Min. CEZAR PELUSO, Dje de 12.12.2009).

Por fim, o Ministro Relator solicitou manifestação expressa da Procuradoria-Geral acerca da incidência, ou não, do § 4º do art. 86 da Constituição Federal ao caso em apresso.

Em 25/04/2017, o Procurador-Geral da República expôs os fundamentos da inaplicabilidade do mencionado § 4º do art. 86 da Constituição Federal, uma vez que *“a simples abertura de inquérito prescinde até mesmo da autorização por parte da Câmara dos Deputados”*. Com base nesse entendimento, reiterou-se o requerimento de instauração de inquérito em face do presidente da República MICHEL TEMER.

Em nova decisão, datada de 02/05/2017, o Ministro Relator, compreendendo que a eventual investigação em face do Presidente da República não afronta a Constituição Federal, bem como que a imunidade temporária vertida no texto constitucional somente

Zblm

alcança atos estranhos ao exercício das funções, acolheu o requerimento ministerial e determinou a instauração de inquérito também em face de MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA.

Em 18/05/2017, foram executadas diversas medidas cautelares de busca e apreensão de documentos, bem como de prisões preventivas, em 6 (seis) cidades: Brasília, Belo Horizonte, São Paulo, Santos, Rio de Janeiro e Curitiba.

Em 20/05/2017, em resposta à manifestação apresentada pela defesa do presidente MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA, na qual se postulava a suspensão do presente inquérito e a realização de perícia técnica em áudio apresentado pelos colaboradores, o Procurador-Geral da República posiciona-se contrariamente a suspensão, porém não se opôs à realização imediata de perícia. Por consequência, apresentou quesitos a serem submetidos aos peritos.

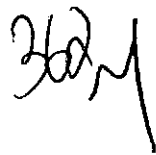
Eis o relato do necessário.

II – Do prazo para as investigações

As apurações que envolvem investigados segregados cautelarmente obedecem regime especial para a sua conclusão e também para a formação da *opinio delicti* do Ministério Público Federal.

Conjugando o regime preconizado pelo Código de Processo Penal e pelo Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, tem-





se- que a Polícia Federal tem o prazo de 10 (dez) dias, contados da realização da prisão, para finalizar as investigações e remeter o inquérito para o Ministério Público Federal, que, por sua vez, possui o prazo de 5 (cinco) dias para oferecer denúncia ou requerer o arquivamento.

O art. 10 do Código de Processo Penal prescreve:

Código de Processo Penal.

Art. 10. O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

Por seu turno, o Regimento Interno do Supremo estabelece que o prazo para o Ministério Público inicia-se a partir da apresentação do inquérito pela Autoridade Policial, nos seguintes termos:

RI-STF

Art. 231 Apresentada a peça informativa pela autoridade policial, o Relator encaminhará os autos ao Procurador-Geral da República, que terá quinze dias para oferecer a denúncia ou requerer o arquivamento (grifo nosso)

§ 1º As diligências complementares ao inquérito podem ser requeridas pelo Procurador-Geral ao Relator, interrompendo o prazo deste artigo, se deferidas.

§ 2º As diligências complementares não interrompem o prazo para oferecimento de denúncia, se o indiciado estiver preso.



§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, se as diligências forem indispensáveis ao oferecimento da denúncia, o Relator determinará o relaxamento da prisão do indiciado; se não o forem, mandará, depois de oferecida a denúncia, que se realizem em separado, sem prejuízo da prisão e do processo.

§ 4º O Relator tem competência para determinar o arquivamento, quando o requerer o Procurador-Geral da República ou quando verificar:

- a) a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato;
- b) a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade;
- c) que o fato narrado evidentemente não constitui crime;
- d) extinta a punibilidade do agente; ou
- e) ausência de indícios mínimos de autoria ou materialidade, nos casos em que forem descumpridos os prazos para a instrução do inquérito ou para oferecimento de denúncia.

§ 5º Se o indiciado estiver preso, o prazo a que se refere o caput será de cinco dias (grifo nosso).

§ 6º O inquérito arquivado por falta de indícios mínimos de autoria ou materialidade poderá ser reaberto, caso surjam novos elementos.

Dessa forma, porque o presente inquérito envolve investigados presos, os prazos previstos para a Polícia Federal e para a Procuradoria-Geral da República são, respectivamente, 10 (dez) e 5 (cinco) dias, contados de execução da prisão.

III – Das gravações impugnadas

Inicialmente, faz-se necessário esclarecer um aspecto preliminar posto em discussão pelo investigado que diz respeito à legalidade das gravações envolvendo o Presidente da República MICHEL TEMER.

Na data de 20/05/2017, o referido investigado protocolou no Supremo Tribunal Federal petição na qual pede a “*suspensão do inquérito instaurado, até que se realize uma perícia no áudio constante da fita de gravação da conversa objeto desses autos (...)*”. Posteriormente, em 22/05/2017, a defesa de MICHEL TEMER retirou o pedido formulado, postulando pelo prosseguimento do inquérito.

Ocorre que, em que pese MICHEL TEMER alegar ilicitude da gravação e questionar a integridade técnica desta, cumpre ressaltar que, em pronunciamentos recentes, o Presidente da República não negou o encontro nem diálogo noturno e secreto com o colaborador JOESLEY BATISTA, tampouco nega que o colaborador tenha lhe confessado fatos criminosos graves, o que demandaria, no mínimo, comunicação de tais crimes às autoridade competentes.

No pronunciamento¹ oficial do dia 18/05/2017, o Presidente MICHEL TEMER declara:

“Houve, realmente, o relato de um empresário que, por ter relações com um ex-deputado, auxiliava a família do ex-parlamentar. Não solicitei que isso acontecesse. E somen-

¹ <http://g1.globo.com/politica/noticia/veja-a-integra-do-discurso-de-michel-temer.ghtml>

365
M

te tive conhecimento desse fato nessa conversa pedida pelo empresário.

Em trecho do pronunciamento oficial realizado no dia 20/05/2017 o Presidente da República relata o encontro noturno para ouvir o colaborador:

“O autor do grampo relata, no diálogo que tivemos, suas dificuldades. Simplesmente a ouvi. Nada fiz para que ele obtivesse benesses do governo. Não há crime, meus amigos, em ouvir reclamações e me livrar do interlocutor indicando outra pessoa para ouvir suas lamúrias. E confesso que eu ouvi à noite como ouço muitos empresários, políticos, trabalhadores, intelectuais e pessoas de diversos setores da sociedade brasileira. No Palácio do Planalto, no Jaburu, no Alvorada e em São Paulo.”

Mais a frente, o Presidente confirma que fez parte do diálogo o possível crime de corrupção:

“E por isso mesmo eu devo dizer que, não acreditei na narrativa do empresário de que teria asegurado juízes, etc. Ele é um conhecido falastrão, exagerado.”

Mais uma vez o fato relevante não é negado, sendo, em realidade, objeto de confissão no sentido de que os interlocutores dialogaram sobre possível corrupção de agentes públicos.



Em outro ponto do pronunciamento² do dia 20/05/17, o Presidente afirmou que um dos trechos claros da gravação é real:

“Devo até registrar, devo até registrar, que é interessante quando os senhores examinam os seu depoimento e o áudio, os senhores verificam que a conexão de uma sentença a outra, não é conexão de quem diz: olhe eu estou comprando o silêncio de um ex-deputado e estou dando tanto a ele. Não! A conexão é com a frase: 'eu me dou muito bem com o ex-deputado, mantenho uma boa relação', e eu disse: mantenha isso, viu? Enfatizou muito, o viu.”

De fato, o que consta desse trecho do discurso é o **reconhecimento** por parte do investigado MICHEL TEMER da existência do diálogo com JOESLEY e da boa relação entre JOESLEY com EDUARDO CUNHA.

A interpretação do diálogo e do que significa esta anuência por parte do investigado MICHEL TEMER será avaliada no momento da formação da *opinio delicti*.

Com efeito, o presente caso rememora outro episódio julgado pelo Supremo Tribunal Federal decorrente de diálogos interceptados durante as investigações da Operação Lava Jato. Trata-se do diálogo entre a ex-presidente Dilma Rousseff e ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva quando da nomeação desta para ocupar cargo de ministro de Estado.

2 <http://g1.globo.com/politica/noticia/veja-a-integra-do-pronunciamento-de-temer-neste-sabado.shtml>

3671

Naquela ocasião o ex-presidente era interceptado por determinação de Juízo de 1º grau e a validade da interceptação foi contestada por ter sido realizada após ordem judicial para a suspensão dos procedimentos.

O Ministro Gilmar Mendes, em decisão monocrática no Mandado de Segurança nº 34.070/DF, enfrentou a questão da possível ilegalidade da gravação, assim decidindo:

“No momento, não é necessário emitir juízo sobre a licitude da gravação em tela. Há confissão sobre a existência e conteúdo da conversa, suficiente para comprovar o fato.

Em pelo menos duas oportunidades, a Presidente da República **admitiu a conversa, fazendo referências ao seu conteúdo.** Uma delas, uma nota oficial, datada de quarta-feira, 16 de março de 2016, às 23h58.

(...)

Outra, discurso proferido pela Presidente da República por ocasião da posse do mencionado ministro, na manhã de 17.3.

Ou seja, há uma **admissão pessoal da existência da conversa e da autenticidade do conteúdo da gravação.**

Estamos diante de um caso de confissão extrajudicial, com força para provar a conversa e seu conteúdo, de forma independente da interceptação telefônica. Aplicam-se, aqui, o art. 212, I, do Código Civil combinado com o art. 353 do Código de Processo Civil, vigente por ocasião das declarações:

'Art. 212. Salvo o negócio a que se impõe forma especial, o fato jurídico pode ser provado mediante:

3801

I – confissão;

Art. 353. A confissão extrajudicial, feita por escrito à parte ou a quem a represente, tem a mesma eficácia probatória da judicial; feita a terceiro, ou contida em testamento, será livremente apreciada pelo juiz'.

A confissão não mereceria invalidação pelo nexo com a prova ilícita – gravação sem autorização. A admissão foi espontânea, na medida em que sobre ela não houve indagação por autoridade. **A iniciativa de comentar a conversa, admitindo seu conteúdo, mas contestando sua interpretação, foi da própria autoridade impetrada. Ela não estava sob interrogatório. Tomou a iniciativa de se pronunciar.**

Assim, salvo hipótese de anulação da confissão – erro de fato ou coação – houve uma admissão irrevogável dos fatos, que torna irrelevante qualquer debate acerca da validade das gravações, na forma do art. 214 do CC:

'Art. 214. A confissão é irrevogável, mas pode ser anulada

se decorreu de erro de fato ou de coação'."

Colhendo os mesmo argumentos da decisão do Mandado de Segurança nº 34.070/DF, verifica-se que houve **confissão espontânea** quanto à existência do encontro não registrado no Palácio do Jaburu e do diálogo entre MICHEL TEMER e JOESLEY BATISTA. Por outro lado, também há **confissão espontânea** nos pronunciamentos do Presidente da República, dentre eles podemos citar: o diálogo sobre possível corrupção de juízes; o diálogo sobre a relação de JOESLEY com EDUARDO



CUNHA; o diálogo em que MICHEL TEMER indica RODRIGO LOURES para tratar com o colaborador JOESLEY BATISTA.

É certo que os fatos sobre os quais versa o MS nº 34.070/DF não são idênticos ao caso em tela: no mandado de segurança estávamos diante de uma interceptação telefônica enquanto neste inquérito há uma gravação por um dos interlocutores, o que prescinde de qualquer tipo de autorização judicial. No entanto, no que tange estritamente à confissão extrajudicial, as situações são equivalentes: as confissões espontâneas têm força para provar a existência da conversa e do seu conteúdo.

Não obstante a confissão, o Procurador-Geral da República manifestou-se favorável à realização da perícia nos áudios.

IV- Das diligências necessárias

Há a necessidade de ulitimação de inquérito no prazo acima apontado em virtude de haver investigado preso, devendo ser efetivadas diligências a fim de angariar elementos à formação da *opinio delicti*.

Nesse sentido, o Procurador-Geral da República indica as seguintes diligências a serem realizadas:

1) a análise do material apreendido durante as buscas empreendidas no dia 18/05/2017.

370
M

2) a oitiva dos investigados que ainda não prestaram esclarecimentos, incluindo os agentes políticos RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES e AÉCIO NEVES DA CUNHA;

3) a oitiva de MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA, nos moldes a serem definidos por Vossa Excelência;

4) ultimada a perícia técnica, cuja quesitação foi apresentada por intermédio do Ofício nº. 127/GTLJ/PGR;

Brasília (DF), 24 de maio de 2017.


Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Procurador-Geral da República

CN / FA / MF / SB

Impresso por: 0533432.53346 Inq4483
Em: 20/06/2017 - 16:28:20

Supremo Tribunal Federal

JMB 4283

371 M

TERMO DE JUNTADA

Junto a estes autos o protocolado de nº 2712/17 que segue.

Brasília 26 de maio de 2017

DENIS MARTINS FERREIRA
Matrícula 2190

Impresso por: 053.432.539-46 Inq 4283
Em: 20/06/2017 - 16:28:20



OLIVEIRA LIMA, HUNGRIA, DALL'ACQUA & FURRIER
ADVOCADOS

JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA | JACQUELINE FERREIR
CAMILA HUNGRIA | RODRIGO DALL'ACQUA | GIOVANNA CAZOLA
ANA CARDUINA DE OLIVEIRA PIMENTANA | CAMILA TORRES CESAR
FABIANA SCHIEPER SARATINI | VERÔNICA RAHAL | DANIEL KJONEL
KATIELE CARDOSO RAMOS | ROSSANA BRUM LEQUES

3721

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MINISTRO DO EGRÉGIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – DR. EDSON FACHIN.

Supremo Tribunal Federal

25/05/2017 12:57 0026792



RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES, por seus advogados, nos autos da ação cautelar nº **4328**, vem perante Vossa Excelência informar que realizou na data de ontem o depósito judicial de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), quantia esta relacionada à investigação conduzida nos autos do inquérito nº 4483, conforme guia de depósito judicial ora apresentada (doc. 1).

O referido montante encontra-se depositado na conta nº 86400176-5, agência nº 3133, da Caixa Econômica Federal.

Termos em que, pede deferimento.

De São Paulo para Brasília,

Em 25 de maio de 2017.


JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA

OAB/SP 107.106


RODRIGO DALL'ACQUA

OAB/SP 174.378


VERÔNICA RAHAL

OAB/SP 316.334



Guia de Depósito Judicial à Ordem da Justiça Federal

10 05 000000962 1905144

Agência	Operação	Nº da conta	D	Tip	1 - Inicial	Pcs.	1 - Física
3193	005	06400176	5	1	2 - Cont.	1	2 - Jurídica
Cidade (Sede do Foro)				Seção	Varn	Nº do processo	Nº ação/classe
BRASILIA				DI			
Depósito referente à				Cód. receita	Período de apuração		
Depositante/Contribuinte				CPF/CNPJ			
				71			
DDD/Fone do depositante/contrib.			Autor				
(061 343160)			Nº do processo judicial				
Nº documento			Réu				
343160							
Observações							

	CL	D	RS	CL	Obs	Prazo	It
Em dinheiro ▶	20	5	35.000,00	0			
Em cheques ▶			RS	01		24 horas	
			RS	22		48 horas	
			RS	20		12 horas	
Total ▶			RS	35		Indeterminado	
				31		dias	

37.053 v004

Data 21/12/17 Assinatura do depositante/contribuinte ou procurador

É de inteira responsabilidade do contribuinte o correto preenchimento deste documento, conforme legislação vigente.

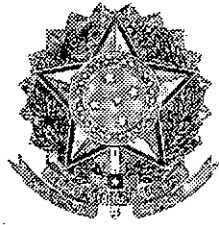
Autenticação

OLIVEIRA LIMA, HUNGRIA DALL'ACQUA & PURRIER ADVOCADOS



JOSE LUIS OLIVEIRA LIMA | JACQUELINE PURRIER
 CAMILLA HUNGRIA | ROBERICO DALL'ACQUA | GIOVANNA GARZOLA
 ANA CAROLINA DE OLIVEIRA ROVERANO | CAMILLA TORRES CLAR
 FÁBIANA SCHEER SAAFINI | VERONICA FALDI | DANIEL RIGNEI
 NATALIE CAROSO BAIROS | ROSSANA BRAGA LINGUIS

Impresso por 53.432.539-46 Inq 4483
 Em 2017 - 16:28:20



374

Poder Judiciário
Supremo Tribunal Federal

Recibo de Petição Eletrônica

Petição	26792/2017
Processo	Inq 4483
Tipo de pedido	Manifestação
Relação de Peças	1 - Petição de apresentação de manifestação Assinado por: VERONICA CARVALHO RAHAL 2 - Documentos comprobatórios Assinado por: VERONICA CARVALHO RAHAL
Data/Hora do Envio	25/05/2017 às 12:57:31
Enviado por	VERÔNICA CARVALHO RAHAL (CPF: 368.289.198-66)

TERMO DE JUNTADA

Junto a estes autos o protocolado de nº 26792/2017 que segue.

Brasília, 26 de maio de 2017

DENIS MARTINS FERREIRA
Matrícula 2190

Impresso por: 053.422.5946 Inq 4483
20/06/2017 16:28:29

ALCKMIN ADVOGADOS

SPTN - EIXO BRASÍLIA RADIO CENTER - SALA 1.020
TEL. FAN 1611 3328-2900 - CEP 79.719-900
BRASÍLIA - DF

JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN
JOSÉ AUGUSTO RANGEL DE ALCKMIN

ASSOCIADOS

ANTÔNIO CESAR BUTING MAIRA
RODRIGO OTAVIO BARBOSA DE ALENCASTRO
PEDRO JUNIOR ROSALINO BRAULIO PINTO

EXMO. SR. MINISTRO EDSON FACHIN

DD. RELATOR DO INQUÉRITO Nº 4.483.

Supremo Tribunal Federal

25/05/2017 15:35 0026860



AÉCIO NEVES DA CUNHA, por seus advogados,
nos autos do Inquérito nº 4.483, vem, respeitosamente, perante V. Exa.,
expor o que segue.

O requerente, considerando decisão de V.Exa. que
admitiu para outro investigado a apresentação de quesitos para realização
de perícia nas gravações de áudios objetos do presente inquérito no prazo
de três dias, informar que apresentou os quesitos diretamente no INC, nos
termos da petição em anexo.

Brasília, 25 de maio de 2017.

ALBERTO ZACHARIAS TORON
OAB/SP 65.371

JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN
OAB/DF 2.977

376

EXMO. SR. DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE CRIMINALISTICA

EXMO. DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL DA DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DO GRUPO DE INQUÉRITOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DOUTOR JOSÉLIO AZEVEDO DE SOUSA.



Ref: Inquérito nº 4483 - STF

AÉCIO NEVES DA CUNHA, por seus advogados, nos autos do procedimento acima identificado, respeitosamente vem à presença de Vossa Excelência, em atenção a respeitável decisão do eminente Ministro Edson Fachin em anexo, o qual entendeu em relação a outro investigado que o prazo fixado para a apresentação não é peremptório, bem como a petição poderia ser encaminhada diretamente a esse respeitado Instituto Nacional de Criminalística, vem, respeitosamente perante V. Exa., apresentar os seguintes quesitos a serem respondidos pelo d. perito do Instituto Nacional de Criminalística:

PARTE I - SOBRE A(S) MÍDIA(S) RECEBIDA(S) PELA PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

1. Identificar e descrever detalhadamente toda(s) a(s) mídia(s) entregues à PGR relacionadas ao áudio divulgado em 17/05/2017. Detalhar a cadeia de

custódia completa dessas mídias desde a sua utilização inicial até o seu recebimento pelo DPF.

2. Realizar cópia forense (bit-a-bit/espelhamento) dessa(s) mídia(s) e gerar a correspondente cadeia de custódia. Gerar cópia adicional das imagens forenses e fornecê-las à defesa.
3. Descrever todos os dados existentes nessas mídias, abrangendo tanto arquivos ativos quanto dados remanescentes de arquivos excluídos (deletados) e outros de interesse pericial. Estabelecer a linha de tempo dos eventos em relação a cada mídia.
4. Responder com relação a essa(s) mídia(s) as perguntas estabelecidas nas demais partes e quesitos.
5. Detalhar as diferenças existentes entre o conteúdo dessa(s) mídia(s) com relação aquelas contidas no(s) equipamento(s) utilizado(s) na(s) gravação(ões).
6. Outros pontos de interesse pericial.

PARTE II – SOBRE O(S) EQUIPAMENTO(S) UTILIZADOS EM GRAVAÇÕES

7. Identificar e descrever detalhadamente o(s) dispositivo(s) original(is) de gravação e apresentar sua cadeia de custódia desde o início do seu uso até sua entrega ao INC/DPF.
8. Realizar cópia forense (bit-a-bit) de todo o conteúdo e fornecer cópia dessa(s) imagem(ns) forense(s) para a defesa.
9. Detalhar a especificação técnica, condições, marcas particulares, acessórios e componentes de hardware e software. Detalhar sua resposta em frequência, sensibilidade, controle automático de ganho, mecanismos para economia da energia e espaço de armazenamento mediante ativação ou pausa na gravação e demais recursos.

3721

10. Examinar a(s) imagem(ns) forense(s) e identificar todos os arquivos presentes ou apagados (deletados), detalhando seus metadados e demais informações de interesse pericial.
11. Detalhar a existências de arquivos ou registros de configuração e de log de operação, entre outros de interesse pericial

PARTE III – SOBRE AS GRAVAÇÕES DE ÁUDIO

12. Detalhar as características técnicas do arquivo questionado, como nome, formato, propriedades de áudio, tamanho em bytes, duração, datas de criação, acesso e modificação do arquivo digital e datas referentes à gravação e codificação do áudio. Idem para os arquivos similares ou relacionados existentes nas mídias e equipamentos recebidos por PGR e INC/DPF.
13. Esclarecer se o nome e o formato desses arquivos são aderentes aos padrões utilizados para geração automática pelo equipamento de gravação, atestando se a gravação questionada foi gerada pelo(s) equipamento(s), se o arquivo original está preservado e íntegro em sua memória e se são idênticos.
14. Realizar transcrição completa do conteúdo de todas as falas presentes nos arquivos periciados, com foco em metodologia pericial forense. Registrar todas as ocorrências onde pode haver: (i) Incompreensão de palavras ou segmentos; (ii) inteligibilidade duvidosa; (iii) múltiplas hipóteses do que foi dito; (iv) alternâncias auditivas que possibilitam mais de uma transcrição; (v) sobreposição ou simultaneidade de falas; (vi) outros de interesse pericial.
15. Identificar e detalhar os falantes ao longo de toda a transcrição, utilizando análise subjetiva (perceptiva) e objetiva (espectrograma etc.) que são próprias da fonética e fonoaudiologia forenses. Esclarecer se é possível

atestar que se mantêm exatamente os mesmos falantes ao longo de toda a gravação, considerando todas as palavras ou segmentos.

16. Identificar todas as mudanças na prosódia e averiguar se elas estão relacionadas a alterações na linearidade de discurso ou a eventos técnicos de interesse pericial, descrevendo detalhadamente sua fundamentação.
17. Identificar todos os trechos com ininteligibilidade em qualquer fala, descrevendo suas causas.
18. Identificar todas as ocorrências em que há ruídos de grande intensidade, descrevendo-os e apurando suas causas, inclusive se foram captados durante a gravação original ou se foram inseridos posteriormente.
19. Esclarecer e detalhar se os ruídos identificados ao longo da gravação sobrepõem falas, prejudicando a inteligibilidade ou audibilidade de trechos da gravação.
20. Atestar se existem ou não existem supressões, quebras ou mudanças na linearidade dos discursos decorrentes de operação proposital do equipamento (liga/desliga/suspende) ou manipulação da gravação resultante.
21. Identificar e descrever eventos onde há falas com ausência de fonemas e descrever se há vestígios de supressão intencional ou das características técnicas do gravador original, apresentando as evidências que suportam a constatação. Esclarecer e considerar nas análises se tais ausências de fonema se dão no início, meio ou fim de uma palavra.
22. Identificar e detalhar todos os eventos cujas características sejam iguais ou similares àquelas produzidas por inserções, remoções ou modificações indevidas no tecido sonoro, incluindo falas e ruído de fundo.
23. Identificar inserções, remoções ou modificações indevidas no tecido sonoro mediante análise técnica de ENF, examinados indícios de interferências ou distorções de áudio causados pela rede elétrica, tais como a presença de

378
M

sinais em 60Hz (frequência da rede elétrica) ou outros sinais periódicos de áudio ou radiofrequência.

24. Identificar e descrever todos os vestígios existentes a respeito das inconsistências quanto à duração e localização do encontro, incluindo os eventos anteriores e posteriores, em correspondência ao seu registro nas gravações. Considerar na análise todos os possíveis marcadores externos de tempo, incluindo as programações de rádio audíveis no início e no fim das gravações.
25. Detalhar se o arquivo questionado é idêntico àquele gerado pelo gravador em sua memória, considerando todos os fatores de engenharia, tecnologia da informação e de fonética forense.
26. Considerando os exames realizados, esclarecer se é possível atestar que a gravação apresentada representa com fidelidade e integridade todos as falas ocorridas no encontro gravado? Favor detalhar.
27. Outras questões de interesse pericial.

Por fim, protesta-se pela apresentação de quesitos suplementares e complementares.

Nesses termos,

Pede deferimento.

São Paulo, 25 de maio de 2017.

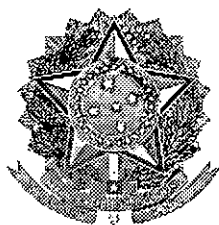
ALBERTO ZACHARIAS TORON
OAB/SP 65.371


JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN
OAB/DF 2.977

LUIZA A. VASCONCELOS OLIVER
OAB/SP 235.045

RODRIGO OTÁVIO B. DE ALENCASTRO
OAB/DF Nº 15.101

Impresso por: 053.432.539-46 Inq 4483
Em: 20/06/2017 - 16:28:20



Poder Judiciário
Supremo Tribunal Federal

379

Recibo de Petição Eletrônica

Petição	26860/2017
Processo	Inq 4483
Tipo de pedido	Manifestação
Relação de Peças	1 - Petição de apresentação de manifestação Assinado por: JOSE EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN 2 - Documentos comprobatórios Assinado por: JOSE EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN
Data/Hora do Envio	25/05/2017 às 15:35:40
Enviado por	JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN (CPF: 182.288.951-00)

Impresso por: 053.422.916/2017
Em: 20/06/2017 16:20:23 Inq 4483

TERMO DE JUNTADA
Junto a estes autos o protocolado de nº 26860/2017 que segue.
Brasília, de maio de 2017

DENIS MARTINS FERREIRA
Matrícula 2190

Toron, Torihara e Szafir

advogados

380 M

EXCELENTÍSSIMO MINISTRO EDSON FACHIN, DIGNÍSSIMO
RELATOR DO INQUÉRITO 4.483.

Supremo Tribunal Federal

25/05/2017 16:08 0026896



AÉCIO NEVES DA CUNHA, por seus advogados, nos autos do procedimento acima identificado, respeitosamente, vem à presença de Vossa Excelência requerer sejam todas as intimações publicadas no nome dos advogados ALBERTO ZACHARIAS TORON, JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN e LUIZA ALEXANDRINA VASCONCELOS OLIVER, regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, respectivamente, sob os números 65.371/SP, 2.977/DF e 235.045/SP e já constituídos nos autos.

Nesses termos,

Pede deferimento.

São Paulo, 25 de maio de 2017.

ALBERTO ZACHARIAS
TORON:05402152870

ALBERTO ZACHARIAS TORON

OAB/SP 65.371

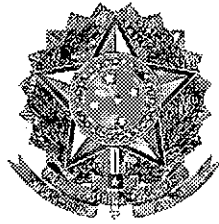
JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN

OAB/DF 2.977

LUIZA A. VASCONCELOS OLIVER

OAB/SP 235.045

Impresso por: 05348253945 Inq 4483
Em: 20/06/2017 16:23:20



321M

Poder Judiciário
Supremo Tribunal Federal

Recibo de Petição Eletrônica

Petição	26896/2017
Processo	Inq 4483
Tipo de pedido	Manifestação
Relação de Peças	1 - Petição de apresentação de manifestação Assinado por: ALBERTO ZACHARIAS TORON
Data/Hora do Envio	25/05/2017 às 16:08:57
Enviado por	ALBERTO.ZACHARIAS.TORON (CPF: 054.021.528-70)

Impresso por: 053.432.339/16 Inq 4483
Em: 20/06/2017 - 16:28:29



INQ 4483

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, compareceu a esta Seção o advogado Octavio Augusto da Silva Orzari, OAB/DF 32.163 e recebeu pen drive com cópia do volume único até fls. 196 e mídia do referido processo.


OAB/DF 32.163

Brasília, 23 de maio de 2017 – 16 h55 min.

 DENIS MARTINS FERREIRA
Matrícula 2190

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que o(a) r. despacho/decisão de fls. 319 foi publicado(a) no Diário da Justiça Eletrônico do dia 26 de maio de 2017, considerando como data de divulgação o dia útil anterior à mencionada data (art. 3º da Resolução nº 341/2007).
Brasília, 20 de maio de 2017.

DENIS MARTINS FERREIRA - Matrícula 2190

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que o(a) r. despacho/decisão de fls. 316-317 foi publicado(a) no Diário da Justiça Eletrônico do dia 26 de maio de 2017, considerando como data de divulgação o dia útil anterior à mencionada data (art. 3º da Resolução nº 341/2007).
Brasília, 26 de maio de 2017.

DENIS MARTINS FERREIRA - Matrícula 2190

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que o(a) r. despacho/decisão de fls. 325 foi publicado(a) no Diário da Justiça Eletrônico do dia 26 de maio de 2017, considerando como data de divulgação o dia útil anterior à mencionada data (art. 3º da Resolução nº 341/2007).
Brasília, 26 de maio de 2017.

DENIS MARTINS FERREIRA - Matrícula 2190



INQ 4483


CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, compareceu a esta Seção o advogado Juliano Gomes Aveiro, OAB-DF 15.329/E e recebeu mídia digital com cópia do volume único até fls. 196 do referido processo.



OAB-DF 15.329/E

Brasília, 23 de maio de 2017 – 18h43min.


DENIS MARTINS FERREIRA
Matrícula 2190

Impresso por: 05/42/59-46 Inq 4483
Em: 20/06/2017 16:28:20



324
mf

Certidão de Retificação de Autuação

Inquérito n. 4483

AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S) : MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
ADV.(A/S) : ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA (0123013/SP) E
OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : AECIO NEVES DA CUNHA
ADV.(A/S) : ALBERTO ZACHARIAS TORON (65371/SP) E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES

(Seção de Processos Originários Criminais)

Certifico que retifiquei a autuação destes autos para incluir como advogado do investigado Aécio Neves da Cunha, o dr Alberto Zacharias Toron.

Brasília, 26 de maio de 2017.

Denis Martins Ferreira
Matrícula 2190

TERMO DE JUNTADA

Junto a estes autos o protocolado de nº 2449/2017 que segue.


Brasília, 26 de maio de 2017.

MM
DENIS MARTINS FERREIRA
Matrícula 2190

Impresso por: 053.483.539-4119
Em: 20/05/2017 16:28:28

385M

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN DO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL

Supremo Tribunal Federal
26/05/2017 12:02 0027145


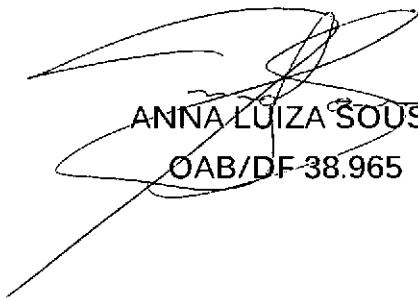
Inquérito Nº 4483

RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus advogados *in fine* assinados, requerer a juntada de instrumento de poderes original.

Termos em que,
pede deferimento.

Brasília, 26 de maio de 2017.

JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA
OAB/SP 107.106


ANNA LUIZA SOUSA
OAB/DF 38.965

386
m

PROCURAÇÃO

RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES, brasileiro, divorciado, administrador de empresas e deputado federal, portador da cédula de identidade RG nº 9.763.500-5 SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 090.847.958-14, com endereço à SHI QI 25, Chácara 22, casa C, Lago Sul, Brasília/SF, pelo presente instrumento particular, nomeia e constitui seus procuradores, nas pessoas dos advogados, **JOSÉ LUIS MENDES DE OLIVEIRA LIMA, JAQUELINE FURRIER, RODRIGO NASCIMENTO DALL'ACQUA, GIOVANNA CARDOSO GAZOLA, ANA CAROLINA DE OLIVEIRA PIOVESANA, CAMILA TORRES CESAR, ROSSANA BRUM LEQUES, VERÔNICA CARVALHO RAHAL BROWN, DANIEL KIGNEL, KATIELLE RAMOS POTENZA, BRISA MARTINUZE MARTINS, JULIA NOGUEIRA ENGEL, FABIANA SANTOS SCHALCH**, brasileiros, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, secção de São Paulo, sob os nºs 107.106, 107.626, 174.378, 194.742, 234.928, 247.401, 314.433, 316.334, 329.966, 356.436, 370.520, 384.852 e 393.243, respectivamente, todos com escritório na Av. São Luis, 50, 32º andar, cj. 322, São Paulo/SP, CEP.: 01046-926, telefone (11) 3138-6272 e da advogada **ANNA LUIZA RIBEIRO DOS SANTOS DE SOUSA**, brasileira, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, secção do Distrito Federal, sob o nº 38.965, com escritório no Setor Hoteleiro Sul, Quadra 06, Centro Empresarial Brasil 21, Torre A, sala 505, Brasília/DF, CEP.: 70316-102, em conjunto ou isoladamente, com poderes inerentes à cláusula "*ad judicia et extra*", para o fim especial de defender os direitos do Outorgante nos autos do inquérito policial nº 4483, em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal, podendo ditos procuradores substabelecer, com ou sem reservas de iguais.

Brasília, 22 de maio de 2017.


RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES



387
my

Certidão de Retificação de Autuação

Inquérito n. 4483

AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S) : MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
ADV.(A/S) : ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA (0123013/SP) E
OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : AECIO NEVES DA CUNHA
ADV.(A/S) : ALBERTO ZACHARIAS TORON (65371/SP) E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES
ADV.(A/S) : JOSÉ LUIS MENDES DE OLIVEIRA LIMA (107106/SP) E
OUTRO(A/S)

(Seção de Processos Originários Criminais)

Certifico que retifiquei a autuação destes autos para incluir como advogado do investigado Rodrigo Santos da Rocha Loures, o Dr. José Luis Mendes de Oliveira Lima.

Brasília, 26 de maio de 2017.

Denis Martins Ferreira
Matrícula 2190

Impresso por: 055432439-2019 4483
Em: 26/06/2017 - 16:28:59

TERMO DE JUNTADA

Junto a estes autos o protocolado de nº 20558/2017 que segue.

Brasília, 26 maio de 2017

DENIS MARTINS FERREIRA
Matrícula 2190

388
M



Conselho Nacional de Justiça
Corregedoria Nacional de Justiça

Ofício n. 490/CN-CNJ

Brasília, 23 de maio de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro EDSON FACHIN
Supremo Tribunal Federal
Brasília - DF

Supremo Tribunal Federal

24/05/2017 15:25 0026558



Assunto: Informação sobre magistrado federal

Senhor Ministro,

Tendo em vista as notícias veiculadas recentemente no contexto da delação de Joesley Batista das quais consta que o advogado Willer Tomaz afirmou ter relacionamento íntimo de amizade com o juiz Ricardo Soares Leite, da 10ª Vara Federal do Distrito Federal - na qual tramitam processos relativos à Operação Greenfield - tendo insinuado que iria "ajudar" no processo contra a Eldorado, firma controlada pelo conglomerado JBS, indago se há, nos autos que tramitam sob a relatoria de Vossa Excelência, alguma prova ou indício de que o referido magistrado esteja realmente envolvido no caso.

Em caso afirmativo, solicito o encaminhamento de cópia dos documentos probatórios para a tomada de providências pela Corregedoria Nacional de Justiça.

Atenciosamente,

Ministro João Otávio de Noronha
Corregedor Nacional de Justiça

Corregedoria Nacional de Justiça - CNJ
SEPN 514, Lote 9, Bloco D, Asa Norte, Brasília-DF, CEP: 70760-514
Endereço eletrônico: corregedoria@cnj.jus.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 200201792382

Nome original: 490-2017.pdf

Data: 24/05/2017 15:04:12

Remetente:

Ailson Marreira Silva

Corregedoria Nacional de Justiça

Conselho Nacional de Justiça

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Impresso por: 053.432.539-46 Inq 4483
Em: 20/06/2017 - 16:28:20

Supremo Tribunal Federal

202 4483

38

STF/SPOC

Em 30/05/2017 às 14h 19
recebi os autos (2 vols 4 apensos
e 1 juntadas por linha) com o(a)
que segue.

maria
Servidor/Estagiário-Matricula

TERMO DE CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos ao(à) Excelentíssimo(a) Senhor(a)
Ministro(a)-Relator(a),
Brasília, de 20 de 2017.

DENIS MARTINS FERREIRA
Matricula 2190

DM 4 apensos

Impresso por: 053.432.5326 mg 4483
Em: 20/06/2017 - 16:28:29

INQUÉRITO 4.483 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S) : MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
ADV.(A/S) : ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA E
OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : AECIO NEVES DA CUNHA
ADV.(A/S) : ALBERTO ZACHARIAS TORON E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES
ADV.(A/S) : JOSÉ LUIS MENDES DE OLIVEIRA LIMA

DECISÃO: 1. Junte-se aos autos as petições 0027225/2017, 0027382/2017 e 0027386/2017.

2. Por meio da petição 0027382/2017, Michel Miguel Elias Temer Lulia, Presidente da República, requer a aplicação do art. 66 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, "com a conseqüente LIVRE DISTRIBUIÇÃO do presente feito" porque, a seu ver, o "PGR apontou apenas débeis 'conexões fáticas', mas nenhuma 'conexão processual'" a justificar a incidência, na espécie, do previsto no art. 76 do Código de Processo Penal.

Em outra peça (0027386/2017), o mesmo investigado afirma que "os fatos que se pretende levar a investigação em face do Sr. Presidente da República são totalmente distintos daqueles imputados ao Senador Aécio Neves e ao Deputado Rodrigo Loures", pelo que sustenta e postula, ao fim, "o DESMEMBRAMENTO do presente inquérito com relação ao Sr. Michel Miguel Elias Temer Lulia, formando-se autos autônomos de investigação com relação ao Exmo. Presidente da República".

Da mesma forma, o Senador da República Aécio Neves da Cunha, por intermédio da petição de fls. 269-277 juntada aos autos da Ação Cautelar 4.327 (vinculada ao Inquérito 4.483), interpõe agravo regimental em face da decisão que suspendeu o exercício de seu mandato parlamentar ou de qualquer outra função pública, proibindo-o de manter contato com os demais investigados e de se ausentar do país.

INQ 4483 / DF

Como preliminar, sustenta que estes autos foram distribuídos por prevenção ao Inquérito 4.326 e à Petição 6.122, os quais não detêm qualquer relação de conexão com os fatos que deram ensejo às medidas cautelares decretadas. Esclarece, ademais, que a Petição 6.122 trata de questões relatadas no âmbito do acordo de colaboração premiada celebrado entre o Ministério Público Federal e Fábio Cleto Ferreira, na qual se investiga, em síntese, o alegado pagamento de vantagens indevidas ao ex-deputado Eduardo Cosentino Cunha e a Lúcio Bolonha Funaro, com o objetivo de liberação de recursos do FI-FGTS administrado pela Caixa Econômica Federal. Em relação ao Inquérito 4.326, busca-se a apuração de eventuais crimes supostamente praticados por membros do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com articulação no Senado Federal.

Aduz o agravante, Senador Aécio Neves, ser filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), percebendo-se que seus atos não têm qualquer relação com as aludidas irregularidades junto ao FI-FGTS ou à alegada tentativa de compra do silêncio de Eduardo Cosentino Cunha e Lúcio Bolonha Funaro, muito menos com a atuação de parlamentares do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no Senado Federal.

Após considerações de mérito, pugna pela anulação da decisão agravada, em razão da inexistência de prevenção à distribuição deste inquérito.

Também o Deputado Federal Rodrigo Santos da Rocha Loures, pela petição 0027309/2017 endereçada à Ação Cautelar 4.329, insurge-se contra a decisão que lhe impôs medidas cautelares diversas da prisão, requerendo, como prefacial, *"seja reconhecida a nulidade dos atos praticados nestes autos, por incompetência do Juízo, determinando-se a redistribuição, de forma livre, dos autos, para que seja novamente apreciado o requerimento ministerial"*.

3. Conforme relatei, os investigados detentores de foro por prerrogativa de função no Supremo Tribunal Federal (Presidente da

INQ 4483 / DF

República, Senador da República e Deputado Federal) apresentam específica irresignação em face da distribuição dos autos a este relator, por prevenção, seja deste Inquérito 4.483, seja das ações cautelares que culminaram com a decretação de medidas cautelares diversas à prisão em desfavor de parlamentares.

Princípio anotando que esta Suprema Corte, tradicionalmente, confere a impugnações de tal jaez importância marcadamente relativa, porque, a princípio, não se concebe qual prejuízo à parte adviria da definição de um relator em detrimento de outro, dada a colegialidade das decisões definitivas desta Corte, mormente no caso presente, cuja atribuição é do Plenário.

Por essa razão é que, reiteradamente, este Supremo Tribunal Federal, por seu Pleno, tem afirmado que "a fixação da competência de um Ministro para relatar causas e recursos é assunto atinente à organização interna do Tribunal e, portanto, indisponível ao interesse das partes. Cuida-se de ato privativo da Presidência, na qualidade de órgão supervisor da distribuição, e, como tal, de mero expediente, a atrair a incidência do art. 504 do Código de Processo Civil. Nesse sentido cito os seguintes precedentes: AI 748.144-AgR, HC 89.965-AgR, MS 28.847-AgR, Rcl 9.460-AgR e RE 627.276-AgR, todos de relatoria do Min. Cezar Peluso, e HC 91.220-ED-ED, Rel. Min. Ayres Britto" (grifo nosso) (HC 126.022 AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI (Presidente), Tribunal Pleno, DJe de 15.4.2015).

Decorre, ainda, do caráter relativo da fixação da competência pela prevenção, a exigência de que a parte se insurja na primeira oportunidade em que se manifesta nos autos, o que não se verifica na hipótese, ao menos no que diz respeito à manifestação de Michel Miguel Elias Temer Lulia. Com tal orientação:

"(...) III – Não procede a alegação de incompetência do Relator que negou seguimento ao HC 92.241/MS impetrado no STJ, sendo firme o entendimento desta Suprema Corte no sentido de que a competência por prevenção é relativa e, portanto, deve ser arguida na primeira oportunidade que couber à parte falar nos autos" (grifo nosso) (HC 107.040, Rel.

3031

INQ 4483 / DF

Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, DJe 6.5.2011).

Seja como for, colhe-se a oportunidade para analisar, no atual panorama fático que emerge dos elementos de convicção carreados até o presente momento nos Inquéritos 4.483 e 4.489, quais providências são as mais adequadas no que diz respeito à necessidade de apuração conjunta de fatos e de manutenção perante esta Suprema Corte da investigação cujos suspeitos não têm foro por prerrogativa de função vinculado ao Supremo Tribunal Federal.

Registro, por entender pertinente, que a fase preambular investigativa não deve traduzir, nem de longe, alcance maior do que seus próprios limites, muito distantes de qualquer imputação de culpa. Aliás, é dever do Ministério Público Federal provar, de modo irrefutável, os fatos suscitados e que poderão ser objeto de eventual denúncia, por meio de instrumentos probatórios regulares, ressaltando-se aqui a natureza da colaboração premiada, inapta, por si só, a gerar condenação.

Nesse sentido, relembro, é o entendimento da Corte Suprema, revelado pelo Ministro MARCO AURÉLIO e referendado na ocasião pelo Ministro CELSO DE MELLO, na direção de que *"o objeto da delação premiada não serve, por si só, à condenação. Serve, em termos de indícios de autoria, ao recebimento da denúncia"* (INQ 3.983, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe de 12.5.2016, pág 175).

Desse modo, a menção a elementos indiciários constantes dos inquéritos, na presente decisão, tem o escopo único de perquirir fatos praticados em tese, os quais são preliminarmente imputados aos investigados pelo Ministério Público à guisa de maior esclarecimento, em ambiência investigativa - inquérito -, cuja finalidade é sanar dúvidas e não assentar, desde logo, qualquer juízo peremptório.

4. Até o presente momento, a conjugação das investigações nos mesmos autos e sob minha relatoria decorreu da flagrante conexão dos fatos trazidos à baila pelos precitados colaboradores e à luz do que narrou o Procurador-Geral da República.

3921

INQ 4483 / DF

Importa esclarecer, de passagem, que a definição da competência jurisdicional, mormente quando se está diante da fase pré-processual, é sujeita à constante reavaliação, a partir do panorama probatório que vai se modificando com o aprofundar das investigações. Com a verticalização da apuração, tanto suspeitas iniciais podem ser esclarecidas e deixar de fazer parte da hipótese fática inicial, quanto outros fatos podem ser descobertos, influenciando a incidência de outras regras de definição de competência.

A título de exemplo, anoto que a inicial suspeita de um crime de tráfico internacional de drogas, cuja competência para supervisão da investigação é da Justiça Federal, com o aprofundamento das investigações pode evoluir para o esclarecimento de que o tráfico ocorreu apenas internamente, o que fatalmente leva à modificação da competência da Justiça Federal para a Justiça Estadual.

Não é por outra razão que a jurisprudência desta Corte é firme ao assentar a validade das provas produzidas a partir de decisões proferidas por um Juízo que vem a ser substituído por outro, em razão da alteração da competência decorrente de panorama fático que se modifica com o elastecimento das investigações. Nesse sentido:

"(...) 3. Não induz à ilicitude da prova resultante da interceptação telefônica que a autorização provenha de Juiz Federal - aparentemente competente, à vista do objeto das investigações policiais em curso, ao tempo da decisão - que, posteriormente, se haja declarado incompetente, à vista do andamento delas" (HC 81.260, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Tribunal Pleno, DJ de 19.4.2002).

"(...) 2. O STF já decidiu que não há nulidade em medida cautelar autorizada por Juiz Estadual, que posteriormente declina a competência para Justiça Federal, quando evidenciado que na primeira fase das investigações não havia elementos de informação plausíveis no sentido de afirmar a transnacionalidade do tráfico de drogas, que somente ficou demonstrado com o avanço das diligências" (RHC 113.721, Rel.

3951

INQ 4483 / DF

Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, Dje de 8.5.2015).

Nessa direção, o Inquérito 4.483 reúne a apuração acerca de atos supostamente delituosos atribuídos a Michel Miguel Elias Temer Lulia, Aécio Neves da Cunha e Rodrigo Santos da Rocha Loures, no exercício das respectivas funções públicas de Presidente da República, Senador da República e Deputado Federal, acompanhados de outros investigados que não detêm foro por prerrogativa de função neste Tribunal.

O ponto central da investigação em tela reside, segundo o Ministério Público Federal, nas relações espúrias mantidas pelo Grupo Empresarial J&F com representantes do setor público nas suas variadas esferas, cooptando-os para atuação conforme seus interesses em busca de objetivos empresariais traçados.

Entretanto, no atual estágio deste procedimento inquisitório, bem como do Inquérito 4.489 também instaurado no curso das investigações, já é possível se atestar a existência de fatos dotados de autonomia e de independência, a recomendar providências imediatas por parte deste relator, conforme se passa a demonstrar.

No que diz respeito aos investigados Michel Miguel Elias Temer Lulia e Rodrigo Santos da Rocha Loures, infere-se, em apertada síntese, que, consoante o órgão acusador, a atuação de Joesley Mendonça Batista teria sido direcionada à obtenção de um novo interlocutor para a tratativa dos interesses do Grupo Empresarial J&F no seio da Presidência da República, tendo o primeiro, em tese, indicado o segundo para uma suposta continuidade desse relacionamento.

Quanto ao investigado Aécio Neves da Cunha, extrai-se que, de acordo com a narrativa feita pelo Procurador-Geral da República, a sua atuação em benefício do Grupo J&F se daria no âmbito das funções parlamentares exercidas no Senado Federal, bem como no que se relaciona à alegada ingerência do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em assuntos governamentais.

Por fim, em relação aos acontecimentos que envolvem o advogado Willer Tomaz e o Procurador da República Ângelo Goulart Vilella, objeto do Inquérito 4.489, apura-se, em consonância com a peça preambular do

INQ 4483 / DF

Ministério Público Federal, o direcionamento de suas eventuais condutas, no exercício das respectivas funções, para a obstrução de investigações em curso envolvendo o Grupo Empresarial J&F.

Desse breve sumário, ao menos por ora é possível verificar, nos estreitos limites da cognição jurisdicional e na fase atual da *persecutio criminis*, a existência de concretos pontos de contato entre a investigação relacionada aos supostos fatos atribuídos a Michel Miguel Elias Temer Lulia e a Rodrigo Santos da Rocha Loures com o objeto dos Inquéritos 4.326 e 4.327, deflagrados para apurar a suposta atuação ilícita de membros do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no âmbito do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, respectivamente, a recomendar a tramitação sob a mesma relatoria.

Com efeito, os elementos de informação até então produzidos expõem, ao menos em tese, a substituição de Geddel Vieira Lima pelo Deputado Federal Rodrigo Santos da Rocha Loures como interlocutor do Presidente da República para tratar de assuntos de interesse do Grupo Empresarial J&F, como também a suposta influência exercida por Eduardo Cosentino Cunha, ex-deputado federal, sobre assuntos governamentais, mesmo se encontrando recluso e afastado.

Portanto, na atual quadra, está suficientemente demonstrado o liame dessas ações com atividades parlamentares, cujas suscitadas ilegalidades se encontram inseridas nas investigações de suposta organização criminosa composta por integrantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, nos Inquéritos 4.326 e 4.327, respectivamente.

Esse referido ponto de contato entre os procedimentos evidencia-se no trecho da narrativa do Ministério Público Federal constante das fls. 4-6.

Convém ressaltar que, embora o Ministério Público não tenha feito, no que se refere ao Presidente da República e ao Deputado Federal, expressa alusão a qualquer operação policial específica, há informações quanto à ligação entre Michel Miguel Elias Temer Lulia e Rodrigo Santos da Rocha Loures, porque, em tese, este teria agido em nome daquele, o

INQ 4483 / DF

que impede, pela conexão dos fatos, qualquer deliberação acerca de desmembramento no particular, ao menos na presente etapa do procedimento.

5. Nada obstante essa primeira conclusão, tenho que solução diversa há de ser adotada quanto aos demais investigados que gravitam em torno dos fatos que lhe dizem respeito.

De fato, com a evolução das apurações, transparece que a alegada atuação do Senador da República Aécio Neves da Cunha, perante o Grupo Empresarial J&F, visou, supostamente, objetivos distintos daqueles, em tese, perseguidos pelos integrantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), tratando-se, por isso, de condutas autônomas, cujos vínculos inicialmente postos revelam-se, nessa etapa, distanciados, quer sob o aspecto probatório quer sob o aspecto subjetivo.

Aliás, a circunstância de os fatos serem próximos no seu aspecto temporal e até poderem ter um fim assemelhado - eventual obstrução à investigação de alegada organização criminosa -, não impede que sejam vistos em contextos paralelos.

Nesse sentido, repiso que os indícios carreados aos autos apontam, segundo narrativa inaugural do Ministério Público Federal, para a eventual atuação do Senador Aécio Neves na defesa dos interesses do referido grupo empresarial, no exercício de suas funções parlamentares e por sua condição de presidente do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), envolvendo (como se alega) inclusive a indicação de nomes a cargos federais.

Tal quadro contemporâneo, uma vez minimizados os pontos de contato entre os referidos núcleos em investigação, recomenda a cisão do procedimento com relação ao Senador da República Aécio Neves da Cunha e, por consequência, aos demais investigados a ele relacionados (Andrea Neves da Cunha, Frederico Pacheco de Medeiros e Mendherson Souza Lima), com a solicitação de livre distribuição no âmbito desta Suprema Corte.

398/1

INQ 4483 / DF

6. Por derradeiro, no tocante aos fatos atribuídos a Willer Tomaz e Ângelo Goulart Vilella, cabe destacar, mais uma vez, que a investigação já se encontra desmembrada nos autos do Inquérito 4.489 e, assim como os relacionados ao Senador da República Aécio Neves da Cunha, é possível se afirmar, neste momento, que, a despeito da conexão inicial, a evolução das apurações demonstra que já não guardam relação de conexidade com o objeto deste Inquérito 4.483 ou dos Inquéritos 4.327 e 4.326.

Como referi, esses investigados estão, em tese, de conformidade com a narrativa do Ministério Público, envolvidos apenas na suposta obstrução das investigações direcionadas contra o Grupo Empresarial J&F, nada existindo que sugira outra relação com integrantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Todo esse cenário determina o reconhecimento da incompetência do Supremo Tribunal Federal para a supervisão do referido Inquérito 4.489, porquanto os investigados não se encontram investidos nos cargos elencados no art. 102, I, "b" e "c", da Constituição Federal.

Como o investigado Ângelo Goulart Vilella exerce a função de Procurador da República no âmbito da 3ª Região da Justiça Federal, embora ao tempo dos fatos estivesse lotado no Gabinete da Procuradoria-Geral Eleitoral e cedido à força-tarefa formada no âmbito da "Operação Greenfield", nos termos do art. 108, I, "a", da Carta da República, os autos do aludido inquérito devem ser remetidos ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região. A propósito:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. HABEAS CORPUS. ATO DE MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS COM ATUAÇÃO NA PRIMEIRA INSTÂNCIA. COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL. GARANTIA DO JUÍZO NATURAL. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. APLICAÇÃO DA ALÍNEA "D" DO INCISO I DO ART. 128, COMBINADO COM A ALÍNEA "A" DO INCISO I DO ART. 108 DA MAGNA CARTA. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO. PRECEDENTE DA 2ª TURMA. A jurisprudência desta Casa de

INQ 4483 / DF

Justiça firmou a orientação de que, em regra, a competência para o julgamento de habeas corpus contra ato de autoridade é do Tribunal a que couber a apreciação da ação penal contra essa mesma autoridade. Precedente: RE 141.209, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence (Primeira Turma). Partindo dessa premissa, é de se fixar a competência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região para processo e julgamento de ato de Promotor de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios com atuação na primeira instância. Com efeito, a garantia do juízo natural, proclamada no inciso LIII do art. 5º da Carta de Outubro, é uma das mais eficazes condições de independência dos magistrados. Independência, a seu turno, que opera como um dos mais claros pressupostos de imparcialidade que deles, julgadores, se exige. Pelo que deve prevalecer a regra específica de competência constitucional criminal, extraída da interpretação do caput do art. 128 c/c o caput e a alínea "d" do inciso I do art. 108 da Magna Carta, em face da regra geral prevista no art. 96 da Carta de Outubro. Precedente da Segunda Turma: RE 315.010, Relator o Ministro Néri da Silveira. Outras decisões singulares: RE 352.660, Relator o Ministro Nelson Jobim, e RE 340.086, Relator o Ministro Ilmar Galvão. Recurso extraordinário conhecido e provido" (RE 418.852, Rel. Min. CARLOS BRITTO, Primeira Turma, DJ de 10.3.2006)

Cabe consignar, por fim, que todas as conclusões aqui externadas não representam juízo definitivo sobre a competência para as investigações em curso, não havendo prejuízo de que nova deliberação seja tomada diante de supervenientes elementos de informação colhidos na continuidade das apurações.

7. À luz do exposto:

- a) indefiro o pedido formulado por Michel Miguel Elias Temer Lulia na petição 0027382/2017 e acolho, em parte, a pretensão contida na petição 0027386/2017;
- b) determino a cisão do Inquérito 4.483 no tocante aos fatos

2001

INQ 4483 / DF

relacionados ao Senador Aécio Neves da Cunha, Andrea Neves da Cunha, Frederico Pacheco de Medeiros e Mendherson Souza Lima, formando-se novos autos, aos quais devem ser vinculadas: Ação Cautelar 4.316, Ação Cautelar 4.326 e Ação Cautelar 4.327, com cópia integral da Ação Cautelar 4.315 e da Ação Cautelar 4.316 (reautuadas como cautelares vinculadas a esse novo inquérito), remetendo todos esses autos, com urgência, à Presidência do Supremo Tribunal Federal, com a finalidade de que se delibere acerca da livre distribuição;

c) determino o envio, com urgência, do Inquérito 4.489 e respectivos apensos (Ação Cautelar 4.319, Ação Cautelar 4.320, Ação Cautelar 4.330 e Ação Cautelar 4.331) ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, para a adoção das providências cabíveis. A remessa desses autos deverá ocorrer, imediatamente, por meio digital e, após, fisicamente pelo meio postal mais célere à disposição da Secretaria dos Processos Originários Criminais do Supremo Tribunal Federal, certificando-se inclusive o recebimento naquele Regional, a quem competirá processar e apreciar o agravo regimental nos autos da Ação Cautelar 4.331, que se volta contra a decisão de prisão preventiva de Willer Tomaz, como também outros eventuais recursos e pleitos pendentes.

d) determino, ainda, o que segue:

Nos autos da Ação Cautelar 4.327 há necessidade de processamento dos agravos regimentais interpostos pelo Ministério Público Federal, Aécio Neves da Cunha, Andrea Neves da Cunha, Mendherson Souza Lima e Frederico Pacheco de Medeiros, todos em face da decisão que decretou a prisão preventiva de investigados e suspendeu mandato parlamentar de Senador da República, além de pedido de prisão domiciliar. Nos autos da Ação Cautelar 4.316, que trata das interceptações telefônicas, Aécio Neves da Cunha requer à fl. 460 a cópia integral de todos os áudios.

Todos esses pleitos deverão ser apreciados pelo novo relator, o qual, à luz do quadro atual, poderá examiná-los em juízo de reconsideração.

Considerando tratar-se de investigados sob preventiva, urge e cumpre ao setor administrativo respectivo deste Tribunal providenciar o

401M

INQ 4483 / DF

que for necessário para tanto, o mais breve possível.

8. Com relação ao Inquérito 4.483, que continuará sob esta relatoria e vinculado (podendo ser procedido o desapensamento) à Ação Cautelar 4.315, à Ação Cautelar 4.316, à Ação Cautelar 4.324, à Ação Cautelar 4.325, à Ação Cautelar 4.328 e à Ação Cautelar 4.329, pendem, ainda, a apreciação do pleito de Michel Miguel Elias Temer Lulia (fls. 330-331) no sentido de ser ouvido em ato presidido pelo relator do inquérito ou responder por escrito os quesitos elaborados, como também a pretensão do Procurador-Geral da República de fls. 326-370, com a finalidade da produção de diligências consistentes na análise do material apreendido na busca e apreensão deferida, oitiva dos investigados e conclusão da perícia já iniciada.

De fato, com a decretação da prisão preventiva, no contexto dessa investigação, de Roberta Funaro Yoshimoto, tem-se como certo o prazo para conclusão das investigações como aquele previsto na primeira parte do art. 10 do Código de Processo Penal, a saber, 10 (dez) dias. E mesmo que tal lapso possa ser interpretado diante da complexidade dos autos, registro que o RISTF, no art. 231, § 5º, estipula período menor, qual seja, 5 (cinco) dias para o encerramento da apuração.

Todas essas circunstâncias determinam, portanto, o retorno imediato dos autos à autoridade policial para que, no prazo de lei, conclua suas investigações, ficando deferidas, desde logo, as diligências referidas às fls. 369-370.

No que pertine à oitiva do Presidente da República, Michel Miguel Elias Temer Lulia, sabido que, no entendimento do Supremo Tribunal Federal, *"a exceção estabelecida para testemunhas não se estende nem a investigado nem a réu, os quais, independentemente da posição funcional que ocupem, deverão comparecer, perante a autoridade competente, em dia, hora e local por esta unilateralmente designados (Inq 1628, Relator (a): Min. CELSO DE MELLO, julgado em 11/05/2000, publicado em Dj 16/05/2000 PP-00013)"* (Inq 4.243, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI).

A par dessa orientação, não estará prejudicada a persecução criminal

4021

INQ 4483 / DF

com a observância, no caso em tela, do previsto no art. 221, § 1º, do Código de Processo Penal, em razão da excepcionalidade de investigação em face do Presidente da República, lembrando-se que o próprio Ministério Público Federal não se opôs ao procedimento.

Destarte, a oitiva deve ocorrer, por escrito, com prazo de 24 (vinte e quatro) horas para as respostas formuladas pela autoridade policial, a contar da entrega, ante a existência de prisão preventiva vinculada ao caderno indiciário.

9. Cumpram-se, com a máxima brevidade, as determinações aqui constantes, inclusive intimando-se o Procurador-Geral da República e os defensores de todos os investigados, enviando-se, incontinenti, estes autos à autoridade policial.

Junte-se cópia desta decisão em todas os autos aqui referidos.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 30 de maio de 2017

Ministro EDSON FACHIN

Relator

Documento assinado digitalmente

Impresso por: 053.432.539-46 [Inq] 4483
Em: 20/06/2017 - 16:28:20

4031

JND 4483

TERMO DE JUNTADA

Junto a estes autos o protocolado de nº 2015/2017 que segue.

Brasília, 30 de maio de 2017

DENIS MARTINS FERREIRA
Matrícula 2190

Impresso por: 053.432.539-46 Inq 4483
Em: 20/06/2017 - 16:28:20

ROBERTO PODVAL
MARCELO G.G. RAFFAINI
VIVIANE S. JACOB RAFFAINI
LUIISA RUFFO MUCHON
MARIANA CALVELO GRAÇA
GISELA SILVA TELLES

ODEL M. J. ANTUN
LUÍS FERNANDO SILVEIRA BERALDO
CARLOS EDUARDO MITSUO NAKAHARADA
ANA CAROLINE MACHADO MEDEIROS
GIULIA DE FELIPPO MORETTI DORNELLAS

PAULA MOREIRA INDALECIO
DANIEL ROMEIRO
ALVARO AUGUSTO M. V. ORIONE SOUZA
PAULO JOSÉ ARANHA
ISABELA PRADINES C. GUARITÁ SABINO



EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DR. EDSON FACHIN.

Supremo Tribunal Federal
26/05/2017 15:57 0027225



Ref.: **AC 4316 e INQ 4483.**

JOSÉ REINALDO AZEVEDO E SILVA, por seus advogados que esta subscrevem, vem à presença de Vossa Excelência para, em complementação à petição protocolada em 24/05 último, apresentar procuração para atuação nos autos, na qualidade de terceiro interessado, nos termos do quanto previsto no art. 5º, § 1º da Lei 8.906/94.

De São Paulo para Brasília, 26 de maio de 2017.

ROBERTO PODVAL
OAB/SP 101.458

CARLOS EDUARDO MITSUO NAKAHARADA
OAB/SP 310.808

CARLOS EDUARDO
MITSUO
NAKAHARADA

Assinado de forma digital por CARLOS
EDUARDO MITSUO NAKAHARADA
DN: cn=BR, ou=ICP-Brasil, ou=Assinatura por
AR, cn=Ictique ONLINE, ou=Assinatura Tipo
A3, ou=0009913090, ou=ADVOGADO,
o=11114751, em=CARLOS EDUARDO
MITSUO NAKAHARADA,
email=cm@podvaladv.br
Dados: 2017.05.26 15:52:16 -0700

PROCURAÇÃO

JOSÉ REINALDO AZEVEDO E SILVA, brasileiro, jornalista, inscrito no CPF/MF sob o nº 028.729.528-10, residente e domiciliado na rua Baronesa de Itu., 788, ap 121, por este instrumento de mandato, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados **ROBERTO PODVAL, ODEL MIKAEL JEAN ANTUN, PAULA MOREIRA INDALECIO, MARCELO GASPAR GOMES RAFFAINI, LUÍS FERNANDO SILVEIRA BERALDO, DANIEL ROMEIRO, VIVIANE SANTANA JACOB RAFFAINI, ALVARO AUGUSTO MACEDO VASQUES ORIONE SOUZA, CARLOS EDUARDO MITSUO NAKAHARADA, PAULO JOSÉ ARANHA, LUISA RUFFO MUCHON, ANA CAROLINE MACHADO MEDEIROS, MARIANA CALVELO GRAÇA, GULIA DE FELIPPO MORETTI DORNELLAS, ISABELA PRADINES COELHO GUARITÁ SASINO, GISELA SILVA TELLES** e os estagiários de direito **FELIPE JILEK TRINDADE FRANÇA, HENRIQUE CESAR DE LIMA TIRABOSCHI, LUCAS ECHIACAGUALA DE OLIVEIRA, RUBENS SIEBNER MENDES DE ALMEIDA e GABRIELE DA COSTA RIBEIRO**, todos inscritos nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo, sob os números 101.458, 172.515, 195.105, 222.933, 206.352, 234.983, 257.193, 317.282, 310.808, 365.318, 356.968, 362.483, 367.990, 356.931, 371.450, 391.054, 213.356-E, 214.788-E, 218.057-E, 219.454-E e 219.692-E, respectivamente, com escritório na Rua Estados Unidos, nº 355, Jardim Paulista, São Paulo/SP, outorgando-lhes poderes sob a cláusula *ad judicium*, em especial para representá-lo na qualidade de terceiro interessado perante o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, a fim de apurar a divulgação indevida de conversas telefônicas nas quais figura como interlocutor, facultando-se aos outorgados substabelecer os poderes ora conferidos a outrem, com ou sem reserva de iguais.

São Paulo, 24 de maio de 2017.


JOSÉ REINALDO AZEVEDO E SILVA



Poder Judiciário
Supremo Tribunal Federal

4051

Recibo de Petição Eletrônica

Petição	27225/2017
Processo	Inq 4483
Tipo de pedido	Procuração/Substabelecimento
Relação de Peças	1 - Documento comprobatório Assinado por: CARLOS EDUARDO MITSUO NAKAHARADA
Data/Hora do Envio	26/05/2017 às 15:57:57
Enviado por	CARLOS EDUARDO MITSUO NAKAHARADA (CPF: 365.783.458-33)

TERMO DE JUNTADA

Junto a estes autos o protocolado de nº 27225/2017 que segue.

Brasília, 30 de maio de 2017

DENIS MARTINS FERREIRA
Matrícula 2190

Impressão por: 053.432.339/16 Inq 4483
20/06/2017 - 15:28:20

MARIZ DE OLIVEIRA

† PROF. WALDEMAR MARIZ DE OLIVEIRA JÚNIOR
ÂNGELA CASTELLO BRANCO MARIZ DE OLIVEIRA
SÉRGIO EDUARDO MENDONÇA DE ALVARENGA
RENATA CASTELLO BRANCO MARIZ DE OLIVEIRA
FÁBIO CASTELLO BRANCO MARIZ DE OLIVEIRA
JORGE URBANI SALOMÃO
FELIPE SALUM ZAK ZAK

ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA
PAOLA ZANELATO
RODRIGO SENZI RIBEIRO DE MENDONÇA
FAUSTO LATUF SILVEIRA
REGINA MARIA BUENO DE GODOY
GEORGE VICTOR ROBERTO DA SILVA
LAURA SOARES DE GODOY

EXMO. SR. DR. EDSON FACHIN, M. D. MINISTRO DO EXCELSO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL (STF)

Supremo Tribunal Federal

26/05/2017 18:43 0027382



INQUÉRITO 4483

O Presidente da República, MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA, por seus advogados infra-assinados, nos autos do INQUÉRITO em epígrafe, vem, à presença de Vossa Excelência, requerer seja determinada a aplicação do artigo 66 do Regimento Interno desse E. STF, com a consequente **LIVRE DISTRIBUIÇÃO** do presente feito, em face da inexistência da conexão apontada pelo Procurador Geral de República (PGR), consoante será demonstrado a seguir.

O PGR direcionou o pedido de abertura de Inquérito diretamente a Vossa Excelência aduzindo conexões – no avaliar dos signatários inexistentes - com a Petição nº 6122 e o Inquérito 4326.

Vossa Excelência, sem se manifestar expressamente sobre tal questão, deferiu o requerimento de instauração de Inquérito.

Nobre Ministro,

Em que pesem os notórios saber jurídico e predicados morais de Vossa Excelência, acreditam os signatários que, no caso presente, aplicável à espécie é a regra geral da distribuição livre – corolário da garantia constitucional do Juiz Natural (artigo 5º, XXXVII e LIII), além de estar expressamente prevista no Código de Processo Civil (artigos 284 e 285), aqui aplicado subsidiariamente, NO Código de Processo Penal (artigo 75) e no já citado Regimento Interno desse STF.

A conexão é uma exceção à regra geral que, na hipótese dos autos, s.m.j., não se faz presente.

No caso em tela, o Juiz Natural do Inquérito – aquele previamente fixado pela legislação – é, claro, esse STF. Mas, acreditam os signatários, em procedimento conduzido por Relator sorteado pela rotina da livre distribuição.

A CONEXÃO COMO EXCEÇÃO À REGRA GERAL

A conexão, em essência, é causa de alteração da competência originária por motivos processualmente utilitários.

409³

De fato, o Juízo Natural não é uma garantia absoluta e pode ceder em situações extraordinárias.

É óbvio, contudo, que a alteração da competência originária e a consequente mitigação da garantia constitucional só se justificam em circunstâncias restritíssimas, em face de reais vantagens à prestação jurisdicional.

Em outras palavras, a “conexão fática” de eventos não impõe necessariamente o reconhecimento da “conexão processual” e a consequente reunião de processos em um único Juízo – no caso, reunião em um único Relator. Ao contrário. Essa reunião é excepcional. Para não ferir a regra constitucional, a alteração tem que se fundar em uma efetiva e real necessidade, não em mero conforto ou simples conveniência.

Essa, aliás, tem sido a recente diretriz seguida por esse STF! Um exemplo claro, público e notório são as muitas cisões de procedimentos originados das delações de executivos da Odebrecht. Permanece no STF apenas os feitos relativos àqueles investigados detentores da prerrogativa do foro especial ou hipóteses de íntimo e indissolúvel liame processual.

Os signatários estão convencidos de que a bússola a indicar as hipóteses em que uma conexão fática é um elo suficientemente forte a autorizar que se abra uma exceção à garantia constitucional está na “possibilidade de decisões conflitantes”. Apenas tais possibilidades colocam em risco o equilíbrio da prestação jurisdicional a justificar o deslocamento.

MARIZ DE OLIVEIRA

Já há muito Giuseppe Chiovenda deixou claro que, em caso de conexão fática, "*a reunião das causas visa a decisão delas com uma única sentença (simultaneus processus), uma vez que os nexos existentes entre elas aconselham solução harmônica, o que equivale a dizer contemporânea*" (Instituições de Direito Processual Civil; V. II; Tradução da 2ª. ed. italiana por J. Guimarães Menegale, acompanhada de notas pelo Prof. Enrico Tullio Liebman; São Paulo; Livraria Acadêmica - Saraiva & Cia, 1943; p. 303). E o tempo só fez esse primoroso escólio se consolidar.

Essa é a interpretação que, em respeito à Constituição Federal, se deve dar ao artigo 76 do Código de Processo Penal.

Alargamentos desnecessários, fundados em supostas comodidades não mais se justificam nos dias de hoje. Em tempos de processo digital; compartilhamento de provas por mídia eletrônica; interrogatórios e depoimentos por sistema de videoconferência; entre outras modernidades; **essa facilidade de transmissão de dados permite que se trate a unificação de processos com maior parcimônia e maior reverência às normas legais de competência.**

Feitas essas considerações genéricas, e tendo por base as premissas levantadas, passa-se ao exame da inexistência de conexão no caso concreto.

A INEXISTÊNCIA DE CONEXÃO NO CASO CONCRETO

Culto Ministro,

4089

Avaliam os signatários que o pleito de reconhecimento da conexão feito pelo PGR funda-se em interpretação indevidamente expandida, que contraria a “*ratio legis*” acima demonstrada.

Insista-se: Eventuais e frágeis conexões fáticas não podem ser consideradas conexões nos termos legais, a autorizar a prorrogação de competência. Embora possam existir liames fáticos a relacionar imputações insertas em outros procedimentos, os signatários valer-se-ão do uso da expressão “conexão processual” para designar o laço apto a afastar a regra geral da livre distribuição, em oposição à “conexão fática”, mera correspondência que não tem forças para impor a reunião.

É preciso existir efetiva necessidade de junção a ser aferida tendo por parâmetro o risco de decisões conflitantes ou de positivo prejuízo da prestação jurisdicional.

Aqui, o PGR apontou apenas débeis “conexões fáticas”, mas nenhuma “conexão processual”.

Pois bem. Em primeiro lugar é fácil constatar, de plano, que os fatos em questão não têm qualquer relação com a Petrobras e, portanto, nada a ver com o gigante alcunhado de Lava-Jato. E isso, reconheça-se, nem o PGR ousou sugerir.

O PGR citou três possíveis vínculos a indicar a conexão.

Primeiramente, referiu-se a Petição 6122. E citou uma denúncia oferecida em 09/06/2016, em relação à qual, consoante o próprio PGR, a competência desse E. STF já foi declinada por conta de superveniente perda da prerrogativa de detentor do foro especial por parte de Eduardo Cunha.

Ora, ora. Como afirmar a prevenção com base num processo em relação ao qual Vossa Excelência já declinou da competência? Se Vossa Excelência não se considera mais competente para o processo dito conexo, como essa declarada incompetência processual induziria à prevenção?

Além disso, embora seja possível encontrar algumas relações fáticas – trata-se de acusação de pagamento de propina de empresa do Grupo J&F para Eduardo Cunha – parece claro que a ligação é circunstancial, franzina, sem forças para rechaçar a aplicação da regra geral.

O segundo liame apontado pelo PGR consistiria no fato de que o empresário Joesley Batista teria, em seu depoimento, narrado pagamentos a membros do parlamento já denunciados em processos da competência de Vossa Excelência.

O raciocínio, data vênua, não se sustenta. A mera coincidência de réus não tem força para juntar procedimentos distintos, que tratam de fatos diferentes, revogando as regras gerais de competência. Evidentemente, uma mesma pessoa pode ser processada por Juízos diversos, respeitadas as regras processuais pertinentes a cada caso acerca da competência. A questão é tão simples que dispensa maiores divagações.

Por fim, haveria relação com fatos descritos em petição apresentada no contexto da colaboração da Odebrecht e, segundo o PGR, "*ainda pendente de apreciação*".

Ou seja, é alegada uma conexão em razão de um pedido ainda não apreciado e em relação ao qual, pelo que se deduz, ainda não foi firmada a prevenção.

E, de qualquer forma, mais uma vez, estamos diante de relações superficiais, meramente acidentais, sem força para estabelecer uma "conexão processual" e sem aptidão para subjugar a aplicação da regra geral.

Ora, o fato de "*pessoas próximas ao governo federal*" estarem sendo investigadas, logicamente, não suscita a conexão. Fatos atribuídos a terceiros, ainda que próximos, obviamente, não se prestam a isso. Aqui, também, a questão é de tão fácil apreensão que qualquer desenvolvimento maior seria ocioso.

Em suma, Culto Ministro, a conclusão que fica é a de que os fatos imputados aos ora requerente não guardam conexão processual com qualquer outro procedimento já instaurado. Não há qualquer risco de conduções conflitantes caso, na distribuição, seja sorteado outro Ministro como Relator. Não haverá qualquer prejuízo à prestação jurisdicional.

E, portanto, nesse contexto, em obediência à Lei Maior e às legislações pertinentes, entre elas o Regimento Interno dessa Corte Suprema, exsurge como medida imperiosa a livre distribuição do feito. É o que se requer.

MARIZ DE OLIVEIRA

Termos em que,

p. deferimento.

De São Paulo para Brasília, 26 de maio de 2017.

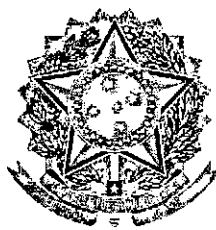
ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA

(Assinado Digitalmente)

SÉRGIO EDUARDO MENDONÇA DE ALVARENGA

GUSTAVO BONINIGUEDES

Impresso por: 053.432.339-46 mg 4483
Em: 20/06/2017 - 10:28:20



Poder Judiciário
Supremo Tribunal Federal

Recibo de Petição Eletrônica

Petição	27382/2017
Processo	Inq 4483
Tipo de pedido	Esclarecimentos
Relação de Peças	1 - Prestação de esclarecimentos Assinado por: ANTONIO CLAUDIO MARIZ DE OLIVEIRA
Data/Hora do Envio	26/05/2017 às 18:43:50
Enviado por	ANTONIO CLAUDIO MARIZ DE OLIVEIRA (CPF: 410.712.208-53)

TERMO DE JUNTADA

Junto a estes autos o protocolado de nº 27382/2017 que segue:

Brasília, 30 de maio de 2017.

DENIS MARTINS FERREIRA
Matrícula 2190

MARIZ DE OLIVEIRA

† PROF. WALDEMAR MARIZ DE OLIVEIRA JÚNIOR
ÂNGELA CASTELLO BRANCO MARIZ DE OLIVEIRA
SÉRGIO EDUARDO MENDONÇA DE ALVARENGA
RENATA CASTELLO BRANCO MARIZ DE OLIVEIRA
FÁBIO CASTELLO BRANCO MARIZ DE OLIVEIRA
REGINA MARIA BUENO DE GODOY
FELIPE SALUM ZAK ZAK

ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA
PAOLA ZANELATO
RODRIGO SENZI RIBEIRO DE MENDONÇA
FAUSTO LATUF SILVEIRA
JORGE URBANI SALOMÃO
GEORGE VICTOR ROBERTO DA SILVA
LAURA SOARES DE GODOY

EXMO. SR. DR. EDSON FACHIN, M. D. MINISTRO DO COLENDO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Supremo Tribunal Federal

26/05/2017 18:46 0027386



INQUÉRITO Nº 4483

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA, por
seus advogados infra-assinados, nos autos do INQUÉRITO supraepigrafado, em
trâmite perante essa C. Suprema Corte, vem, à presença de Vossa Excelência, expor
e requerer o seguinte:

Conforme a r. decisão monocrática de fls. 151/166, o
presente inquérito foi instaurado em face do Sr. Presidente da República em razão
de gravações apresentadas pelo colaborador premiado Joesley Batista, um dos
acionistas do Grupo J&F.

A D V O C A C I A
MARIZ DE OLIVEIRA

Anteriormente à supracitada decisão, outro *decisum* de Vossa Excelência havia determinado a abertura de inquérito contra o Senador Aécio Neves da Cunha e contra o Deputado Rodrigo Santos da Rocha Loures, de maneira que o Sr. Presidente da República passou, então, a ser parte investigada nesses autos juntamente com os dois parlamentares mencionados.

Com a devida vênia, as alegações trazidas pelo ilustre Procurador-Geral da República em sua manifestação datada de 07 de abril de 2017 não são aptas a permitir a tramitação conjunta do presente inquérito contra as três autoridades citadas.

Muito embora as indigitadas gravações acostadas apontem conversas de: (i) Joesley Batista com o Sr. Presidente da República; (ii) Joesley Batista com o Deputado Rodrigo Loures; (iii) Joesley Batista com o Senador Aécio Neves, não há nenhuma relação fática entre cada uma delas. **Os fatos que se pretende levar a investigação em face do Sr. Presidente da República são totalmente distintos daqueles imputados ao Senador Aécio Neves e ao Deputado Rodrigo Loures.**

A afirmação de que o Deputado Rodrigo Loures seria “homem de ‘total confiança’ de MICHEL TEMER” (p. 19 da manifestação de 07.04.2017), mesmo que fosse verdadeira, não induziria, como não induz, à formação de um nexó necessário à reunião das investigações.

Há, sim, uma identidade de interlocutores, mas os fatos em si teriam sido praticados em circunstâncias de tempo, de natureza e de

412³

lugar distintos, não se apresentando correlatos por nenhuma identidade de caráter objetivo ou subjetivo vinculados entre si, mostrando-se imperiosa, portanto, a separação do inquérito, nos moldes do artigo 80 do Código de Processo Penal.

Note-se que não há nenhuma ligação entre os pretensos fatos imputados ao Sr. Presidente da República com o Senador Aécio Neves e com o Deputado Rodrigo Loures, de maneira que não há que se falar em prática de uma infração penal para facilitar ou ocultar outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas, posto que inexistentes, não havendo, igualmente, nenhum vínculo probatório, restando afastada a incidência do inciso II, do artigo 76, do Código de Processo Penal.

Realmente, eventual prova ou elemento informativo que se almeje perquirir com relação aos supostos delitos atribuídos ao Sr. Presidente da República, poderá, sem dúvida, realizar-se por meio de inquérito autônomo, na medida em que as circunstâncias elementares de um crime não influem na obtenção da prova de outros, não sendo o caso, também, da aplicação do inciso III, do artigo 76, do Código de Processo Penal.

Por fim, o desmembramento das investigações com relação ao Chefe do Poder Executivo – frise-se: maior interessado na cabal apuração dos fatos – se mostra imprescindível e adequada para que os trabalhos investigativos sejam ultimados com a máxima brevidade possível, nos termos do que também prevê o artigo 80 do Código de Processo Penal, que permite a separação nas hipóteses ali previstas, dentre as quais, “motivo relevante”, tomando-se

MARIZ DE OLIVEIRA

despiciendo qualquer comentário a respeito da relevância de se concluir as investigações para garantir a estabilidade da Nação e de todas as suas instituições.

Diante do exposto, requer-se o DESMEMBRAMENTO do presente inquérito com relação ao Sr. Michel Miguel Elias Temer Lulia, formando-se autos autônomos de investigação com relação ao Exmo. Presidente da República.

Termos em que,

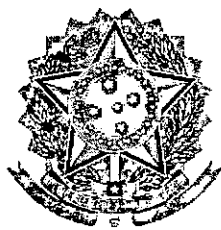
P. deferimento.

De São Paulo para Brasília, 26 de maio de 2017.

ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA
assinado digitalmente

JORGE URBANI SALOMÃO

GUSTAVO BONINI GUEDES



Poder Judiciário
Supremo Tribunal Federal

413 M

Recibo de Petição Eletrônica

Petição	27386/2017
Processo	Inq 4483
Tipo de pedido	Esclarecimentos
Relação de Peças	1 - Prestação de esclarecimentos Assinado por: ANTONIO CLAUDIO MARIZ DE OLIVEIRA
Data/Hora do Envio	26/05/2017 às 18:46:52
Enviado por	ANTONIO CLAUDIO MARIZ DE OLIVEIRA (CPF: 410.712.208-53)

Impresso por: 053.432.53946 Inq 4483
Em: 20/06/2017 - 15:26:20



444
ml

Certidão

Inquérito n. 4483

AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S) : MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
ADV.(A/S) : ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA (0123013/SP) E
OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : AECIO NEVES DA CUNHA
ADV.(A/S) : ALBERTO ZACHARIAS TORON (65371/SP) E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES
ADV.(A/S) : JOSÉ LUIS MENDES DE OLIVEIRA LIMA (107106/SP)

(Seção de Processos Originários Criminais)

Certifico que juntei cópia da decisão proferida em 30 de maio de 2017 nos autos do inq 4489, ações cautelares 4330, 4331, 4320, 4319, 4315, 4316, 4324, 4326, 4327, 4328 e 4329.

Brasília, 30 de maio de 2017.

Denis Martins Ferreira
Matrícula nº 2190

Impresso por: 053.432.539 - Inq 4483
Em: 20/06/2017 - 16:28:43

Supremo Tribunal Federal



Supremo Tribunal Federal

415
M

Certidão

Inquérito n. 4483

AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S) : MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
ADV.(A/S) : ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA (0123013/SP) E
OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : AECIO NEVES DA CUNHA
ADV.(A/S) : ALBERTO ZACHARIAS TORON (65371/SP) E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES
ADV.(A/S) : JOSÉ LUIS MENDES DE OLIVEIRA LIMA (107106/SP)

(Seção de Processos Originários Criminais)

Certifico que, em cumprimento ao despacho proferido em 30 de maio de 2017, desapensei destes autos as ações cautelares 4315, 4316, 4324 e 4326. Brasília, 30 de maio de 2017.

Denis Martins Ferreira
Matrícula nº 2190

Impresso por 053.432.5593 em 16:28:43
Em: 20/05/2017

TERMO DE JUNTADA

Junto a estes autos o protocolado de nº 2021624 que segue.

Brasília, de 30 de MAIO de 2017.

DENIS MARTINS FERREIRA
Matrícula 2190

Técio Lins e Silva
ADVOGADO

Luciana Lóssio
ADVOGADA

4161

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN
DD. RELATOR DO INQUÉRITO 4483
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Supremo Tribunal Federal

30/05/2017 17:44 0029227



ÂNGELO GOULART VILLELA, já qualificado nos autos, vem, por seus advogados, requerer a juntada do anexo instrumento de mandato.

P. deferimento.

Brasília, 30 de maio de 2017

TÉCIO LINS E SILVA
OAB/DF nº 32.138

LUCIANA LÓSSIO
OAB/DF nº 15.410

PEDRO PAULO DE MEDEIROS
OAB/DF nº 31.036

Daniela Maróccolo
DANIELA MARÓCCOLO
OAB/DF nº 18.079

BRUNA LÓSSIO
OAB/DF nº 45.517

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato, eu, **ÂNGELO GOULART VILLELA**, brasileiro, casado, Procurador da República, CPF sob o nº 084.119.687-74, e no RG nº 12.564.701-6 SESP/RJ, residente e domiciliado no SQN 213, Bloco A, Apartamento 404, Asa Norte, Brasília - DF, nesta cidade, constituo e nomeio meus bastantes Advogados os Drs. **TÉCIO LINS E SILVA**, inscrito na OAB/RJ nº 16.165 e OAB/DF nº 32.138, **ILÍDIO MOURA**, inscrito na OAB/RJ nº 20.408 e OAB/DF nº 33.599, **DARCY DE FREITAS**, inscrito na OAB/RJ nº 71.133 e OAB/DF nº 33.597, **LETÍCIA JOST LINS E SILVA**, inscrita na OAB/RJ nº 75.217 e OAB/DF nº 33.601, **ADRIANO PRATA PIMENTA**, inscrito na OAB/RJ nº 106.399 e OAB/DF nº 33.410, **MAÍRA COSTA FERNANDES**, inscrita na OAB/RJ nº 134.821 e OAB/DF nº 33.604 e **RONNY PETERSON NUNES DOS SANTOS**, inscrito na OAB/RJ nº 201.576 e OAB/DF nº 51.411, todos com escritório na Av. Rio Branco, nº 133/12º andar – Centro, CEP 20.040-006, Rio de Janeiro, RJ, Telefone (21) 2224-8726 e Fax (21) 2232-1012, e-mail escritório.rio@linsesilva.adv.br, bem como os Advogados **LUCIANA LÓSSIO**, inscrita na OAB/DF nº 15.410, **DANIELA MAROCCO ARCURI**, inscrita na OAB/DF nº 18.079, **RODRIGO LEPORACE FARRET**, inscrito na OAB/DF nº 13.841, **BRUNA LÓSSIO PEREIRA**, inscrita na OAB/DF nº 45.517 e **PEDRO PAULO DE MEDEIROS GUERRA**, inscrito na OAB/GO nº 18.111 e OAB/DF nº 31.036, e ao estagiário **JULIO EMILIO LOSSIO DE MACEDO FILHO**, inscrito na OAB/DF 15.318-E, todos com escritório no SHS Quadra 06, Centro Empresarial Brasil 21, Bloco A, Sala 301, CEP 70316-102, Brasília - DF, Tele/Fax: (61) 3321-1971, e-mail escritorio@lossio.adv.br, aos quais outorgo, em conjunto ou separadamente, todos os poderes da cláusula *ad judicia* para o foro em geral, até superior instância, podendo ditos procuradores praticar todos os atos em direito permitidos para o bom e fiel desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer.

Brasília - DF, 25 de maio de 2017.


ÂNGELO GOULART VILLELA



418
my

Certidão

Inquérito n. 4483

AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S) : MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
ADV.(A/S) : ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA (0123013/SP) E
OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : AECIO NEVES DA CUNHA
ADV.(A/S) : ALBERTO ZACHARIAS TORON (65371/SP) E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES
ADV.(A/S) : JOSÉ LUIS MENDES DE OLIVEIRA LIMA (107106/SP)

(Seção de Processos Originários Criminais)

Certifico que, em cumprimento ao despacho proferido em 30 de maio de 2017, encaminhei cópia integral destes autos e das ações cautelares 4315 e 4316, bem como desloquei as ações cautelares 4326 e 4327 para Seção de Recebimento e Distribuição de Originários para as providências cabíveis. Certifico, outrossim, que encaminhei os autos do inq 4489 com as ações cautelares apensadas de números 4319, 4320, 4330 e 4331 para Seção de Baixa e Expedição.
Brasília, 30 de maio de 2017.

Denis Martins Ferreira
Matrícula nº 2190

TERMO DE REMESSA

Faço remessa destes autos para Seção de Baixa e Expedição para
encaminhamento à(ao) _____
Brasília, de _____ de 2017

DENIS MARTINS FERREIRA - Matrícula 2190

TERMO DE REMESSA EM DILIGÊNCIA

Faço a remessa destes autos a(a) COGER - CORREGEDORIA
GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Brasília, 31 de Maio de 2017
MARCUS DE PAULA FÉLIX, Mat. 1964

Impresso por: 053.432.539-46 Inq 4483
Em: 20/06/2017 - 16:28:20



PF / MJC
Fl: 419
Rub: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

CONCLUSÃO

Ao(s) 31 dia(s) do mês de maio de 2017, faço o(s) autos/expediente(s) supracitado(s) **concluso(s)** ao(a) Delegado(a) de Polícia Federal JOSÉLIO AZEVEDO DE SOUSA, Classe Especial, Matrícula n.º 9.518, em exercício na Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DICOR/PF. Eu, CRISTIANE RODRIGUES DOS SANTOS, Escrivã de Polícia Federal, Classe Especial, Matrícula n.º 10.946, em exercício na Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DICOR/PF, que o lavrei.

DESPACHO

1. Recebo os presentes autos nesta data procedentes do Supremo Tribunal Federal.
2. Em face da decisão proferida pelo Exmo. Ministro Relator, conferindo prazo de dez dias para a conclusão do inquérito, distribuo os presentes autos ao delegado Thiago Machado Delabary para, em atuação conjunta com os delegados Ricardo Hiroshi Ishida, responsável por diligências realizadas na ação cautelar nº 4315 e Marlon de Oliveira Cajado, responsável pelos autos do Inq. 4327, vinculado ao presente, realizarem as diligências necessárias visando à finalização do inquérito, com fundamento no art. 230-C do Regimento Interno do STF.

Brasília/DF, 31 de maio de 2017.

JOSÉLIO AZEVEDO DE SOUSA
Delegado de Polícia Federal
Classe Especial - Matr. 9.518
Coordenador do GINQ/STF/DICOR

DATA

Ao(s) 31 /05/2017, recebi estes autos/expediente(s) supracitado(s) com o despacho do(a) Delegado(a) Eu, CRISTIANE RODRIGUES DOS SANTOS, Escrivã de Polícia Federal, Classe Especial, Matrícula n.º 10.946, em exercício na Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DICOR/PF, que o lavrei.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJC - POLÍCIA FEDERAL - SEDE

DESPACHO

Nesta data, assumo a condução dos trabalhos a serem realizados no âmbito deste órgão de polícia judiciária, conjuntamente com o Delegado de Polícia Federal MARLON DE OLIVEIRA CAJADO e, face à exiguidade do prazo conferido para a conclusão da investigação, determino as diligências que se seguem, todas em caráter de urgência:

1. Estabeleça-se contato com a Secretaria Judiciária do Supremo Tribunal Federal, requerendo o imediato encaminhamento dos autos das Ações Cautelares nº 4.315, 4.316, 4.324, 4.325, 4.328 e 4.329, eis que as informações nelas contidas são indispensáveis à instrução do presente feito;

2. Proceda-se à intimação de **ROBERTA FUNARO YOSHIMOTO**, de **DANTE BOLONHA FUNARO** e de **JOÃO BAPTISTA LIMA FILHO**, para que sejam inquiridos na Superintendência Regional de Polícia Federal no estado de São Paulo, na data de 02 de junho de 2017, atentando-se ao fato de que a primeira encontra-se custodiada na Penitenciária Feminina da Capital;

3. Providencie-se a intimação de **LÚCIO BOLONHA FUNARO**, que se encontra preso no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília/DF, para que tenha a oportunidade de prestar esclarecimentos sobre os fatos em apuração;

4. Intime-se o Deputado Federal **RODRIGO ROCHA LOURES**, para que seja ouvido nos autos deste inquérito, na data de 05 de junho de 2017, no edifício-sede da Polícia Federal, em Brasília;

5. Em observância aos termos da decisão do E. Ministro-Relator (fls. 390/402), que determina a realização de inquirição por escrito do Exmo. Sr. Presidente da República, **MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA**, expeça-se ofício à Sua Excelência, com os questionamentos que apresento em apartado, para que, no prazo de vinte e quatro horas, a contar do recebimento do expediente, querendo, apresente as correspondentes respostas;

6. Oficie-se à Secretaria de Governo da Presidência da República, requisitando o encaminhamento, no prazo de três dias, da agenda oficial do ex-Ministro GEDDEL VIEIRA LIMA, no período em que esteve à frente daquele órgão;

7. Intime-se **GILVANDRO ARAÚJO, EDUARDO FRADE RODRIGUES** e **KENYS MENEZES MACHADO**, servidores do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para que sejam ouvidos nos autos deste inquérito, em 06 de junho de 2017, no edifício-sede da Polícia Federal, em Brasília, atentando-se à exigência do artigo 221, § 3º, do Código de Processo Penal;

8. Expeçam-se Cartas Precatórias às Superintendências de Polícia Federal nos estados do Paraná e Rio de Janeiro, a fim de que, naquelas regionais, se proceda à inquirição de **EDUARDO COSENTINO CUNHA** e **ALTAIR ALVES PINTO**, respectivamente, a partir dos quesitos orientadores que apresento em separado;

9. Intime-se o advogado **JOSÉ MARCELO MARTINS PROENÇA**, para que seja ouvido como testemunha nos autos do presente inquérito, devido ao fato de ter representado os interesses do Grupo J & F Investimentos S/A no processo administrativo autuado no CADE sob o nº 08700.009007/2015-04;

10. Após, conclusos.

Brasília, 31 de maio de 2017.


THIAGO MACHADO DELABARY
Delegado de Polícia Federal



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

Ofício n.º 0802/2017 - RE 0091/2017-1 - PF/MJC - GINQ/STF/DICOR/PF.

Brasília/DF, 31 de maio de 2017.

A Sua Excelência o Senhor EDSON FACHIN
Ministro do Supremo Tribunal Federal

Assunto: **Inquérito n.º 4483 - STF (RE 0091/2017-1 - GINQ/STF/DICOR).**

Senhor Ministro,

Solicito a Vossa Excelência o encaminhamento imediato a este Grupo de Inquéritos dos autos das Ações Cautelares n.º 4.315, 4.316, 4.324, 4.325, 4.328 e 4.329, eis que as informações nelas contidas são indispensáveis à instrução do presente feito.

Respeitosamente,


THIAGO MACHADO DELABARY
Delegado de Polícia Federal
Grupo de Inquéritos STF



PF / MJC
Fl: 623
Rub: <input type="checkbox"/>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

Ofício n.º 0812/2017 - RE 0091/2017-1 - PF/MJC - GINQ/STF/DICOR/PF.

Brasília/DF, 01 de junho de 2017.

A Sua Excelência o Senhor EDSON FACHIN
Ministro do Supremo Tribunal Federal

Assunto: Inquérito n.º 4483 - STF (RE 0091/2017-1 - GINQ/STF/DICOR).

Senhor Ministro,

Solicito a Vossa Excelência autorização para o deslocamento dos presos Roberta Funaro Yoshimoto, recolhida na Penitenciária Feminina do Tremembé, Tremembé/SP e Lúcio Bolonha Funaro, recolhido no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília/DF, nas datas e locais abaixo indicados, a fim de serem ouvidos nos autos do **Inquérito n.º 4483 - STF (RE 0091/2017-1 - GINQ/STF/DICOR)**.

1. Roberta Funaro Yoshimoto - oitiva a ser realizada às 14:00 horas do dia 05/06/2017, na Superintendência da Polícia Federal em São Paulo;
2. Lúcio Bolonha Funaro - oitiva a ser realizada às 14:00 horas do dia 02/06/2017, na Sede da Polícia Federal em Brasília/DF;

Respeitosamente,


THIAGO MACHADO DELABARY
Delegado de Polícia Federal
Grupo de Inquéritos STF



PF / MJC
Fl: 629
Rub: 1

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF (GINQ)

Ofício nº 0815/2017 - RE 0091/2017-1 - PF/MJC - DFIN/DICOR

Brasília/DF, 01 de junho de 2017.

A Sua Excelência o Senhor ANTÔNIO IMBASSAHY
Ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República
Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, 4º andar
CEP: 70.150-900 - Brasília-DF

Assunto: Solicitação de documentos.

Referência: **Registro Especial nº 0091/2017-1-GINQ (INQ. 4483 - STF)**

Senhor Ministro,

Requisito a Vossa Excelência o encaminhamento, no prazo de três dias, da agenda oficial do ex-Ministro GEDDEL VIEIRA LIMA, no período em que esteve à frente daquele órgão.

Atenciosamente,

Recebido na	SEGOV	
Às	16:50	horas
Em	01/06/17	
Por	CARLOS MENEGUE	

THIAGO MACHADO DELABARY
Delegado de Polícia Federal
Grupo de Inquéritos STF

Carlos Henrique Menezes Sobral
Chefe de Gabinete
Secretaria de Governo da
Presidência da República



PF / MJC
Fl: h23
Rub: 1

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF (GINQ)

Ofício nº 0818/2017 - IPL 0091/2017- PF/MJC - GINQ

Brasília/DF, 01 de junho de 2017.

A Sua Senhoria o Senhor GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO
Presidente Interino do Conselho Administrativo de Defesa Econômica
SEPN, Quadra 515, Bloco D, Lote 04 - Asa Norte

Assunto: Intimação

Referência.: IPL 0091/2017-GINQ/STF/DICOR/PF

RECEBIDO - 08/00 - 02 Jun 2017 09:10
Com o Sr. Inq
2017

Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade

Senhor Presidente,

Solicito o comparecimento de Vossa Senhoria, bem como dos servidores EDUARDO FRADE RODRIGUES e KENYS MENEZES MACHADO, nesta Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado, situada no Setor de Autarquias Sul, Quadra 06, Bloco A, 7º Andar, Sala 704, Edifício-Sede da Polícia Federal, na data e horários abaixo indicados, a fim de serem inquiridos nos autos do Inquérito STF nº 4483, RE 0091/2017-GINQ/STF/DICOR/PF.

NOME	DATA	HORA
GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO	06/06/2017	14:00
EDUARDO FRADE RODRIGUES	06/06/2017	15:15
KENYS MENEZES MACHADO	06/06/2017	16:30

Atenciosamente,

THIAGO MACHADO DELABARY
Delegado de Polícia Federal
Grupo de Inquéritos STF

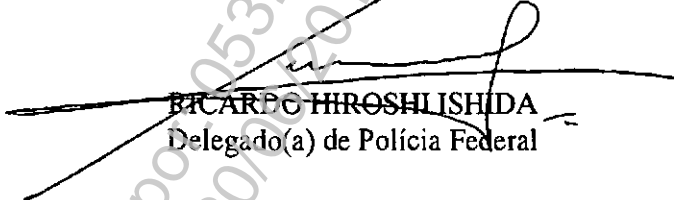


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF - GINQ/STF/DICOR

MANDADO DE INTIMAÇÃO
RE 0091/2017-1-GINQ
INQ. 4483 STF

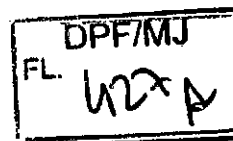
Pelo presente mandado de intimação, fica o senhor JOÃO BAPTISTA LIMA FILHO, intimado a comparecer à Delegacia de Repressão à Corrupção e Crimes Financeiros - DELECOR - da Superintendência da Polícia Federal em São Paulo/SP, localizada na Rua Hugo D'Antola, 95, Lapa de Baixo, São Paulo/SP, às 15h00 horas do dia 02/06/2017, a fim de prestar esclarecimentos no interesse da Justiça, devendo trazer documento de IDENTIDADE e CPF, podendo ser assistido por advogado, neste e nos demais atos do inquérito, conforme art. 7º, inciso XXI da Lei 8906/1994.

Brasília/DF, 01 dia(s) do mês de junho de 2017


RÍCARDO HIROSHISHIDA
Delegado(a) de Polícia Federal

Data 02/06/2017

Intimado Émanoel de Araújo Andrade - RG. 36872184-X



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO
DRCOR - DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES PREVIDENCIÁRIOS

INFORMAÇÃO Nº 115/2017-DELEPREV/DRCOR/SR/PF/SP

DO: EPF VINICIUS COSTENARO CABRAL
PARA: DPF RICARDO HIROSHI ISHIDA
REF: OM 3118/2017

Senhor Delegado,

No dia 01/06/2017, em cumprimento à Ordem de Missão 3118/2017, a equipe de Policiais Federais formada pelos APF PAULO, APF FLAVIANA e por este signatário diligenciou até a Empresa ARGEPLAN ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA (Rua Juataba, 68, Vila Madalena, São Paulo SP), com o fim de intimar a pessoa de JOÃO BAPTISTA LIMA FILHO. Chegando ao local, fomos informados, pelo recepcionista da empresa, de que a pessoa a ser intimada não se encontrava.

Após, dirigimo-nos até o endereço residencial (Rua Itajara, 229, AP 211, Vila Andrade, São Paulo/SP) de JOÃO BAPTISTA LIMA FILHO, onde fomos recebidos por ELIANE DE ARAÚJO ANDRADE, RG 36872184-X, empregada doméstica que trabalha na residência de JOÃO. Ela recebeu o Mandado de Intimação e nos informou que JOÃO e sua esposa foram viajar a passeio, porém disse que iria entrar em contato com eles para avisá-los. No Mandado de Intimação, deixamos os contatos telefônicos da UADIP/DELEPRE/PF/SP e email do DPF HIROSHI para que entrassem em contato.

Em anexo segue o Mandado de Intimação recibado com a assinatura e RG de ELIANE DE ARAÚJO ANDRADE.

É o que cumpre informar.

São Paulo/SP, 1 de junho de 2017.


VINICIUS COSTENARO CABRAL

Escrivão de Polícia Federal



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF - GINQ/STF/DICOR

CERTIDÃO

CERTIFICO que **INTIMEI**:

1. LUCIO BOLONHA FUNARO - por seu advogado, Dr. Bruno Espineira Lemos, (61) 3322-4123, a comparecer à Sede da Polícia Federal em Brasília/DF, no dia 02/06/2017, às 14:00 horas;

2. JOSÉ MARCELO MARTINS PROENÇA - a comparecer à Sede da Polícia Federal em Brasília/DF, no dia 05/06/2017, às 13:00 horas.

O referido é verdade e dou fé. Brasília/DF, aos 02 dia(s) do mês de junho de 2017. Eu, CRISTIANE RODRIGUES DOS SANTOS, Escrivã de Polícia Federal, Classe Especial, Matrícula/DPF n.º 10.946, lotado(a) e em exercício no(a) Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DICOR, que a lavrei.

Impresso por: 05335009-20-Im-483
Em: 20/06/2017 10:58:59



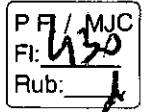
P F	MJC
Fl:	4/4
Rub:	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF - GINQ/STF/DICOR

CERTIDÃO

CERTIFICO que, nesta data, **INTIMEI** RODRIGO ROCHA LOURES, por seu advogado, Dr. Michelângelo Corsetti, OAB/DF 53.486, tel. (61) 3264-5525, a comparecer à Sede da Polícia Federal em Brasília/DF, no dia 05/06/2017, às 17:00 horas. O referido é verdade e dou fé. Brasília/DF, aos 02 dia(s) do mês de junho de 2017. Eu, ? CRISTIANE RODRIGUES DOS SANTOS, Escrivã de Polícia Federal, Classe Especial, Matrícula/DPF n.º 10.946, lotado(a) e em exercício no(a) Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DICOR, que a lavrei.

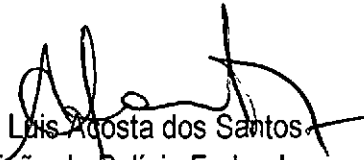
Impresso por: 053.432.582/2017-10234233
Em: 20/06/2017 - 10:23:42



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, foram reagendadas as audiências de JOÃO BAPTISTA LIMA FILHO, ROBERTA FUNARO YOSHIMOTO e DANTE BOLONHA FUNARO para o dia 07/06/2017, às 10hs, 13h30 e 14h30, respectivamente, a ocorrer na sede da Polícia Federal em Congonhas, para tanto foram feitos os respectivos contatos por telefone com o Dr. Cristiano Carvalho (11) 3473-0660, Dr. Bruno Lemos (61) 3322-4123 e pessoalmente com o Dr. Renato Vieira. Nesta data mantive contato com o Dr. Mariz (11) 3141-4700, advogado do presidente Michel Miguel Elias Temer Lulia, a quem comuniquei que a entrega dos quesitos se daria às 14hs a advogado constituído nos autos. Oportunamente recebi ligação do Dr. Brian Alves Prado, também advogado do presidente, substabelecido às fls. 278, solicitando a retirada dos quesitos às 16h15, tendo em vista audiência que iria acompanhar nesta tarde, o que foi deferido pela autoridade policial Dr. Josélio Azevedo de Sousa. O referido é verdade e dou fé. Brasília/DF, aos 05 dia(s) do mês de junho de 2017. Eu, André Luis Acosta dos Santos, Escrivão de Polícia Federal, Classe Especial, Matrícula n.º 8.676, lotado e em exercício na Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DICOR/PF, que a lavrei.


André Luis Acosta dos Santos
Escrivão de Polícia Federal
Classe Especial, Matrícula n.º 8.676



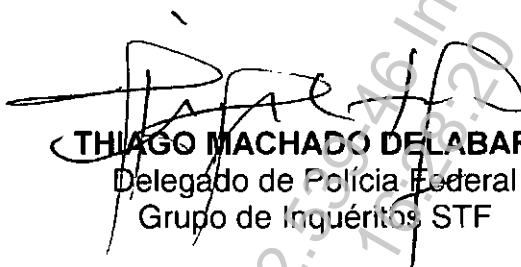
PF	MJC
Fl:	432
Rub:	1

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJC - POLÍCIA FEDERAL - SEDE

DESPACHO

1. Venha aos autos o termo de declarações de LUCIO BOLONHA FUNARO;
2. Após, retorne-me os autos conclusos.

Brasília/DF, 05 de junho de 2017.


THIAGO MACHADO DELABARY
Delegado de Polícia Federal
Grupo de Inquéritos STF

Impresso por: 053.432...
Em: 20/06/2017 - 14:48:20
Inq 4483



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

TERMO DE DECLARAÇÕES

que presta **LUCIO BOLONHA FUNARO**:

Ao(s) 02 dia(s) do mês de junho de 2017, neste Edifício-Sede da Polícia Federal, em Brasília/DF, onde presente se encontrava MARLON OLIVEIRA CAJADO DOS SANTOS, Delegado de Polícia Federal, 1ª Classe, Matrícula n.º 10.891, lotado e em exercício na Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DICOR, compareceu LUCIO BOLONHA FUNARO, sexo masculino, casado, filho de NEIVA BOLONHA FUNARO, nascido aos 16/01/1974, RG 11659179-1 SSP/SP, CPF 173.318.908-40. **Cientificado acerca dos seus direitos constitucionais, inclusive o de permanecer calado, inquirido a respeito dos fatos pela Autoridade Policial, RESPONDEU: QUE** não é, e nunca foi, sócio de seus irmãos DANTE BOLONHA FUNARO e ROBERTA FUNARO YOSHIMOTO; **QUE** nunca tiveram nenhuma participação nas atividades profissionais ou ilícitas do declarante; **QUE** após a operação CATILINÁRIAS, ocorrida em dezembro de 2015, teve uma reunião com JOESLEY BATISTA e FRANCISCO ASSIS, na residência de JOESLEY, onde ficou definido que a partir daquele momento o declarante deveria manter contato com JOESLEY através de FRANCISCO ASSIS, que era diretor jurídico da J&F INVESTIMENTOS; **QUE** já conhecia FRANCISCO ASSIS de outras negociações, como a compra e venda da empresa DELTA S/A; **QUE** manteve diversas reuniões com FRANCISCO, tanto em seu escritório quanto no escritório da JBS para tratar de assuntos de interesse em comum do grupo J&F e o declarante; **QUE** entre fevereiro de 2016 a até sua prisão em julho de 2016, o declarante recebeu valores diretamente de FRANCISCO na sua residência; **QUE** os recursos eram entregues em espécie, a fim de evitar transferência bancárias, por receio do próprio FRANCISCO de haver problemas com a área de compliance da empresa; **QUE** em uma dessas reuniões com FRANCISCO no escritório do declarante, este apresentou o seu irmão DANTE, e orientou a ambos que se algo acontecesse com o declarante os dois mantivessem contato para resolver problemas com custos de defesa técnica, despesas domésticas e manutenção do escritório; **QUE** conheceu o ex-Deputado Federal EDUARDO CUNHA no ano de 2002 por intermédio do então Deputado Estadual do Rio de Janeiro ALBANO REIS; **QUE** nas eleições do ano de 2002 o declarante auxiliou na campanha de EDUARDO CUNHA provendo dinheiro de CAIXA 2, e a partir daí passou a ter estreito relacionamento com EDUARDO CUNHA, no campo social e negocial; **QUE** conhece ALTAIR ALVES PINTO, o qual lhe foi apresentado no escritório de EDUARDO CUNHA, salvo engano no ano de 2003; **QUE** ALTAIR era um funcionário do EDUARDO CUNHA e responsável pela logística de transporte de valores em espécie para o ex-Deputado EDUARDO CUNHA; **QUE** conhece JOESLEY BATISTA o qual lhe foi apresentado por PAULO SERGIO FORMIGONE DE OLIVEIRA (vulgo paulinho de Andradina) em meados de 2011; **QUE** teve uma relação muito próxima

fls. 1 / 3



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

com JOESLEY BATISTA tanto no campo social quanto no campo comercial; **QUE** o declarante se dispõe a relatar todos os negócios efetuados com JOESLEY BATISTA, de forma detalhada, em outra ocasião; **QUE** conhece RICARDO SAUD, o qual lhe foi apresentado por JOESLEY BATISTA em meados de 2012; **QUE** não tem relacionamento próximo com RICARDO SAUD; **QUE** o declarante mantinha uma espécie de conta corrente junto a J&F INVESTIMENTOS; **QUE** essa era controlada, num primeiro momento, pelo DENILTON, e posteriormente pelo BARRETO, do lado da J&F e pelo lado do declarante ele mesmo controlava, até a deflagração da operação CATILINÁRIAS; **QUE** o declarante tinha um saldo credor com a J&F, decorrente de ações lícitas e ilícitas, num montante de aproximadamente de R\$ 80 milhões de reais em dezembro de 2015; **QUE** entre as ações ilícitas, o declarante menciona operações do grupo J&F e controladas no âmbito da CAIXA ECONOMICA FEDERAL, FI-FGTS, e no Ministério da Agricultura na gestão do Ministro ANTONIO ANDRADE, atual Vice-Governador de Minas Gerais; **QUE** em decorrência desse saldo credor de R\$ 80 milhões de reais, o declarante recebia pagamentos de forma aleatória de acordo com sua demanda, que era repassada ao FRANCISCO ASSIS, o qual entregava pessoalmente os valores; **QUE** após sua prisão os pagamentos passaram a ser mensais da forma avençada com FRANCISCO ASSIS que foi de entrega de valores, no primeiro momento ao seu irmão DANTE, e posteriormente entregues a sua irmã ROBERTA; **QUE** o pagamento em espécie era uma exigência da J&F, vez que para o declarante não haveria problemas em receber transferências bancárias já que suas empresas tinham contratos com a J&F; **QUE** os irmãos do declarante acreditavam que a motivação dos pagamentos da J&F eram respaldados em contratos, conforme o próprio declarante havia mencionado a eles; **QUE** após a prisão o DANTE recebeu dois ou três pagamentos da J&F, a pedido do declarante, e sua irmã ROBERTA deve ter recebido cerca de sete pagamentos; **QUE** esses pagamentos da J&F, nos primeiros 3 meses da prisão do declarante era na quantia de R\$ 600 mil reais, e os demais foram de R\$ 400 mil reais; **QUE** o pagamento de novembro de 2016 não foi efetuado; **QUE** a mudança de DANTE para ROBERTA se deu por conta de desentendimento entre o seu irmão e FRANCISCO ASSIS; **QUE** nunca fez nenhuma ameaça a JOESLEY BATISTA no sentido de delatar as suas operações com o mesmo em caso de inadimplência dos pagamentos da J&F; **QUE** não houve nenhum acordo entre o declarante e JOESLEY BATISTA para que o mesmo permanecesse calado; **QUE** como foi dito anteriormente todos os valores pagos ao declarante se deram em razão dos seus negócios com a J&F, e não para a compra de seu silêncio; **QUE** o dinheiro recebido pelo declarante, após sua prisão, era somente dele e, por isso, não houve qualquer repasse para EDUARDO CUNHA ou familiares do mesmo; **QUE** durante o tempo que esteve preso nunca esteve em contato com JOESLEY BATISTA ou FRANCISCO ASSIS; **QUE** FRANCISCO ASSIS, segundo relatos da irmã do declarante, costumava perguntar sobre as condições de saúde e emocionais do declarante, e sondava se o mesmo estaria tentando fechar acordo de colaboração premiada, procurando saber também sobre as estratégias de defesa do declarante e trocas de advogados; **QUE** não houve nenhum repasse de dinheiro a políticos desde



PF / MIC
Fl: 434
Rub: A

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

que foi preso; **QUE** essa versão de que o dinheiro pago ao declarante seria para compra de seu silêncio é inverídica, tendo JOESLEY a inventado, provavelmente, para se eximir de lhe pagar os valores que lhe são devidos, pressionar o governo a atender o seus pleitos ilícitos e obter vantagens financeiras; **QUE** GEDDEL VIEIRA LIMA era de fato o principal contato de JOESLEY com o governo MICHEL TEMER; **QUE** além de JOESLEY, o declarante já esteve em contato com outras pessoas do grupo J&F INVESTIMENTOS, WESLEY BATISTA, JOSE BATISTA SOBRINHO, ANTONIO BATISTA, FERNANDO MENDONÇA, HUMBERTO JUNQUEIRA, ADÉSIO LIMA (projeto ELDORADO), JOSE CARLOS GRUBIZICH (projeto ELDORADO), ANTONIO BARRETO, DENILTON e os secretários de JOESLEY, FLÁVIO e NEILA, além de ÉRICA, secretária de WESLEY; **QUE** com relação a apreensão ocorrida na casa da irmã do declarante, de acordo com o auto ora apresentado, o declarante informa que, os itens 3, 4, 6, 7, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 são de sua propriedade e que estavam na residência da irmã porque o declarante tinha colocado sua casa para alugar, além de ter encerrado as atividades do escritório principal e mudado para um espaço menor; **QUE** os valores apreendidos, conforme documento de custódia ora apresentado, são de propriedade do declarante; **QUE** não recebeu nenhum recado direto de MICHEL TEMER ou de EDUARDO CUNHA para ficar calado durante a sua prisão; **QUE** estranha alguns telefonemas que sua esposa tem recebido de GEDDEL VIEIRA LIMA, no sentido de estar sondando qual seria o ânimo do declarante em relação a fazer um acordo de colaboração premiada; **QUE** também chamou a atenção do declarante o monitoramento feito do seu estado de ânimo dos escritórios de advocacia que o assessoram, primeiro o escritório do MARIZ, depois o escritório de DANIEL GUEBER que é ligado ao escritório FERRÃO, este próximo ao Ministro ELISEU PADILHA. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado. Encerrado o presente que, lido e achado conforme, assinam com a Autoridade Policial, com o Declarante, na presença de seu advogado, BRUNO ESPÍNEIRA LEMOS, inscrito na OAB/BA sob n.º 12770, comercial (61) 3322-4123, celular (61) 99288-6286, e comigo, FRANCISCO ANTONIO LIMA DE SOUSA, Escrivão de Polícia Federal, 2ª Classe, Matrícula n.º 17.990, lotado(a) e em exercício na Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DICOR/PF, que o lavrei.

AUTORIDADE POLICIAL :
DPF MARLON OLIVEIRA CAJADO DOS SANTOS, Matrícula n.º 10.891

DECLARANTE :
LUCIO BOLONHA FUNARO

ADVOGADO(A) :
BRUNO ESPÍNEIRA LEMOS

ESCRIVÃO(A) :
EPF FRANCISCO ANTONIO LIMA DE SOUSA, Matrícula n.º 17.990



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

OPERAÇÃO PATMOS

EQUIPE - SP 02

AUTO CIRCUNSTANCIADO DE BUSCA E ARRECAÇÃO

Aos 18 de maio de 2017, nesta cidade de São Paulo/SP, onde se encontrava presente o Delegado de Polícia Federal MARIA DE ARAÚJO FERREIRA, matrícula 15559, os Agentes de Polícia Federal FLAVIANA CHIOCHETTI ALVES, mat. 17084, e SALMAZIO, mat. 10638, na presença das testemunhas

1ª TESTEMUNHA:

Nome: SERGIO BRONZATO FILHO
RG n.º 21892900 SSP/SP CPF n.º 148.880.608-00
End.: 05730-760, Nº 306, AP. 30-A

2ª TESTEMUNHA:

Nome: _____
RG n.º _____ CPF n.º _____
End.: _____

foi determinado pela autoridade policial que se procedesse a arrecadação do(s) documento(s) e/ou objeto(s) abaixo discriminados, na forma da lei:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL ARRECADADO
01	CELULAR MARCA MOTOROLA, COR PRETA, COM AVARIAS, FCC ID "IHDT56N67", PERTENCENTE A ROBERTA. <i>N</i>
02	CELULAR MARCA LG, CORES PREIA E LARANJA, EM BOM ESTADO, IMEI "353033-03-018786-2", S/N "905B6DQ01886" COM CHIP DA VIVO "8955101910700150380907" <i>N</i>

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

03	DOIS CARTÕES SDHC, MARCA TRANSCEND, COM CAPACIDADE DE 32 GB CADA UM, "A99522 1862" e "A93278 8654".
04	ATAS DE ASSEMBLEIA E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS DAS EMPRESAS "GALLWAY", "CEBEL", "VISCAYA", "ROYSTER", "ARAQUAIA", "TERELAND", "MORRO DOS ANJOS" E IMPRESSÃO DE MENSAGEM COM REFERÊNCIA A "EDU", "DR. PAULO", "VISCAYA", "LUCIO", ETC. S
05	CELULAR MARCA "NOKIA", FRENTE COR PRETA E FUNDO COR BRANCA, IMEI "355913059132816", COM CHIP COR BRANCA Nº "8901260261759696374" N
06	DIVERSOS MANUSCRITOS EM FOLHAS DE CADERNO E OUTROS DOCUMENTOS DIVERSOS.
07	9 CARTÕES BANCÁRIOS COM NOME "LUCIO", "FUNARO" E DIVERSOS CARTÕES DE VISITA E UM CARTÃO DE VISITANTE DA EMPRESA "JBS", Nº 1186891808. S
08	MACBOOK PRO, MODELO "A1502", FCC ID: QD5-BRCM1069". SERIAL "C0ZL67V6FH00", ACOMPANHADO DE CABO DE ALIMENTAÇÃO E EMBALAGEM (CAIXA) APARENTEMENTE ORIGINAL. SENHA "LY" - N
09	TABLET IPAD, MODELO "A1566", FCC ID "BCGA1566", Nº DE SÉRIE "DLXNJ6C9G5VV", ACOMPANHADO DE CAPA, COR ROSA CLARO. SENHA 2601 - N
10	CELULAR MARCA "SONY", COR BRANCA, Nº DE SÉRIE "BY900EMRPY" COM CARTÃO MICRO SD CAPACIDADE 32 GB E SENHA 6578 (SEQUÊNCIA DO DESENHO). - N
11	DOCUMENTOS RELACIONADOS À EXPORTAÇÃO DE AERONAVE, "AGUSTA A109E - S/N 11655". S

[Assinatura]
7/2



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

12	MAC MINI, MODELO "A1347", SERIAL "C07 N63 N D E L H W", ACOMPANHADO DO CABO DE FORÇA E GRADUAÇÃO, APARENTEMENTE ORIGINAL. SENHA 2601
13	MALA COR PRETA E DETALHES EM MATERIAL SEMELHANTE A CURO MARROM, CONTENDO DIVERSOS ITENS PESSOAIS, APARENTEMENTE PERTENCENTE A "LÚCIO BOLOMHA FUNARO", CONFORME RELAÇÃO A SEGUIR:
	a) 3 PENDRIVES MARCA KINGSTON, SENDO 2 COM CAPACIDADE 16GB, COR PRETA E 1 COM CAPACIDADE 8GB COR VERMELHA, QUE ESTAVAM DENTRO DE ENVELOPE COM ESCRITO "BACKUP 2013".
	b) 1 PENDRIVE COR PRETA E ALÇA COR METÁLICA, "e-net security", QUE ESTAVA DENTRO DE ENVELOPE COM ESCRITOS "PEN DRIVE CRIPTO COMPUTADOR LF MESA OPERAÇÃO (NOVO)".
	c) 1 PENDRIVE "DURA CELL", CAPACIDADE 64GB, QUE ESTAVA EM ENVELOPE COM ETIQUETA "2014".
	d) 1 PEN DRIVE "SANDISK", CORES PRETA E VERMELHA, ETIQUETA "CORP-LF".
	e) HD EXTERNO, MARCA "SEAGATE", N° DE SÉRIE "NA4JJGQK", 1TB
	f) HD EXTERNO, MARCA "SAMSUNG", "E2FWJJH65L3F40", 1TB, QUE ESTAVA DENTRO DE ENVELOPE COM ESCRITOS "RÁDIO SEGURANÇA E WLAN".
	g) DISPOSITIVO DA MARCA "LEGACY", COR PRETA, "MAXXTRO", ACONDICIONADO EM SAO PLÁSTICO TRANSPARENTE E GRAMPEADO;
	h) HD EXTERNO, "SEAGATE", N/S "ZGH1N6BB", 250GB, ACONDICION. EM SAO PLÁSTICO GRAMPEADO
	i) 3 HDs EXTERNOS, SENDO 2 DA MARCA "SEAGATE", 1TB CADA UM, N/S "NA4V4NAL" e "NA4V4NAE"; e 1 HD DA MARCA "SAMSUNG"; N/S "E2FWJJH6609A81", 1TB, QUE ESTAVAM AVULSOS DENTRO DA MALA.
	j) 5 CELULARES QUE ESTAVAM AVULSOS NA MALA, SENDO 1 IPHONE, MODELO A1688, FCC ID "BCG-E2946A", COR PRATEADA; 1 CELULAR "LG", MODELO LG-H345, IMEI "359562-06-636069-0", COR PRATEADA; 1 MOTOROLA, IMEI "100600643978040", "i418"; 1 SAMSUNG DUOS COM ETIQUETA

(Assinatura)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

	<p>"Tim 9-4905-1050"; 1 LG DUAL SIM, COM ETIQUETA "B". M) MAC BOOK AIR, COR CHURRO, MODELO "A1534", Nº/S "C02QZ0HH GCN3"; J) NOTEBOOKS ACER, Nº/S "NXM4QAL0013170014E7900";</p>	S
	<p>M) MACBOOK PRO, MODELO "A1398", Nº SÉRIE "C02K75M3FFT0"; N) NOTEBOOKS ACER, Nº SÉRIE "NXM4QAL001322014137900" O) NOTEBOOKS DELL, Nº/S "5FFC342";</p>	
	<p>P) DUAS CARTEIRAS FUNCIONAIS (CAFA - PORTA FUNCIONAL) DA "CÂMARA DOS DEPUTADOS", "DEPUTADO FEDERAL", COM BRASÃO DA REPÚBLICA, CONTENDO EM UMA DELAS (A MAIS DESOBRIGADA), CARTÃO BANCÁRIO BRB E CAIXA E CNR DE "LUCIO BOLOMBA FUNARO", CARTÃO BANCÁRIO AMERICAN EXPRESS.</p>	S
	<p>Q) CARTÕES DE VISITA DIVERSOS ACONDICIONADO EM ENVELOPE PARCO COM ETIQUETA "CARTÕES DIVERSOS - LF"; R) 6 PASSAPORTES, SENDO 4 BRASILEIROS E 2 ITALIANOS EM ENVELOPE PARCO COM ETIQUETA "PASSAPORTES ANTIGOS - LF".</p>	S
	<p>S) DOCUMENTOS DIVERSOS T) REVOLVER Taurus Nº ML - 29146, CAL. 38, COM REGISTRO EM NOME DE LUCIO BOLOMBA FUNARO, SEM MUNICÃO</p>	S
14	<p>MALA COM DOCUMENTOS DIVERSOS E 1 IPAD MODELO "A1490" COM ANEXIAS, Nº/S "DLXMO1QFLM0" (A item); HD EXTERNO "SEA-GATE", 2TB, Nº/S "NA49M8Z6", COM CAIXA E ETIQUETA "HD LF" (B).</p>	S
	<p>4 PENDRIVES HP, SENDO 2 DE 16 GB, 1 DE 8 GB, 1 DE 32 GB, COR AZUL, QUE ESTÃO EM DENTRO DE ENVELOPE PARCO COM ETIQUETA "4 PENDRIVES (LF)" (C)</p>	S
15	<p>CAIXA COM DOCUMENTOS DIVERSOS COM ETIQUETA "GALLWAY IRELAND".</p>	S
16	<p>DUAS MOCHILAS COM 12 MAÇOS DE NOTAS DE R\$50,00 (CINQUENTA REAIS) APARENTEMENTE VERDADEIRAS E 10 MAÇOS DE NOTAS DE R\$ 100,00 (COM REAIS) APARENTEMENTE VERDADEIRAS - LACRE 001241</p>	✓

[Handwritten signatures and initials]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

17	3 PASTAS DE NOTEBOOKS COM 18 MARCHES DE R\$100,00 (CGM REAIS) APARENTEMENTE VERDADEIROS. LACRE Nº 001234
Impresso por: 053.432.539-46 Inq 44833 Em: 20/06/2017 - 16:28:20	

Os referidos materiais foram arrecadados nesta data, em face ao cumprimento do Mandado de Busca e Arrecadação/Apreensão nº B expedido nos autos do processo nº AÇÃO CAUTELAR Nº 4324 do Supremo Tribunal Federal, realizado no imóvel



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

localizado na RUA CONDE D'EU, 1539 - SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP

sob responsabilidade de:

Morador/Detentor:

Nome: ROBERTA FUNARO YOSHIMOTO

RG n.º 13.197.92-X SSP/SP CPF n.º 263.763.558-40

End.: RUA CONDE D'EU, 1539 - SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP

Merecem ser consignados os seguintes fatos:

Os policiais da Equipe chegaram ao local para dar cumprimento aos MBA e Mandados de Prisão às 6h. A diligência foi acompanhada integralmente pelo Ex. Mo. Sr. Dr. Procurador Regional da República PAULO TAUBEMBLATT, mat. n.º 647 (MPE). A busca ocorreu com regularidade, sem incidentes. Foi necessário o acionamento de chaveiro para realizar a abertura do cofre cujo valor do Serviço foi de R\$ 190,90 (centos noventa reais). Estavam presentes na residência no momento da busca, além do alvo (Sra. Roberta Funaro Yoshimoto), o esposo dela Sr. Delcio Yoshimoto, a filha menor do casal (de 3 anos) e 02 empregadas domésticas. Os 02 veículos do casal, de placas EMK 8809 e FHK 7477, que estavam na garagem também foram verificados. Com relação à arma encontrada no local e ora arrecadada (item 13" T"), nas circunstâncias em que estava atuando a equipe, foi promovida uma consulta @adestrel que indicou tratar-se de objeto com registro e cadastro em 2003, em nome de Lúcio Balanhar Funaro". Não se evidenciou, no momento, a existência de crime, mas como estava na mala junto à outros objetos/pertences afetos à investigação e sem não pertenciam à dona da casa, alvo da diligência, houve opção pela arrecadação para posterior melhor avaliação sobre o melhor destino. XXXX

[Assinaturas manuscritas]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

Nada mais havendo a ser consignado, é encerrado o presente que, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado por todos e por mim, MARCEL B NUNES, matrícula 19204 Escrivão de Polícia Federal, lavrei.

DELEGADO:

[Assinatura]

MORADOR/DETENTOR:

[Assinatura]

~~ADVOGADO:~~

TESTEMUNHA:

[Assinatura]

~~TESTEMUNHA:~~

AGENTES:

Flávia C. Alves

MPF

Salmão

↳

Pando Tanhemblatt
Proc. Rep. Regiálca.

Impresso por: 053452-539-46 Inq 44833
Emissão: 22/06/2014 - 16:28:20



PROTEGE S/A PROTEÇÃO E TRANSPORTE DE VALORES
 RUA DOS COQUEIROS, 1368 - 1380 1398 1408
 BAIRRO CAMPESTRE - SANTO ANDRÉ - SP - CEP 09080-010
 CNPJ Nº 43.035.146/0001-85 - INSCR. EST. Nº 626.700.450.111
 E-mail: relacionamento.sp@protege.com.br - Site: www.protege.com.br

GTV - GUIA DE TRANSPORTE DE VALORES

1ª VIA
REMETENTE

Nº 522044 6



* 5220446 - 272 *

AIDF Nº
626052134016

ESTADO
SP

CÓD. REDUZ

Q.S.

EMISSOR <i>Protege S/A</i>	CNPJ	I. ESTADUAL
ENDEREÇO	CIDADE	CÓD. FILIAL
CLIENTE <i>CEF (Apreensão Policia Federal)</i>	CNPJ	I. ESTADUAL
ENDEREÇO	CIDADE	CÓD. CLIENTE

DADOS DA ORIGEM						DADOS DO DESTINO					
REMETENTE <i>PAB 2852 - Policia Federal</i>						DESTINATÁRIO <i>CEF - Protege B. Oeste</i>					
ENDEREÇO						ENDEREÇO					

DATA COLETA <i>18/05/17</i>	PLACA VEÍCULO	ROTA	PARADA	HORA CHEGADA	HORA SAÍDA	DATA ENTREGA	PLACA VEÍCULO	ROTA	PARADA	HORA CHEGADA	HORA SAÍDA
--------------------------------	---------------	------	--------	--------------	------------	--------------	---------------	------	--------	--------------	------------

QTD. MALOTE	ITEM	VALORES DECLARADOS	Nº MALOTE / LAJRE / PLAQUETAS	PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA PROTEGE			
				COMPOSIÇÃO MOEDAS		COMPOSIÇÃO DE CÉDULAS	
VALOR	QUANTIDADE	VALOR	FAMÍLIA VELHA	FAMÍLIA NOVA			
R\$ 0,01		R\$ 2,00					
R\$ 0,05		R\$ 5,00					
R\$ 0,10		R\$ 10,00					
R\$ 0,25		R\$ 20,00					
R\$ 0,50		R\$ 50,00					
R\$ 1,00		R\$ 100,00					
TOTAL				TOTAL			

TOTAL DECLARADO <i>1.699.800,00</i>	VALOR POR EXTENSO <i>Um milhão, seiscentos noventa e nove mil e oitocentos reais</i>	VALOR APURADO	MOEDA APURADA
		DIF. (+):	DIF. (-):
		INÍCIO:	FIM:
		CONFERENTE:	CÂMERA:

ASSINATURA E CARIMBO DO REMETENTE <i>Francisco Oliveira</i>	ASSINATURA E CARIMBO DO REPRESENTANTE DA TRANSPORTADORA <i>DPF Mania Mat. 15.551</i>	ASSINATURA E CARIMBO DO DESTINATÁRIO <i>Assistente Proc. Ptevo</i>	ASSINATURA E CARIMBO DO DESTINATÁRIO <i>Assistente Proc. Ptevo</i>
CÓDIGO DE RASTRO: <i>054388-8</i>	DADOS P/ FATURAMENTO	OBS: <i>61</i> <i>13:40</i> <i>15:07</i> <i>40525</i>	
ASSINATURA E MATRÍCULA ENTRADA CAIXA FORTE	DATA	HORA	ASSINATURA E MATRÍCULA SAÍDA CAIXA FORTE

* PARA TODOS OS FINS E EFEITOS DE DIREITO, SERÁ CONSIDERADO COMO VÁLIDO, O QUANTO DECLARADO NESTE DOCUMENTO, SEMPRE ANTE A ASSINATURA DAS PARTES.
 - NA HIPÓTESE DE TRANSPORTE DE MALOTE FECHADO E LACRADO, DEVE SE REALIZAR DE ACORDO COM O VALOR DECLARADO PELO REMETENTE, SEM NENHUMA CONTERLÊNCIA DO MONITORE PELA PROTEGE S/A PROTEÇÃO E TRANSPORTE DE VALORES.
 - NA HIPÓTESE DO REMETENTE NÃO DECLARAR NENHUM VALOR NESTE DOCUMENTO, A PROTEGE S/A PROTEÇÃO E TRANSPORTE DE VALORES FICARÁ RESPONSAVELIDADE INDENIZATÓRIA.

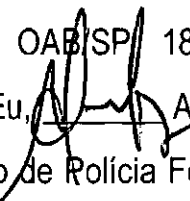
OF 017.819-09/03 - INTERGRAF INDUSTRIA GRAFICA EIRELI - R. ANDRÉ ROSSA COPPINI, 80 - 9º ANDAR - VILA PLAMALITO - SÃO PAULO - SP - CNPJ 01.996.104/0001-80
 IE 032.319.834-119 - IM 98.982-8 - 501.999X03 VIAS - NÚM. DE 999.999 A 999.998 - GTV - DATA DA IMPRESSÃO: 21/11/2016 - AIDF Nº 626052134016 (SP)

DPF/MJ
FL. 1M2V



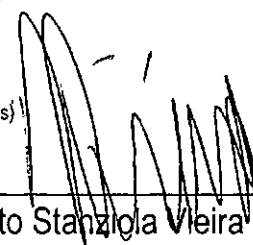
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

TERMO DE VISTAS E/OU CÓPIAS

Ao(s) 05 dias do mês de junho do ano de 2017, nesta Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DICOR/PF, em cumprimento à determinação da Autoridade Policial, Delegado de Polícia Federal THIAGO MACHADO DELABARY, 1ª Classe, Matrícula n.º 13.538, lotado(a) e/ou em exercício nesta DICOR/PF, foram fornecidas **CÓPIAS DIGITALIZADAS** dos autos do **Registro Especial n.º 0091/2017-1 - GINQ/STF/DICOR (INQ. n.º 4483 - STF)**, ao Advogado Renato Stanzola Vieira, OAB/SP 189.066, procurador de Dante Bolonha Funaro. Eu,  ANDRE LUIS ACOSTA DOS SANTOS, Escrivão de Polícia Federal, Classe Especial, Matrícula n.º 8.676, lotado e em exercício na DICOR/PF, que o lavrei.

* Na oportunidade confirmou-se com o advogado presente a audiência de Dante Funaro Bolonha a ocorrer na sede da Polícia Federal em Congonhas, no dia 07/06/2017, às 10hs.

Assinatura do(a, s) Advogado(a, s)


Renato Stanzola Vieira




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJC - POLÍCIA FEDERAL - SEDE

DESPACHO

1. Proceda-se à juntada dos seguintes documentos:
 - a) Termo de Depoimento resultante da oitiva de JOSÉ MARCELO MARTINS PROENÇA;
 - b) Petição apresentada no interesse de RODRIGO DA ROCHA LOURES e Certidão que comunica o seu deferimento;
 - c) Cópia do Ofício nº 0823/2017, que encaminha questionamentos ao Exmo. Sr. Presidente da República, MICHEL TEMER;
 - d) Memorando nº 0534/2017, que remeteu ao Instituto Nacional de Criminalística quesitos apresentados por RODRIGO DA ROCHA LOURES;
 - e) Termo de Depoimento resultante da inquirição de DANIEL ROSA PILE;
2. Intime-se RICARDO CONRADO MESQUITA, vinculado à empresa RODRIMAR;
3. Expeça-se Carta Precatória à Superintendência de Polícia Federal no estado da Bahia, para que proceda à oitiva de GEDDEL VIEIRA LIMA, em Termo de Declarações, a partir dos quesitos orientadores anexados;
4. Após, conclusos.

Brasília/DF, 05 de junho de 2017.


THIAGO MACHADO DELABARY
Delegado de Polícia Federal



PF / MJC
Fl: 445
Rub: 1

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

TERMO DE DEPOIMENTO

que presta **JOSÉ MARCELO MARTINS PROENÇA**

Ao(s) 05 dia(s) do mês de junho de 2017, neste Edifício-Sede da Polícia Federal, em Brasília/DF, onde presente se encontrava THIAGO MACHADO DELABARY, Delegado(a) de Polícia Federal, 1ª Classe, Matrícula n.º 13.538, lotado(a) e/ou em exercício na Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DICOR, compareceu JOSE MARCELO MARTINS PROENÇA, sexo masculino, nacionalidade brasileira, casado(a), filho(a) de José Bonifácio Martins Proença e Hélia Hermenegilda Simão, nascido(a) aos 08/05/1967, natural de Tatuí/SP, instrução ensino superior - graduação, profissão Advogado(a), documento de identidade n° 105435/OAB/SP, CPF 081.837.398-90, São Paulo/SP, endereço comercial na(o) Largo São Francisco, 95, Edifício anexo, 9º andar, Centro, bairro Sé, CEP 1005010, São Paulo/SP, tel. (11) 3111-4008, (11) 99603-2644. Aos costumes, disse nada. **Passou então a ser inquirido a respeito dos fatos pela Autoridade Policial e RESPONDEU QUE** é advogado especializado em questões de Direito Econômico e Empresarial e atua há vinte e sete anos nessa área; QUE é Professor Doutor de Direito Comercial na Universidade Federal de São Paulo (USP) desde 2007 e, há aproximadamente quinze anos, leciona também na Fundação Getúlio Vargas; QUE foi constituído pela Empresa Produtora de Energia Ltda (atualmente denominada AMBAR) pertencente ao Grupo J&F Investimentos S/A, em agosto de 2015, para elaborar parecer acerca de questão concorrencial envolvendo o acesso à compra de gás natural boliviano por termelétrica; QUE, a partir das conclusões do parecer, que recomendava a comunicação ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) de um suposto ilícito econômico praticado pela PETROBRAS, o depoente foi contratado para apresentar representação àquele órgão de defesa econômica, visando a aplicação de medida preventiva; QUE essa representação deu entrada no CADE em setembro de 2015, tendo como objeto a aplicação de penalidade à PETROBRAS, em razão do suposto abuso por sua posição dominante no mercado; QUE com o andamento da

representação, dois pequenos contratos de fornecimento foram firmados entre EPE e PETROBRAS, o que prejudicou o objeto da medida preventiva; QUE o depoente, no entanto, insistiu para que o processo continuasse e, em razão disso, a representação foi convertida em inquérito administrativo pela Superintendência-Geral do CADE, o que ocorreu em abril de 2016; QUE, desde então, até março de 2017, tendo em vista a pouca demanda por energia elétrica no mercado livre e em razão de contrato assinado entre EPE e uma empresa boliviana, o inquérito administrativo ficou sem movimentação relevante, o que, na opinião do depoente, é bastante comum; QUE, em 20 de março de 2017, por conta do restabelecimento da demanda no mercado de energia, a EPE voltou ao CADE com novo pedido de concessão de medida preventiva, quando então diversas reuniões foram realizadas e petições foram protocolizadas no sentido de convencer o CADE da necessidade da concessão de medida preventiva; QUE após diversas reuniões realizadas entre representantes da EPE e PETROBRAS, um novo contrato foi firmado entre tais empresas, garantindo o fornecimento de gás natural pela segunda à primeira, até dezembro de 2017; QUE tal contrato foi assinado em 13 de abril de 2017; QUE o depoente acredita que a PETROBRAS firmou contrato com a EPE porque os termos lhe eram economicamente favoráveis e também pelo receio que tinha quanto à eventual aplicação de medida preventiva pelo CADE; QUE o CADE sempre estimulava a negociação direta entre as partes, notadamente quando envolvia pedido de aplicação de medida preventiva; QUE, em síntese, a ideia preconizada pelo CADE era a de que uma composição entre as partes seria sempre menos traumática do que a intervenção do próprio CADE, sobretudo pelas dificuldades que o órgão enfrentava no aspecto do arbitramento de preços; QUE o declarante nunca tomou conhecimento de que executivos do Grupo J&F Investimentos S/A vinham tomando iniciativas no campo político no sentido de obter resolução favorável no CADE; QUE o depoente, em nenhum momento, percebeu qualquer conduta ou movimentação atípica por parte de servidores do CADE nesse processo; QUE acredita que o estímulo do CADE para a resolução entre as partes tenha surtido efeito naturalmente; QUE a rapidez com que os atos foram praticados, aos olhos do depoente, decorreu do risco de aplicação de medida preventiva pelo CADE; QUE, portanto, não percebeu nenhuma anormalidade na tramitação do inquérito administrativo no aspecto de sua celeridade; QUE o depoente chegou a perguntar ao Diretor Jurídico do Grupo J & F Investimentos S/A, Dr. Francisco de Assis, se a causa



havia contado com alguma ajuda no campo político; QUE a pergunta se deu em face de o depoente ter sido convocado pela Superintendência-Geral do CADE para uma reunião naquele órgão, após a assinatura do contrato entre EPE e PETROBRAS, em 04 de maio de 2017; QUE, na reunião, estavam presentes EDUARDO FRADE, Superintendente-Geral do CADE, e KENYS MACHADO, Superintendente-Adjunto do CADE, além do depoente, e foi proposta a extinção do inquérito administrativo; QUE o declarante estranhou a convocação do CADE, pois normalmente são as partes que tomam tal iniciativa; QUE o depoente foi contrário ao arquivamento do inquérito administrativo, seja pelas condições contratuais, que não favoreciam aos interesses da EPE, seja por que o objeto da apuração não estava sob a disponibilidade de empresas privadas, ou seja, cabia ao CADE concluir a apuração, pois havia interesse público a ensejar uma decisão; QUE o depoente em nenhum momento tomou conhecimento de que executivos do Grupo J&F Investimentos S/A, estavam negociando acordo de colaboração ou mesmo o tinham firmado com o Ministério Público Federal; QUE, ademais, o contato do depoente limitava-se a Humberto, Presidente da EPE; QUE o depoente nunca ouviu falar na hipótese de prolongamento do prazo contratual entre EPE e PETROBRAS por mais vinte e cinco anos; QUE esse tema definitivamente nunca entrou em sua esfera de atuação; QUE deseja consignar, por fim, que os servidores do CADE sempre foram muito corretos com o depoente, não só nesta questão mas em todos os processos em que o depoente atua naquele órgão; QUE, aliás, foram não só corretos como rigorosos nas diversas reuniões, inclusive presume que foram rigorosos diante da PETROBRAS, que estava na posição de "denunciada" no inquérito. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado(a). Foi então advertido(a) da obrigatoriedade de comunicação de eventuais mudanças de endereço em face das prescrições do Art. 224 do CPP. Encerrado o presente que, lido e achado conforme, assinam com a Autoridade Policial, o(a) Declarante, e comigo, CRISTIANE RODRIGUES DOS SANTOS, Escrivã de Polícia Federal, Classe Especial, Matrícula n.º 10.946, lotado(a) e em exercício na Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DICOR/PF, que o lavrei.

AUTORIDADE POLICIAL

DPF THIAGO MACHADO DELABARY, Matrícula n.º 13.538

DECLARANTE

JOSE MARCELO MARTINS PROENÇA

DPF/MJ
Fl: 448
Rub: 1



CEZAR BITENCOURT
ADVOGADOS ASSOCIADOS

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL DA POLICIA
FEDERAL DE BRASÍLIA/DF**

Inquérito nº 4483

RODRIGO ROCHA LOURES, já qualificado nos autos do Inquérito epigrafado, vem, respeitosamente, por seus defensores, expor e requerer o que segue:

Como é do conhecimento de todos, em 03 de junho de 2017, último sábado, o investigado Rodrigo Rocha Loures foi preso preventivamente em sua residência às 6 horas da manhã.

Tal situação mudou todo o panorama atual, sendo extremamente necessário seu adiamento de sua oitiva para quarta-feira (08/06) desta mesma semana.

Diante dessa medida extrema, requer-se o adiamento da oitiva do investigado para quarta-feira, garantindo-se assim a ampla defesa.

Nestes Termos,
Pede deferimento.
Brasília/DF, 05 de junho de 2017.

CEZAR ROBERTO BITENCOURT
OAB/RS 11.483 e OAB/DF 20.151

VÂNIA B. ADORNO BITENCOURT
OAB/DF 49.787

MICHELANGELO CERVI CORSETTI
OAB/RS 65.399 e OAB/DF 53.486

ANDRÉ HESPANHOL
OAB/RJ 109.359 e OAB/DF 39.645




PF / MJC
Fl: <u>648</u>
Rub: <u>1</u>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE em contato com o Dr. Michelângelo Cervi Corsetti, (61) 3879-5525, advogado de Rodrigo Rocha Loures, ficou redesignada a audiência deste para o dia 07/06/2017, às 9hs. O referido é verdade e dou fé. Brasília/DF, aos 05 dia(s) do mês de junho de 2017. Eu, André Luis Acosta dos Santos, Escrivão de Polícia Federal, Classe Especial, Matrícula n.º 8.676, lotado e em exercício na Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DICOR/PF, que a lavrei.


André Luis Acosta dos Santos
Escrivão de Polícia Federal
Classe Especial, Matrícula n.º 8.676

Impresso por: 053842539162017
Em: 20/06/2017 16:28:08



DPF/MJ
Fl: 450
Rub: 1

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF (GINQ)

Ofício nº 0823/2017 – RE 0091/2017-1-PF/MJC

Brasília, 05 de junho de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República
Palácio do Planalto – Brasília/DF

Assunto: questionamentos ao Inquérito nº 4483/STF

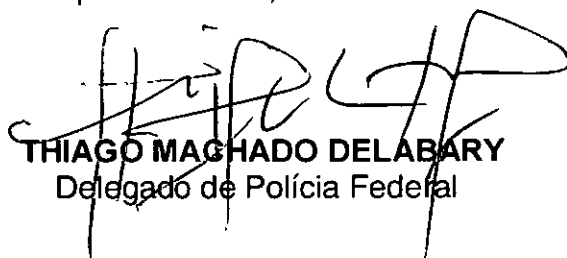
Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Com fulcro em decisão exarada pelo Exmo. Sr. Ministro EDSON FACHIN, do Supremo Tribunal Federal, nos autos do procedimento investigatório em epígrafe, que autorizou a realização da inquirição de Vossa Excelência, por escrito, apresento-lhe, pelo presente expediente, alguns questionamentos voltados ao esclarecimento dos fatos em apuração;

2. Cumpre salientar que as perguntas estão dispostas em dois blocos, a saber: o primeiro, com quesitos que tomam por base os diversos elementos informativos que permeiam os autos do Inquérito nº 4483/STF e das Ações Cautelares que lhes estão vinculadas; o segundo, com perguntas que exploram o teor de arquivo de áudio apresentado pelo empresário JOESLEY BATISTA à Procuradoria-Geral da República, no âmbito de acordo de colaboração premiada firmado com aquele órgão ministerial;

3. Não é demais sublinhar que a condição de investigado concede a Vossa Excelência o direito de não responder, indiscriminadamente, às indagações que ora são encaminhadas.

Respeitosamente,


THIAGO MAGHADO DELABARY
Delegado de Polícia Federal



PF / MJC
Fl: 451
Rub: 8

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

Memorando n.º 0534/2017 - RE 0091/2017-1 - PF/MJC - GINQ/STF/DICOR/PF.

Em, 02 de junho de 2017.

URGENTE - STF

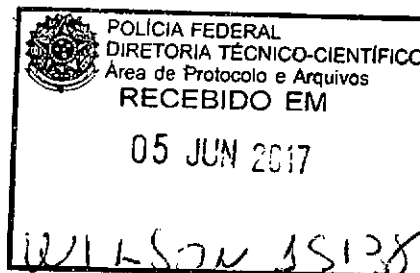
Ao Senhor MAURO MENDONCA MAGLIANO
Diretor do Instituto Nacional de Criminalística - INC/DITEC/DPF.

Assunto: Restitui quesitos apresentados por RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES.

Restituo a Vossa Senhoria os quesitos formulados pela defesa de RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES, uma vez que a apresentação destes foi deferida pelo do Ministro EDSON FACHIN às fls. 310 dos autos do Inquérito 4483 e, conforme certidão que segue anexa, mostra-se tempestiva.

Atenciosamente,


MARLON OLIVEIRA CAJADO DOS SANTOS
Delegado de Polícia Federal
1ª Classe - Matrícula n.º 10.891





PF	MJC
Fl:	452
Rub:	f

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE nesta data entrei em contato com a servidora PATRÍCIA, do STF, pelo telefone (61) 3217-3619, e esta informou que a apresentação dos quesitos de defesa de RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES ao INC/DITEC em 31/05/2017 é tempestiva. O referido é verdade e dou fé. Brasília/DF, aos 02 dia(s) do mês de junho de 2017. Eu, CRISTIANE RODRIGUES DOS SANTOS, Escrivã de Polícia Federal, Classe Especial, Matrícula n.º 10.946, lotado(a) e em exercício no(a) Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DICOR/PF, que a lavrei.

Impresso por: 053.420.2017
Em: 20/06/2017 10:44:83



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DITEC - INSTITUTO NACIONAL DE CRIMINALÍSTICA

DPF/MJ
Fl: 453
Rub: 1

Memorando nº 041/2017 –INC/DITEC/PF

Em 31 de Maio de 2017

Ao Senhor Chefe do GINQ/STF/DICOR

Assunto: **Encaminha quesitos referentes ao Inquérito nº 4483 - STF**
Referência: **Documento s/n-2017-Cezar Bitencourt Advogados Associados, de 31/05/2017.**

1. Considerando que os autos do Inquérito nº 4483 – STF não se encontram neste Instituto, e visando o regular conhecimento da autoridade policial, encaminho petição s/nº do escritório de advocacia Cezar Bitencourt Advogados Associados, que representa o Deputado Federal Rodrigo Santos da Rocha Loures, protocolado nesta data no Instituto Nacional de Criminalística, contendo quesitos da defesa do referido Deputado, para ciência e providências cabíveis.


MAURO MENDONÇA MAGLIANO
PERITO CRIMINAL FEDERAL

Diretor do Instituto Nacional de Criminalística – Substituto



0034120823
Mem. 041/17-INC



CEZAR BITENCOURT
ADVOCADOS ASSOCIADOS

DPF/MJ
Fl: 454
Rub: 2

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE
CRIMINALÍSTICA.

Inquérito policial nº 4483

ROL DE QUESITOS DA DEFESA

RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES, por seu defensor signatário, nos autos do inquérito policial nº 4483, atendendo determinação do digno Ministro Fachin nos autos da Ação Cautelar 4.239 (568), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, **apresentar os seus quesitos** ao d. perito desse Instituto Nacional de Criminalística, **cujas respostas são imprescindíveis à sua defesa.**

1. Quais foram os equipamentos utilizados para a realização das gravações objeto da presente perícia? Descrever suas características e funcionalidades.
2. Quais são os sistemas de operação dos equipamentos utilizados para a realização das gravações objeto da presente perícia? Descrever suas características e funcionalidades.



Registro de documento:
1268/2017
DITEC/PF
Entrada: 31/05/2017



CEZAR BITENCOURT
ADVOCADOS ASSOCIADOS

2
DPF/MJ
Fl: 455
Rub: 1

3. Os arquivos gerados por estes equipamentos e seus respectivos sistemas de operação são, de alguma maneira, protegidos contra eventuais supressões e adulterações?
4. Foram respeitadas as regras atinentes à cadeia de custódia em relação aos equipamentos e respectivos arquivos de gravações por eles gerados? Descrever os procedimentos adotados para o resguardo do material probatório.
5. Quais foram os arquivos de gravações entregues para a realização da presente perícia?
6. Dentre os arquivos listados em resposta ao quesito nº 4, encontra-se "áudio do primeiro encontro com RODRIGO, no Fasano" mencionado por Joesley Batista, em depoimento prestado na Procuradoria-Geral da República em 07/04/2017 (fls. 47, Inq nº 4.483)?
7. Em caso positivo, descrever as características e o conteúdo integral dos eventos registrados por esta gravação.
8. Qual foi o equipamento e respectivo sistema de operação utilizados para a gravação realizada por Ricardo Saud em 28/04/2017?
9. Este equipamento e seu respectivo sistema de operação permitem a ocorrência de descontinuidades durante a gravação?
10. Em caso positivo, quais seriam as possíveis causas de eventuais paralisações na gravação?
11. Houve pausa durante as gravações feitas em 28/04/2017 por Ricardo Saud? Indicar os respectivos arquivos, as causas e momentos em que as pausas ocorreram e a sua respectiva duração.



DPF/MJ
Fl: 456
Rub: 1

CEZAR BITENCOURT
Advogados Associados

12. Os equipamentos e sistemas de operação utilizados para a realização das demais gravações objeto da presente perícia permitem a ocorrência de pausas durante a gravação?
13. Em caso positivo, é possível identificar pausas em tais gravações? Indicar em que momentos ocorreram, sua duração e a causa da paralisação.
14. Os equipamentos e sistemas de operação utilizados para a realização das gravações objeto da presente perícia permitem que sejam feitas supressões no material já gravado?
15. Em caso positivo, é possível identificar supressões nas gravações objeto da presente perícia? Indicar os respectivos arquivos, os momentos das supressões e a sua respectiva duração.
16. Caso houver supressões, é possível recuperar o conteúdo suprimido de uma gravação? Se sim, informar o conteúdo de eventuais supressões identificadas.
17. É possível adulterar o material gravado por meio dos equipamentos e sistemas de operação indicados em resposta aos quesitos n°s 1 e 2?
18. Em caso positivo, houve adulteração de algum dos materiais gravados objeto da presente perícia? Especificar em quais arquivos ocorreram, o momento da adulteração e suas características.
19. Em havendo descontinuidades ao longo da gravação, seria possível diferenciar tecnicamente, e apenas com base na informação fornecida pelo sinal físico de áudio, eventuais descontinuidades sistêmicas de descontinuidades artificialmente produzidas?



DPF/MJ
Fl: 457
Rub: 1

CEZAR BITENCOURT

ADVOGADOS ASSOCIADOS

20. Após todas as verificações levadas a efeito na presente perícia, é possível afirmar que os arquivos periciados reproduzem com fidelidade a integralidade dos eventos registrados por meio das gravações periciadas?

Termos em que,
pede deferimento.

Brasília, 31 de maio de 2017.


Cezar Roberto Bitencourt

OAB/RS 11.483 e OAB/DF 20.151

Impresso por: 053.432.599.46 Inq 4483
Em: 20/06/2017 - 16:28:20



JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA | JAQUELINE FURRIER

CAMILA HUNGRIA | RODRIGO DALL'ACQUA | GIOVANNA GAZOLA
ANA CAROLINA DE OLIVEIRA PIOVESANA | CAMILA TORRES CESAR
FABIANA SCHEFER SABATINI | VERÔNICA RAHAL | DANIEL KIGUEL

OLIVEIRA LIMA, HUNGRIA, DALL'ACQUA & FURRIER

KATIELLE CARDOSO RAMOS | ROSSANA BRUM LEQUES

DPF/MJ	
Fl:	458
Rub:	

SUBSTABELECIMENTO

Substabelecemos, gem reservas de iguais, na pessoa do advogado CEZAR ROBERTO BITENCOURT, brasileiro, inscrito na OAB/RS sob 0 nº 11.483 e na OAB/DF sob 0 n. 20.151, com escritório no SHIS, QL 10, Conj. 9, Casa 03, Lago Sul, Brasília/DF, os poderes outorgados por RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES, nos autos nos autos do inquérito policial nº 4483, em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal

São Paulo, 30 de maio de 2017.

Jose Luis Oliveira Lima
JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA
 OAB/SP 107.106

Jaqueline Furrier
JAQUELINE FURRIER
 OAB/SP 107.626

Rodrigo Dall'Acqua
RODRIGO DALL'ACQUA
 OAB/SP 174.378

Giovanna Gazola
GIOVANNA GAZOLA
 OAB/SP 194.742

Ana Carolina Piovesana
ANA CAROLINA PIOVESANA
 São

Camila Torres Cesar
CAMILA TORRES CESAR

JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA
 OAB/SP 107.106

GIOVANNA GAZOLA
 OAB/SP 194.742

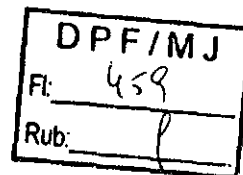
OAB/SP 234.928

OAB/SP 247.401

Impresso por: 053.432.539-1014483
 Em: 20/06/2017 - 14:20:44



CEZAR BITENCOURT



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: RODRIGO ROCHA LOURES, brasileiro, divorciado, instrução superior, administrador de empresas, com RG nº 9763500 – SSP/PR, inscrito no PF nº 090847958-14, residente e domiciliado nesta capital.

OUTORGADOS: Cezar Roberto Bitencourt, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS sob o nº 11.483 e OAB/DF nº 20.151, **Vania Adorno Bitencourt**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/DF sob nº 49.787 e **Michelangelo Cervi Corsetti**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/DF sob nº 53.486, **Eduardo Alexandre de Queiroz Barcelos e Guimarães**, inscrito na OAB/DF 32.006, **Belchior Guimarães Alves Filho**, inscrito na OAB/DF 45095, todos com escritório profissional no SHIS QL 10, Conjunto 09, Casa 03, Lago Sul, Brasília/DF, e **Ana Carolina Leinig Seleme Kahring**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/DF nº 51.013 e **FERNANDA FERREIRA DA ROCHA LOURES MANZONI**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/PR sob nº 43.107.

PODERES: nomeia e constitui os outorgados acima nominados seus bastante procuradores, outorgando-lhe os poderes para o foro em geral, e em especial para representá-lo na **ação cautelar nº 4.329** que tramita no STF, e em toda e qualquer investigação policial ou ministerial que envolva o nome do outorgante, com poderes para atuar em quaisquer ações penais que possam envolvê-lo, até o trânsito em julgado, podendo recorrer de qualquer decisão, e em qualquer tribunal, além propor ações cautelares nominadas e inominadas, habeas corpus e Mandados de Segurança e deles recorrer. Enfim, para o bom e fiel desempenho do presente mandato, confere-lhes todos os demais poderes para adotar medidas e recursos que se fizerem necessários, podendo atuar em conjunto ou separadamente, com poderes, inclusive, para substabelecer, com ou sem reservas.

Brasília, 30 de maio de 2017.


RODRIGO ROCHA LOURES



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO
FORÇA-TAREFA/DELEPREV/DRCOR/SR/DPF/SP

DPF/MJ
R: 460
Rub: 1

Aos 02 dias do mês de junho de 2017, nesta Superintendência Regional de Polícia Federal, em São Paulo/SP, perante RICARDO HIROSHI ISHIDA, Delegado de Polícia Federal, Primeira Classe, matrícula nº 16.092, comigo, o Escrivão de Polícia Federal VINICIUS COSTENARO CABRAL, presente DANIEL ROSA PILE sexo masculino, nacionalidade brasileiro, estado social casado, nascido aos 18/04/1977, natural de São Paulo/SP, instrução ensino médio completo, documento de identidade nº 27.444.544-X/SSP, CPF 206.260.758-07, filho de ANÁSTACIO ALVES PILE e JORDELINA ROSA PILE. Inquirido sobre os fatos em apuração pela Autoridade Policial, na presença de seu advogado DENNER PIRES VIEIRA, OAB/SP nº 387.027/SP, com escritório à Alameda Grajaú 614, Alphaville – Barueri/SP, telefone de contato 11 95911 0822, email de contato denner.pires@lgradvogados.com.br, RESPONDEU a testemunha, cientificada da obrigação de dizer a verdade:

1. Recorda-se de, no final da tarde de 28/04/17, ter apanhado um passageiro e o conduzido até a Pizzaria Camelo, no bairro Jardins, e de tê-lo aguardado por cerca de dois minutos?

R: QUE o declarante se recorda desse fato, QUE até tomou um susto quando cerca de duas semanas depois da corrida viu sua imagem no noticiário; QUE se reconhece no vídeo que foi mostrado neste ato; QUE é motorista de táxi e trabalha no ramo há aproximadamente 4 anos; QUE o táxi que dirige atualmente é uma VW/Space Fox, placas FNA1085, cor branca; QUE essa referida corrida começou por volta das 18h15min do dia 28ABR2017; QUE o declarante estava passando pelas Rua das Olimpíadas (Vila Olímpia/SP), quando –passando para pegar algum possível passageiro em frente ao Complexo de Hotéis Pullman/Caesar Business- o cliente (identificado no vídeo) perguntou se estava livre para uma corrida; QUE o local é o que foi identificado na FOTO 1 abaixo; QUE esse hotel é quase em frente ao Shopping Vila Olímpia; QUE o declarante aceitou a corrida a qual era para o Aeroporto de Congonhas, mas se recorda que o cliente tinha que fazer duas paradas; QUE o cliente não trazia consigo nenhuma mala quando iniciou a corrida; QUE depois que a corrida se iniciou houve uma primeira parada em uma Pizzaria na Rua Pamplona; QUE recorda-se do cliente ter dito que teria que parar na pizzaria para pegar "a mala de um amigo"; QUE o cliente estava com pressa porque precisava ir para o aeroporto, uma vez que seu voo era às 19h25min e precisava fazer duas paradas; QUE, antes de chegar na primeira parada – a Pizzaria-, o cliente disse ao declarante que iria pagar o dobro do que desse a corrida no taxímetro; QUE ele disse isso em um contexto que demonstrava estar com pressa e agradecido porque um táxi teria atendido; QUE se recorda dele reclamar que estaria esperando um táxi há bastante tempo; QUE então o cliente, nessa primeira parada, desceu do táxi nas proximidades da Pizzaria na Rua Pamplona (que depois veio a saber que era a Pizzaria Camelo) e retornou com uma mala de viagem; QUE a referida mala foi colocada no porta malas do táxi pelo próprio cliente; QUE, na sequência, o cliente pediu para ir a um segundo endereço para buscar sua própria mala de viagem; QUE

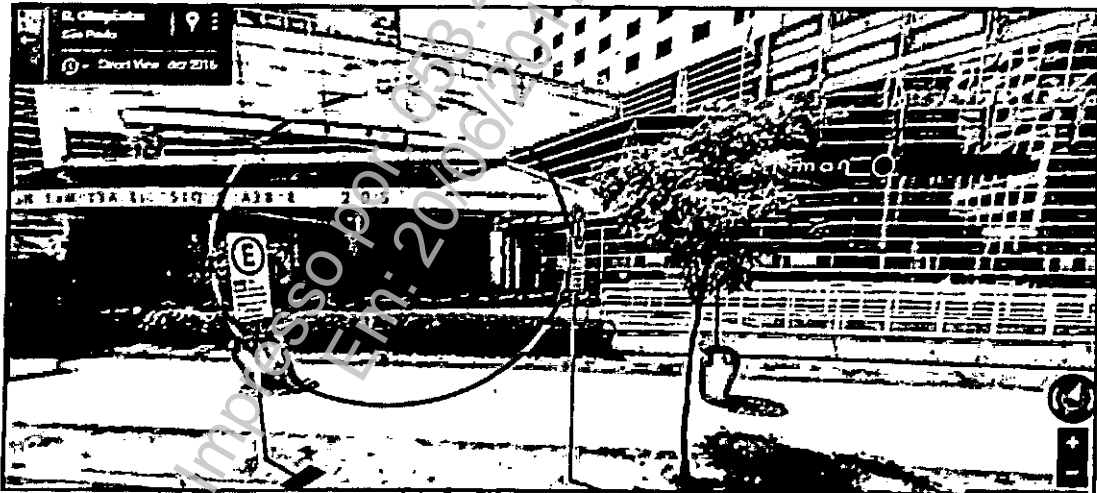


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO
 FORÇA-TAREFA/DELEPREV/DRCOR/SR/DPF/SP

DPF/MJ
Fl: 461
Rub: 1

o declarante não se recorda exatamente o nome da rua desse segundo endereço, mas era nas proximidades do Círculo Militar, próximo ao Parque do Ibirapuera e à saída para a Avenida 23 de maio; QUE recorda-se de ter ido pela rua do Círculo Militar e depois ter virado à esquerda em uma das ruas; QUE não sabe dizer com certeza se o endereço foi na Rua Tumiãru 220 porque estava já escuro, mas foi na região do Círculo Militar e da rua mostrada no mapa, conforme FOTO 2 abaixo; Que esse endereço da segunda parada era um prédio; QUE nesta segunda parada, o cliente pegou a mala que estava no porta malas, entrou no prédio e pediu para o declarante esperar; QUE depois de alguns minutos, o cliente retornou do prédio com outra mala e a colocou no porta malas; QUE, na sequência, foram rumo ao aeroporto de Congonhas onde o cliente foi desembarcado; QUE o valor da corrida foi R\$ 50,00 (cinquenta reais) mas o cliente pagou R\$ 100,00 no cartão de débito, conforme havia combinado no trajeto; QUE em nenhum momento na segunda parada o declarante desceu do carro; QUE em nenhum momento o declarante pôs as mãos em qualquer mala do cliente; QUE não notou nervosismo no cliente, além da pressa em razão do horário do voo; QUE não conhecia o cliente identificado como RODRIGO ROCHA LOURES e foi a primeira e única corrida com ele; QUE mostrada a FOTO 3 abaixo reconhece como sendo o cliente daquela noite.

FOTO 1



[Assinaturas manuscritas]



DPF/MJ
Fl: 462
Rub: 8

SERVICO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO
FORÇA-TAREFA DE PREVENÇÃO DE CRIMES - FOPR

FOTO 2

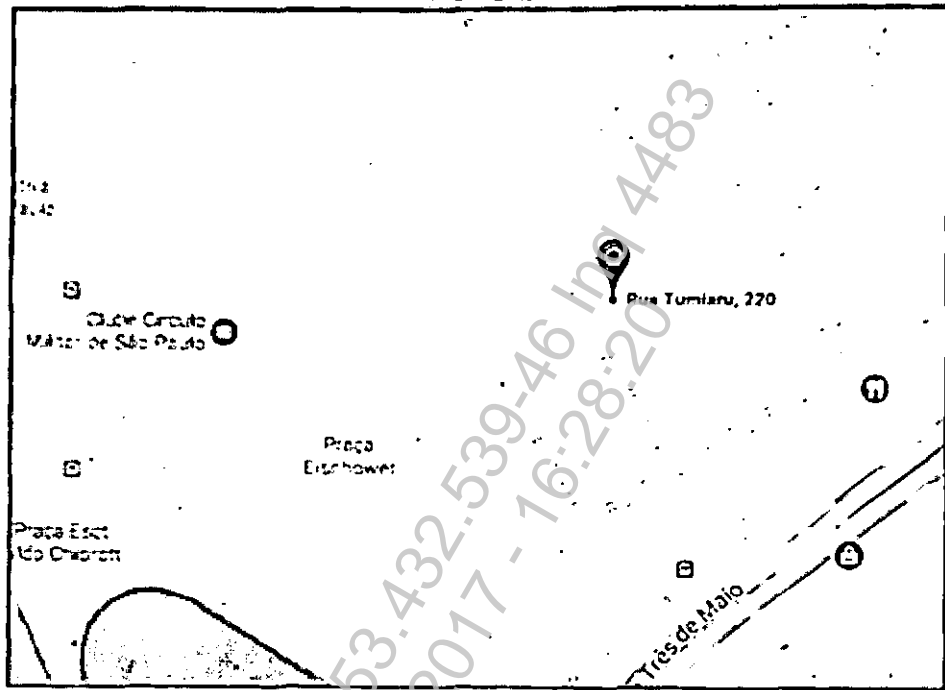


FOTO 3



Handwritten signatures and initials, including a large stylized signature and the number '3'.



DPF/MJ
Fl: 463
Rub: 8

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO
FORÇA-TAREFA/DELEPREV/DRCOR/SR/DPF/SP

QUE dada a oportunidade a acrescentar algo, respondeu o declarante QUE ao deixar o cliente (identificado como RODRIGO ROCHA LOURES) no aeroporto, este cliente pediu o telefone do declarante para ligar caso não conseguisse fazer o check in e embarcar; QUE o declarante ficou então esperando com seu taxi na área do aeroporto e recebeu uma ligação do próprio cliente às 19h04min, conforme verificou em seu aparelho celular neste ato; QUE nessa ligação o cliente disse mais ou menos nesses termos "eu fiz o check in, eu vou conseguir embarcar, você está dispensado"; QUE o número do telefone do cliente é 061 99276-9346, salvo no aparelho do declarante como "Rodrigo Cliente"; QUE essa foi a única ligação feita com o cliente; QUE se coloca à disposição para qualquer outro esclarecimento. Nada mais havendo a ser consignado, determinou a Autoridade que fosse encerrado o presente termo que, lido e achado conforme vai por todos e por mim
EPF CABRAL, mat. 19.614, 3ª Classe, que o lavrei.

AUTORIDADE

DECLARANTE

ADVOGADO

Emilia

Impresso por: 01904357453447
Em: 20/06/2017



PF / MJC
Fl: 464
Rub: 7

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

Memorando n.º 0548/2017 - RE 0091/2017-1 - PF/MJC - GINQ/STF/DICOR/PF.

Brasília/DF, 05 de junho de 2017.

URGENTE - STF

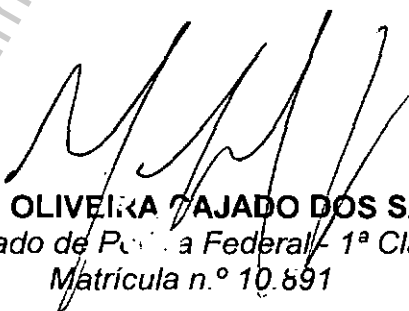
A Sua Excelência o Senhor
Delegado Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado
DRCOR/SR/PF/BA

Assunto: **Carta Precatória ref. ao RE 0091/2017-1 - GINQ/STF/DICOR (INQ. 4483 - STF).**

Senhor Delegado,

Visando instruir os autos do **Inquérito n.º 4483 - STF**, autuado no âmbito desta DICOR/PF como **Registro Especial n.º 0091/2017-1 - GINQ/STF/DICOR** e que apura a suposta prática do(s) crime(s) previsto(s) no(s) Artigos 317 e 333 do Código Penal Brasileiro e Art. 2º da Lei nº 12850/2013, solicito a Vossa Excelência determinar, **com a urgência que o caso requer**, que se proceda a inquirição, em Termo de Declarações, de **GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA**, residente e domiciliado na **Rua Plínio Moscoso, nº 64, Apt. 901, Chame Chame, Salvador/BA**, devendo o mesmo responder aos quesitos encaminhados em anexo.

Atenciosamente,


MARLON OLIVEIRA CAJADO DOS SANTOS
Delegado de Polícia Federal - 1ª Classe
Matrícula n.º 10.891



PF / MJC
Fl: 465
Rub: 7

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJC - POLÍCIA FEDERAL - SEDE

DESPACHO

1. Proceda-se à juntada da Informação Policial nº 026 - GINQ/STF/DICOR/PF e, com base em seu teor, providencie-se a intimação de VERA LILIA SANTOS DA ROCHA LOURES, para que seja inquirida no âmbito dos presentes autos, na condição de declarante;

2. Junte-se petição apresentada pela defesa de RICARDO MESQUITA, bem como a Certidão que dá conta do agendamento de sua oitiva para o dia 08/06/2017, às 09h, neste Edifício-Sede;

3. Após, conclusos.

Brasília/DF, 06 de junho de 2017.


THIAGO MACHADO DELABARY
Delegado de Polícia Federal

Impresso por 20153.432.539-46 em 09/06/2017 - 16:28:20

DPF/MJ
Ft: 46p
Rub: 1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR-GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

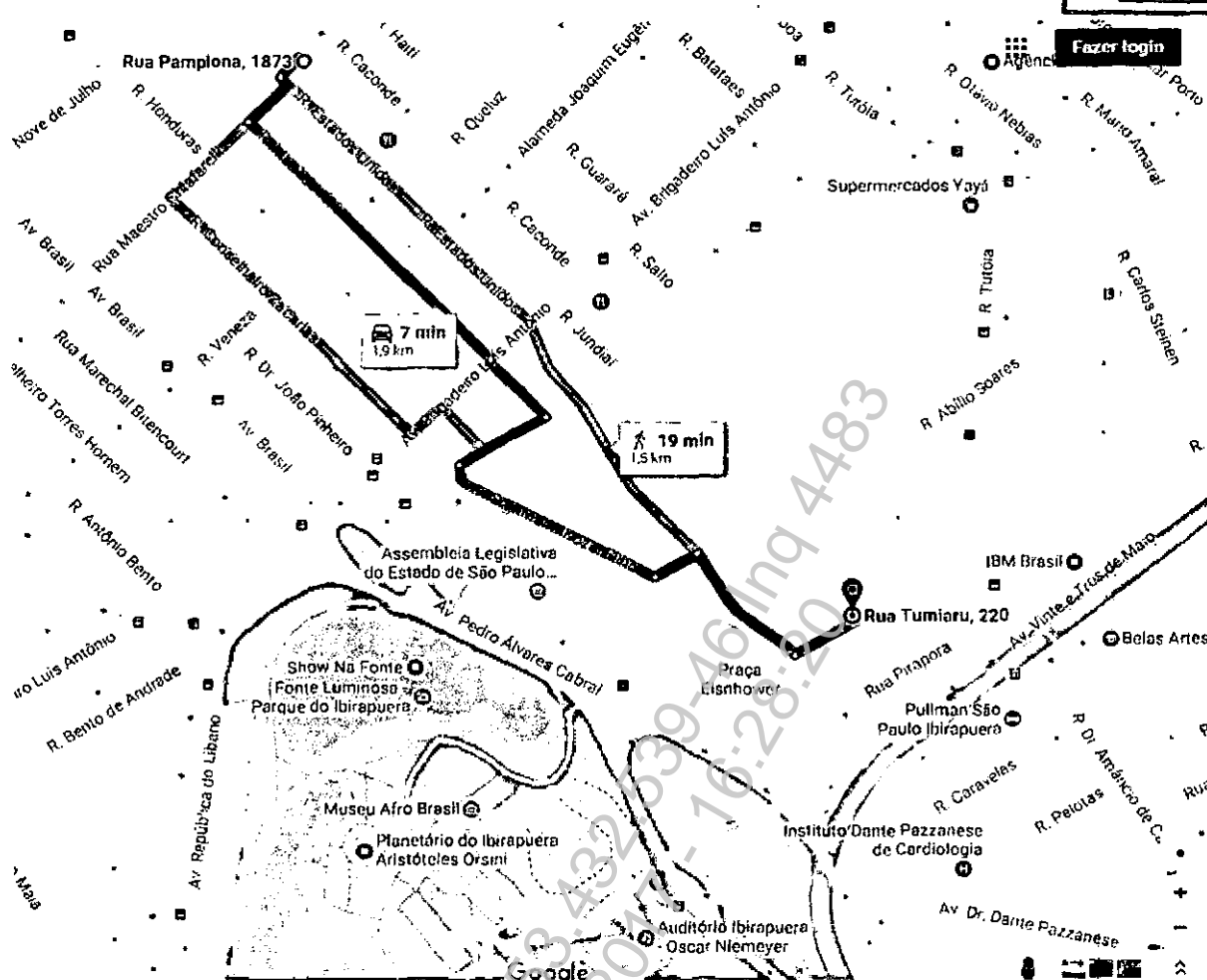
INFORMAÇÃO POLICIAL Nº 026 - GINQ/STF/DICOR/PF

Assunto: Confirmação do endereço de passagem de RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES, após sua passagem pela Pizzaria Camelo em São Paulo, ocorrida em 28/04/2017, por volta das 18h30min.

Senhor Delegado,

Em atendimento ao solicitado, a par do Termo de Declaração do taxista DANIEL ROSA PILE, prestado aos 02/06/2017, e dos áudios obtidos na AC 4316-STF, é possível afirmar que na data de 28/04/2017, após RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES ter recebido a mala com 500 mil reais de RICARDO SAUD, por volta de 18h30min, no interior da Pizzaria CAMELO, localizada na Rua Pamplona, nº 1873, Bairro Jardins São Paulo o mesmo se dirigiu ao endereço residencial da sua genitora, Senhora VERA LILIA SANTOS DA ROCHA LOURES, localizado na Rua Tumiaru, nº 220, Apartamento 151, Vila Mariana, São Paulo, conforme mapa de deslocamento representado no mapa adiante reproduzido:

DPF/MJ
Fl: 467
Rub: l



O trajeto em pauta até a chegada do endereço da genitora de RODRIGO LOURES, corresponde aos pontos principais declarados pelo taxista mencionado, principalmente a proximidade do Parque Ibirapuera, Círculo Militar e saída para a Avenida Vinte e Três de Maio.

Conforme relato, no endereço mencionado, RODRIGO LOURES teria descido com uma mala e voltado com outra, embarcando em seguida rumo ao Aeroporto de Congonhas.

Na interceptação autorizada da linha telefônica de RODRIGO LOURES (AC 4316- STF), restou comprovado que anteriormente ao encontro com RICARDO SAUD, que ele havia ligado para sua mãe com a finalidade de que ela essa arrumasse previamente sua mala pessoal de cor azul, sob a justificativa de que embarcaria em voo marcado no horário de 19h25min. A ligação em comento ocorreu as 17h21min, conforme registro adiante reproduzido.

DPF/MJ
Fl: 468
Rub: 1

ID: 3127723 Operação: PATMOS Tipo: Áudio
 N° Desvio: (61) 2039-7573 N° Alvo: (41) 99972-2644
 Operadora: Vivo Grupo: CFR

Alvo: Rodrigo Loures
 N° Contato: 38872924 Direção: Selecione
 Interlocutores: RODRIGO X VERA (MÃE)
 Status: Normal Relevância: Média
 Degravação: **INDELETOURIBIR**

RODRIGO pede para a mãe juntar as coisas dele e colocar na mala, porque está com medo de perder o voo que é 19 25

Portanto, evidenciado assim, que a mala entregue por RICARDO SAUD foi deixada no apartamento da sua genitora, naquela ocasião.

Os dados da genitora de RODRIGO LOURES, seguem destacados na imagem adiante reproduzida, esclarecendo-se que o número do apartamento que consta em outros cadastros corresponde ao número 151.

Indexado em: 03/02/2017

Dados Pessoais:

Nome: VERA LILIA SANTOS DA ROCHA LOURES
 Data Nascimento: 03/05/1946
 Sexo: FEMININO
 Genitor1: LILIA APARECIDA PEREIRA DA SILVA SANTOS
 Genitor2: RUY CARVALHO SANTOS
 Local Nascimento: CURITIBA/PR - BRASIL
 Nacionalidade: BRASIL
 CPF: 15422705882
 Doc. Identidade: 11898008 - SSP/SP - Exp: 03/11/1982
 Título Eleitoral: 006552050167 - Seção 207 - Zona 187 - UF SP
 Certidão: Casamento - Número 00000571 - Livro 00106 - Folha. 226 CURITIBA CURITIBA/PR
 Estado Civil: Casado(a)
 End. Residencial: RUA TUMIARU, 220 - VILA MARIANA - SAO PAULO/SP
 Telefone: 1138872924
 E-mail: veralilia@uol.com.br
 Profissão: ESCULTOR

Foto:

Brasília, 06 de junho de 2017.

MORAIS CEZAR DA MOTA FURTADO
 AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL

Classe Especial - Mat. 6963

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DELEGADO DO DEPARTAMENTO DE
POLÍCIA FEDERAL

Inquérito nº 4483

RICARDO CONRADO MESQUITA, nos autos do presente inquérito policial, vem à presença de Vossa Excelência, com o respeito costumeiro e por intermédio de seu defensor, requerer - nos termos da Súmula Vinculante nº 14¹ - extração de cópia integral dos autos.

Termos em que, requerendo a juntada dos anexos instrumentos, aguarda deferimento.

Brasília/DF, terça-feira, 6 de junho de 2017.


BRIAN ALVIM PRADO
OAB/DF 46.474

¹ Súmula Vinculante nº 14: "É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa".

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DELEGADO DO DEPARTAMENTO DE
POLÍCIA FEDERAL

Inquérito nº 4483

RICARDO CONRADO MESQUITA, nos autos do presente inquérito policial, vem à presença de Vossa Excelência, com o respeito costumeiro e por intermédio de seu defensor, requerer - nos termos da Súmula Vinculante nº 14¹ - extração de cópia integral dos autos.

Termos em que, requerendo a juntada dos anexos instrumentos, aguarda deferimento.

Brasília/DF, terça-feira, 6 de junho de 2017.


BRIAN ALVIN PRADO

OAB/DF 46.474

¹ Súmula Vinculante nº 14: "É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa".

DPE/MJ
Fl: 470
Rub: 1

Tofic
Simantob | advogados

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MINISTRO EDSON FACHIN, DA
COL. SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL DE
FEDERAL.

CÓPIA

Inquérito nº 4483

RICARDO CONRADO MESQUITA, nos autos do
inquérito em epígrafe, vem, por seu advogado, respeitosamente à presença de
Vossa Excelência, requerer a juntada do anexo instrumento de mandato (doc.
01) e do substabelecimento (doc. 02).

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo, 05 de junho de 2017.

Fábio Tofic Simantob

OAB/SP - 220.540

DPF/MJ
Fl: 471
Rub: 1

Tofic
Simantob | advogados

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reserva de iguais, aos advogados FREDERICO DONATI BARBOSA E BRIAN ALVES PRADO, inscritos na seccional do Distrito Federal da O.A.B., respectivamente, sob os n.ºs. 17.825 e 46.474, ambos com escritório na Capital brasileira, no SHS Quadra 6, Conjunto A, Bloco C, Sala 1505, os poderes que me foram conferidos por RICARDO CONRADO MESQUITA, nos autos do inquérito policial n.º 4483, em trâmite perante a Col. 2ª Turma do E. Supremo Tribunal Federal.

São Paulo, 05 de junho de 2017.


Fábio Tofic Simantob

OAB/SP - 220.540

Impressão: 053.432.5946/194483
Em: 20/06/2017 - 16:28:29

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reserva de iguais poderes, aos acadêmicos do curso de Direito GUILHERME FARIA BORGES e PAOLA MARTINS MOREIRA, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Distrito Federal, sob os números 15.888/E e 16.310/E, ambos com escritório profissional no SHS quadra 6, conjunto A, bloco C, salas 1505/1506, Complexo Empresarial Brasil 21, Asa Sul, Brasília/DF, telefone (61) 3202-0993, fax (61) 3039-5663, os poderes que me foram conferidos por RICARDO CONRADO MESQUITA nos autos do Inquérito nº 4483, em trâmite perante a Supremo Tribunal Federal.

Brasília/DF, terça-feira, 06 de junho de 2017.

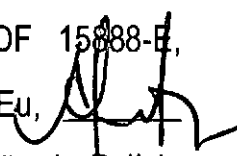

BRIAN ALVES PRADO
OAB/DF 46.474



PF / MJC
Fl: 473
Rub: 1

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

TERMO DE VISTAS E/OU CÓPIAS

Ao(s) 06 dias do mês de junho do ano de 2017, nesta Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DICOR/PF, em cumprimento à determinação da Autoridade Policial, Delegado de Polícia Federal THIAGO MACHADO DELABARY, 1ª Classe, Matrícula n.º 13.538, lotado(a) e/ou em exercício nesta DICOR/PF, foram fornecidas **CÓPIAS DIGITALIZADAS** dos autos do **Registro Especial n.º 0091/2017-1 - GINQ/STF/DICOR (INQ. n.º 4483 - STF)**, ao Advogado Guilherme Farias Borges, OAB/DF 15888-E, procurador de Ricardo Conrado Mesquita. Eu, 
ANDRE LUIS ACOSTA DOS SANTOS, Escrivão de Polícia Federal, Classe Especial, Matrícula n.º 8.676, lotado e em exercício na DICOR/PF, que o lavrei.

* Na oportunidade confirmou-se com o advogado presente, a audiência de Ricardo Conrado Mesquita a ocorrer no Edifício Sede da Polícia Federal em Brasília/DF, no dia 08/06/2017, às 09hs, sala 719, 7º andar.

Assinatura do(a, s) Advogado(s)

Guilherme Farias Borges

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJC - POLÍCIA FEDERAL - SEDE

CONCLUSÃO

Aos 06 dias do mês de junho de 2017, faço estes autos conclusos ao Senhor Delegado THIAGO MACHADO DELABARY. Eu, Marcelo Silveira Coitinho, Escrivão de Polícia Federal, 1ª Classe. matr. 15.919, que o lavrei.

DESPACHO

1. Proceda-se à juntada dos Termos de Depoimentos resultantes das oitivas de GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO, EDUARDO FRADE RODRIGUES e KENYS MENEZES MACHADO, todos servidores do CADE;
2. Traga-se aos autos o Ofício ProCADE/2017, apresentado pelo Procurador-Chefe Adjunto do CADE, Dr. FERNANDO BASTOS COSTA, durante a realização das oitivas supra;
3. Junte-se o Ofício nº 139/GAB/SEGOV/PR, assim como cópia digitalizada dos documentos remetidos por tal expediente;
4. Após, conclusos.

Brasília/DF, 07 de junho de 2017.


THIAGO MACHADO DELABARY
Delegado de Polícia Federal

TERMO DE DATA

Aos 07 dias do mês de junho de 2017, recebi estes autos com o Despacho da Autoridade. Eu, Marcelo Silveira Coitinho, Escrivão de Polícia Federal, 1ª Classe, Matrícula 15.919, que o lavrei.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

TERMO DE DECLARAÇÕES

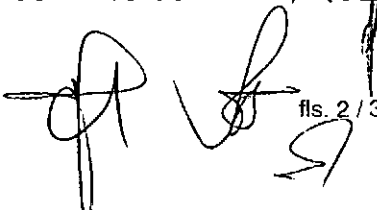
que presta **GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO**:

Aos 06 dias do mês de junho de 2017, neste Edifício-Sede da Polícia Federal, em Brasília/DF, onde presente se encontrava THIAGO MACHADO DELABARY, Delegado de Polícia Federal, 1ª Classe, Matrícula n.º 13.538, em exercício na Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DICOR, compareceu **GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO**, sexo masculino, nacionalidade brasileira, casado, filho de Fernando José Pereira de Araújo e Maria Letícia Vasconcelos Coelho de Araújo, nascido aos 09/10/1975, natural de Itu/SP, instrução ensino superior, profissão Procurador Federal, documento de identidade n.º 4611587/SSP/PE, CPF 832.471.304-20, endereço comercial na SEPN 515, conjunto D, Lote 4, Edifício Carlos Taurisano, Brasília/DF, fone (61) 32218485. **Cientificado acerca dos seus direitos constitucionais, inclusive o de permanecer calado, inquirido a respeito dos fatos pela Autoridade Policial, RESPONDEU QUE** ingressou em dezembro de 2004 nos quadros da Advocacia-Geral da União, no cargo de Procurador Federal, tendo sido lotado no Conselho Administrativo de Defesa Econômica-CADE; **QUE**, desde então, ocupou diversas posições dentro do CADE, com destaque à chefia da Procuradoria-Geral do CADE e, desde 2014, a de Conselheiro; **QUE**, desde janeiro do corrente ano, o declarante está como Presidente interino do CADE, em razão da vacância desse cargo e por ser o Conselheiro mais antigo; **QUE** não possui nem nunca possuiu qualquer vinculação ou filiação político-partidária; **QUE**, perguntado se foi postulante ao cargo de Presidente do CADE, esclarece que, na época em que estava adiantado o processo de *impeachment*, o nome do declarante chegou a ser ventilado para o cargo, uma vez que se tratava do Conselheiro mais antigo do CADE; **QUE**, portanto, embora não tenha lançado o seu nome ostensivamente, coibiu-se à disposição caso se efetivasse a indicação; **QUE**, perguntado como conheceu RODRIGO DA ROCHA LOURES, afirma que, entre junho e julho de 2016, o ex-presidente do CADE, VÍNICIUS CARVALHO, após o término de seu mandato, compareceu ao Ministério da Justiça, ao Ministério da Fazenda, à Casa Civil, e à Vice-Presidência da República, numa espécie de reunião de despedida, e apresentou o nome do declarante como alternativa para a continuidade do trabalho que vinha sendo desempenhado no CADE; **QUE**, passado algum tempo, o declarante tomou conhecimento de matéria veiculada na imprensa contendo o nome de possíveis indicados à Presidência do CADE, sendo que o seu nome acabou sendo rotulado como indicação do Partido dos Trabalhadores; **QUE**, pelo fato de não possuir qualquer vínculo com essa sigla, nem com qualquer outra, como já dito, o declarante compareceu a alguns órgãos que participariam da decisão pelo novo presidente do CADE, visando a esclarecer a sua absoluta desvinculação partidária; **QUE**, dentre essas visitas, compareceu ao Gabinete da Presidência da República, quando foi



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

recebido por RODRIGO DA ROCHA LOURES, então Assessor Especial do Presidente Michel Temer; QUE, nessa oportunidade, o declarante apresentou seu currículo a RODRIGO DA ROCHA LOURES e esclareceu a ele que não tinha qualquer necessidade de assumir a Presidência do CADE, que era servidor público de carreira e estava à disposição para auxiliar a instituição em qualquer que fosse o cenário, ou seja, inclusive permanecendo como Conselheiro; QUE RODRIGO DA ROCHA LOURES limitou-se a receber os esclarecimentos do declarante; QUE, após isso, o declarante estabeleceu pelo menos outros três contatos com RODRIGO DA ROCHA LOURES, tendo como pauta basicamente três assuntos: a Portaria 611 do Ministério da Justiça, que centralizava as autorizações para celebração de qualquer contrato, tirando do CADE essa autonomia; a necessidade de preservação da dotação orçamentária do CADE, que corria risco de ser reduzida; e o "processo" de nomeação do novo presidente do CADE e de um novo conselheiro, cujas vagas estavam em aberto já há algum tempo; QUE essas gestões foram feitas pelo declarante não só diante de RODRIGO DA ROCHA LOURES, mas também em outros órgãos do Governo que poderiam auxiliar em tais temas; QUE, indagado acerca de ligação telefônica estabelecida com RODRIGO DA ROCHA LOURES, tendo como assunto a venda de gás natural advindo da Bolívia, o declarante confirma tal contato, esclarecendo que recebeu de RODRIGO DA ROCHA LOURES a notícia de que haveria, nos dias seguintes, uma reunião no âmbito da Superintendência-Geral do CADE acerca do tema; QUE RODRIGO DA ROCHA LOURES demonstrou preocupação com essa questão, pois envolvia, no entendimento dele, prática anticoncorrencial por parte da PETROBRAS, o que traria reflexos negativos ao mercado de energia e, conseqüentemente, a própria imagem do País. QUE RODRIGO DA ROCHA LOURES não fez qualquer solicitação ao declarante, nem mesmo de forma subliminar, ao menos na compreensão do declarante; QUE o declarante ouviu a exposição de RODRIGO DA ROCHA LOURES e limitou-se a afirmar a ele que encaminharia o tema à área técnica; QUE o próprio RODRIGO DA ROCHA LOURES fez menção no diálogo de que o Superintendente-Geral Adjunto, de nome KENYS, era quem estava à frente da questão na área técnica; QUE o declarante não repassou a preocupação de RODRIGO DA ROCHA LOURES a KENYS, tendo-a direcionado a EDUARDO FRADE, Superintendente-Geral do CADE; QUE disse a EDUARDO que haveria uma reunião para tratar de tema que envolvia a possível "discriminação" praticada pela PETROBRAS no setor de energia; QUE, ao que recorda, EDUARDO disse apenas que "iria ver"; QUE o declarante nunca mais tratou dessa questão com RODRIGO DA ROCHA LOURES, tampouco ele perguntou algo a respeito ao declarante; QUE o andamento da questão técnica acerca da qual RODRIGO DA ROCHA LOURES havia demonstrado interesse tinha tramitação em seara estranha às atividades do declarante; QUE, portanto, se o declarante tivesse a intenção de interceder na condução do assunto teria que contar com outros servidores do CADE; QUE essa hipótese não ocorreu, absolutamente; QUE o declarante não teve acesso aos atos e documentos que instruem o inquérito administrativo em que tramitava a questão relacionada à venda de gás pela PETROBRAS, desconhecendo, portanto, qualquer detaine a esse respeito, inclusive no que toca às decisões do CADE; QUE


fls. 2 / 3



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

esclarece que, após a eclosão de notícias dando conta do assunto objeto desta inquirição, o declarante, assim como outros servidores do CADE, empenhou-se na elaboração de notas explicativas, inclusive à imprensa, para o que se fez necessário conhecer o que havia se passado no inquérito administrativo; *QUE* não sabe se EDUARDO FRADE recebeu qualquer cobrança ou sondagem a respeito do andamento do inquérito administrativo em tela; *QUE* ao ser dada a palavra ao declarante, deseja consignar, pela importância que o fato pode ter, que, em período em que o declarante estava no exterior, em viagem oficial, juntamente com EDUARDO FRADE, RODRIGO DA ROCHA LOURES solicitou ao CADE o agendamento de reunião para o dia 19 de maio de 2017, sem antecipar a pauta; *QUE* essa reunião acabou não se realizando; Nada mais disse e nem lhe foi perguntado. Foi então advertido da obrigatoriedade de comunicação de eventuais mudanças de endereço em face das prescrições do Art. 224 do CPP. Encerrado o presente que, lido e achado conforme, assinam com a Autoridade Policial, com o Declarante, na presença de seu advogado FERNANDO BARBOSA BASTOS COSTA, Procurador Federal, inscrito na OAB/DF sob nº 18802, com endereço comercial na SEPN 515, conjunto D, Lote 4, Edifício Carlos Taurisano, Brasília/DF, fone (61) 32218485, e comigo, *Marcelo Silveira Coitinho*, Escrivão de Polícia Federal, 1ª Classe, Matrícula n.º 15.919, em exercício na Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DICOR/PF, que o lavrei.

AUTORIDADE POLICIAL :

[Assinatura]
DPF THIAZO MACHADO DELABARY, Matrícula n.º 13.538

DECLARANTE :

[Assinatura]
GILVANDRO PASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO

ADVOGADO :

[Assinatura]
FERNANDO BARBOSA BASTOS COSTA

ESCRIVÃO :

[Assinatura]
EPF Marcelo Silveira Coitinho, Matrícula n.º 15.919

DPF/MJ
 FI: 478
 Rub: 1



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
 IDENTIDADE DE ADVOGADO
 SUPLEMENTAR

INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR:
 31421/DF

NOME
 GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO

FILIAÇÃO
 FERNANDO JOSÉ PEREIRA DE ARAÚJO
 MARIA LETÍCIA VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO

NATURALIDADE	DATA DE NASCIMENTO
ITU-SP	09/10/1975
RG	CPF
4611587 - SSP/PE	832.471.304-20
DATA INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR	VIA EXPEDIDO EM
10/12/2009	01 23/01/2010

Repente
 PRESIDENTE DO CONSELHO SECCIONAL

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 01324114

USO OBRIGATORIO
 DE NOTICIA CIVIL PARA TODOS OS FOLIOS LEGAIS
 (Art. 13 da Lei n. 8.906/94)



ASSINATURA DO PORTADOR

Assinatura



OBSERVAÇÕES

ART. 26, INC. I, LC 75/03



Impresso por: 053.432.539-46 Im: 483
 Em: 20/06/2017 - 16:28:20



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

TERMO DE DECLARAÇÕES

que presta **EDUARDO FRADE RODRIGUES**:

Aos 06 dias do mês de junho de 2017, neste Edifício-Sede da Polícia Federal, em Brasília/DF, onde presente se encontrava THIAGO MACHADO DELABARY, Delegado de Polícia Federal, 1ª Classe, Matrícula n.º 13.538, em exercício na Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DICOR, compareceu **EDUARDO FRADE RODRIGUES**, sexo masculino, nacionalidade brasileira, casado, filho de Frederico Rodrigues e Laura Frade Rodrigues, nascido aos 09/11/1982, natural de Brasília/DF, instrução ensino superior - mestrado, profissão Servidor Público Federal, documento de identidade n.º 1752743/SSP/DF, CPF 539.375.031-53, endereço comercial na SEPN 515, conjunto D, Lote 4, Edifício Carlos Taurisano, Brasília/DF, fone (61) 32218445. **Cientificado acerca dos seus direitos constitucionais, inclusive o de permanecer calado, inquirido a respeito dos fatos pela Autoridade Policial, RESPONDEU: QUE** o declarante ingressou no serviço público em 2007, por concurso, no cargo de Gestor Governamental (EPPGG), vinculado ao Ministério do Planejamento; **QUE**, quase imediatamente após a nomeação em 2007, o declarante passou a exercer funções no CADE, inicialmente como assessor, em diferentes gabinetes, depois como Superintendente Adjunto; **QUE**, desde o ano de 2015, ocupa o cargo de Superintendente-Geral do CADE; **QUE** a nomeação do Superintendente Geral do CADE é ato privativo do Presidente da República e depende de aprovação em sabatina no Senado Federal; **QUE** o mandato é de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período; **QUE** o declarante foi nomeado Superintendente-Geral do CADE por ato da então Presidente DILMA ROUSSEFF; **QUE** não tem e nunca teve qualquer vinculação ou filiação político-partidária; **QUE**, perguntado se conhece RODRIGO DA ROCHA LOURES, respondeu que sim, mas apenas por tê-lo encontrado brevemente em reuniões oficiais; **QUE** o declarante esteve reunido por cerca de três a quatro vezes com RODRIGO DA ROCHA LOURES, estando ele na condição de assessor de MICHEL TEMER, inicialmente na Vice-Presidência e depois na Presidência da República; **QUE** esses encontros tiveram como pauta basicamente o preenchimento de cargos no organograma no CADE, uma vez que era motivo de preocupação do declarante e dos demais dirigentes do CADE a prolongada vacância de alguns cargos importantes; **QUE** o interesse do declarante era no sentido de que os cargos vagos fossem preenchidos por pessoas de perfil técnico; **QUE** essa preocupação foi levada por dirigentes do CADE não só a RODRIGO DA ROCHA LOURES, mas também a outros órgãos do Governo Federal que tinham poder nas nomeações; **QUE** a última vez em que esteve com RODRIGO DA ROCHA LOURES foi no início do mês de abril, salvo engano, nos corredores da Câmara dos Deputados, quando ele já havia sido nomeado Parlamentar; **QUE** o encontro foi rápido e teve como objeto novamente as nomeações para cargos importantes do CADE; **QUE** o declarante esteve acompanhando de GILVANDRO DE ARAÚJO e ambos externaram a RODRIGO DA ROCHA LOURES a preocupação em razão da profusão de notícias



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

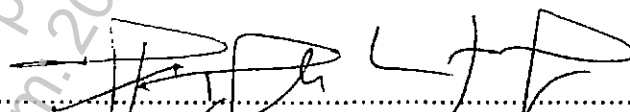
na imprensa acerca de supostas indicações; **QUE**, em nenhum momento, RODRIGO DA ROCHA LOURES pediu informações relacionadas a assunto que envolvia suposta prática ilícita pela PETROBRAS no mercado de energia; **QUE** o declarante recorda de ter sido procurado por GILVANDRO DE ARAÚJO para ser comunicado de conversa que ele havia tido com RODRIGO DA ROCHA LOURES, a qual versou sobre questão anticoncorrencial praticadas pela PETROBRAS que poderia ter repercussões negativas no mercado de energia; **QUE** GILVANDRO limitou-se a repassar ao declarante a preocupação de RODRIGO DA ROCHA LOURES, sem fazer qualquer pedido ou sugerir qualquer encaminhamento ao declarante; **QUE** GILVANDRO em momento algum deu a entender que havia recebido qualquer pedido ou recomendação de RODRIGO DA ROCHA LOURES; **QUE**, como o declarante tinha ouvido de GILVANDRO que uma reunião para tratar do tema havia sido agendada para os dias seguintes, apenas certificou-se quanto a isso, sem dar seguimento à preocupação que RODRIGO DA ROCHA LOURES havia manifestado; **QUE** portanto, o declarante não repassou a nenhum técnico do CADE o fato de que a questão que era objeto de inquérito administrativo e que seria tratada em reunião era motivo de atenção ou preocupação de RODRIGO DA ROCHA LOURES; **QUE** o declarante pode afirmar que o inquérito administrativo no âmbito do qual tramita no CADE questão envolvendo interesses das empresas EPE e PETROBRAS teve andamento absolutamente normal, sem qualquer interferência nos atos praticados pelo próprio CADE, inclusive no aspecto da celeridade; **QUE** a tramitação do inquérito seguiu rigorosamente o padrão, em sintonia com os esclarecimentos apresentados no Ofício ProCADE/2017, aos quais o declarante faz remissão; **QUE** salienta apenas que, em todo o curso do inquérito administrativo não houve qualquer decisão de mérito do CADE; **QUE** o que ocorreu, na verdade, foi uma composição entre as partes, em âmbito privado, sem participação do CADE; **QUE** perguntado se houve estímulo do CADE no sentido dessa composição, esclarece o declarante que, em regra, o CADE "encoraja" as partes ao entendimento direto; **QUE**, neste caso, EPE e PETROBRAS vinham mantendo tratativas à margem do CADE desde o início do inquérito administrativo; **QUE**, inclusive, EPE e PETROBRAS já haviam firmado pelo menos dois contratos de fornecimento de gás ao longo da tramitação do inquérito administrativo, o que demonstra que havia um canal paralelo de negociação sem a participação ou orientação do CADE; **QUE** há, no mencionado Ofício ProCADE/2017, trecho de expediente encaminhado pela PETROBRAS ao CADE, informando da celebração de contrato com a EPE, em que expressamente informa que o contrato foi "*viabilizado unicamente por mecanismos do mercado*" e sem qualquer participação do CADE nos termos contratados; **QUE** o declarante não sabe as razões que levaram a PETROBRAS a firmar acordo de fornecimento com a EPE; **QUE** deseja destacar que a EPE manifestou-se nos autos do inquérito administrativo, após o contrato, informando que não considerava razoáveis os termos estabelecidos, não considerando aquele entendimento como uma solução definitiva; **QUE** o declarante participou de reunião em que o advogado da EPE manifestou essa discordância; **QUE**, na ocasião, o declarante perguntou ao advogado da EPE, Dr. Marcelo Proença, se a solução era satisfatória e se poderia ensejar o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

arquivamento do inquérito, ao que houve a negativa por parte dele; QUE esclarece que a decisão quanto ao seguimento ou não do inquérito não conta com a participação das partes, tendo apenas sondado o advogado quanto à visão que ele tinha do caso; QUE, assim, o inquérito administrativo seguiu sua tramitação normal, sem qualquer decisão de mérito até o momento; QUE o declarante não tem nenhum conhecimento acerca da possibilidade de dilação do prazo contratual de fornecimento de gás, tratando-se de tema que não foi levado ao CADE; QUE, dada a palavra ao declarante, deseja consignar que, em período em que estava fora do Brasil, em viagem oficial, o recebeu a informação de sua secretária de que RODRIGO DA ROCHA LOURES havia feito um pedido de reunião para o dia 19/05/2017, sem adiantar o assunto; QUE participariam de tal reunião, que acabou não ocorrendo, o declarante, GILVANDRO DE ARAÚJO e KENYS MACHADO, Superintendente Adjunto; QUE justifica o fato de RODRIGO DA ROCHA LOURES ter tentado ligar primeiramente ao declarante (e, por não conseguir, passou a falar com GILVANDRO ARAÚJO), porque o inquérito administrativo estava tramitando na Superintendência-Geral, já que o declarante não mantém qualquer relação de proximidade com RODRIGO DA ROCHA LOURES. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado. Foi então advertido da obrigatoriedade de comunicação de eventuais mudanças de endereço em face das prescrições do Art. 224 do CPP. Encerrado o presente que, lido e achado conforme, assinam com a Autoridade Policial, com o Declarante, na presença de FERNANDO BARBOSA BASTOS COSTA, Procurador Federal, inscrito na OAB/DF sob nº 18802, com endereço comercial na SEPN 515, conjunto D, Lote 4, Edifício Carlos Taurisano, Brasília/DF, fone (61) 32218485, e comigo, *Marcelo Silveira Coitinho*, Escrivão de Polícia Federal, 1ª Classe, Matrícula n.º 15.919, em exercício na Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DICOR/PF, que o lavrei.

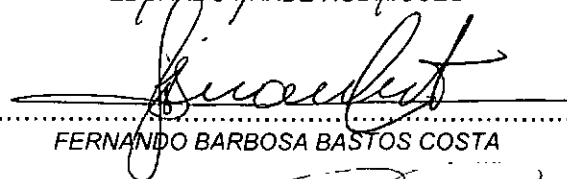
AUTORIDADE POLICIAL


DPF THIAGO MACHADO DELABARY, Matrícula n.º 13.538

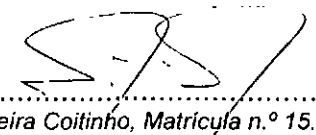
DECLARANTE


EDUARDO FRAIDE RODRIGUES

ADVOGADO


FERNANDO BARBOSA BASTOS COSTA

ESCRIVÃO


EPF Marcelo Silveira Coitinho, Matrícula n.º 15.919



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

TERMO DE DECLARAÇÕES

que presta **KENYS MENEZES MACHADO**:

Aos 06 dias do mês de junho de 2017, neste Edifício-Sede da Polícia Federal, em Brasília/DF, onde presente se encontrava THIAGO MACHADO DELABARY, Delegado de Polícia Federal, 1ª Classe, Matrícula n.º 13.538, em exercício na Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DICOR, compareceu **KENYS MENEZES MACHADO**, sexo masculino, nacionalidade brasileira, casado, filho de Pedro Celestino Machado de Souza e Agnalda Menezes dos Santos Souza, nascido aos 06/11/1980, natural de São Mateus/ES, instrução ensino superior, profissão Servidor Público Federal, documento de identidade n.º 0835017460/SSP/BA, CPF 803.096.585-00, endereço comercial na SEPN 515, conjunto D, Lote 4, Edifício Carlos Taurisano, Brasília/DF, fone (61) 32218485. **Cientificado acerca dos seus direitos constitucionais, inclusive o de permanecer calado, inquirido a respeito dos fatos pela Autoridade Policial, RESPONDEU QUE** o declarante ingressou no serviço público em 2009, via concurso, no cargo de Especialista em Política Pública e Gestão Governamental (EPPGG), vinculado ao Ministério do Planejamento; QUE a primeira lotação do declarante foi no CADE, onde atuou inicialmente como assessor de Conselheiro, passando, após algum tempo, a trabalhar como Coordenador-Geral na Superintendência-Geral; QUE, desde 2014, o declarante ocupa o cargo de Superintendente Adjunto do CADE, cujas funções principais são coordenar, analisar e auxiliar o Superintendente-Geral nos casos envolvendo "atos de concentração e conduta unilateral"; QUE, desde que deu entrada no CADE representação da Empresa Produtora de Energia (EPE), relatando "discriminação de preços e recusa de contratar no fornecimento de gás natural" por parte da PETROBRAS, o declarante acompanha o desenrolar do processo administrativo; QUE, perguntado como estava o referido processo em março de 2017, o declarante afirma que estava na fase de inquérito administrativo, no bojo do qual haviam sido realizadas diversas diligências, sendo que o mérito estava sendo analisado; QUE, em março de 2017, a EPE deu entrada com novo pedido de medida preventiva no CADE, que foi seguido de reunião em que o pedido foi explicitado; QUE, como a rigor ocorre, o pedido ensejou a comunicação à denunciada, a PETROBRAS, que também pediu a realização de reunião; QUE, além disso, o CADE solicitou dados à PETROBRAS, destinados a saber se a postura dessa estatal em relação à EPE estava sendo adotada com outras empresas do mesmo setor; QUE, durante a tramitação do inquérito, EPE e PETROBRAS, sem qualquer participação do CADE, chegaram ao entendimento acerca do fornecimento de gás, ao menos por período de tempo limitado, como já tinham feito em duas vezes anteriores; QUE esse acordo foi comunicado ao CADE por ambas as empresas, que enviaram cópia do contrato; QUE a composição entre as partes normalmente era recomendada pelo CADE em questões que envolviam discriminação de preços e recusa de contratar; QUE o entendimento entre as partes, diretamente, era recomendado pelo CADE uma vez que, se houvesse a necessidade de arbitrar preços e quantidades, exigiriam estudos aprofundados sobre o mercado específico para permitirem a emissão de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

decisão que não fosse discriminatória; QUE, em síntese, tratava-se de questão complexa que demandaria tempo para a decisão de mérito da medida preventiva; QUE, perguntado se, antes de ser firmado o contrato entre EPE e PETROBRAS, EDUARDO FRADE ou GILVANDRO DE ARAÚJO fizeram algum comentário com o declarante acerca da questão, afirma que tinha falado do assunto apenas com EDUARDO; QUE, por ser Superintendente-Geral, ele mantém com o declarante reuniões mensais, em que são apresentados todos os casos; QUE, por isso, o declarante levou ao conhecimento de EDUARDO o andamento do assunto que envolvia EPE e PETROBRAS, assim como fizera em relação a outros tantos; QUE nunca houve iniciativa de EDUARDO FRADE ou de GILVANDRO DE ARAÚJO em obter informações acerca do andamento do inquérito administrativo em questão; QUE o declarante não tomou conhecimento, até os fatos se tornarem públicos, do interesse do então Deputado Federal RODRIGO DA ROCHA LOURES a respeito do inquérito administrativo que envolvia EPE e PETROBRAS; QUE o declarante pode afirmar categoricamente que o referido inquérito administrativo teve tramitação normal no CADE, no aspecto da regularidade de seus atos e também no tempo em que foram praticados, ou seja, nunca houve qualquer manifestação apressada; QUE o declarante nunca recebeu qualquer orientação, de quem quer que seja, para que fizesse "pressão" junto à PETROBRAS no sentido de que, para evitar a aplicação de medida preventiva, a estatal chegasse ao entendimento direto com a EPE; QUE deseja consignar que a única decisão proferida pelo CADE, até o momento, foi de abertura do inquérito administrativo, não tendo havido qualquer manifestação relacionada ao mérito. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado. Foi então advertido da obrigatoriedade de comunicação de eventuais mudanças de endereço em face das prescrições do Art. 224 do CPP. Encerrado o presente que, lido e achado conforme, assinam com a Autoridade Policial, com o Declarante, na presença de FERNANDO BARBOSA BASTOS COSTA, Procurador Federal, inscrito na OAB/DF sob nº 18802, com endereço comercial na SEPN 515, conjunto D, Lote 4, Edifício Carlos Taurisano, Brasília/DF, fone (61) 32213485, e comigo, *Marcelo Silveira Coitinho*, Escrivão de Polícia Federal, 1ª Classe, Matrícula n.º 15.919, em exercício na Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado, DICOR/PF, que o lavrei.

AUTORIDADE POLICIAL :
DPF THIAGO MACHADO DELABARY, Matrícula n.º 13.538

DECLARANTE :
KENYA MENEZES MACHADO

ADVOGADO :
FERNANDO BARBOSA BASTOS COSTA

ESCRIVÃO :
EPF Marcelo Silveira Coitinho, Matrícula n.º 15.919

DPF/MJ
Fl: 485
Rub: 1

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME
KENYS MENEZES MACHADO

DOC. IDENTIFIC. / ORG. EMISSOR / UF
0835017460 SSP BA

CPF 803.096.585-00 DATA NASCIMENTO 06/11/1980

FILIAÇÃO
PEDRO CELESTINO
MACHADO DE SOUZA
ACIVALDA MENEZES DOS
SANTOS SOUZA

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO 00747321515 VALIDADE 13/03/2019 1ª HABILITAÇÃO 04/08/1999

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
916690042

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

BRASILIA-DISTRITO FEDERAL, DF DATA EMISSÃO 27/03/2014

ASSINATURA DO EMISSOR 10227487070 DF736292144

DISTRITO FEDERAL



DPF/MJ
Fl: 486
Rub: 1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO CADE

SEPN 515, Conjunto D, Lote 4, Ed. Carlos Taurisano, Cep: 70770-504 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3221-8476 – Fax: (61) 3221-8568 – E-mail: fernando.costa@cade.gov.br

Ofício ProCADE/2017

Brasília, 06 de maio de 2017.

Ao Senhor

Dr. Thiago Machado Delabary.

Delegado de Polícia Federal

Grupo de Inquéritos do STF

ŠAS Quadra 6, Bloco A - Ed. Sede da Polícia Federal

7º Andar – Salas 702/704

Brasília/DF - CEP 70050-900

Assunto: **Informações referentes ao Inquérito nº. 4483.**

Ilustre Senhor Delegado da Polícia Federal,

1. Com o objetivo fornecer um panorama mais claro sobre o trâmite dos procedimentos administrativos perante o Cade, em especial do Inquérito Administrativo nº. 08700.009007/2015-04, e com a exclusiva finalidade de auxiliar esta investigação com elementos de fato do caso concreto, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica serve-se do presente para expor o que segue.

A) TRÂMITE DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NO INVESTIGACÃO DE CONDUTAS ANTICONCORRENCIAIS.

2. Inicialmente, convém introduzir uma noção básica da repartição de atribuições no Cade, que, a grosso modo, é dividida entre dois órgãos independentes e com funções distintas: a Superintendência-Geral e o Tribunal.

3. A **Superintendência-Geral** é o órgão responsável pela instrução de todas as espécies de procedimentos administrativos previstos na Lei nº. 12.529/2011¹. Uma vez instruídos, a Superintendência-Geral remete os Processos Administrativos para julgamento pelo Tribunal, com parecer opinativo pela condenação ou pelo arquivamento.

4. O **Tribunal**, por sua vez, é um órgão colegiado, formado por 6. (seis) Conselheiros e 1 (um) Presidente, e que, em regra, não tem contato com o Processo Administrativo até o encaminhamento do feito pela Superintendência-Geral.

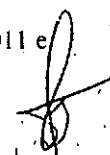
5. Recebido o Processo Administrativo pelo Presidente do Tribunal, este, então, é responsável por distribuí-lo aleatoriamente, por sorteio, a um Conselheiro Relator, que será responsável por fazer o relatório e, finalmente, incluir o feito em pauta para julgamento pelo colegiado. Neste ponto o trâmite é semelhante ao que acontece em um tribunal do Poder Judiciário.

6. Passando para a apresentação das espécies de procedimentos administrativos para a apuração de condutas anticoncorrenciais, em linhas gerais, o estágio inicial de uma investigação de conduta anticoncorrencial por parte do Cade é o **Procedimento Preparatório de Inquérito Administrativo**², que doravante chamaremos apenas de Procedimento Preparatório. Nos termos do §1º do art. 66 da Lei nº. 12.529/2011, o Procedimento Preparatório tem espaço quando existe dúvida se a conduta trazida ao conhecimento do Cade pode ser enquadrada, ainda que em tese, como uma das condutas anticoncorrenciais previstas no artigo 36 do mesmo diploma legal.

¹ Art. 48. Esta Lei regula os seguintes procedimentos administrativos instaurados para prevenção, apuração e repressão de infrações à ordem econômica:

- I - procedimento preparatório de inquérito administrativo para apuração de infrações à ordem econômica;
- II - inquérito administrativo para apuração de infrações à ordem econômica;
- III - processo administrativo para imposição de sanções administrativas por infrações à ordem econômica;
- IV - processo administrativo para análise de ato de concentração econômica;
- V - procedimento administrativo para apuração de ato de concentração econômica; e
- VI - processo administrativo para imposição de sanções processuais incidentais.

² Procedimento Preparatório de Inquérito Administrativo - previsto nos arts. 48 e 66 da Lei nº. 12.529/2011 e arts. 141 e seguintes do Regimento Interno do Cade.



7. Assim, o Procedimento Preparatório traz a possibilidade de o Cade analisar, de forma preliminar, se a conduta se enquadra no seu escopo de competência para, somente depois, decidir pela instauração do Inquérito Administrativo.

8. Uma vez convertido o Procedimento Preparatório em Inquérito Administrativo, tem início uma fase da investigação que se assemelha ao Inquérito Policial. O art. 141 do Regimento Interno do Cade esclarece que o **Inquérito Administrativo** é um procedimento investigatório, de natureza inquisitorial, que será instaurado pela Superintendência-Geral para apuração de infrações à ordem econômica, quando os indícios não forem suficientes para a instauração de Processo Administrativo.

9. Uma vez reunidos os elementos necessários, a Superintendência-Geral determina a instauração de Processo Administrativo. A instauração do **Processo Administrativo** dá início a uma nova fase onde são garantidos às partes a ampla defesa e o contraditório.

10. Finalizada a instrução, a Superintendência-Geral emite parecer opinativo, pela condenação ou pelo arquivamento do processo, momento em que remete o feito ao Tribunal, para distribuição e julgamento pelo órgão colegiado.

11. Por ser pertinente a esta investigação, é importante trazer também a previsão expressa do art. 84 da Lei nº. 12.529/2014, que permite que, *em qualquer fase do inquérito administrativo para apuração de infrações ou do processo administrativo para imposição de sanções por infrações à ordem econômica, poderá o Conselheiro-Relator ou o Superintendente-Geral, por iniciativa própria ou mediante provocação do Procurador-Chefe do Cade, adotar medida preventiva, quando houver indício ou fundado receio de que o representado, direta ou indiretamente, cause ou possa causar ao mercado lesão irreparável ou de difícil reparação, ou torne ineficaz o resultado final do processo.*

12. Em síntese, a lei trouxe a possibilidade de ser adotada, nōs procedimentos de investigação de conduta anticompetitiva perante o Cade, medida semelhante à antecipação de tutela, com o objetivo de fazer cessar imediatamente a conduta e de garantir a utilidade do resultado final do processo.

DPF/MJ
Fl: 488
Rub: No. 1

B) DO TRÂMITE DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO 08700.009007/2015-04 (EPE VS. PETROBRÁS).

13. Feita esta contextualização, se observa que o trâmite do Inquérito Administrativo nº 08700.009007/2015-04 em nada se afastou do roteiro legalmente previsto para as investigações realizadas pelo Cade.

14. O Procedimento Preparatório teve início com representação apresentada, em 04/09/2015, pela empresa Produtora de Energia Ltda. ("EPE") e pela Gasocidente do Mato Grosso Ltda. ("GOM") em desfavor da Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras").

15. Em síntese, a EPE, empresa do Grupo JBS, alegou que a Petrobras estaria exercendo, de maneira abusiva, sua posição dominante no fornecimento de gás natural, com o objetivo de discriminar a EPE, ou, ainda, para impedir a EPE de ter acesso a insumo essencial, que seria utilizado para oferecer concorrência à Petrobras na produção de energia elétrica.

16. Importante salientar que a denúncia formulada pela EPE, de discriminação de agentes de mercado pela Petrobrás, especialmente no mercado de gás, é semelhante a outras já feitas perante o Cade, por outras empresas, inclusive com condenação da Petrobrás pelo Tribunal do Cade.

- 1) Consórcio Gemini, uma joint venture formada pela Petrobras com a White Martins para a comercialização de Gás Natural Liquefeito (GNL) (PA 08012.011881/2007-41);⁴
- 2) Processo aberto a pedido da Comgás, sobre os preços praticados pela Petrobras no gás encanado vendido pela empresa paulista, com supostos benefícios discriminatórios para a Gás Brasileiro Distribuidora S.A, de propriedade da estatal federal (PA 08700.002600/2014-30);⁵
- 3) Inquérito administrativo aberto a pedido da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás) pela interrupção de descontos no preço do gás pela Petrobras, entre outras alegações de discriminação (IA 08700.007130/2015-82);

⁴ Caso já condenado pelo Cade.

⁵ Caso com parecer de condenação da Superintendência-Geral, aguardando julgamento pelo Tribunal do Cade.

4) Caso EPE. O inquérito administrativo aberto a partir da denúncia da EPE sobre preços da Petrobras para a usina termelétrica Cuiabá (IA 08700.009007/2015-04).

17. Na sua denúncia, a EPE apresentou três pedidos principais à Superintendência-Geral do Cade: (i) a instauração de inquérito administrativo quanto aos fatos elencados, (ii) a adoção de medida preventiva, no sentido de garantir o fornecimento de gás natural da Petrobras à EPE, e (iii) a condenação da Petrobrás.

18. Conforme pode ser observado pela análise dos autos públicos do Inquérito Administrativo, durante toda a fase de instrução do feito, diversos ofícios foram remetidos às partes na tentativa de delimitação da controvérsia.

19. Da mesma forma, inúmeras petições foram trazidas aos autos pela EPE, que por seis vezes reiterou o pedido de medida preventiva, sendo que, em outras oportunidades, trouxe aos autos a informação de que, paralelamente, se mantinha em tratativas privadas com a Petrobrás para negociar uma solução.

20. O mesmo pode ser dito da Petrobrás, que, em diversas ocasiões, sinalizou no feito, por petições, a possibilidade de solução privada da questão com a EPE.

21. Da análise dos autos públicos⁶ pode ser percebido que a atuação da Superintendência-Geral até o presente momento se restringiu a:

- Prática de atos instrutórios, como remessa de ofícios, e-mails com pedidos de esclarecimentos e reuniões com a área técnica, a pedido das partes, com advogados habilitados no feito;
- Prática de atos ordinatórios, como deferimento de requerimentos de acesso aos autos por advogados com procuração;
- Instauração do Procedimento Preparatório, em 08/09/2015;
- Instauração do Inquérito Administrativo, em 18/04/2016; e

6

- Quatro despachos de prorrogações do prazo para conclusão do Inquérito Administrativo.

22. Observa-se, assim, que até o presente momento processual não houve nenhuma decisão de mérito da Superintendência-Geral, sobre nenhum dos pedidos formulados pelas partes, seja na fase de Procedimento Preparatório, seja na fase de Inquérito Administrativo.

23. Fazendo remissão ao que foi dito sobre as espécies de procedimentos administrativos, sequer houve decisão sobre a instauração de Processo Administrativo, fase mais avançada da investigação, estando o feito, ainda, na fase de Inquérito Administrativo.

24. Por também ser pertinente a esta investigação, convém ressaltar que no dia 17/04/2017 a EPE e a Petrobrás apresentaram petição ao CADE, em que comunicam ter firmado um contrato de fornecimento de gás. É possível observar, da análise do Inquérito Administrativo, que este contrato não foi a primeira oportunidade em que a EPE tentou resolver a sua reclamação fora do processo em trâmite no Cade, por meio de tratativas privadas da empresa diretamente com a Petrobrás.

25. É este, de fato, o último andamento relevante do feito administrativo.

26. Importante destacar, mais uma vez, que da mesma forma que não há até o presente momento nenhuma manifestação da Superintendência quanto ao mérito dos pedidos formulados pela EPE, também não há qualquer manifestação sobre o conteúdo do contrato privadamente assinado entre EPE e Petrobrás.

C) HISTÓRICO DAS TRATATIVAS PRIVADAS TRAVADAS ENTRE EPE (JBS) e PETROBRÁS

27. Conforme dito acima, o Cade não proferiu qualquer decisão sobre o mérito do processo. Por outro lado, as partes (EPE e Petrobrás) trouxeram ao conhecimento desta autarquia a informação de que firmaram um contrato privado, fruto de negociações travadas fora do processo em trâmite no Cade.

28. Sobre este ponto específico, convém destacar que a Petrobrás, ao trazer ao conhecimento do Cade, em 17/04/2017, por petição, a assinatura deste novo contrato de fornecimento, frisou a inexistência de qualquer interferência da autarquia, tácita ou expressa, no acordo firmado entre as partes (EPE e Petrobrás). Por ser esclarecedor, transcreve-se trecho desta manifestação:



DPF/MJ
de 12 482
Fi:
Rub:

*"Primeiramente, cumpre informar que Petrobras e EPE celebraram, na data de 13/04/2017, um novo contrato para fornecimento da UTE Cuiabá, cópia anexa, **viabilizado unicamente por mecanismos do mercado, sem relação com os termos propostos pelas Requerentes em seu pedido de medida preventiva e nem com uma eventual aceitação destes termos pelo CADE, conforme será visto adiante**" (p. 6 nos autos de acesso restrito, grifos nossos)*

***"O atendimento ou não, portanto, do novo pedido de medida preventiva interposto pela EPE/GOM junto ao CADE não foi determinante para que as partes viessem a pactuar os termos de um novo contrato de fornecimento para atendimento da UTE Cuiabá, que dependeu tão somente de que as condições do mercado de energia elétrica pudessem viabilizar o custo de suprimento; determinado, por sua vez, pelas condições do mercado de gás natural"** (p. 53 dos autos de acesso restrito, grifos nossos).*

29. Assim, a Petrobrás informou a assinatura do contrato e fez questão de demonstrar que tal contrato não traria em si uma aceitação das condutas imputadas a ela pela EPE, e que, em especial, foi viabilizado por mecanismo de mercado, e não mediante intervenção do Cade.

30. Da mesma forma, a EPE também peticionou perante o Cade levando a informação da assinatura do contrato privado com a Petrobrás, e, de forma semelhante, frisando que o contrato não teria resolvido a questão concorrencial. **A EPE deixou claro que seus pedidos perante o Cade, até o presente momento, não foram analisados nem contemplados.**

"Referido contrato, firmado em bases não razoáveis mas aceitas pela Representante provisoriamente para permitir o acesso imediato ao insumo gás natural Boliviano (relembre-se, insumo necessário e insubstituível para permitir a atividade da EPE Cuiabá) (...).

O preço de aquisição pactuado entre as Partes é, nos termos da cláusula 14ª [ACESSO RESTRITO] superior ao montante pago pela Petrobras na aquisição desse mesmo gás natural da empresa boliviana YPFB, (...).

Nota-se, dessa forma, que, apenas por deter a Petrobras contrato com exclusividade/prioridade no acesso ao gás boliviano, insumo indispensável e insubstituível à atividade da EPE, não encontrou ela, no curto prazo, para permitir o reinício da sua atividade, outro caminho senão, provisoriamente, curvar-se a exigência de um preço [ACESSO RESTRITO] superior ao arcado pela Petrobras para aquisição do insumo. Note-se, com atenção, que a Petrobras, nesse sentido, obtém [ACESSO RESTRITO] de lucro, além de impor um custo tributário à sua concorrente EPE, tão somente por servir-se ela, Petrobras, como intermediária (atravessadora), sem nenhum custo ou risco, no fornecimento desse insumo.

Adicionalmente, configura-se desequilibrado e não razoável o contrato ora firmado entre EPE e Petrobras também em razão da imposição de pagamento do preço no prazo de

aproximadamente [ACESSO RESTRITO] dias após o mês de fornecimento NOSSOS)

31. A forma como a questão é posta nos autos do Inquérito Administrativo pelas partes, em especial quanto à assinatura deste contrato, evidencia que a única solução encontrada pelas partes foi uma solução privada, sem qualquer imposição ou decisão do Cade, e que mesmo esta solução não teria resolvido eventual questão levada ao Cade pela EPE, segundo a própria empresa.

32. Importante, também, ressaltar que este contrato apresentado pelas partes não representa nenhuma surpresa para o quadro fático do Inquérito Administrativo, em especial porque a EPE e a Petrobrás, durante todo o trâmite do feito, levaram ao Cade diversas informações sobre tratativas privadas, dirigidas exclusivamente por influência do mercado.

33. O histórico de negociações privadas ficou ainda mais evidente na petição protocolada em 17/04/2017, pela qual a Petrobrás levou ao Cade a notícia do contrato firmado com a EPE no dia 13/04/2017. Nesta mesma petição, a Petrobrás traçou também uma linha histórica de todas as negociações travadas pelas partes, sem a participação do Cade. Por também ser pertinente à investigação, toma-se a liberdade de transcrever trechos do histórico de negociações apresentado pela Petrobrás na petição de 17/04/2017, omitindo-se os segredos de empresa legalmente protegidos:⁸

III. Do histórico de negociações entre Petrobras e EPE/GOM.

[...]

16. A UTE Cuiabá passou a operar com gás boliviano a partir de 1999, com base em um contrato de suprimento com a empresa Andina (controlada pela Repsol, que atuava como comercializadora), permitindo-lhe substituir o óleo diesel e ampliar sua capacidade para (RESTRITO), o que evidencia que o projeto foi concebido de forma inteiramente independente da malha de gasodutos do Brasil ou da intermediação da Petrobras em relação ao fornecimento do insumo.

[...]

27. Em fevereiro de 2014, após mais uma rodada de negociações, a Petrobras celebrou com a EPE um novo contrato de locação da Usina, e para tanto voltou a operar a planta com a alocação de gás natural à UTE Cuiabá e, em contrapartida, voltando a deter o direito de explorar comercialmente a geração de energia elétrica, com prazo de vigência de dois anos.

28. Tendo inicialmente como lastro a celebração de contratos interruptíveis (sem a garantia de fornecimento firme) entre a Petrobras e a YPFB para importação de (ACESSO RESTRITO) metros cúbicos por dia por curtos períodos de tempo, a UTE Cuiabá pode retomar as suas

⁷ Alguns trechos foram mantidos pelo Cade nesta petição como de "Acesso restrito" por se tratarem potencialmente de segredos de empresa, que foram protocolados pela EPE em autos apartados confidenciais. Contudo, o STF, o Ministério Público e as autoridades policiais tiraram cópia do inteiro teor do processo, e têm acesso integral a todas essas informações. O Cade também permanece à disposição para prestá-las.

⁸ O STF, o Ministério Público e as autoridades policiais tiraram cópia do inteiro teor do processo, e têm acesso integral a todas essas informações. O Cade também permanece à disposição para prestá-las.

DPF/MJ
Fl: 484
Rub: J&F

operações até outubro de 2015, quando a EPE optou, após sua aquisição pelo Grupo J&F pelo encerramento do contrato de locação, conforme será visto adiante.

[...]

33. Voltando ao histórico, em maio de 2015 foi concluída operação que consistiu na aquisição pelo Grupo J&F das empresas EPE e GOM, tendo o conglomerado adquirido, por conseguinte, tanto a UTE Cuiabá, quanto os 700 quilômetros de dutos que conectam as reservas de gás na Bolívia à Usina, optando por unilateralmente rescindir o contrato de locação com a Petrobras, passando a assumir a operação da usina e a responsabilidade pelo suprimento do gás.

[...]

35. Diante da impossibilidade de atendimento dos pleitos da EPE, que consistiam, entre outros, na cessão parcial do contrato celebrado entre Petrobras e YPF para atendimento firme da UTE Cuiabá, o que seria extremamente oneroso para a Petrobras em virtude dos compromissos por ela assumidos junto ao mercado, sobretudo num cenário onde arcaria somente com o ônus do negócio, a J&F decidiu acionar o CADE.

36. Ao longo das tratativas com vistas a obter uma possível estrutura comercial para o fornecimento firme de gás natural para a UTE Cuiabá que fosse vantajosa para ambas as partes, a Petrobras chegou a apresentar um modelo de negócio no qual atuaria como operador comercial, comprando gás natural liquefeito (GNL) da J&F no terminal de regaseificação do Rio de Janeiro e revendendo o gás natural adquirido da Bolívia para a J&F por um preço que cobrisse os custos de toda a operação.

37. No entanto, a ideia de que uma eventual proposta de suprimento de GNL poderia servir de base para precificação do gás natural a ser fornecido para UTE Cuiabá, visando a viabilizar a sua participação no Leilão de Energia e, ao mesmo tempo, remunerar adequadamente a Petrobras pelo compromisso de entrega firme, foi abandonada pelo Grupo J&F, que alegou não haver razoabilidade econômica nos valores apresentados pela Petrobras.

38. Finalmente, em outubro de 2015, sob a mediação da ANP, Petrobras e EPE acordaram as bases para celebração de um contrato de suprimento firme de gás natural de curto prazo, com preço baseado no GNL, permitindo que a Usina continuasse a operar mesmo após o término do contrato de locação, culminando na celebração de um instrumento comercial com prazo de vigência até dezembro de 2015.

39. Tendo em vista que o preço em negociação para fornecimento do gás natural pela Petrobras, com base no GNL, inviabilizava a participação da Usina no Leilão de Energia, cujo preço teto da energia a ser vendida era definido pelo MME, as partes abandonaram as tratativas com vistas a celebração de um contrato de longo prazo, passando a buscar um novo contrato de curto prazo, independente do leilão.

40. Assim, em dezembro de 2015, Petrobras e EPE celebraram um segundo contrato firme de fornecimento de curto prazo, com preço baseado no GNL, a vigorar até janeiro de 2016, sendo que, na ocasião das tratativas visando a sua renovação, a J&F entendeu que as condições apresentadas inviabilizariam a operação da UTE, tendo em vista o cenário de baixa previsão de despacho termelétrico.

[...]

42. Ao longo do ano de 2016, as partes não chegaram a um consenso a respeito do preço do gás natural frente aos maiores níveis de flexibilidade que passaram a ser demandados pela EPE, que, em função da baixa probabilidade de despacho (que se reflete num baixo valor de PLD - preço de liquidação de diferenças, utilizado para valorar a energia comercializada no curto prazo), não desejava se comprometer com a retirada total da quantidade contratada.

43. Não por acaso, quando o PLD atingiu, em fevereiro de 2016, o seu valor mínimo desde a aquisição da Usina pelo Grupo J&F (R\$ 30,42/MWh, mostrando que o mercado de energia estava em baixa, com probabilidade de baixo despacho), a EPE informou ao CADE sobre a não necessidade de se avaliar o seu primeiro pedido de medida preventiva, pleiteando que a Petrobras fosse obrigada a fornecer o gás.

44. Da mesma forma que, quando o PLD subiu, de fevereiro para março de 2017, de R\$ 128,43/MWh para R\$ 216,24/MWh, atingindo seu maior nível desde a aquisição da Usina pelo

DE/MJ
Fl: 495
Publ. no 1

Grupo J&F, a EPE se apressou em apresentar um novo pedido de medida preventiva no PROCADE, pleiteando que a Petrobras seja obrigada a fornecer o gás.

45. Ou seja, o que move as demandas apresentadas ao CADE pela EPE não são as condutas da Petrobras, que sempre buscou, na mesa de negociação, alternativas que viabilizassem o fornecimento da UTE Cuiabá, mas sim os movimentos do próprio mercado, refletidos na expectativa de preço da energia elétrica no mercado livre e, por conseguinte, na expectativa do lucro a ser auferido pelo Grupo J&F com a venda da energia diante do preço do gás.

46. Cabe ressaltar que as bases da precificação do gás que nortearam as negociações entre Petrobras e J&F, inclusive com a mediação da ANP, refletiram as reais alternativas de suprimento adicional para a UTE Cuiabá ou qualquer outro empreendimento que não detivesse acesso ao insumo em base firme, ou seja, a importação via GNL. Dessa forma, o que viabilizaria ou não o funcionamento de uma usina não contratada nessas condições seria o preço da energia no mercado livre, dado pelo PLD.

[...]

49. Assim, tendo em vista que as atuais perspectivas do mercado de energia elétrica, sinalizadas pela alta do PLD e pela sinalização da ANEEL, por meio do sistema de bandeiras tarifárias, de que a probabilidade de despacho do parque termelétrico nos próximos meses é alta, a EPE aceitou a proposta NPP, que lhe pareceu mais vantajosa, tendo ocorrido, conforme exposto, a efetiva celebração do contrato em 13/04/2017.

50. Nesse ponto, cumpre destacar que, conforme solicitado pela EPE, o contrato negociado entre as Partes será celebrado entre Petrobras e a Âmbar Energia Ltda., que, de acordo com a Representante, é a sucessora da EPE e atual empresa do Grupo J&F Investimentos que possui os ativos do Projeto Integrado de Energia Cuiabá.

51. Cabe ressaltar, ainda, que para efetiva celebração do contrato, as partes acordaram a redução do prazo de vigência proposto pela Petrobras de 31/12/2019 para 31/12/2017, e, em contrapartida, a redução no prazo de [ACESSO RESTRITO].

52. A Figura 1, abaixo, resume a relação entre os eventos ocorridos ao longo das tratativas entre Petrobras e J&F e as oscilações no mercado livre de energia, em especial o pedido junto ao CADE de retirada do primeiro pedido de medida preventiva (PLD em baixa) e o novo pedido de medida preventiva (PLD em alta), ilustrando que o desfecho favorável das negociações depende muito do preço do produto energia elétrica no mercado do que de eventual conduta por parte da Petrobras.

53. O atendimento ou não, portanto, do novo pedido de medida preventiva interposto pela EPE/GOM junto ao CADE não foi determinante para que as partes viessem a pactuar os termos de um novo contrato de fornecimento para atendimento da UTE Cuiabá, que dependeu tão somente de que as condições do mercado de energia elétrica pudessem viabilizar o custo de suprimento, determinado, por sua vez, pelas condições do mercado de gás natural.

34. Importante repisar que se trata de trecho extraído de petição protocolada pela Petrobras perante o Cade em 17/04/2017, sobre a qual não houve nenhuma manifestação do ente, mas que demonstra claramente que o acordo firmado pelas partes em 13/04/2017, além de ter sido direcionando exclusivamente pelas regras de mercado, não teve, em nenhum momento, qualquer participação do Cade ou dos seus dirigentes.

35. Nota-se, também, que o que motivou as duas partes a retomarem (aparentemente entre março e abril de 2017) suas negociações privadas – que, como visto, ocorreram de forma constante ao longo de todo o curso processual, inclusive com a

assinatura de ao menos dois contratos pretéritos nesse período —, foram os novos pleitos iniciados pela própria EPE para aquisição de gás natural, e não uma provocação do Cade.⁹

D) CONCLUSÕES

36. Conforme narrado, o caso EPE x Petrobras em curso no Cade permanece em fase de inquérito (investigação preliminar), não tendo havido, até o presente momento processual, nenhum parecer ou decisão do órgão a respeito da matéria.

37. Se depreende das petições protocoladas pela EPE e pela Petrobras, no dia 17/04/2017, nos autos do Inquérito Administrativo, que a solução (aparentemente parcial ou temporária) da divergência entre a EPE e a Petrobras ocorreu não por decisão do Cade, mas pela assinatura de um contrato privado entre a EPE e a Petrobras, com o objetivo de sanar, total ou parcialmente, a disputa entre as duas empresas, relativa ao fornecimento de gás.

38. Tal contrato — a princípio, e segundo o histórico da Petrobras, o terceiro já firmado entre as duas partes durante o curso processual — é fruto de negociações iniciadas e travadas exclusivamente entre as partes deste o início da investigação perante o Cade. Negociações estas documentadas no Inquérito Administrativo em diversas petições, por vezes da EPE, por vezes da Petrobras, sendo que a assinatura do contrato não foi determinada por nenhuma decisão do Cade.

39. No que diz respeito à composição entre as partes, não há, aparentemente, razões para o Cade se opor, pois não só é comum, mas desejável, que disputas concorrenciais submetidas ao Cade sejam resolvidas privadamente pelas próprias partes, o que não retira do ente a atribuição de continuar investigando.

40.

⁹ Segundo informado ao Cade pela EPE em sua petição de 20.03.2017, em que solicita medida preventiva mais recentemente, a empresa estava, há algum tempo, buscando negociar um contrato de fornecimento de gás diretamente com o governo da Bolívia, já que os contratos assinados com a Petrobras eram de curto prazo com condições, segundo a EPE, desvantajosas. Segundo informado, a EPE logrou, finalmente, em dezembro de 2016, assinar um contrato de aquisição de gás com a Bolívia, com fornecimento condicionado a haver uma sobra na quantidade de gás fornecida pela Bolívia à Petrobras (que tem preferência na aquisição do gás boliviano). Segundo a EPE, após a assinatura de seu contrato com a Bolívia e o começo do recebimento do gás a Petrobras, que até então não vinha demandando grandes quantidades de gás boliviano, passou a demandar grandes volumes, impossibilitando a contratação da EPE com a Bolívia, o que ensejou o novo pedido de preventiva junto ao Cade.

41. Por fim, importante destacar que os servidores e dirigentes do Cade jamais tiveram conhecimento de que um agente político estaria, supostamente, recebendo recursos de uma empresa privada para buscar soluções junto ao órgão.

42. A representação da EPE formulada perante o Cade, hoje em sede de Inquérito Administrativo, possui mérito extremamente complexo, e tem sido conduzido dentro da normalidade, com as instruções de praxe ao longo de todo o seu curso. O Cade reitera que todos os atos processuais foram conduzidos pela área técnica tendo por base o mérito do caso e os ditames legais, sem quaisquer favorecimentos.

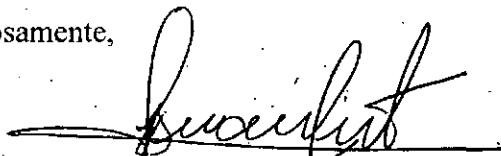
43. A ausência de qualquer parecer ou decisão do Cade a favor da EPE (JBS) evidencia que eventuais planos de terceiros externos para influenciar decisões do órgão não reverberaram nem tiveram resultado dentro da autarquia.

44. Cumpre salientar, por fim, que esta manifestação, com o objetivo maior de auxiliar a investigação, tem como finalidades específicas, (i) explicar os procedimentos que estão à disposição do Cade para a investigação de condutas anticoncorrenciais, (ii) informar os procedimentos adotados no caso específico da EPE (JBS) vs. Petrobrás, citados diversas vezes nesta investigação, e (iii) dar transparência às ações de técnicos e dirigentes do Cade neste caso concreto.

45. Não tem esta manifestação qualquer intenção de isentar de responsabilidade eventuais agentes políticos que tenham utilizado o nome do Cade, ou de qualquer um dos seus agentes, para auferir vantagens ilícitas. Busca-se apenas demonstrar que, ainda que tais comportamentos tenham eventualmente sido adotados pelos agentes políticos investigados, não encontraram ressonância na postura técnica reconhecidamente adotada pela autarquia durante todo o trâmite do Inquérito Administrativo.

46. Continuamos à disposição para qualquer informação adicional.

Respeitosamente,


Fernando Barbosa Bastos Costa
Procurador-Chefe Adjunto do Cade

DPF/MJ
Fl: 448
Rub: 1

Aviso nº 139/GAB/SEGOV/PR

Brasília (DF), 05 de junho de 2017

Ao Senhor
THIAGO MACHADO DELABARY
Delegado de Polícia Federal
Grupo de Inquéritos STF
SAS Quadra 6, Bloco A, 7º andar salas 702/704
Ed Sede da Polícia Federal
70.037-900 – Brasília/DF

Assunto: Solicitação de Documentos

Referência: **Registro Especial nº 0091/2017-1-GINQ (INQ.4483 – STF)**

Senhor Delegado,

1. Refiro-me ao Ofício nº 0815/2017 – RE 0091/2017-1 – PF/MJC – DFIN/DICOR, de 01 de junho de 2017, que trata da solicitação de informações acerca da agenda oficial do ex-Ministro Geddel Vieira Lima, no período em que esteve à frente da Secretaria de Governo da Presidência da República.
2. A propósito, informo que os dados solicitados encontram-se anexos a este documento.
3. Dado o prazo exíguo para o atendimento da demanda, permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,


ANTONIO IMBASSAHY

Ministro de Estado

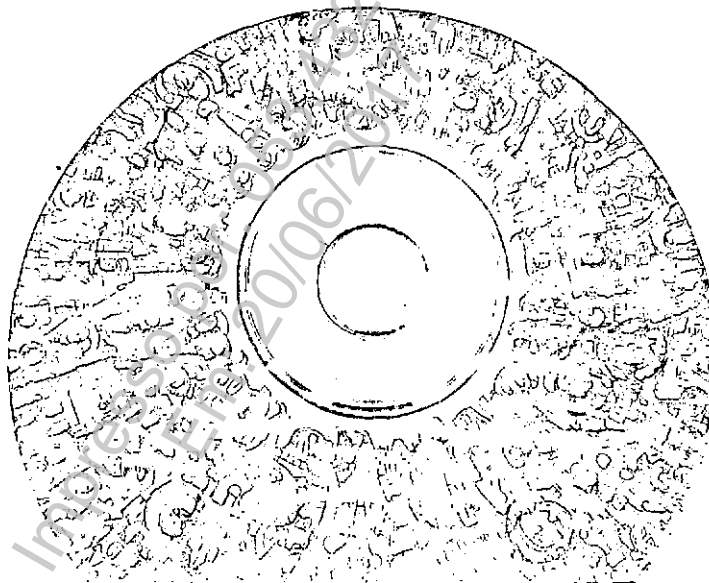
Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República



PF / MJC
Fl: 499
Rub: 7

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL - SEDE
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF - GINQ/STF/DICOR

Essa folha contém mídia com cópia digitalizada dos documentos encaminhados através do
Ofício nº 139/GAB/SEGOV/PR.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

CONCLUSÃO

Aos 08 dias do mês de junho de 2017, faço estes autos conclusos ao Senhor Delegado THIAGO MACHADO DELABARY. Eu, Marcelo Silveira Coitinho, Escrivão de Polícia Federal, 1ª Classe. matr. 15.919, que o lavrei.

DESPACHO

1. Tragam-se aos autos os Termos de Declarações prestados por ROBERTA FUNARO YOSHIMOTO, DANTE BOLONHA FUNARO, GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA e RICARDO CONRADO MESQUITA;

2. Junte-se petição apresentada no interesse de VERA LILIA SANTOS DA ROCHA LOURES, informando que foi protocolado no Supremo Tribunal Federal requerimento no sentido de que não ocorra a oitiva determinada à fl. 465, face ao disposto no art. 206 do CPP.

3. Após, conclusos.

Brasília/DF, 08 de junho de 2017.


THIAGO MACHADO DELABARY
Delegado de Polícia Federal

TERMO DE DATA

Aos 08 dias do mês de junho de 2017, recebi estes autos com o Despacho da Autoridade. Eu, Marcelo Silveira Coitinho, Escrivão de Polícia Federal, 1ª Classe. Matrícula 15.919, que o lavrei.



DPF/MJ
Fl: 501
Rub: 1

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

TERMO DE DECLARAÇÕES que presta:

ROBERTA FUNARO YOSHIMOTO

Ao(s) 07 dia(s) do mês de junho de 2017 nesta Delegacia de Polícia Federal no Aeroporto de Congonhas, São Paulo/SP, onde se encontrava MARLON OLIVEIRA CAJADO DOS SANTOS, Delegado de Polícia Federal, compareceu **ROBERTA FUNARO YOSHIMOTO**, nacionalidade brasileira, casada, filha de José Roberto Funaro e de Neiva Bolonha Funaro, nascida aos 26/06/1975, natural de São Paulo/SP, profissão Advogada, documento de identidade nº 13.197.192-X/SSP/SP, CPF 263.763.558-46, residente na(o) Rua Conde D'eu, 1539, Santo Amaro, São Paulo/SP, CEP: 04738-010, fone (11) 4305-9371 e celular (11) 99464-3251. Inquirido(a) a respeito dos fatos, RESPONDEU: **QUE** advoga na área tributária e empresarial; **QUE** foi advogada do Grupo LUFT, seguimento de logística, até 2008 quando deixou de atuar na advocacia para cuidar de sua genitora que foi acometida por um AVC hemorrágico, sendo inclusive a tutora dela; **QUE** é sócia de uma empresa, tendo como outro sócio seu genitor, com atuação na área médica, a qual é a especialidade de seu pai; **QUE** não é, nem foi, sócia de seus irmãos LÚCIO BOLONHA FUNARO e DANTE BOLONHA FUNARO; **QUE** não tem ciência de eventuais atividades ilícitas desenvolvidas por seu irmão LÚCIO BOLONHA FUNARO, tampouco participa das atividades laborais ou profissionais de seu irmão; **QUE** costumava visitar seu irmão LÚCIO BOLONHA FUNARO na prisão (Papuda) aos sábados; **QUE** as conversas com o irmão tinham sentido de reconfortá-lo e transmitir novidades sobre o estado de saúde e ânimo da família, diga-se, dos pais, a filha de LÚCIO e orações; **QUE** as conversas que mantinham no sentido negocial era mais solicitações de LÚCIO sobre extratos de suas contas e mensagens para as secretárias dele para pagamento de contas domésticas; **QUE** a declarante não tem acesso as contas e movimentações bancárias do irmão LÚCIO; **QUE** também conversavam sobre gado, já que LÚCIO era investidor; **QUE** LÚCIO nunca mandou recado para políticos; **QUE** a declarante também nunca levou recados de políticos para LÚCIO na prisão; **QUE** a declarante sequer conhece algum político, e nada sabe informar sobre o relacionamento de LÚCIO com eles; **QUE** não conhece, nem nunca esteve com EDUARDO CUNHA, e nada sabe informar sobre a relação de LÚCIO com este; **QUE** não conhece ALTAIR ALVES PINTO; **QUE** não conhece, nem nunca esteve com JOESLEY BATISTA, ou qualquer outra pessoa de sua família; **QUE** na verdade, no aniversário de um ano da filha de LÚCIO em 23 de janeiro de 2017, conheceu TICIANA, esposa de JOESLEY e o filho do casal, que passou na casa da cunhada da declarante para cumprimentar e levar um presente para a aniversariante; **QUE** só foi apresentada a TICIANA e não chegou a conversar com ela; **QUE** conhece FRANCISCO DE ASSIS, diretor jurídico da JBS; **QUE** FRANCISCO DE ASSIS chamou a declarante no seu escritório na JBS

DPF/MJ
Fl: 602
Rub: l



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

para informar que tinha coisas de LÚCIO para lhe entregar; **QUE** a declarante primeiro foi conversar com LÚCIO para ver se a informação de FRANCISCO DE ASSIS procedia; **QUE** LÚCIO informou a declarante que FRANCISCO DE ASSIS lhe entregaria alguns valores e documentos referentes a um crédito que possuía junto à J&F investimentos, por conta da fusão com o grupo BERTIN; **QUE** a declarante então passou a receber valores entregues por FRANCISCO DE ASSIS, guardando-os em sua residência até a saída de LÚCIO da prisão; **QUE** a declarante não olhava o conteúdo das sacolas recebidas de FRANCISCO DE ASSIS, as quais inclusive vinham lacradas, no que a declarante entendia que assim deveriam permanecer; **QUE** LÚCIO nunca orientou a declarante a fazer investimentos ou depósitos destes valores; **QUE** também nunca houve orientação para entregar parte dos valores para outras pessoas; **QUE** acredita ter ido a sede da JBS para retirar os valores com FRANCISCO DE ASSIS em sete oportunidades, mas somente em cinco lhe foram entregues sacolas; **QUE** as sacolas eram, uma da HARLEY DAVIDSON, uma preta a tira colo sem marca aparente e outras três pastas pretas, modelo de laptop da marca VICTORINOX ou similar; **QUE** as entregas ocorreram em horário de expediente na sede da JBS; **QUE** nas últimas três vezes em que esteve na JBS, por orientação do próprio FRANCISCO DE ASSIS, a declarante ia de táxi e ao chegar entrava em contato com SANDRA, secretária de FRANCISCO, que saía para entregar um crachá de visitante à declarante para que não tivesse que passar pela recepção; **QUE** nestas idas à JBS FRANCISCO DE ASSIS costumava perguntar à declarante se LÚCIO tinha intenção de firmar acordo de colaboração premiada, inclusive sendo incisivo neste aspecto, chegando a pedir telefones de advogados que estariam defendendo LÚCIO para contatá-los diretamente; **QUE** a declarante deu os telefones dos advogados: DANIEL GERBER e VERA CARLA SILVEIRA, mas não sabe informar se eles foram contatados; **QUE** a declarante costumava informar a FRANCISCO DE ASSIS e a advogada da JBS, de nome CAROLINA HAMAGUCHI, que LÚCIO não tinha vontade de firmar acordo de colaboração, inclusive por conta da experiência que teve na época do mensalão; **QUE** LÚCIO informou a declarante que o valor mensal devido pela JBS era de aproximadamente R\$ 400 mil, mas a declarante não fazia verificação dos valores; **QUE** por dois meses a JBS deixou de efetuar os pagamentos; **QUE** havia um processo entre LÚCIO e a J&F para recebimento de valores devidos pela empresa ao irmão da declarante; **QUE** a declarante costumava perguntar porque não se chegava a um acordo neste processo, já que inclusive havia uma relação comercial e de amizade entre LÚCIO e JOESLEY; **QUE** FRANCISCO DE ASSIS sugeriu à declarante que não levasse o processo tão a sério, já que inclusive estaria recebendo valores a respeito dessa causa; **QUE** mesmo com essa sugestão LÚCIO entendia que o processo deveria ser levado adiante, chegando a nomear um assistente técnico para perícia judicial determinada no processo; **QUE** FRANCISCO DE ASSIS ficou contrariado por causa do andamento do processo e informou à declarante que só não haviam chegado ainda a um acordo por orientação do advogado de JOESLEY na área

Di

DPF/MJ
Ft: 503
Rub: 1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

criminal, SEPULVEDA PERTENCE, para evitar acordo com LÚCIO que se encontrava preso e com suas contas bancárias monitoradas, que poderia repercutir negativamente na J&F investimentos; **QUE** o dinheiro coletado e guardado pela declarante pertencia somente a LÚCIO, e não a toda família, até porque todos possuem capacidade e autonomia financeira dentro do seu padrão de vida, não necessitando de ajuda financeira de LÚCIO; **QUE** nunca foi transmitido a declarante, e nem essa também transmitiu a ideia de que os recursos pagos pela JBS seriam a pretexto de "comprar o silêncio" de seu irmão LÚCIO; **QUE** não conhecia RICARDO SAUD até o dia em que este lhe entregou a última sacola contendo valores da JBS para LÚCIO; **QUE** RICARDO SAUD lhe foi indicado como um funcionário ligado a FRANCISCO DE ASSIS, que não poderia atender a declarante naquele dia por conta de viagem pré-agendada; **QUE** a declarante ficou cerca de duas horas com RICARDO SAUD, o qual inclusive levou a declarante para conhecer o INSTITUTO GERMINARE, projeto de área social da JBS; **QUE** somente após essa visita ocorreu a entrega de valores; **QUE** houve insistência por parte de RICARDO para buscar e levar de volta a declarante que recusou a oferta, já que havia deixado seu carro estacionado no shopping VILLA LOBOS; **QUE** antes da declarante, FRANCISCO DE ASSIS havia conhecido DANTE BOLONHA FUNARO, mas não sabe informar se ele chegou a receber valores ou qual o nível de relacionamento de DANTE com FRANCISCO; **QUE** nunca repassou dinheiro em espécie a políticos, a pedido de seu irmão LÚCIO; **QUE** LÚCIO nunca conversou com a declarante acerca do envolvimento dele com políticos; **QUE** LÚCIO nunca conversou com a declarante acerca de pessoas interessadas no silêncio dele; **QUE** apresentado o Auto de Busca e Arrecadação a declarante confirmou que os itens 01, 02, 05, 08, 09, 10 e 12 são de sua propriedade ou de seu marido; **QUE** demais itens diga-se 03, 04, 06, 07, 11, 13, 14, 15, 16 e 17 pertencem a seu irmão LÚCIO; **QUE** além do dinheiro os itens acima especificados estavam na residência da declarante, a pedido de LÚCIO, em razão da desativação do escritório grande que possuía na Rua Jerônimo da Veiga, nº 45 ou 50, 8º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP, bem como sua própria residência que LÚCIO havia colocado para alugar para redução de custos em decorrência de sua prisão; **QUE** os locais em que a declarante recebeu os valores dentro da JBS, se deram por indicação de FRANCISCO DE ASSIS, e eram eles que determinavam a entrada e saída da declarante da empresa se dessem por portarias diferentes; **QUE** a declarante relata que LÚCIO chegou a processar o seu antigo advogado DANIEL GERBER, para reaver dinheiro que havia sido pago a mais, e o causídico não queria devolver amigavelmente; **QUE** estranhou, em certa feita, a intervenção de FRANCISCO DE ASSIS sobre essa ação contra DANIEL GERBER, em que este pediu que LÚCIO desistisse da ação e informando que JOESLEY BATISTA teria se prontificado a devolver eventual valor devido; **QUE** segundo FRANCISCO DE ASSIS, JOESLEY estaria preocupado com a exposição de LÚCIO, mas a declarante estranhou este fato. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado. Determinou a autoridade o encerramento do presente que, lido e

[Handwritten signatures and initials]

DPF/MJ	
Fl:	504
Rub:	9



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

achado conforme, assina com a declarante, na presença de seu(sua, s) advogado(a, s) BRUNO ESPINEIRA LEMOS, inscrito na OAB/DF sob nº 17918, com escritório na SBS, Quadra 02, Lote 05, Bloco E, Ed. Prime, Salas 906/907, bairro ASA SUL, Brasília/DF, celular (61) 3322-4123 e (61) 99288-6286 e comigo, FRANCYS MARA SILVA PEREIRA, Escrivã de Polícia Federal, 3ª Classe, Matrícula 19.159, que o lavrei.

AUTORIDADE :

DECLARANTE :

ADVOGADO(A) :

ESCRIVÃ :

Impresso por: 053.432.539-46 Inq 4188
Em: 20/06/2017 - 16:28:20



DPF/MJ
Fl: 505
Rub: f

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

TERMO DE DECLARAÇÕES que presta:

DANTE BOLONHA FUNARO

Ao(s) 07 dia(s) do mês de junho de 2017 nesta Delegacia de Polícia Federal no Aeroporto de Congonhas, São Paulo/SP, onde se encontrava MARLON OLIVEIRA CAJADO DOS SANTOS, Delegado de Polícia Federal, compareceu **DANTE BOLONHA FUNARO**, nacionalidade brasileira, casado, filha de José Roberto Funaro e de Neiva Bolonha Funaro, nascido aos 01/10/1971, natural de São Paulo/SP, profissão Engenheiro Mecânico, documento de identidade nº 11659178/SSP/SP, CPF 143. 047.128-02, residente na(o) Rua Alberto Faria, 461, Alto de Pinheiros, São Paulo/SP, fone (11) 3816-5659/5600 e celular (11) 99187-3044. Inquirido(a) a respeito dos fatos, RESPONDEU: **QUE** é formado em engenharia mecânica e trabalha na SERVENG CIVIL SAN S.A. acerca de 10 anos; **QUE** nunca foi sócio de LÚCIO BOLONHA FUNARO, fazendo questão de ressaltar que desde 2002 mantém uma relação distante de seu irmão; **QUE** igualmente nunca foi sócio de sua irmã ROBERTA FUNARO; **QUE** o principal motivo de manter uma relação mais afastada de seu irmão é justamente porque o declarante mantém sua vida em ordem e vive da sua reputação, e diante das notícias que envolvem seu irmão tem receio de que sua vida pudesse sofrer algum tipo de abalo; **QUE** é sócio da empresa DANTE BOLONHA FUNARO M.E., CNPJ nº 07896325/0001-43; **QUE** desconhece eventuais atividades supostamente ilícitas desenvolvidas por seu irmão LUCIO BOLONHA FUNARO; **QUE** nunca participou de atividades profissionais ou laborais do irmão LÚCIO; **QUE** visitou seu irmão LÚCIO na PAPUDA, e também na carceragem da Polícia Federal, ambos em Brasília/DF; **QUE** em janeiro de 2016, com o nascimento da filha de LÚCIO, o declarante se reaproximou um pouco do convívio familiar com o irmão; **QUE** em uma visita ao escritório de LÚCIO, de forma ocasional, foi apresentado a FRANCISCO DE ASSIS; **QUE** LÚCIO conversou com FRANCISCO em uma sala enquanto o declarante aguardou no gabinete de LÚCIO; **QUE** após a conversa de LÚCIO com FRANCISCO, o irmão retornou a sua sala e informou ao declarante que possuía um contrato com a JBS e que se algo de ruim lhe acontecesse, que o declarante procurasse FRANCISCO DE ASSIS, para cobrar a dívida a fim de arcar com despesas de escritório, domésticas entre outras; **QUE** após a prisão de LÚCIO o declarante entrou em contato com FRANCISCO DE ASSIS para cobrar a dívida que seu irmão havia mencionado; **QUE** se recorda que LÚCIO foi preso no dia 01 de julho de 2016, e que no dia 04 do mesmo mês, foi ao escritório de LÚCIO para tomar pé da situação; **QUE** verificou que haviam muitas contas atrasadas e que seus valores eram bem altos; **QUE** entrou em contato com FRANCISCO DE ASSIS e ele pediu para que o declarante fosse até a sede da JBS; **QUE** lá cobrou o valor referente ao contrato mencionado por seu irmão e perguntou para quem emitiria a nota fiscal; **QUE** FRANCISCO explicou ao declarante



DPF/MJ
Fl: 506
Rub: 1

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

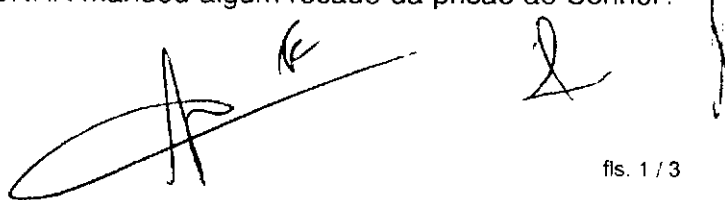
que a empresa estava passando por problemas internos, e que emitiria a nota logo após resolver tal problema; **QUE** na ocasião, FRANCISCO DE ASSIS apresentou ao declarante um subordinado dele, que, posteriormente, veio a saber que se tratava de FLORISVALDO; **QUE** nesse mesmo encontro, FRANCISCO marcou duas datas ainda nas semanas seguintes para que o declarante se encontrasse com FLORISVALDO; **QUE** a primeira entrega de valores se deu em uma padaria no Morumbi, chamada COLMEIA; **QUE** o declarante foi ao local indicado, salvo engano próximo às 12h, onde encontrou FLORISVALDO, que após isso saiu da padaria e este lhe entregou uma sacola no meio da rua; **QUE** foi ao escritório de LÚCIO onde deixou a sacola com o dinheiro; **QUE** posteriormente verificou que na sacola continha R\$ 600 mil, e entregou parte do dinheiro para que as secretárias efetuassem os pagamentos das contas do escritório; **QUE** o declarante informa que novamente solicitou a FRANCISCO DE ASSIS a regularização dos pagamentos com emissão de nota fiscal, mas este informou que o problema interno persistia; **QUE** duas ou três semanas depois o declarante foi novamente até a padaria COLMEIA onde encontrou FLORISVALDO e juntos foram ao estacionamento do shopping BUTANTÁ, local onde FLORISVALDO saiu do carro do declarante, e, em seguida retornou com outra sacola entregando-a ao declarante; **QUE** o declarante levou a sacola com os valores para o escritório e continuou efetuando pagamentos das contas do escritório; **QUE** aproximadamente três dias depois procurou FRANCISCO DE ASSIS, tendo se encontrado com ele no shopping IGUATEMI, ocasião em que o declarante insistiu na regularização desses pagamentos com a emissão de notas fiscais; **QUE** FRANCISCO insistiu no "problema interno" da empresa, momento em que o declarante o informou que não receberia qualquer outro valor antes da regularização da situação, chegando a mencionar que este modo de pagamento lhe parecia muito estranho e não queria compactuar com qualquer atividade ilícita; **QUE** o declarante inclusive, no dia 22 de agosto de 2016, enviou um email para a sua família, para os funcionários do escritório e advogados de LÚCIO no qual explicou que em virtude dos fatos se ausentaria das funções do escritório e se isentaria de qualquer contato com pessoa relacionada à operação Lava Jato; **QUE** a partir de então qualquer problema deveria ser tratado com os advogados de LÚCIO; **QUE** não conhece EDUARDO CUNHA; **QUE** não conhece ALTAIR ALVES PINTO; **QUE** não conhece JOESLEY BATISTA; **QUE** não conhece RICARDO SAUD e faz questão de refutar a fala dele em vídeo de colaboração premiada, em que menciona que o declarante teria sido "abatido no caminho", destacando que saiu desses contatos com FRANCISCO DE ASSIS e de todo o contexto que envolvia este relacionamento por vontade própria e inclusive porque a forma de pagamento estava lhe parecendo "mal cheirosa"; **QUE** o declarante jamais desconfiou que o contrato pudesse derivar de atividade ilícita; **QUE** nunca foi passado para o declarante, a mera possibilidade de que esses pagamentos pudessem ser para "comprar o silêncio" de LÚCIO, até porque se assim fosse o declarante jamais se prontificaria a receber qualquer valor para essa finalidade; **QUE** o todo o recurso que o declarante recebeu

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA
Av. Engenheiro Oscar Pontes, 339, Água de Meninos – Salvador/BA – CEP 40460-130 – Tel.: (71) 3319-6000

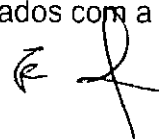
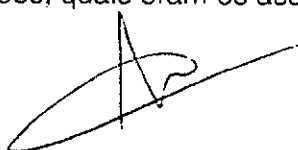
TERMO DE DECLARAÇÕES de
GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA
Inquérito nº 4483 STF

Aos 8 dias do mês de junho de 2017, nesta Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado da Bahia, em Salvador/BA, onde se encontrava MARCEL AHRINGSMANN DE OLIVEIRA, Delegado de Polícia Federal, 1ª Classe, Matrícula 13.948, compareceu **GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA, brasileiro, casado, filho de Afrisio de Souza Vieira Lima e Marluce Quadros Vieira Lima, nascido aos 18/03/1959, natural de Salvador/BA, Empresário, RG nº 0125893221 SSP/BA, CPF 220.627.341-15, residente na Rua Plínio Moscoso, nº 64, Apt. 901, bairro Chame Chame, Salvador/BA.** Pela ordem, a palavra foi solicitada pelo seu defensor que o acompanha, abaixo qualificado, o qual ponderou que, considerando o curto prazo entre a intimação e a data da oitiva, aliado à impossibilidade de ter acesso completo aos autos do processo, em especial os anexos e apensos, a despeito da intenção do seu cliente de prestar esclarecimentos que entender devidos, no momento presente, se encontra impossibilitado, ratificando que pretende manifestar-se quando detiver o devido acesso aos autos; **QUE** na sequência passou a Autoridade Policial a formular os quesitos apresentados pela AP deprecante, os quais seguem enumerados abaixo:

- 1) É sócio de empresas? Quais? Quem são os outros sócios?
- 2) Qual foi o período que o senhor foi Secretário de Governo do Presidente MICHEL TEMER? Entre suas funções, havia a de manter relacionamento com empresários? Quais empresários o senhor esteve em contato? Enumere pelo menos três? Quais eram as demandas desses empresários? Eram marcadas na agenda oficial?
- 3) Quando conheceu JOESLEY BATISTA? Quem os apresentou?
- 4) JOESLEY BATISTA informou em depoimento que o senhor fazia a interface entre a J & F INVESTIMENTOS e o Governo TEMER. O Senhor confirma essa função? Quais as demandas e assuntos que JOESLEY passou ao senhor para que levasse à consideração do Presidente TEMER?
- 5) Conhece RICARDO SAUD? Quem os apresentou? Quando o conheceu?
- 6) Quando conheceu EDUARDO CUNHA? Mantinha relacionamento em nível pessoal e social com o mesmo ou a relação tinha somente caráter político?
- 7) O senhor fez alguma visita a EDUARDO CUNHA na prisão? Sobre o que conversaram? EDUARDO CUNHA mandou algum recado da prisão ao Senhor? Que recado?



- 8) Quando conheceu LUCIO BOLONHA FUNARO? Quem os apresentou? Mantinha relacionamento em nível pessoal e social com o mesmo ou a relação tinha somente caráter profissional?
- 9) O senhor fez alguma visita a LUCIO BOLONHA FUNARO na prisão? Sobre o que conversaram? LUCIO BOLONHA FUNARO mandou algum recado da prisão ao Senhor? Que recado?
- 10) Em qual período o senhor foi Vice-Presidente de Pessoa Jurídica da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL? Nesse período, houve operações de crédito tratadas em sua área de atuação em favor de empresas do grupo J & F INVESTIMENTOS?
- 11) Conhece eventuais atividades supostamente ilícitas desenvolvidas por EDUARDO CUNHA? O senhor participava dessas atividades?
- 12) Conhece eventuais atividades supostamente ilícitas desenvolvidas por LUCIO BOLONHA FUNARO? O senhor participava dessas atividades?
- 13) O que sabe sobre a relação de LUCIO BOLONHA FUNARO e EDUARDO CUNHA?
- 14) O que sabe sobre a relação de EDUARDO CUNHA e LUCIO BOLONHA FUNARO com JOESLEY BATISTA?
- 15) O que sabe sobre a relação de EDUARDO CUNHA e LUCIO BOLONHA FUNARO com RICARDO SAUD?
- 16) O senhor tem ciência de alguma negociação envolvendo pagamentos efetuados pela J & F INVESTIMENTOS a pretexto de comprar o silêncio de EDUARDO CUNHA e LUCIO BOLONHA FUNARO? Em caso positivo, descreva as circunstâncias da negociação e dos pagamentos.
- 17) O senhor mantinha relacionamento próximo com a família de LUCIO BOLONHA FUNARO antes da prisão dele?
- 18) Conhece a esposa de LUCIO BOLONHA FUNARO?
- 19) Após a prisão de LUCIO BOLONHA FUNARO, o senhor efetuou ligações para a esposa dele? Nessas ocasiões, quais eram os assuntos tratados com a esposa dele?
- 20) Fez alguma sugestão para a esposa de LUCIO BOLONHA FUNARO para que ela o influenciasse a não firmar acordo de colaboração premiada?
- 21) O senhor teme ser implicado em algum assunto a ser tratado em eventual colaboração premiada de LUCIO BOLONHA FUNARO?
- 22) O senhor mantinha relacionamento próximo com a família de EDUARDO CUNHA, antes da prisão dele?
- 23) Conhece a esposa EDUARDO CUNHA?
- 24) Após a prisão de EDUARDO CUNHA, o senhor efetuou ligações para a esposa dele? Nessas ocasiões, quais eram os assuntos tratados com a esposa dele?



- 25) Fez alguma sugestão para a esposa de EDUARDO CUNHA para que ela o influenciasse a não firmar acordo de colaboração premiada?
- 26) O senhor teme ser implicado em algum assunto a ser tratado em eventual colaboração premiada de EDUARDO CUNHA?
- 27) O Senhor tem conhecimento de algum integrante do Governo Federal que tenha interesse na manutenção do silêncio de EDUARDO CUNHA e LUCIO BOLONHA FUNARO?
- 28) A eventual "compra do silêncio" de EDUARDO CUNHA e de LUCIO BOLONHA FUNARO é do conhecimento e tem aval, direto ou indireto, do Presidente MICHEL TEMER?
- 29) Sabe de algum fato objetivo que possa ser incluído em eventual acordo de colaboração premiada celebrado por EDUARDO CUNHA e LUCIO BOLONHA FUNARO, que venha a trazer implicações a integrante do Governo Federal?

Como sustentado ao norte, reservou-se ao direito de permanecer calado nesta ato. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado. Foi então advertido da obrigatoriedade de comunicação de eventuais mudanças de endereço em face das prescrições do Art. 224 do CPP. Determinou a autoridade o encerramento do presente que, lido e achado conforme, o assina com o declarante, na presença de seu advogado GAMIL FOPPEL EL HIRECHE, inscrito na OAB/BA sob n° 17828 e comigo, LUCIANO SOUSA MIRANDA, Escrivão de Polícia Federal, 2ª Classe, 18.277, que o lavrei.

AUTORIDADE : [Assinatura]

MARCEL AHRINGSMANN DE OLIVEIRA

DECLARANTE : [Assinatura]

GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA

ADVOGADO : [Assinatura]

GAMIL FOPPEL EL HIRECHE

ESCRIVÃO : [Assinatura]

LUCIANO SOUSA MIRANDA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSF - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

TERMO DE DECLARAÇÕES

que presta **RICARDO CONRADO MESQUITA**

Aos 08 dias do mês de junho de 2017, neste Edifício-Sede da Polícia Federal, em Brasília/DF, onde presente se encontrava THIAGO MACHADO DELABARY, Delegado de Polícia Federal, 1ª Classe, Matrícula n.º 13.538, em exercício na Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DICOR, compareceu **RICARDO CONRADO MESQUITA**, sexo masculino, casado, filho de João Conrado Mesquita e Maria Helena Conrado Mesquita, nascido aos 15/09/1958, natural de São Paulo/SP, instrução ensino superior, profissão Administrador de Empresas, documento de identidade n.º 76473259/SSP/SP, CPF 032.776.958-08, residente na Rua Doutor Virgílio de Carvalho Pinto, 311, apt.º 111, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, endereço comercial na Av. Ibirapuera, 2033, 13º andar, conj. 131, bairro Moema, São Paulo/SP, fone (11) 35945900. **Cientificado acerca dos seus direitos constitucionais, inclusive o de permanecer calado, inquirido a respeito dos fatos pela Autoridade Policial, RESPONDEU QUE**, desde 2009, o declarante mantém vínculo trabalhista com a Empresa RODRIMAR, sediada em Santos/SP, onde desempenha funções na área financeira, também coordenando o acompanhamento de processos administrativos e judiciais que envolvem o poder público; **QUE** as empresas que compõem o grupo RODRIMAR são a RODRIMAR TRANSPORTES, RODRIMAR AGENTE, que atua na área de despacho aduaneiro, e a RODRIMAR TERMINAIS, que como o próprio nome diz, atua na Zona Portuária de Santos; **QUE** essa atuação na Zona Portuária decorre de concessão obtida junto ao poder público; **QUE** o grupo RODRIMAR tem como Diretor-Presidente o Senhor CELSO GRECCO; **QUE**, perguntado acerca da existência de relação entre CELSO GRECCO e o Presidente da República MICHEL TEMER, afirma que ambos são "conhecidos", não se tratando de amigos; **QUE** o declarante acrescenta que ambos mantém relação institucional; **QUE**, perguntado ao declarante se tem conhecimento de alguma doação eleitoral realizada por empresa do grupo RODRIMAR a MICHEL TEMER, afirma que não, esclarecendo que, pela natureza jurídica da empresa, uma concessionária de serviço público, são vedadas tais doações; **QUE**, perguntado sobre eventual doação extra-oficial em benefício de alguma candidatura de MICHEL TEMER, afirma que isso não ocorreu da parte da RODRIMAR; **QUE** o declarante conhece RODRIGO DA ROCHA LOURES desde o ano de 2013, quando ele era Assessor de Relações Institucionais da Vice-Presidência da República; **QUE**, em 2013 a interlocução entre empresas do setor portuário e o Governo Federal estava bastante difícil e havia, segundo o declarante, a necessidade de discutir algumas questões relacionadas à nova lei dos portos, editada em junho de 2013, seguida de decreto que a regulamentou; **QUE**, diante da dificuldade de acesso ao Palácio do Planalto e demais órgãos da estrutura do Governo Federal, o setor foi orientado a procurar por RODRIGO DA ROCHA LOURES, uma vez que ele



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

realizava a interlocução entre a Vice-Presidência da República e representantes do setor privado; **QUE** o declarante não sabe de quem recebeu a orientação para procurar por RODRIGO DA ROCHA LOURES; **QUE**, desde então, o declarante passou a ter contatos esporádicos com RODRIGO DA ROCHA LOURES, sempre motivados pelo mesmo tema; **QUE** em agosto de 2016, aproximadamente, já no governo de MICHEL TEMER, houve deliberação no sentido de que os marcos regulatórios de diversos segmentos de infraestrutura deveriam ser aperfeiçoados, de modo a viabilizar a modernização e o aumento de investimentos; **QUE**, em razão disso, as empresas do setor portuário, assim como tantas outras, foram solicitadas a apresentar sugestões no âmbito do referido aperfeiçoamento; **QUE**, no Ministério dos Transportes, foi criado um grupo de trabalho para elaborar essas sugestões, do qual fizeram parte, pelo setor portuário, ANTONIO SEPÚLVEDA, "CLITIO" e, principalmente, um escritório de advocacia chamado Piquet Carneiro, sediado em Brasília; **QUE** o declarante ressalta que o principal interlocutor no Ministério dos Transportes era o escritório Piquet Carneiro; **QUE** a participação do declarante nessa questão era de apresentar sugestões a esse escritório para que as levasse à discussão que estava sendo travada com o Governo; **QUE**, em dezembro de 2016, houve a conclusão dos trabalhos que estavam sendo realizados no Ministério dos Transportes, com remessa à Casa Civil, onde tiveram início diversas reuniões plenárias, algumas das quais contaram com a participação de RODRIGO DA ROCHA LOURES; **QUE** o declarante participou de uma ou duas dessas reuniões em que ROCHA LOURES se fez presente; **QUE**, após algum intervalo decorrente do afastamento do Ministro Chefe da Casa Civil, ELISEU PADILHA, as discussões foram retomadas e intensificadas em março do corrente ano; **QUE**, mesmo com as dificuldades de compatibilizar agendas, em razão dos intensos compromissos de RODRIGO ROCHA LOURES, o declarante manteve encontros rápidos com ele, com frequência praticamente semanal, visando à atualização quanto à tramitação do novo marco regulatório do setor portuário; **QUE**, em meio a esses encontros frequentes, o declarante foi convidado por RODRIGO DA ROCHA LOURES a comparecer no Café Santo Grão, em São Paulo, em 24 de abril de 2017; **QUE** a rápida conversa mantida com RODRIGO DA ROCHA LOURES, nessa ocasião, limitou-se à questão que envolvia o marco regulatório do setor portuário; **QUE**, após isso, no dia 28 de abril, RODRIGO DA ROCHA LOURES ligou ao declarante e solicitou novo encontro; **QUE** o declarante naquele momento estava em reunião profissional em um estabelecimento comercial situado na Rua Joaquim Floriano, São Paulo, e RODRIGO DA ROCHA LOURES pediu que o declarante fosse até a Pizzaria Camelo; **QUE** o declarante afirmou que demoraria ainda cerca de quarenta minutos na reunião de que estava participando; **QUE**, após sair da reunião, o declarante chegou a se dirigir à Pizzaria Camelo, mas foi a uma unidade da Avenida Juscelino Kubitschek, ou seja, diversa da que RODRIGO DA ROCHA LOURES estava; **QUE** cerca de uma hora após a última ligação, RODRIGO DA ROCHA LOURES tornou a contatar o declarante para informar que estava no Aeroporto de Congonhas, solicitando ao declarante que se dirigisse àquele local; **QUE** perguntado se, entre 24 de abril e 28 de abril, alguma questão importante afeta à tramitação do marco regulatório tinha ocorrido, o declarante



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

afirma que estava havendo dificuldades para o avanço em questões que interessavam ao setor portuário e que gostaria de reportar isso a RODRIGO DA ROCHA LOURES; **QUE** perguntado ao declarante se havia urgência na conversa com RODRIGO DA ROCHA LOURES, afirma que sim, pois na Casa Civil estavam com a intenção de conferir aos contratos de concessão (pós-93) a ampliação de prazo apenas para novos vínculos, ou seja, sem contemplar concessões já em vigência; **QUE** o declarante, sendo um dos representantes do setor portuário, comunicou a RODRIGO DA ROCHA LOURES das dificuldades acima descritas, pretendendo que ele, juntamente com outros interlocutores do setor portuário, como o Senador Wellington, agissem para resolver o problema; **QUE**, perguntado se RODRIGO DA ROCHA LOURES tratava-se de um tradicional interlocutor dos interesses do setor portuário, o declarante afirma que, mais recentemente, ele se tornou, sim, um importante interlocutor; **QUE**, perguntado se, antes de ter participado de referida reunião profissional (ocorrida em endereço da Rua Joaquim Floriano), o declarante havia encontrado com RODRIGO DA ROCHA LOURES, naquele mesmo dia, o declarante afirma que não; **QUE** o declarante em momento algum, naquele dia 28 de abril, nem mesmo nos dias subsequentes, tomou conhecimento de que RODRIGO DA ROCHA LOURES havia recebido valores provenientes da empresa JBS; **QUE** RODRIGO DA ROCHA LOURES nunca conversou com o declarante sobre qualquer tema que envolvesse a JBS; **QUE** perguntado se já esteve na residência de RODRIGO DA ROCHA LOURES o declarante afirma que sim, em uma única oportunidade, em Brasília; **QUE** o declarante nunca foi sondado por RODRIGO DA ROCHA LOURES para participar de operações financeiras que envolviam o recebimento de dinheiro em espécie na JBS ou de alguém vinculado a essa empresa; **QUE**, somente após a divulgação jornalística dos fatos objeto desse inquérito, o declarante tomou conhecimento de que o seu nome foi sugerido por RODRIGO DA ROCHA LOURES, em conversa com executivo da JBS, para atuar como operador financeiro, especificamente com a função de apanhar valores na sede da JBS; **QUE**, perguntado o que tem a esclarecer a respeito dessa indicação, o declarante afirma que a ideia partiu exclusivamente de RODRIGO DA ROCHA LOURES; **QUE** ressalta que, no encontro de 24/04/2017, no Café Santo Grão, o declarante, ao chegar no local, percebeu que RICARDO SAUD estava em conversa com RODRIGO DA ROCHA LOURES; **QUE** chegou a conversar rapidamente, apenas amenidades, com RICARDO SAUD, a quem já conhecia em razão de negócio que a RODRIMAR havia realizado com a empresa Eldorado, controlada pelo grupo J&F Investimentos S/A; **QUE** RICARDO SAUD e o declarante haviam participado conjuntamente de reuniões relacionadas a esse negócio, que consistiu na venda de um terminal pela RODRIMAR à Eldorado; **QUE** acredita que RICARDO SAUD e RODRIGO DA ROCHA LOURES, em razão daquele encontro fortuito, tenham ventilado a participação do declarante no esquema que estavam planejando; **QUE** o declarante assegura que nunca participou de operações envolvendo a atividade de apanhar valores em espécie no interesse de agentes políticos, tampouco de qualquer outra de mesma natureza; **QUE** perguntado se estranha o fato de ter sido indicado para tal operação sem possuir qualquer experiência, o declarante afirma que sim, que



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

lhe souo estranho; **QUE**, perguntado se, nas conversas havidas com RODRIGO DA ROCHA LOURES, o declarante abordou a questão envolvendo a dilação de prazo de concessão às empresa portuárias "pré-93", o declarante afirma que diretamente não; pois tratou com ele apenas dos termos do decreto e este sim dava mecanismos para que o Governo Federal tratasse das concessões caso a caso; **QUE** a RODRIMAR tem o seu maior terminal nessa condição "pré-93" e outro, de menor porte, "pós-93"; **QUE**, no dia 10 de maio, foi publicado pelo Presidente da República o Decreto que instituiu o novo marco regulatório, trazendo, como principais alterações, a possibilidade de concessão por até setenta anos (antes era de cinquenta anos) e renovações sucessivas por períodos variáveis (antes o prazo era de vinte e cinco anos, renovável uma vez por igual período); **QUE** tais alterações atenderam aos anseios do segmento portuário; **QUE** os interesses das empresas na condição do "pré-93" não foram contemplados pelo decreto, o que se deu em razão da falta de consenso quanto ao instrumento normativo adequado para promover tais modificações; **QUE**, segundo o que o declarante tomou conhecimento, será editada uma Medida Provisória ou um Projeto de Lei visando suprir especificamente essa lacuna do marco regulatório quanto aos terminais "pré-93". Nada mais disse e nem lhe foi perguntado. Foi então advertido da obrigatoriedade de comunicação de eventuais mudanças de endereço em face das prescrições do Art. 224 do CPP. Encerrado o presente que, lido e achado conforme, assinam com a Autoridade Policial, com o Declarante, na presença de seus advogados FÁBIO TOFIC SIMANTOB, inscrito na OAB/SP sob n.º 220540, MARIA JAMILE JOSÉ, inscrita na OAB/SP sob o n.º 257047, JOSÉ LUIZ MOREIRA DE MACEDO, inscrito na OAB/SP sob n.º 93514, todos com escritório na Rua Groelândia, n.º 146, bairro Jardim Paulista, CEP 1434000, São Paulo/SP, telefone (11) 31010680, celular (11) 982598445, e comigo, *Marcelo Silveira Coitinho*, Escrivão de Polícia Federal, 1ª Classe, Matrícula n.º 15.919, em exercício na Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DICOR/PF, que o lavrei.

AUTORIDADE POLICIAL

[Assinatura]
DPF THIAGO MACHADO DELABARY, Matrícula n.º 113.538

DECLARANTE

[Assinatura]
RICARDO CONRADO MESQUITA

ADVOGADO

[Assinatura]
FÁBIO TOFIC SIMANTOB

ADVOGADA

[Assinatura]
MARIA JAMILE JOSÉ

ADVOGADO

[Assinatura]
JOSÉ LUIZ MOREIRA DE MACEDO

ESCRIVÃO

[Assinatura]
EPF Marcelo Silveira Coitinho, Matrícula n.º 15.919

9/1/2017

DPF/MJ
Fl: 515
Rub: l



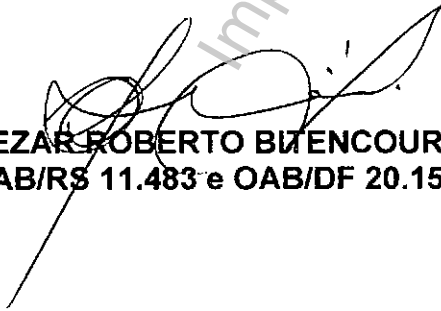
CEZAR BITENCOURT
ADVOCADOS ASSOCIADOS

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DELEGADO FEDERAL TIAGO MACHADO – PF/DF

Inquérito nº 4483

VERA LILIA SANTOS DA ROCHA LOURES, escultora, Carteira de Identidade nº 11898008-SP, vem, respeitosamente, por seus defensores, apresentar cópia da petição 31433/2017, protocolada perante o Supremo Tribunal Federal, onde manifesta expressamente sua recusa em prestar depoimento com base no artigo 206 do Código de Processo Penal, requerendo o cancelamento de sua oitiva em sede policial.

Brasília, 07 de junho de 2017.


CEZAR ROBERTO BITENCOURT
OAB/RS 11.483 e OAB/DF 20.151

VANIA ADORNO BITENCOURT
OAB/DF 49.787

MICHELANGELO CERVI CORSETTI
OAB/RS 65.399 e OAB/DF 53.486

ANDRÉ HESPANHOL
OAB/RJ 109.359 e OAB/DF 39.645



Poder Judiciário
Supremo Tribunal Federal

DPF/MJ
Fl: 516
Rub: 1

Recibo de Petição Eletrônica

Petição	31433/2017
Processo	Inq 4483
Tipo de pedido	Manifestação
Relação de Peças	1 - Petição de apresentação de manifestação Assinado por: CEZAR ROBERTO BITENCOURT
Data/Hora do Envio	07/06/2017 às 15:52:14
Enviado por	CEZAR ROBERTO BITENCOURT (CPF: 078.940.740-04)

Impresso por: 078.940.740-04
Em: 07/06/2017 - 15:52:14 - 31433/2017 - Inq 4483

DPF/MJ	
Fl:	517 1
Rub:	1



CEZAR BITENCOURT
ADVOGADOS ASSOCIADOS

ILUSTRÍSSIMO SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN DO SUPREMO TRIBUNAL
FEDERAL

Inquérito nº 4483

VERA LILIA SANTOS DA ROCHA LOURES, escultora, Carteira de Identidade nº 11898008-SP, vem, respeitosamente, por seus defensores, dizer e requerer o que segue.

Em 06 de junho (terça-feira) a defesa de Rodrigo Rocha Loures foi informada, por telefone, de que a Polícia Federal pretende ouvir sua mãe, a senhora Vera Lilia Rocha Loures, na qualidade de testemunha dos fatos objeto do inquérito em epígrafe.

O fato causou extrema surpresa, pois a requerente é mãe, do lar, não reside nem participa da vida cotidiana de seu filho. Além disso, não tem nenhum conhecimento dos fatos sob investigação e do inquérito não consta qualquer elemento que indique o contrário.

Quer acreditar que se trata de um mero equívoco e não uma medida que tenha por objetivo a intimidação e o constrangimento do investigado, através de seus familiares.

De acordo com o art. 206 do Código de Processo Penal:

A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor. Poderão, entretanto, recusar-se a fazê-lo o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, ainda que desquitado, o irmão e o pai, a mãe, ou o filho adotivo do acusado, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar a prova do fato e de suas circunstâncias.

Brasília-DF SHIS, QL 10, Conjunto 9, Casa 3 - CEP 71630-095 - Tel: (61) 3264-5525 e Cel: (61) 8222-0102
Porto Alegre-RS Av. Getúlio Vargas 774 Conjunto 407 - CEP 90.150-002 Tel: (51) 3231-9904 e Cel: (51) 9218-1721
E-mail contato@cezarbitencourt.adv.br Site www.cezarbitencourt.adv.br

DPF/MJ
Fl: 518 2
Rub: <i>P</i>



CEZAR BITENCOURT
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Diante disso, a requerente vem manifestar expressamente sua recusa em prestar depoimento, o que faz com fundamento no artigo 206 do CPP, sobretudo porque não tem absolutamente nada a esclarecer sobre os fatos investigados, requerendo o cancelamento de sua oitiva em sede policial.

Requer, ainda, o prazo de 15 dias para juntada da procuração, com fulcro no § 1º do art. 5º da Lei 8.906/94.

Nesses termos,
Pede deferimento.

Brasília, 07 de junho de 2017.

CEZAR ROBERTO BITENCOURT
OAB/RS 11.483 e OAB/DF 20.151

VANIA ADORNO BITENCOURT
OAB/DF 49.787

MICHELANGELO CERVI CORSETTI
OAB/RS 65.399 e OAB/DF 53.486

ANDRÉ HESPANHOL
OAB/RJ 109.359 e OAB/DF 39.645

BELCHIOR GUIMARÃES FILHO
OAB/DF 45.095

EDUARDO ALEXANDRE GUIMARÃES
OAB/DF 32.006



PF / MJC
Fl: 518
Rub: 2

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

CONCLUSÃO

Aos 08 dias do mês de junho de 2017, faço estes autos conclusos ao Senhor Delegado THIAGO MACHADO DELABARY. Eu, Marcelo Silveira Coitinho, Escrivão de Polícia Federal, 1ª Classe. matr. 15.919, que o lavrei.

DESPACHO

1. Tragam-se aos autos os seguintes documentos apresentados pela defesa de JOÃO BAPTISTA LIMA FILHO:

- a) Petição de 01 de junho trazendo procuração, substabelecimento, atestado médico e solicitando acesso aos autos e remarcação de oitiva;
- b) Petição datada de 05 de junho requerendo acesso aos procedimentos e cópia do material apreendido por ocasião do cumprimento dos mandados de busca e apreensão em face de seu cliente e da empresa Argeplan, juntamente com o respectivo Termo de Entrega das cópias digitalizadas dos documentos obtidos durante o cumprimento das medidas;
- c) Requerimento para adiamento de oitiva, acompanhado de atestado médico emitido em 06 de junho;
- c) Petição informando o quadro de saúde do intimado através de Relatório Médico desta data;

2. Juntem-se a requisição de cópia dos autos formulada pelos procuradores de RODRIGO DA ROCHA LOURES e o correspondente termo que atesta o fornecimento;

3. Venham aos autos os Memorandos n.º 0545/2017 e n.º 0546/2017, correspondentes às Cartas Precatórias expedidas para as inquirições de EDUARDO CONSENTINO DA CUNHA e ALTAIR ALVES PINTO, respectivamente;

4. Após, conclusos.

Brasília/DF, 08 de junho de 2017.


THIAGO MACHADO DELABARY
Delegado de Polícia Federal

TERMO DE DATA

Aos 08 dias do mês de junho de 2017, recebi estes autos com o Despacho da Autoridade. Eu, Marcelo Silveira Coitinho, Escrivão de Polícia Federal, 1ª Classe, Matrícula 15.919, que o lavrei.

ILMO. SR. DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL, DR. RICARDO HIROSHI
ISHIDA, DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL EM SÃO
PAULO-SP.

Intimação RE 0091/2017-1-GINQ
Inquérito 4483/STF

João Baptista Lima Filho, já devidamente qualificado nos autos do
inquérito em epígrafe, vem respeitosamente a presença de V. Sa., por seu
advogado abaixo assinado, devidamente constituído conforme procuração anexa,
requerer o que segue.

Foi entregue na tarde desta quinta-feira, 01/06/2017, no endereço
residencial do Sr. João Baptista Lima Filho, recebida por sua empregada
doméstica, intimação para que este compareça, aos 02/06/2017, às 15h00, na
Delegacia de Repressão à Corrupção e Crimes Financeiros, a fim de prestar
esclarecimentos no interesse da Justiça.

Conforme informa o atestado médico anexo, de 29/05/2017, o Sr. João
Baptista Lima Filho sofreu, em junho de 2016, acidente vascular cerebral
isquêmico, com lesão isquêmica frontal esquerda. Desde então, sua saúde vem
carecendo de constante acompanhamento médico e, conforme também consta do
referido atestado, recentemente, houve a "constatação de hematuria e de espessamento
urotelial de pelve renal esquerda, precisou suspender o uso de antiagregantes, está sob risco
de novo AVC, deve manter repouso em sua residência e evitar situação de estresse que
levem ao risco de pico hipertensivo(...)". Não deixa de ser importante mencionar que a

São Paulo

Salvador

Porto Alegre

situação de estresse a que foi levado, decorrente da citação de seu nome, com repercussão nacional, desde o último dia 18/05/2017, havida em colaborações premiadas que originaram o inquérito em epígrafe, também agravaram seu quadro de saúde.

Por este motivo, visando o resguardo e repouso médico, o Sr. João Baptista Lima Filho já havia se deslocado para a cidade de Duartina, local de sua fazenda, onde costuma descansar, com previsão de retorno apenas na terça-feira, 06/06/2017.

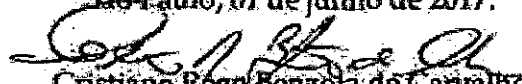
Outrossim, o seu defensor, subscritor da presente, que também atua na comarca de Salvador-BA, atuará em audiência penal marcada desde março/2017 para o próximo dia 08/06/2017 (quinta-feira) na subseção da Justiça Federal daquela cidade, para onde se deslocará neste domingo, 04/06/2017, a fim de acompanhar o referido processo judicial e as providências necessárias à realização daquele ato entre segunda e quarta-feira, conforme passagem aérea anexa, já há muito emitida, de onde retornará apenas na sexta.

Por esta razão, solicita a compreensão de V. Sa., para a remarcação do comparecimento do Sr. João Baptista Lima Filho a esta Delegacia, para data e horário a ser designado, a partir de 13/06/2017, podendo tal comunicação ser realizada diretamente ao defensor, através do e-mail: benzota@bpbadvogados.com.br e/ou pelo telefone 11 3473-0660.

Ainda, tendo em vista o recebimento da referida intimação, requer acesso integral a todos os procedimentos, anexos e mídias, assim como a informação de eventuais senhas de acesso a arquivos codificados, para a devida obtenção de cópias, de modo a garantir a plenitude do contraditório e ampla defesa.

Termos em que pede deferimento.

São Paulo, 01 de junho de 2017.


Cristiano Régio Benzota de Carvalho
OAB-BA nº 15.471 / OAB-SP nº 166.149-A

São Paulo

Rua Vidéno Alencar 107 andar
Itaerô 040 | São Paulo | SP
CEP: 04511-004
TEL: (55 11) 3473-0660 | Fax: (55 11) 3473-0661

Salvador

Av. Tancredo Neves, Nº 274
Centro Empresarial Iguaçu | Uberlândia | BA | CEP: 41620-020
Cidade das Águas | Salvador | BA | CEP: 41620-020
TEL: (55 71) 3460-0010 | Fax: (55 71) 3460-0043

Porto Alegre

Av. Flores da Cunha, 1031, Conj. 301
Cachoeirinha | Porto Alegre | RS
CEP: 91110-001
TEL/Fax: (55 51) 3470-2232

PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

JOÃO BAPTISTA LIMA FILHO, brasileiro, arquiteto, portador da cédula de identidade RG nº 3.181.115-2 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 029.709.378-91, com domicílio à Rua Juatuba, nº 68, Vila Madalena, na cidade de São Paulo/SP, por este instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui seu bastante procurador, o advogado **CRISTIANO REGO BENZOTA DE CARVALHO**, inscrito na OAB/SP, sob o nº 166.149-A e OAB/BA sob o nº 15.471, com escritório nessa Capital do Estado de São Paulo, na Rua Pedrosa Alvarenga, 1208, 16º andar, Itaim Bibi, CEP 04531-004, telefones 3473-0660 e 3473-0661, a quem confere os poderes contidos na cláusula *ad judicium et extra*, e mais os de receber intimações, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, prestar caução, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber e dar quitação, firmar compromissos, podendo representar o Outorgante em qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, ou Municipal, assim como qualquer Juízo ou Tribunal integrante do Poder Judiciário, bem como todos os órgãos e repartições relacionadas ao objeto desta procuração, incluindo, mas não se limitando, ao Ministério da Justiça, Procuradoria Geral da República, Superintendências e Delegacias da Polícia Federal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendendo-o nas contrárias, acompanhando umas e outras até final decisão, representando o Outorgante com plenos poderes e praticando todos os demais atos necessários e indispensáveis ao bom e fiel cumprimento deste mandato, podendo substabelece-lo no todo ou em parte, em especial para atuar na Ação Cautelar nº 4328 que tramita no Supremo Tribunal Federal, bem como no âmbito dos demais órgãos da Administração e do Judiciário que se vinculem à referida Ação Cautelar, além de atuar em quaisquer outras ações administrativas e judiciais, procedimentos judiciais e administrativos e/ou inquéritos criminais e civis que tenham por objeto as investigações tratadas na referida Ação Cautelar.

São Paulo-SP, 18 de maio de 2017.


JOÃO BAPTISTA LIMA FILHO

São Paulo

Rua Pedrosa Alvarenga 1208, 16º andar
Itaim Bibi | São Paulo | SP
CEP: 04531-004
Tel: (55 11) 3473-0660 | Fax: (55 11) 3473-0661

Salvador

Av. Tancredo Neves, Nº 274
Centro Empresarial Iguaçu | Bixoca | S. 437438
Camêlo das Árvores | Salvador | BA | CEP: 41820-020
Tel: (55 71) 3450-0910 | Fax: (55 71) 3450-0049

Porto Alegre

Av. Flores da Cunha, 1031, Com. 203
Eucalipto | Porto Alegre | RS
CEP: 94010-011
Tel/Fax: (55 51) 3476-0232

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reservas de iguais, à advogada Dra. Aline Batista Duarte, OAB-DF nº 38.299, os poderes que me foram concedidos por João Baptista Lima Filho, para atuação em todo e qualquer procedimento, inquérito, medidas cautelares, etc., que tenham por objeto os temas investigados no IP nº 4483 e Medida Cautelar nº 4328, que tramitam perante o E. Supremo Tribunal Federal, Procuradoria Geral de República e Delegacia de Polícia Federal.

De São Paulo, para Brasília, 01 de junho de 2017.


Cristiano Negro Benzota de Carvalho

OAB-BA nº 15471 / OAB-SP nº 166.149-A

São Paulo

Rua Pedroso Alvarenga 1208, 10º andar
Itaim Bibi | São Paulo | SP
CNPJ: 04531-004
Tel: (55 11) 3473-0660 | Fax: (55 11) 3473-0661

Salvador

Av. Timóteo Nogueira, Nº 274
Centro Empresarial Iguaçu | Bloco B | SL-4374/19
Caminho das Árvores | Salvador | BA | CEP: 41820-020
Tel: (55 71) 3450-0010 | Fax: (55 71) 3450-0048

Porto Alegre

Av. Flores da Cunha, 1031, Conj. 305
Cachoeirinha | Porto Alegre | RS
CEP: 91910-001
Tel/Fax: (55 51) 3470-6252

Dr. Rodrigo Barbosa Thomaz
Neurologia Clínica - CRM 98577

DPF/MJ
Ft: 524
Rub: 2

São Paulo, 29 de maio de 2017.

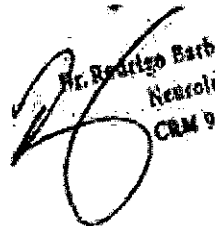
ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins paciente João Baptista Lima Fo. sofreu um acidente vascular cerebral isquêmico em junho de 2016, com lesão isquêmica frontal esquerda, comprometendo a força na mão direita e surgimento de movimentos distônicos involuntários.

Este AVCi aconteceu decorrente de uma grave aterosclerose carotídea com placa instável, necessitando de dose alta de estatinas, dupla antiagregação plaquetária e controle rigoroso do diabetes e hipertensão arterial, associado ao uso de anticonvulsivante (lamotrigina).

Devido a uma recente constatação de hematúria e de espessamento urotelial de pelve renal esquerda, precisou suspender o uso de antiagregantes, está sob risco de novo AVCi e deverá ser submetido a novos exames. Deve manter repouso em sua residência e evitar situações de estresse que levem ao risco de pico hipertensivo, e, conseqüentemente agravar o quadro atual.

Att,


Dr. Rodrigo Barbosa Thomaz
Neurologia
CRM 98577

**ILMO. SR. DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL; DA DELEGACIA DE
POLÍCIA FEDERAL EM BRASÍLIA - DE.**

Inquérito 4483/STF:

João Baptista Lima Filho, já devidamente qualificado nos autos do inquérito em epígrafe, vem respeitosamente à presença de V. Sa., por seu advogado abaixo assinado, devidamente constituído conforme procuração anexa, requerer o que segue:

Ratificando os termos da petição enviada por e-mail no último dia 02/06/2017, requer acesso integral a todos os procedimentos, anexos e mídias, assim como a informação de eventuais senhas de acesso a arquivos codificados, para a devida obtenção de cópias, de modo a garantir a plenitude do contraditório e ampla defesa.

De igual forma, requer-se acesso e cópia de todo o material (documentos, mídias digitais/eletrônicas, HD's, etc.) que foram objeto das buscas e apreensões realizadas no endereço residencial do Requerente e da empresa Argeplan.



São Paulo

Salvador

Porto Alegre

Por fim, requer também acesso e cópia dos áudios e respectivas gravações das interceptações telefônicas e de seu Relatório produzido pela Polícia Federal, especialmente de conversa telefônica havia entre o Sr. Ricardo Saud e um interlocutor de nome Rodolfo, noticiada pelo jornal Folha de São Paulo, no último dia 04/06/2017, em matéria intitulada "Executivo da J&F mandou tirar amigo de Temer de delação".

Termos em que pede deferimento.
De São Paulo para Brasília, 05 de junho de 2017.

Cristiano Rêgo Benzota de Carvalho
Cristiano Rêgo Benzota de Carvalho
OAB-BA nº 15.471 / OAB-SP nº 166.149-A

Impresso por: 053.432.532
Em: 20/06/2017 - 16:20:44

São Paulo

Salvador

Porto Alegre

Rua Pedroso Alvares 1208, 10º andar
Luzia Ribó | São Paulo | SP
CNPJ: 04531-004
Tel: (55 11) 3473-0660 | Fax: (55 11) 3473-0661

Av. Tancredo Neves, Nº 274
Centro Empresarial Iguaçu | Bloco B | SL: 437438
Caminho das Águas | Salvador | BA | CEP: 41820-020
Tel: (55 71) 3450-0010 | Fax: (55 71) 3450-0048

Av. Flores da Cunha, 1011, Conj. J05
Cachoeirinha | Porto Alegre | RS
CNPJ: 04910-001
Tel/Fax: (55 51) 3470-0232



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJC - POLÍCIA FEDERAL - SEDE

TERMO DE ENTREGA

Aos 06 dias do mês de junho de 2017 nesta POLÍCIA FEDERAL, em Brasília/DF, onde se encontrava MARLON OLIVEIRA CAJADO DOS SANTOS, Delegado de Polícia Federal, em presença das testemunhas: EPF Francisco Antônio Lima de Sousa, mat. 17.990 e APF Uorisson Santos do Nascimento, mat. 13.225, compareceu Dra. Aline Batista Duarte, OAB/DF 38.299, advogada João Baptista Lima Filho, a quem, pela autoridade, foi feita a entrega dos documentos abaixo discriminados na forma digital da AC 4328:

* Local da Busca: Rua Itajará, 299, ap. 211, Villa Andrade, São Paulo/SP
Itens 05 a 24 e 26 a 27

* Local da Busca: Rua Juatuba, 68, Vila Madalena, São Paulo/SP
Itens 01 a 11 e 14

Nada mais havendo, determino a autoridade o encerramento do presente que, lido e achado conforme, assina com o(a) recebedor(a) as testemunhas e comigo, André Luis Acosta dos Santos, Escrivão de Polícia Federal, mat. 8676, que o lavrei.

AUTORIDADE : 

RECEBEDORA : 

TESTEMUNHA : 

TESTEMUNHA : 

ESCRIVÃO(A) : 

Dra Aline Batista Duarte
Advogada
OAB-DF 38.299

HEMO: SR. DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL DA DELEGACIA DE
POLÍCIA FEDERAL BRASÍLIA-DF.

Intimação RE 0091/2017-1-GINQ
Inquérito 4483/STF

João Baptista Lima Filho, já devidamente qualificado nos autos do inquérito em epígrafe, vem respeitosamente à presença de V. Sa., por seu advogado abaixo assinado, devidamente constituído, requerer o que segue:

Conforme noticiado através de petição encaminhada a essa Delegacia aos 02/06/2017, e Relatório Médico aquele acostado, o Sr. João Baptista Lima Filho vem tendo agravamento do seu estado de saúde.

Nesse sentido, seu quadro de saúde evoluiu e voltou a ser hospitalizado em caráter de urgência, com suspeita de novo AVC, e demais aspectos informados no Atestado Médico anexo, encontrando-se em precário estado de saúde, restando impossibilitado de comparecer para prestar esclarecimentos na data de 07/06/2017, conforme tratado entre o seu defensor subscritor da presente e a Ilma. Escrivã Cristiane, desta Delegacia, segundo, inclusive, ordens médicas, sem previsão de alta.

Assim, em razão do exposto, vem solicitar o adiamento do comparecimento, para nova data a ser agendada.

O Sr. João Baptista Lima Filho ratifica que não está, sob qualquer aspecto, evitando comparecer para prestar os esclarecimentos a esta Autoridade Policial, comprometendo-se a fazê-lo oportunamente.

São Paulo

Salvador

Porto Alegre

**Benzota
Pereira
Prestes - Borba**
Sociedade de Advogados

DPF/MJ
Fl: 528
Rub: 1

Nesse sentido, seu defensor compromete-se, como inclusive já vem fazendo, a comunicar-se com essa Autoridade Policial, informando acerca da condição do seu constituinte, e agendando seu comparecimento para os referidos fms.

Contando com a absoluta compreensão desta Autoridade Policial.

Térmos em que pede deferimento:

São Paulo, 06 de junho de 2017.

Cristiano Rêgo Benzota de Carvalho
Cristiano Rêgo Benzota de Carvalho

OAB-BA nº 15.471 / OAB-SP nº 166.149-A

Dr. Anne Batista Duarte
Advogada
OAB-DF 38.299

Impresso por: 053.432.529-7
Em: 20/06/2017 16:28:43

São Paulo

Rua Nabuco Almeida 1274, 10º andar
Cidade Nova | São Paulo | SP
CEP: 04537-004
Tel: (11) 4724-0000 | Fax: (11) 2424-0000

Salvador

Av. Tancredo Neves, Nº 274
Centro Administrativo | Salvador | BA | CEP: 4120-030
Caminho dos Advogados | Salvador | BA | CEP: 41020-030
Tel: (55) 71 3330-0000 | Fax: (55) 71 3330-0000

Porto Alegre

Av. Plácido de Castro, 1021, 4º andar, 905
Cachoeirinha | Porto Alegre | RS
CEP: 91010-001
Tel: (51) 3315-1422

DPF/MJ
Fl: 530
Rub: 1



Receituário

ALBERT EINSTEIN
SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA

JOAO BAPTISTA LIMA FO

DATA NASCIMENTO: 16/12/42
 DATA ADMISSÃO: 04/06/2017
 MEDICO: RODRIGO BARBOSA THOMAZ
 CONVENIO: PARTICULAR
 IDADE: 74A 5M 21D SEXO: MASCULINO
 LEITO: D1213.1
 PASSAGEM: 23229539



PRONT: 497047

OU: E017133437



Atestado Médico

Atesto que o paciente
 João Baptista foi internado
 em caráter de urgência
 devido surpulta de nove
 ALCI e evoluiu com
 hematúria franco e
 necessidade de procedimento
 cirúrgico com Zópsia e
 passagem de cateter
 duplo J.

Av: Albert Einstein, 627/701
 Morumbi - Cep 05651-901
 São Paulo - Brasil
 Tel: (55-11) 2151-1233
 Fax: (55-11) 3742-2834
 Cod: 301356 - Dec/2008

Dr. Rodrigo Barbosa Thomaz
 Neurologia
 CRM 98577

continua



DPF/MJ	
Fl:	531
Rub:	l

Permanecerá internado
 até controle da hematuria
 e da dor relacionada ao
 procedimento cirúrgico,
 e aguardando resultado
 de exames relacionados
 a atrofia e oncosiderose
 (motivo principal
 desta internação)

ATT

Dr. Rodrigo Barbosa Thomas
 Neurologia
 CRM: 98577

06/06/2017

ILMO. SR. DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL, DA DELEGACIA DE
POLÍCIA FEDERAL BRASÍLIA-DE.

Intimação RE 0091/2017-1-GINQ
Inquérito 4483/STF

João Baptista Lima Filho, já devidamente qualificado nos autos do inquérito em epígrafe, vem respeitosamente à presença de V. Sa., por seu advogado abaixo assinado, devidamente constituído, requerer o que segue:

Conforme já foi cientificado a esta Autoridade Policial, a defesa do Sr. João Baptista Lima Filho vem informar que o seu estado de saúde permanece precário, sendo que o mesmo continua hospitalizado, seguindo anexo Relatório Médico de 07/06/2017, com o detalhamento do seu quadro, e, portanto, ainda impossibilitado de prestar os esclarecimentos a esta Autoridade.

Assim, em razão do exposto, reitera os requerimentos apresentados ontem, 06/06/2017, para agendamento oportuno com vistas à realização de tal ato.

Termos em que pede deferimento.

São Paulo, 07 de junho de 2017.

Cristiano Rego Benzota de Carvalho

OAB-BA nº 15.471 / OAB-SP nº 166.149-A

Dr^a Aline Batista Duarte
Advogada
OAB-DF 38.299

São Paulo

Salvador

Porto Alegre

Rua Prudente de Moraes 1.206, 16º andar
Itaim Bibi | São Paulo | SP
CEP: 04531-000
Tel: (11) 3473-0000 | Fax: (11) 3473-0001

Av. Tiúnculo Neves, Nº 474
Centro Educacional Ignácio | Ilhéus II | SI 43740
Camêlo das Arvores | Salvador | BA | CEP: 41820-020
Tel: (35) 71 4456-0010 | Fax: (35) 71 4456-0005

Av. Fátima do Cunha, 1111, Cooq. 005
Cachoeirinha | Porto Alegre | RS
CEP: 91910-000
Tel/Fax: (51 34) 3470-0112

99332955A
ALINE

GUSTAVO CASERTA LEMOS
UROLOGISTA CRM 34320

DPF/MJ
Ft: 533
Rub: 1

Paciente: Joao Baptista Lima Filho

Relatório Médico:

Em agosto de 2014 foi diagnosticado com cálculos renais bilaterais. Em janeiro de 2017 apresentou microhematúria em exame de rotina: Estava tomando aspirina e clopidogrel devido acidente vascular cerebral em junho de 2016.

Em março de 2017: Citologia oncótica: suspeito para carcinoma urotelial de alto grau.

Em março de 2017 fez urotomografia que evidenciou: Cistos corticais bilaterais, medindo até 3,0 cm (Bosniak I). Imagem nodular discretamente densa, exofítica no terço inferior do rim esquerdo, com 2,4 cm, provavelmente correspondendo a cisto com conteúdo espesso / hemorrágico.

Cálculos calcínicos não obstrutivos nos terços médio do rim direito (0,3 cm) e inferior do rim esquerdo (0,2 cm).

Duplicidade completa do sistema coletor urinário bilateral (os ureteres intramurais encontram-se muito próximos, havendo dúvida se há 1 ou 2 meatos ureterais de cada lado).

Espessamento e realce do urotélio da pelve renal, infundíbulos e cálices e do ureter proximal da unidade inferior do rim esquerdo, inespecífico.

Não há hidronefrose. Ureteres sem cálculos ou dilatações.

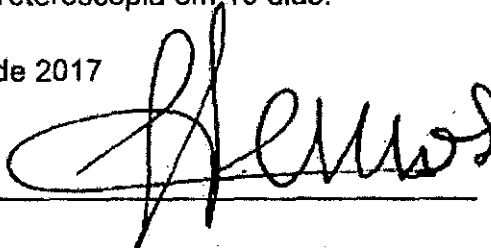
Em maio 2017 repetiu a urotomografia: Tênue espessamento com hiper-realce urotelial dos grupamentos calcínicos, infundíbulos e pelve da unidade inferior à esquerda, de aspecto similar em relação à tomografia de 16/03/2017. Não se evidenciam densificação dos planos adiposos peripiélicos ou perirrenais homolaterais.

Em junho de 2017: internado com hematúria macroscópica.

Em 6/6/17 foi submetido a ureteroscopia e passagem de cateter duplo J do lado esquerdo. Não foi possível esclarecer a origem do sangramento. Continua com hematúria macroscópica franca.

Será submetido a nova ureteroscopia em 10 dias.

São Paulo, 07 de Junho de 2017



Gustavo Caserta Lemos
Urologista
CRM-SP 34.320

Dr. Gustavo Caserta Lemos

Hospital Israelita Albert Einstein
Av. Albert Einstein, 627 - Bloco A1
2º Andar - Sala 221 - Morumbi - SP

Tel: (11) 2151-3333
(11) 2151-3313
Cd: (11) 99937-3010



CEZAR BITENCOURT
ADVOGADOS ASSOCIADOS

1

DPF/MJ
Fl: 534
Rub: [assinatura]

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR DELEGADO FEDERAL TIAGO MACHADO DA POLICIA
FEDERAL DE BRASÍLIA/DF**

INQUÉRITO nº 4483

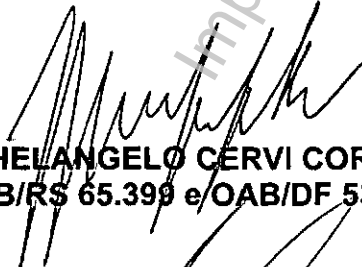
RODRIGO DA ROCHA LOURES, já qualificado nos autos do inquérito epigrafado, vem, respeitosamente, por seus defensores, requerer cópia integral dos autos, incluindo a integralidade das provas colhidas até a data de hoje, 07 de junho de 2017.

Nesses termos,
Pede deferimento.

Brasília, 07 de junho de 2017.

CEZAR ROBERTO BITENCOURT
OAB/RS 11.483 e OAB/DF 20.151

VANIA ADORNO BITENCOURT
OAB/DF 49.787


MICHELANGELO CERVI CORSETTI
OAB/RS 65.399 e OAB/DF 53.486

ANDRÉ HESPANHOL
OAB/RJ 109.359 e OAB/DF 39.645


BELCHIOR GUIMARÃES FILHO
OAB/DF 45.095

EDUARDO ALEXANDRE GUIMARÃES
OAB/DF 32.006



PF / MJC
Fl: 535
Rub: 7

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL - SEDE
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF - GINQ/STF/DICOR

TERMO DE VISTA E/OU CÓPIAS

Aos 07 dias do mês de junho de 2017, nesta Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DICOR, em cumprimento a determinação da Autoridade Policial, Delegado de Polícia Federal THIAGO MACHADO DELABARY, Matr. 13.538, foi fornecida mídia digital contendo **CÓPIA INTEGRAL** dos autos, até a fl. 499 do **Registro Especial nº 0091/2017-1-GINQ/STF/DICOR (INQ. n.º 4483 - STF)**, ao Sr. Procurador do Sr. **RODRIGO DA ROCHA LOURES**. Eu, Marcelo Silveira Coitinho, Escrivão de Polícia Federal, Matr. n.º 15.919, lotado e/ou em exercício na DICOR, que o lavrei.///

Assinatura do Advogado:


OAB/DF n.º 45.095

Ciente de que Autos que tramitam sob **SEGREDO DE JUSTIÇA**, e cujo sigilo for violado, acarretará na responsabilização de quem lhe der causa.



PF / MJC
Fl: 536
Rub: f

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

Memorando n.º 0545/2017 - RE 0091/2017-1 - PF/MJC - GINQ/STF/DICOR/PF.

Brasília/DF, 05 de junho de 2017.

URGENTE - STF

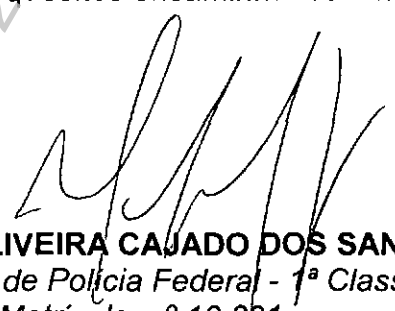
A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Delegado Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado
DRCOR/SR/PF/PR

Assunto: **Carta Precatória ref. ao RE 0091/2017-1 - GINQ/STF/DICOR (INQ. 4483 - STF).**

Senhor Delegado,

Visando instruir os autos do **Inquérito n.º 4483 - STF**, autuado no âmbito desta DICOR/PF como **Registro Especial n.º 0091/2017-1 - GINQ/STF/DICOR** e que apura a suposta prática do(s) crime(s) previsto(s) no(s) Artigos 317 e 333 do Código Penal Brasileiro e Art. 2º da Lei nº 12850/2013, solicito a Vossa Excelência determinar, **com a urgência que o caso requer**, que se proceda à inquirição de **EDUARDO CONSENTINO DA CUNHA, preso em Curitiba/PR**, em Termo de Declarações, devendo o mesmo responder aos quesitos encaminhados em anexo.

Atenciosamente,


MARLON OLIVEIRA CAJADO DOS SANTOS
Delegado de Polícia Federal - 1ª Classe
Matrícula n.º 10.891



PF / MJC
Fl: 537
Rub: 1

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

Memorando n.º 0546/2017 - RE 0091/2017-1 - PF/MJC - GINQ/STF/DICOR/PF.

Brasília/DF, 05 de junho de 2017.

URGENTE - STF


A Sua Excelência o Senhor
Delegado Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado
DRCOR/SR/PF/RJ

Assunto: **Carta Precatória ref. ao RE 0091/2017-1 - GINQ/STF/DICOR (INQ. 4483 - STF).**

Senhor Delegado,

Visando instruir os autos do **Inquérito n.º 4483 - STF**, autuado no âmbito desta DICOR/PF como **Registro Especial n.º 0091/2017-1 - GINQ/STF/DICOR** e que apura a suposta prática do(s) crime(s) previsto(s) no(s) Artigos 317 e 333 do Código Penal Brasileiro e Art. 2º da Lei nº 12850/2013, solicito a Vossa Excelência determinar, **com a urgência que o caso requer**, que se proceda a inquirição, em Termo de Declarações, de **ALTAIR ALVES PINTO**, residente e domiciliado na **Rua Conselheiro Olegário, 20, ap. 503, bairro Maracanã, CEP 20271-090, Rio de Janeiro/RJ**, devendo o mesmo responder aos quesitos encaminhados em anexo.

Atenciosamente,


MARLON OLIVEIRA CAJADO DOS SANTOS
Delegado de Polícia Federal - 1ª Classe
Matrícula n.º 10.891



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

TERMO DE DECLARAÇÕES

que presta **RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES**:

Aos 09 dias do mês de junho de 2017, neste Edifício-Sede da Polícia Federal, em Brasília/DF, onde presente se encontrava o Delegado de Polícia Federal THIAGO MACHADO DELABARY, 1ª Classe, Matrícula/DPF n.º 13.538, lotado na Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul e em exercício na Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado-DICOR/DPF e o Delegado de Polícia Federal JOSÉLIO AZEVEDO DE SOUSA, Classe Especial, Matrícula/DPF n.º 9518, lotado e em exercício na Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado-DICOR/DPF, compareceu **RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES**, sexo masculino, nacionalidade brasileira, divorciado, filho de Rodrigo Costa da Rocha Loures e Vera Lilia Santos da Rocha Loures, nascido aos 13/11/1966, natural de Curitiba/PR, instrução terceiro grau completo, profissão administrador de empresas, CPF 090.847.958-14, RG 9.763.500-5 SSP/PR, residente na SHI QI 25, Chácara 22, casa C, Lago Sul, Brasília/DF. Cientificado dos seus direitos constitucionais, inclusive o de permanecer em silêncio, passou a ser inquirido pela autoridade policial e **RESPONDEU QUE, por orientação da sua defesa técnica, o declarante neste ato lança mão do direito de permanecer em silêncio.** Encerrado o presente que, lido e achado conforme, assinam com o declarante, na presença de seus advogados CEZAR ROBERTO BITENCOURT, inscrito na OAB/DF sob n.º 20.151, MICHELANGELO CERVI CORSETTI, inscrito na OAB/DF sob n.º 53.486, com escritório profissional na SAUS, Quadra 01, Bloco N, Salas 807/810, Ed. Terra Brasilis, Brasília/DF, Telefone (61) 33234167, e, comigo, *Marcelo Silveira Coitinho*, Escrivão da Polícia Federal, matrícula 15.919, em exercício na Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado-DICOR/DPF que o lavrei.

AUTORIDADE POLICIAL:

.....
DPF THIAGO MACHADO DELABARY

.....
DPF JOSÉLIO AZEVEDO DE SOUSA



PF / MJC
Fl: 540
Rub: 8

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

DECLARANTE:

RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES

ADVOGADO:

CEZAR ROBERTO BITENCOURT

ADVOGADO:

MICHELANGELO CERVI CORSETTI

ESCRIVÃO:

EPF MARCELO SILVEIRA COITINHO

Impresso por: 053432539464483
Em: 20/06/2017 - 16:28:20



Supremo Tribunal Federal

DPF/MJ
Fl: 541
Rub: f

Ofício nº 11926/2017

Brasília, 8 de junho de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado do Departamento de Polícia
Federal

Inquérito nº 4483

AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S) : MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
ADV.(A/S) : ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA (0123013/SP) E
OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : AECIO NEVES DA CUNHA
ADV.(A/S) : ALBERTO ZACHARIAS TORON (65371/SP) E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES
ADV.(A/S) : CEZAR ROBERTO BITENCOURT (11483/RS) E OUTRO(A/S)

(Seção de Processos Originários Criminais)

Senhor Diretor,

De ordem, comunico-lhe os termos do(a) despacho/decisão proferido
nos autos em epígrafe, cuja cópia segue anexa.

Acompanha este expediente cópia da Petição STF nº 31433/2017.

No ensejo, apresento votos de elevada estima e consideração.

Patrícia Pereira de Moura Martins
Secretária Judiciária
Documento assinado digitalmente

DPF/MJ
Fl: 542
Rub: 1

INQUÉRITO 4.483 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S) : MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
ADV.(A/S) : ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA E
OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : AECIO NEVES DA CUNHA
ADV.(A/S) : ALBERTO ZACHARIAS TORON E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S) : RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES
ADV.(A/S) : CEZAR ROBERTO BITENCOURT E OUTRO(A/S)

Despacho: Por meio de petição protocolada sob o número 31433, Vera Lilia Santos da Rocha Loures, genitora do investigado Rodrigo dos Santos da Rocha Loures, expõe ter sido informada pela autoridade policial que pretende ouvi-la na qualidade de testemunha. Diante disso, manifesta seu desejo de fazer uso da prerrogativa constante do art. 206 do CPP, segundo o qual " a testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor. Poderão, entretanto, recusar-se a fazê-lo o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, ainda que desquitado, o irmão e o pai, a mãe, ou o filho adotivo do acusado, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias".

Diante disso, com razão a peticionária nos fundamentos, encaminhe-se cópia da petição à autoridade policial dando ciência da manifestação.

Brasília, 08 de junho de 2017.

Ministro Edson Fachin

Relator



CÓPIA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF (GINQ)

Ofício nº 0859/2017 - RE 0091/2017-1 - PF/MJC - GINQ

Brasília/DF, 09 de junho de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro EDSON FACHIN
Supremo Tribunal Federal
Brasília/DF

Supremo Tribunal Federal STF Digital

09/06/2017 18:07 0032327



Assunto: dilação de prazo

Referência: Inquérito n.º 4483 - STF (RE 0091/2017-1 - GINQ/STF/DICOR).

Senhor Ministro,

1. Em 31 de maio de 2017, os autos do presente inquérito aportaram à Polícia Federal para a apuração dos fatos, já inserindo, por decisão expressa e específica, MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA, Presidente da República, no rol de investigados.

2. Desde então, dada a exiguidade do prazo inicialmente conferido, foram realizadas diversas diligências, sem prejuízo das indicadas às fls. 369/370, a seguir colacionadas:

a) Procedeu-se à inquirição de ROBERTA FUNARO YOSHIMOTO (fls. 501/504), DANTE BOLONHA FUNARO (fls. 505/507), GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA (fls. 508/510), LÚCIO BOLONHA FUNARO (fls. 432/434), DANIEL ROSA PILE (fls. 460/463), RICARDO CONRADO MESQUITA (fls. 511/514), GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO (fls. 475/477), EDUARDO FRADE RODRIGUES (fls. 478/481), KENYS MENEZES MACHADO (fls. 483/484), JOSÉ MARCELO MARTINS PROENÇA (fls. 445/447) e RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES (fls. 539/540);

b) Adicionalmente, foram expedidas Cartas Precatórias visando à realização da inquirição de EDUARDO COSENTINO CUNHA (fl. 536) e ALTAVAN ALVES PINTO (fl. 537), não tendo havido tempo hábil para atendimento;

c) Intimado, JOÃO BATISTA LIMA FILHO apresentou comprovações de sua momentânea impossibilidade de ser inquirido (fls. 520/533);

d) Foi, ainda, enviado ofício à Secretaria de Governo da Presidência da República, requisitando o encaminhamento da agenda oficial do ex-Ministro GEDDEL VIEIRA LIMA, no período em que esteve à frente daquele órgão, cujas respostas foram acostadas às fls. 498/499;

e) Oficiou-se ao Exmo. Sr. Presidente da República, MICHEL TEMER, encaminhando questionamentos que se afiguram pertinentes ao esclarecimento dos fatos (fl. 450). Ainda não houve o recebimento das correspondentes respostas;

f) Foram juntados, às fls. 486/497, documentos encaminhados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), tendo como propósito ofertar esclarecimentos sobre a tramitação do Inquérito Administrativo nº 08700.009007/2015-04;


g) Está sendo analisado e processado o conteúdo de mídias e documentos apreendidos durante o cumprimento de mandados de busca e apreensão na cognominada Operação Patmos;

h) Encontra-se em curso, também, trabalho de revisão de diálogos provenientes de interceptação telefônica de modo a emprestar novas informações que porventura possam acrescer conhecimento sobre os fatos em apuração;

i) Pendente, ainda, a realização de perícia técnica mencionada no item 4 da promoção ministerial de fl. 370.

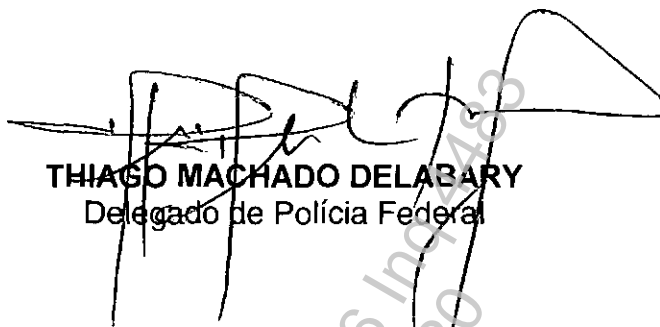
3. Em que pese a realização das diligências acima descritas, que se somam ao denso acervo probatório já reunido nestes autos, mostra-se razoável e prudente, contar com a finalização de algumas diligências em andamento para apresentar conclusões sobre as hipóteses delitivas que ensejaram a instauração deste inquérito.

4. Como visto, a análise e processamento do material apreendido na Operação Patmos, o recebimento das respostas a serem apresentadas pelo Exmo. Sr. Presidente da República – que poderão determinar a efetivação de novas diligências – e, especialmente, a realização de perícia em arquivos de áudio apresentados por JOESLEY BATISTA à Procuradoria-Geral da República, são pendências que prejudicam, senão inviabilizam, o fechamento do trabalho, ao menos com a segurança e nível de qualidade técnica que o caso impõe;



5. Em face do exposto, requeiro a Vossa Excelência que, por imperativos de razoabilidade, levando em conta a importância e complexidade do caso, conceda mais **dez dias de prazo** para a conclusão da investigação.

Respeitosamente,



THIAGO MACHADO DELABARY
Delegado de Polícia Federal

Impresso por: 053.432.539-46 Ino: 1483
Em: 20/06/2017 - 16:28:20



PF / MJC
Fl: 546
Rub: A

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
GINQ/STF/DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos 14 dias do mês de junho de 2017, nesta Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DICOR/PF, em Brasília/DF, procedo ao **ENCERRAMENTO** do **VOLUME II** deste **RE 0091/2017-1 (Inquérito n.º 4483 - STF)**, com 546 folhas, incluindo-se esta, do que, para constar, eu, **ANDRE LUIS ACOSTA DOS SANTOS**, Escrivão de Polícia Federal, Classe Especial, Matrícula n.º 8.676, e em exercício na Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DICOR/PF, lavro este termo.


ANDRE LUIS ACOSTA DOS SANTOS
Escrivão de Polícia Federal
Classe Especial, Matrícula n.º 8.676